
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
Área: Organizações educacionais: política, gestão e cultura

**OFERTA EDUCACIONAL E PARCERIA COM O SETOR PRIVADO: UM
PERFIL DOS MUNICÍPIOS PAULISTAS COM ATÉ 10.000 HABITANTES**

LUCILENE ROSSI

Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Biociências do Campus de Rio Claro, Universidade Estadual Paulista, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação.

RIO CLARO-SP

Setembro - 2009

LUCILENE ROSSI

OFERTA EDUCACIONAL E PARCERIA COM O SETOR
PRIVADO: UM PERFIL DOS MUNICÍPIOS PAULISTAS
COM ATÉ 10.000 HABITANTES

Dissertação apresentada ao Instituto de
Biociências do Campus de Rio Claro,
Universidade Estadual Paulista, como
parte dos requisitos para obtenção do
título de Mestre em Educação.

Orientador: Profa. Dra. Theresa Maria de Freitas Adrião

Rio Claro

2009

370 Rossi, Lucilene
R832o Oferta educacional e parceria com o setor privado: um
perfil dos municípios paulistas com até 10.000 habitantes /
Lucilene Rossi. - Rio Claro : [s.n.], 2009
181 f. : il., gráfs., tabs.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista,
Instituto de Biociências de Rio Claro
Orientador: Theresa Maria de Freitas Adrião

1. Educação. 2. Descentralização. 3. Municipalização do
ensino. 4. Educação pública. 5. Sistema de ensino apostilado.
I. Título.

Ficha Catalográfica elaborada pela STATI - Biblioteca da UNESP
Campus de Rio Claro/SP

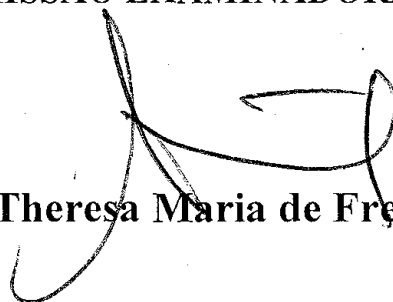
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO defendida em 04/09/2009

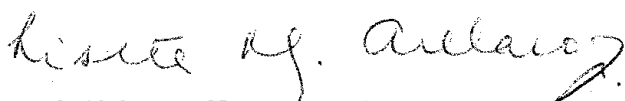
“Oferta educacional e parceria com o setor privado: Um perfil dos municípios paulistas com até 10.000 habitantes”

LUCILENE ROSSI

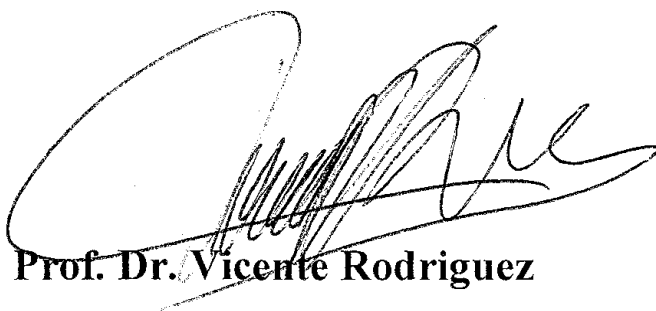
COMISSÃO EXAMINADORA:



Prof.ª. Dr.ª. Theresa Maria de Freitas Adrião



Prof.ª. Dr.ª. Lisete Regina Gomes Arelaro



Prof. Dr. Vicente Rodriguez

Agradecimentos

Agradeço:

À minha orientadora, professora Theresa Adrião, que acreditou no meu trabalho e me ajudou a crescer e a amadurecer academicamente e profissionalmente.

À minha família: em especial a minha mãe, presente em todos os momentos, e ao meu irmão Tiago, pelos apoios técnicos.

Ao Rogério, pela paciência, pela compreensão e pelo grande apoio técnico, mas principalmente pelo companheirismo que me deu força nos momentos de altos e baixos.

Às minhas amigas de mestrado, em especial à Norma, Alessandra e Cássia com as quais as trocas de angústias, dúvidas, preocupações e alegrias foram constantes.

À toda equipe do Greppe que me auxiliou no levantamento das informações para a pesquisa.

[...] só nos resta um dever: remar contra a corrente do capitalismo desumano considerado inexorável e propor, resistindo com novas práticas, que política pública e educacional, para ser “competente”, tem que ter cheiro, voz e ação das “gentes”. Tem que ter ruptura. Tem que ter povo. Humanizado. Informado. E com o sonho de um dia ser feliz, numa sociedade menos injusta e, aí sim, socialmente competente. (ARELARO, 2007, p.917).

RESUMO

OFERTA EDUCACIONAL E PARCERIA COM O SETOR PRIVADO: UM PERFIL DOS MUNICÍPIOS PAULISTAS COM ATÉ 10.000 HABITANTES.

Neste trabalho, partiu-se da hipótese que a reforma da educação pública ocorrida no Estado de São Paulo a partir de 1995 que gerou, entre outras coisas, a municipalização do ensino fundamental, impulsionou o aumento de parceria entre as prefeituras municipais e a esfera privada e que este aumento constitui-se no principal mecanismo de privatização da educação no âmbito do Estado de São Paulo. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho consistiu em analisar a tendência na adoção de parceria entre prefeituras municipais e empresas privadas para a compra de material apostilado nos municípios paulistas com até 10.000 habitantes para o atendimento exclusivo do ensino fundamental, etapa da educação básica que mais sofreu o impacto do processo de municipalização no período de análise desta pesquisa (1996-2006). A pesquisa envolveu a coleta, a sistematização e análise dos dados a respeito de 16 municípios paulistas, bem como dos dados das parcerias presentes nos mesmos, buscando traçar um perfil destes municípios. Esses dados tiveram como principal fonte o banco de dados da pesquisa “Estratégias municipais para a oferta da educação básica: análise de parcerias público-privado no Estado de São Paulo”. A análise bibliográfica também esteve presente no trabalho e possibilitou o suporte teórico do mesmo. Como resultado do trabalho observou-se que os municípios em questão apresentaram um perfil financeiro bastante frágil, pois a maior parte de suas receitas foi decorrente de transferências governamentais do Estado ou da União e suas receitas próprias seriam insuficientes para manter as matrículas do ensino fundamental assumidas no processo de municipalização, visto que os municípios apresentaram um índice alto de municipalização de matrículas no ensino fundamental: todos os municípios municipalizaram mais de 40% das matrículas nesta etapa da educação básica. Além disso destacaram-se dois partidos políticos e uma empresa privada que estiveram presente na maior parte dos municípios analisados. O trabalho apontou que a combinação destes fatores: fragilidade financeira, municipalização do ensino fundamental, programa partidário e “marketing” das empresas gerou a grande expansão de parcerias público-privado para aquisição de sistemas de ensino apostilados nos municípios com até 10.000 habitantes. Por fim, destacaram-se as consequências desastrosas trazidas por esse tipo de parceria que pode levar a uma descaracterização da educação pública.

Palavras-chave: municipalização do ensino.parceria.municípios paulistas.

ABSTRACT

EDUCATIONAL OFFER AND PARTNERSHIP WITH THE PRIVATE SECTOR: A PROFILE OF SÃO PAULO'S TOWNS WITH UP TO 10,000 INHABITANTS.

In this work, we assume that the reform of public education occurred in São Paulo State since 1995 which resulted, among other things, the municipalization of elementary school, drove the increase in partnership between the municipal governments and the private sphere and that this increase is the main mechanism of education privatization within the São Paulo State. Accordingly, the objective of this study was to examine the trend in the adoption of partnership between municipal governments to purchase textbook of private companies in towns with up to 10,000 people for the exclusive elementary school attendance, stage that has suffered the mayor impact on the process of decentralization in the period of this research's analysis (1996-2006). The research involved the collection, the systematization and analysis of data about 16 towns, and the data about the partnerships themselves, seeking to draw a profile of the towns. These data has as the main source the database of research "Strategies for municipal offer of basic education: analysis of public-private partnerships in the Sao Paulo State. ". The literature review was also present at work and allowed the theoretical support of it. As a result of the work it was observed that the towns in question had a very weak financial profile, as most of its revenues was due to government transfers of the State or the Union and its own revenues would be insufficient to maintain the enrollment of elementary school assumed in the process of decentralization, as the towns had a high rate of decentralization of enrollment in elementary education: more than 40% of enrollment at this stage of basic education were municipalized. Also highlighted are two political parties and a private company who were present in most towns analyzed. This work indicates that the combination of these factors: financial fragility, decentralization of basic education, party program and companies "marketing" produced the great expansion of public-private partnerships for purchase textbook of private companies in municipalities with up to 10,000 inhabitants. Finally, the highlights were the disastrous consequences brought by this type of partnership that can lead to a distortion of public education.

Keywords: municipalization of education, partnership, São Paulo's cities

Lista de Siglas

Apae - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
Apeoesp - Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo
APM - Associação de Pais e Mestres
CAC - Conselho de Acompanhamento e Controle Social
Cenp - Coordenadoria de Ensino e Normas Pedagógicas
Cesesp – Coordenadoria do Ensino Superior do Estado de São Paulo
COC - Colégio Osvaldo Cruz
Conesp - Companhia de Construções Escolares do Estado de São Paulo
DEM – Partido dos Democratas¹
ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente
EE - Educação Especial
EF - Ensino Fundamental
EI - Educação Infantil
EJA - Educação de Jovens e Adultos
EM - Ensino Médio
Enade - Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
Enem - Exame Nacional do Ensino Médio
Feusp - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo
FFCLRP - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto
Fundeb - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
Fundef - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
Greppe - Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional
HTPC - Horas de Trabalho Pedagógico Coletivo
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadoria e prestação de Serviço
Ideb - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
ITA - Instituto Tecnológico de Aeronáutica
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

¹ Ex-Arena e ex-PFL

MDB - Movimento Democrático Brasileiro
MDE - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino
MEC - Ministério da Educação e Cultura
NAME - Núcleo de Apoio à Municipalização de Ensino
Oscip - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PAC - Programa de Ação Cooperativa Estado-Município
PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais
PDC - Partido Democrata Cristão
PDRAE - Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado
PDT - Partido Democrático Brasileiro
PFL - Partido da Frente Liberal
PIB - Produto Interno Bruto
PL - Partido Liberal
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNE - Plano Nacional de Educação
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PP - Partido Progressista
PPS - Partido Popular Socialista
Prodesec - Programa de Ação Socioeducativas e Culturais
Prodesp - Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo
Promdempar - Programa de Municipalização e Descentralização do Pessoal de Apoio Administrativo das Escolas da Rede Pública Estadual
PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira
PT - Partido dos Trabalhadores
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro
PUC - Pontifícia Universidade Católica
PV - Partido Verde
Seade - Sistema Estadual de Análise de Dados Econômicos
SEE - Secretaria de Estado da Educação
SOME - Sistema Objetivo Municipal de Ensino
Udemo - União de Diretores de Escola do Magistério Oficial
Unesp – Universidade Estadual Paulista
Unicamp - Universidade de Campinas

USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

	PÁGINA
INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 – A MUNICIPALIZAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL NO ESTADO DE SÃO PAULO.....	18
A MUNICIPALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO	18
<i>O governo de Paulo Egydio Martins (1975-1979)</i>	19
<i>O governo de Paulo Maluf (1979-1983)</i>	22
<i>O governo de Franco Montoro (1983-1986)</i>	23
<i>O governo de Orestes Quércia (1987-1991)</i>	25
<i>O governo de Antonio Fleury Filho (1991-1994)</i>	28
<i>O governo de Mário Covas Júnior: primeira gestão (1995-1998) e a reforma da educação paulista</i>	31
<i>Os governos de Mário Covas Junior e Geraldo Alckmin (1999-2002) e Geraldo Alckmin e Cláudio Lembo (2003-2006): uma continuidade partidária e de incentivo à municipalização</i>	48
ALGUMAS CONSEQUÊNCIAS DO PROCESSO DE MUNICIPALIZAÇÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO.....	52
CAPÍTULO 2 – O PÚBLICO, O PRIVADO E AS PARCERIAS ENTRE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E O SETOR PRIVADO	55
O DEBATE SOBRE O PÚBLICO E O PRIVADO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	55
PARCERIAS ENTRE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E A ESFERA PRIVADA.....	60
<i>Instrumentos legais da parceria entre administração pública e setor privado</i>	63
ALGUNS LIMITES E CONSEQUÊNCIAS DAS PARCERIAS ENTRE A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL E O SETOR PRIVADO NA EDUCAÇÃO.....	66
CAPÍTULO 3 – PARCERIA PARA COMPRA DE MATERIAL OU SISTEMA DE ENSINO APOSTILADO: ANÁLISE DA TENDÊNCIA NOS MUNICÍPIOS PAULISTAS COM ATÉ 10.000 HABITANTES.....	71
PRESENÇA DE PARCERIAS NOS MUNICÍPIOS PAULISTAS	73
CARACTERIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS MUITO PEQUENOS.....	74
<i>Município de Adolfo</i>	82
<i>Município de Alvinlândia</i>	87
<i>Município de Borá</i>	92
<i>Município de Cedral</i>	97
<i>Município de Estrela do Oeste</i>	101
<i>Município de Guaraci</i>	106
<i>Município de Ilha Comprida</i>	111
<i>Município de Palmares Paulista</i>	115
<i>Município de Quintana</i>	120
<i>Município de Ribeirão Corrente</i>	124
<i>Município de Santa Rita d'Oeste</i>	130
<i>Município de Santo Antônio da Alegria</i>	134
<i>Município de Sebastianópolis do Sul</i>	139
<i>Município de Sud Mennucci</i>	144
<i>Município de Terra Roxa</i>	148
<i>Município de Vista Alegre do Alto</i>	153
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	158
REFERÊNCIAS	171

INTRODUÇÃO

Este trabalho representa um esforço no sentido de compreensão da política educacional paulista recente e nasceu tanto da necessidade de continuidade dos estudos realizados em minha graduação, quando abordei o conceito de qualidade de ensino subjacente à política adotada pós 1995 pela Secretaria de Estado da Educação, quanto da necessidade de entender melhor a política educacional na qual se insere minha prática profissional como professora da rede estadual de ensino “municipalizada” na cidade de Pirassununga. Como tal, tenho vivenciado o processo de municipalização do ensino fundamental que tem implicado em conseqüências para a educação pública paulista, entre elas, a adoção de sistemas apostilados de ensino pelos municípios, questão a ser analisada nesta dissertação.

Cabe salientar que este projeto é parte constituinte do Projeto Interinstitucional intitulado “Estratégias municipais para a oferta da educação básica: análise de parcerias público-privado no Estado de São Paulo²” elaborado no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional (Greppe)³ “cujo pressuposto encontra-se na hipótese de que a implementação de parcerias entre municípios paulistas e a esfera privada é umas das conseqüências das medidas visando à reforma do Estado implantadas no país a partir dos anos de 1990, as quais, como resposta a uma suposta crise de eficácia da administração pública, propõem desde então, tanto a adoção da administração gerencial, quanto à transferência da oferta de serviços públicos para as esferas administrativas locais”. (ADRIÃO (coord.), 2007).

Tal como no projeto antes indicado, nesta investigação parte-se de duas hipóteses: a primeira indica que a reforma da educação pública paulista, que gerou, entre outras coisas, a municipalização do ensino fundamental, impulsionou o aumento de parcerias da esfera pública (representada pelas prefeituras) com a esfera privada nas etapas e modalidades da educação básica sob responsabilidade municipal; e a segunda é que este aumento constitui-se

² Financiado pela Fapesp.

³ O projeto é coordenado pela Profª Drª Theresa Maria de Freitas Adrião. São integrantes do Projeto a Profª Drª Raquel Fontes Borghi da Unesp – Rio Claro; Profª Drª Teise Garcia da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras FFCLRP/USP– Ribeirão Preto e Profª Drª Lisete Regina Gomes Arelaro do Departamento de Administração Escolar e Economia da Educação da Feusp, além de estudantes da graduação e da pós-graduação.

no principal mecanismo de privatização da educação no âmbito do Estado de São Paulo, visto que a maioria dos municípios, por razões técnicas, orçamentárias ou políticas, parece incapaz de responder às demandas decorrentes da ampliação de suas redes de ensino e à variação de etapas de escolaridade que passaram a assumir (ADRIÃO (coord.), 2007).

Autores como Azevedo (2002), Martins (2003), Bueno (2004) e Borghi (2005) analisam o processo de municipalização do ensino inserindo-o num contexto de reforma estatal, no qual a municipalização, enquanto estratégia de descentralização, faria parte de um mecanismo de introdução da lógica gerencial/mercantil na educação⁴.

A municipalização do ensino, neste trabalho, será entendida como integrante do processo de descentralização da ação estatal que vem sendo defendida nas últimas décadas, no contexto da hegemonia do pensamento neoliberal, como um dos instrumentos para a reforma do Estado em vários países, inclusive no Brasil. Ela colaboraria para a diminuição do Estado, que, segundo o ideário neoliberal, encontra-se em crise devido, entre outras coisas, à sua “sobrecarga” com as políticas sociais.

A descentralização do aparelho estatal brasileiro iniciou-se em 1967 com o Decreto-Lei 200, no qual a descentralização aparece como um dos princípios fundamentais das atividades da administração federal, especificada no artigo 10, capítulo III do referido Decreto: “ART. 10 – A execução das atividades da administração federal deverá ser amplamente descentralizada” (BRASIL, 1967). Mas recentemente, em decorrência das propostas de reformas neoliberais, houve uma ampliação do processo de descentralização impulsionados a partir do Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE), elaborado em 1995, pelo então ministro Bresser Pereira.

Embora a municipalização possa não representar uma diminuição do Estado, visto que o município é uma das unidades político-administrativa estatais, alguns autores, já no início da década de 1990, como Guimarães (1995) e Laurell (1995) apontavam a municipalização do ensino público como um dos caminhos para sua privatização.

Segundo Guimarães (1995) a omissão das esferas central e regional, deixando a educação a cargo do ente federado mais frágil - o município - poderia representar uma abertura para exploração comercial do ensino pela iniciativa privada. Já Laurell afirmava:

a descentralização não tem por objetivo democratizar a ação pública, mas, principalmente, permitir a introdução de mecanismos gerenciais e incentivar o

⁴ Sobre como a introdução do raciocínio de cunho econômico tem encontrado terreno fértil nas pautas de discussão acerca das políticas educacionais, consultar Costa (1995).

processo de privatização, deixando em nível local a decisão a respeito de como financiar, administrar e produzir os serviços (LAURELL, 1995, p.174).

A municipalização do ensino brasileiro não é recente. Em 1957, Anísio Teixeira já apresentava propostas de municipalização para o ensino fundamental que segundo ele, ofereceriam vantagens de ordem administrativa, social e pedagógica (AZANHA, 1991). Embora ainda hoje a municipalização se faça sob o discurso da melhoria da qualidade de ensino, ela oculta outros interesses, nem sempre resultando em uma educação de boa qualidade.

A municipalização do ensino também traz consigo o “charme” do apelo à participação popular⁵.

Outros estudiosos (BARRETO, 1992b, BORGHI, 2000) acreditam que para que a municipalização seja bem sucedida se faz necessário levar em consideração as condições técnicas do município. Barreto (1992a), por exemplo, embora defenda a municipalização do ensino fundamental, acredita que para sua implementação se faz necessário um exame das condições técnicas dos municípios, indicando não ser “conveniente repassar para os municípios pequenos e pobres a manutenção direta das redes de ensino fundamental”. (BARRETO, 1992b, p. 27).

Mas como tais condições nem sempre têm sido levadas em consideração, os municípios parecem ter procurado diferentes estratégias para responder às novas demandas postas para estes, e entre elas, está a adoção de parcerias com o setor privado (ADRIÃO (coord.), 2007).

Conforme matéria apresentada pelo jornal “O Estado de São Paulo”, edição de 13/04/2008, pelo menos 150 (cento e cinquenta) prefeituras do Estado de São Paulo haviam adotado o sistema apostilado de ensino em suas escolas (CAFARDO e IWASSO, 2008). Esta é uma das modalidades de parcerias que municípios paulistas têm realizado com a esfera privada. Neste caso, o município adquire um modelo pedagógico único de uma das organizações de ensino privado (como COC, Positivo, Objetivo, entre outras) e passa a utilizá-lo como material de base em sua rede de ensino.

O objetivo geral deste trabalho consiste em analisar a tendência na adoção de parcerias entre a administração pública e a esfera privada para o setor educacional nos municípios paulistas com até 10.000 habitantes, apresentando o perfil daqueles que adotaram material ou

⁵ Entre os defensores da municipalização do ensino enquanto instrumento de ampliação popular destacam-se os autores José Eustáquio Romão (1992) e Moacir Gadotti (1993).

sistema de ensino apostilado exclusivamente para o ensino fundamental. A análise abrangerá a série-histórica de 1996 a 2006 e os objetivos específicos consistem em:

1. Caracterizar o contexto político-educacional do Estado de São Paulo no período de análise, com ênfase no processo de municipalização do Ensino Fundamental;
2. Identificar os municípios paulistas com até 10.000 habitantes que declararam ter realizado parceria com a esfera privada;
3. Identificar o perfil dos municípios que declararam ter parceria na modalidade compra de material apostilado exclusivamente para o ensino fundamental.

Interessa a este trabalho as parcerias realizadas no âmbito do ensino fundamental, visto que foi esta a etapa que mais sofreu alterações decorrentes do processo de municipalização do ensino e implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) (ARELARO, 1999, DAVIES, 1999, FARENZENA, 2006, OLIVEIRA, 1999, PINTO, 2000).

O procedimento teórico-metodológico utilizado compreendeu: a) a análise de bibliografia relativa às temáticas da pesquisa: educação fundamental, gestão e financiamento da educação brasileira e reforma educacional no Estado de São Paulo, com o objetivo de detalhar o contexto político-educacional em que foram realizadas as parcerias; b) o contato com a produção sobre a temática da conexão entre o setor público e o privado no campo educacional e c) o levantamento, organização e análise das informações para a composição do mapeamento e a identificação do perfil dos municípios, que consistiu nas seguintes etapas:

1 - Levantamento dos municípios que declararam possuir parceria com a esfera privada via contato telefônico direto com gestores municipais. Tal levantamento foi realizado pela equipe do projeto interinstitucional “Estratégias municipais para a oferta da educação básica: análise de parcerias público-privado no Estado de São Paulo”, e não unicamente pela pesquisadora haja vista que a totalidade de municípios contatados foi de 645. Os dados foram levantados no 1º e 2º semestre de 2007, complementados no 1º semestre de 2008 e organizados em um Banco de Dados para a referida pesquisa do qual este trabalho se valeu.

Para a construção do Banco de Dados, o projeto ao qual se vincula este trabalho, previa que os contatos com os municípios buscassem se havia algum tipo de parceria entre poder público e a esfera privada relacionada à oferta ou a gestão educacional e se houvesse, levantassem as seguintes informações:

- **Período da parceria:** ano de início e ano de término;

- **Tipo de instituição privada** com a qual se firmou a parceria: Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscips), setor privado *stricto-sensu*, outros.
- **Modalidade da parceria:**
 1. aquisição de material apostilado ou sistema de ensino apostilado;
 2. oferecimento de vagas em Instituições privadas *stricto sensu*, *Oscips* ou *outras* subvencionadas pelo Poder Público;
 3. contratação de assessorias privadas na área de Gestão Educacional, com impacto sobre a organização no aparato político-administrativo da rede de ensino;
 4. Outras que não se encaixam nas descrições acima. (ADRIÃO (coord.), 2007).

2 – Em relação ao perfil dos municípios, que declararam possuir parcerias no campo educacional, o Banco de Dados apresentou as seguintes informações:

- **PIB per Capita no ano de 2005:** Produto Interno Bruto do Município per capita⁶. Disponível em: www.seade.gov.br.
- **IDH do Município no ano de 2000:** Índice de Desenvolvimento Humano do município. Disponível em: www.seade.gov.br.
- **Dados de matrículas:** número de matrículas por dependência administrativa na série histórica 1996-2006. Disponíveis em: www.seade.gov.br e www.inep.gov.br.
- **Partido político do(s) prefeito(s):** partido político do prefeito no ano da realização do contrato de parceria com a esfera privada. Disponível em: www.ibge.gov.br.

Complementando, este trabalho pautou-se ainda no levantamento e na análise das seguintes informações:

- **Dados educacionais:** número de escolas e professores por dependência administrativa na série histórica 1996-2006. Disponíveis em: www.inep.gov.br e Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo (Prodesp);
- **Região administrativa a qual pertence o município:** Disponível em: www.seade.gov.br.
- **Principal atividade econômica do município:** disponível no Sistema de Informações da Administração Pública – Tribunal de Contas do Estado de São Paulo em: <http://siapnet.tce.sp.gov.br>.

⁶ Valores atualizados em reais de 2008.

- **Total de receitas arrecadadas, impostos e recursos aplicados em educação:** disponível no Sistema de Informações da Administração Pública – Tribunal de Contas do Estado de São Paulo em: <http://siapnet.tce.sp.gov.br>. Foram levantados dados financeiros do município no ano anterior à adoção da parceria, no ano de início da parceria e nos anos posteriores ao ano de início.

Dentre os 295 municípios paulistas com até 10.000 habitantes, selecionou-se os que declararam possuir parceria na modalidade compra de material ou sistema de ensino apostilado e destes optou-se por caracterizar aqueles na qual a etapa de ensino atendida por esta modalidade de parceria era exclusivamente o ensino fundamental.

Assim, dos 59 municípios paulistas com até 10.000 habitantes que, segundo o Banco de Dados da pesquisa “Estratégias municipais para a oferta da educação básica: análise de parcerias público-privado no Estado de São Paulo”, declararam possuir contrato para a aquisição de material ou sistema de ensino apostilado, apenas dezesseis o fazem somente para o ensino fundamental e é sobre este conjunto, a análise presente neste trabalho.

CAPÍTULO 1 – A MUNICIPALIZAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

Este capítulo discorrerá sobre o processo de municipalização do ensino fundamental ocorrido no Estado de São Paulo com ênfase no período pós 1995, no qual tal processo acentuou-se.

A municipalização da educação no Estado de São Paulo

Até 1998, o Estado de São Paulo, embora tivesse um elevado índice de escolarização, apresentava uma característica peculiar que o diferenciava dos outros Estados brasileiros: era o Estado com o menor índice de municipalização do ensino fundamental do país.

Há autores, como Barreto (1992b), que afirmam que o Estado havia isentado os municípios da oferta da educação fundamental sob o argumento “de que as localidades não dispunham de recursos e de capacidade gerencial para assumirem encargos da monta dos necessários para a criação e manutenção do atendimento educacional a toda a população em idade escolar” (BARRETO, 1992b, p. 16).

A municipalização do ensino fundamental no Estado de São Paulo começou a ocorrer de forma mais intensa a partir do ano de 1995, primeira gestão do governador Mário Covas (1995-1998), o qual juntamente com a então Secretária Estadual de Educação Professora Rose Neubauer, propuseram e realizaram uma grande reforma na rede estadual de ensino, com destaque para a indução da municipalização do ensino fundamental, esta acelerada pela Emenda Constitucional nº 14/96 que criou o Fundo de Desenvolvimento da Educação e Valorização do Magistério (Fundef) (ADRIÃO, 2001, 2006b).

No entanto, a municipalização no Estado de São Paulo em outras etapas da educação básica, como a educação infantil, ou de ações ligadas a tarefas suplementares ao ensino fundamental iniciaram-se no começo da década de 1970.

O governo de Paulo Egydio Martins (1975-1979)⁷

Em 1975, o Ministério da Educação propõe como forma de incentivar a municipalização, principalmente as quatro primeiras séries do ensino fundamental, o Projeto Pró-Município, o qual transferiria recursos para as Prefeituras Municipais que concordassem em assumir o ensino de 1º grau. São Paulo não adere a este projeto, pois o então governador Paulo Egydio Martins, engenheiro formado pela Escola Nacional de Engenharia do Brasil no Rio de Janeiro e ex-ministro do Ministério da Indústria e do Comércio (1966-1967)⁸, estava empenhado em implementar gradativamente o ensino fundamental de oito anos (ARELARO, 1999).

Neste governo, segundo Rus Perez (1994) a administração da Secretaria Estadual de Educação caracterizou-se pelo perfil de seu Secretário, José Bonifácio Coutinho Nogueira, que permaneceu no cargo durante a gestão toda, fato único no período. José Bonifácio Coutinho Nogueira era bacharel em direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Em 1958, na gestão de Carvalho Pinto, fora Secretário de Agricultura do Estado, candidatou-se a governador de São Paulo em 1962, e foi fundador/presidente da Fundação Padre Anchieta (TV Cultura). Cumulativamente com a Secretaria Estadual de Educação assumida em 1975, em 1976 foi Secretário da Cultura, Ciência e Tecnologia⁹. Havia também sido presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE).

Foi nesse governo que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 5692/1971) vigente à época foi efetivamente colocada em prática, pois a implementação da mesma geraria uma reforma no ensino estadual e por esse motivo o governo anterior pouco havia feito para a sua implantação. Segundo Rus Perez (1994), um documento do início da gestão constatava:

A administração estadual que tomará posse em março de 1975 vai encontrar o setor “Educação” enormemente tumultuado e a exigir providências urgentes e enérgicas para sua normalização... Já se estando no quarto ano de vigências da Lei 5.692, bem pouco se fez neste Estado, a nível oficial para a respectiva implantação. Basta dizer que toda a rede oficial de ensino de 1º e 2º graus se encontra ainda organizada com base nos dispositivos da anterior LDBEN – 4.024/61. (SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, s/d *apud* PEREZ, 1994).

⁷ Na época, os governadores tomavam posse em 15 de março.

⁸ As informações sobre os governadores do Estado foram obtidas no site: www.saopaulo.sp.gov.br

⁹ Informações disponíveis em <http://eptv.globo.com> e em <http://www.museudatv.com.br/biografias>. Acesso em janeiro de 2009.

Portanto, para o setor Educação a prioridade foi implantar a reforma do ensino que incluía os seguintes programas: reorganizar física e administrativamente a Secretaria da Educação bem como adequar seus recursos físicos, regularizar os quadros de pessoal docente, técnico e administrativo, organizar e implantar sistemas de informações educacionais e adequar os recursos legais e de atendimento educativo e nutricional ao pré-escolar. Além disso, a Secretaria Estadual de Educação almejava a ampliação da oferta de oportunidades, visto a insuficiência de vagas no segundo grau e a dificuldade de implantar o ensino profissionalizante (RUS PEREZ, 1994, p. 57).

Nesse período, o atual ensino fundamental dividia-se em primário (1ª a 4ª série) e ginásial (5ª a 8ª série) e este último começava a se expandir visto a extinção dos Exames de Admissão, uma espécie de “vestibular” para o ingresso na primeira série do curso ginásial, existentes até a Lei nº 5692/71. Importante salientar que a expansão de vagas para o ginásial (atual 5ª a 8ª série), em São Paulo, era anterior à lei nº 5692/71, pois havia se iniciado desde a década de 1960:

[...] o Estado de São Paulo, de forma pioneira, havia promovido uma significativa “democratização das oportunidades educacionais” – como foram chamadas as medidas políticas de abertura de vagas para um número significativamente maior de alunos, no final da década de 1960 e que havia provocado uma expansão de mais de 100% de matrículas nos cursos “ginásiais” – atuais 5ª a 8ª séries – entre os anos de 1969 e 1970. (ARELARO, 1999, p. 66)

Mesmo o Estado de São Paulo sendo o pioneiro na expansão no ensino de oito anos, o número de escolas que atendiam o ginásial era bastante pequeno se comparado com as Escolas Primárias. Segundo Arelaro (1999), para cada cinco Escolas Primárias existia um Ginásio Estadual, isso porque à época somente o ensino primário era considerado obrigatório.

A expansão do ginásial se fez primeiramente por meio de escolas “extensões” que significavam a sobreposição de duas escolas (primário e ginásial) num mesmo prédio escolar¹⁰, porque não havia um programa de construções escolares compatível com a expansão que estava ocorrendo. Assim, os prédios que anteriormente só atendiam ao ensino primário passaram a atender também o ginásial, no entanto, essa situação das escolas “extensões” no Estado de São Paulo criava uma situação confusa, visto que duas escolas com administrações diferentes funcionavam num único prédio. Segundo Arelaro (1999):

¹⁰ Segundo Arelaro (1999), essa divisão na organização do ensino fundamental em primário e ginásial, nos ajudam a entender e melhor avaliar o significado da “(nova) reorganização” realizada em 1996-1998 nas escolas estaduais, período em que o ensino fundamental de oito anos que até o momento funcionava num único prédio escolar voltasse a ser dividido em 2 períodos (1ª a 4ª série e 5ª a 8ª série).

Na prática, essas “extensões” significavam a sobreposição de duas escolas (primário + ginásio) em um mesmo prédio escolar, com dois responsáveis distintos: o diretor do Grupo Escolar, que cuidava pedagógica e administrativamente do Ensino Primário que funcionava no prédio e as classes do Ginásio Estadual, que ali haviam sido implantadas, mas cuja sede administrativa ficava no prédio de origem, comandado por outro Diretor – e onde professores e alunos se reportavam para fins pedagógicos e administrativos – daí o nome “extensão”. (ARELARO, 1999, p. 66-67).

A partir de então, o Governo Estadual decidiu implantar um Projeto de Reorganização da Rede Física para o qual grupos de trabalho foram instalados nos municípios para discutir e propor um Plano Local de Acomodação da Demanda Escolar. Segundo Arelaro (1999) este foi o primeiro e único projeto realizado de forma descentralizada em todo o Governo Militar, que envolvia a burocracia estatal e os educadores. De acordo com Rus Perez (1994) tal projeto causou grande impacto na organização da rede física das escolas, pois houve remanejamento de pessoal e diminuição do número de escolas (RUS PEREZ, 1994).

Desenvolvido o projeto em nível local, foi apresentado um Plano de Construções Escolares compatível com a expansão da rede física e um Plano de Recursos Materiais e Humanos, visto que seriam necessários também profissionais da educação, incluindo professores e pessoal administrativo.

De acordo com Arelaro (1999):

as reformas de ensino exigiam para seu sucesso, especialistas em Planejamento, e como tal foram ministrados muitos cursos de Planejamento Educacional [...]. Iniciava-se a substituição da formação dada em planejamento, até o momento, pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), em que a ênfase era no Desenvolvimento Econômico-Social, para uma linha mais tecnicista. (ARELARO, 1999).

A ênfase tecnicista do planejamento educacional da época característica do período de ditadura militar, aliado ao projeto de expansão escolar, permitiu ao sistema de ensino paulista organizar-se melhor se comparado a outras redes públicas estaduais no Brasil:

a esmagadora maioria de seus mais de 4.000 estabelecimentos de ensino urbanos com mais de uma sala, em 1981, já oferecia ensino de 1ª à 8ª séries, ao contrário dos outros Estados brasileiros, cuja ampliação do ensino obrigatório havia se dado quase que exclusivamente nas séries iniciais. (ARELARO, 1999, p.70).

Em síntese, tratou-se de um momento importante para a educação pública paulista, dada a intensificação da implantação da escola de ensino fundamental de oito anos no Estado de São Paulo.

O governo de Paulo Maluf (1979-1983)

De 1979 a 1983, esteve à frente do governo do Estado de São Paulo, Paulo Salim Maluf. Assim como o governador anterior, ele também era engenheiro, formado pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP). Antes de ser governador, Maluf trabalhou em várias empresas privadas, foi presidente da Caixa Econômica Federal entre 1967 e 1969, prefeito nomeado da cidade de São Paulo de 1969 a 1971 e Secretário de Estado dos Transportes de 1971 a 1975.

De acordo com Rus Perez (1994), o governo de Paulo Maluf pouco avançou nas propostas educacionais, limitando-se a ações esporádicas e de continuidade à gestão anterior.

Maluf qualificava seu governo como de “participação popular” e definia como suas prioridades – Educação, Saúde e Agricultura. No setor educacional, “o discurso aparece articulado às propostas veiculadas pelo Programa de Ações Socioeducativas e culturais para as Populações Carentes do Meio Urbano (Prodesec), do governo federal” (RUS PEREZ, 1994, p. 66).

No governo de Maluf houve duas greves de professores estaduais comandadas pela Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp): a primeira iniciada em agosto de 1978, que apesar de ter lutado por 27% de reajuste salarial, privilegiou a reforma do Estatuto do Magistério em suas reivindicações, defendendo uma série de direitos trabalhistas para os docentes, “contratados em caráter temporário – os precários” – devido ao crescimento acelerado da rede pública de ensino e a raridade de concursos de ingresso. Já a segunda, em 1979, abrangeu o funcionalismo em geral – da qual fizeram parte, também, os professores das universidades (LUGLI, 1998)¹¹.

Portanto, ao que tudo indica não há medidas neste governo que possam ter ligação com a municipalização, a não ser a acentuada redução do tamanho dos prédios escolares “que passaram a contar com 8,2 salas de aula em média” (RUS PEREZ, 1999, p.71), o que mais tarde será usado como um dos motivos para a reorganização da rede física nos anos de 1990. Nessa gestão a pasta contou com dois secretários: Luiz Ferreira Martins (1979 a 1982) e Jessen Vidal (1982 a 1983). Luiz Ferreira Martins era veterinário, professor da Universidade de São Paulo (FOB/USP) em São Paulo e em Bauru e ex-coordenador da Coordenadoria do Ensino Superior (Cesesp) da Secretaria Estadual de Educação no governo de Paulo Egydio

¹¹ À época o governador Paulo Maluf fez uma declaração bastante infeliz aos grevistas “As professoras não ganham mal. São mal casadas”.

Martins¹². Já Jessen Vidal, era um engenheiro aeronáutico formado pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), professor e ex-reitor desta mesma Instituição, além de professor do curso de engenharia da Faculdade de Engenharia de Guaratinguetá (UNESP-Guaratinguetá)¹³.

O governo de Franco Montoro (1983-1986)

Em 1983, assume como Governador do Estado André Franco Montoro do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), primeiro governo eleito pós ditadura militar. Para Rus Perez (1994):

Iniciado o processo de construção democrática, a eleição direta para governador em 1982 possibilita a vitória de um governo de oposição ao regime autoritário – Franco Montoro do PMDB – portador de um programa que enfatiza teses de ampliação da vida democrática, de prioridades sociais, de reorganização institucional-administrativa (RUS PEREZ, 1994, p. 71).

André Franco Montoro era formado em Direito pela USP e em Filosofia e Pedagogia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras São Bento. Quando eleito governador, já havia percorrido longa carreira política como vereador, deputado estadual e, entre 1959-1971, foi três vezes deputado federal. No governo parlamentarista de Tancredo Neves ocupou o Ministério do Trabalho e da Previdência Social (1961/1962). Havia sido também senador da República, entre 1971 e 1983.

O projeto governamental de Franco Montoro baseava-se na tríade: descentralização do processo decisório, estímulo à participação da população e privilégio à criação de empregos. No campo educacional, suas principais diretrizes foram: descentralização de funções; formulação de programas com o objetivo de iniciar o processo de regionalização/municipalização do ensino pré-escolar e de 1º grau; participação da comunidade (criação dos Conselhos Municipais de Educação); reestruturação da Companhia de Construções-Escolares (Conesp); descentralização da merenda escolar; regionalização de concursos para o magistério; revalorização do professor e recuperação salarial do magistério (RUS PEREZ, 1994).

Nessa gestão passam pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo: Paulo de Tarso Santos (1983 a 1984), Paulo Renato de Souza (1984 a 1986) e José Aristodemo Pinotti (1986).

¹² Fonte: Informações disponíveis em: www.centrinho.usp.br/emfoco/fie/foco_36/38_3_36. Acesso em janeiro/2009.

¹³ Fonte: Informações disponíveis em: www.aeitaonline.com.br. Acesso em janeiro/2009

Paulo de Tarso Santos possuía um currículo público já bastante extenso à época: bacharel em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), fora vereador em São Paulo (1955), deputado federal por São Paulo pelo Partido Democrata Cristão (PDC), prefeito de Brasília de abril de 1960 a fevereiro de 1961 e Ministro da Educação e Cultura no governo de João Goulart (1963). Com o golpe militar de 31 de março de 1964, que depôs Goulart, teve seu mandato cassado e seus direitos políticos suspensos por dez anos pela aplicação do Ato Institucional nº 1 (AI-1). Em julho de 1964, foi preso na cidade paulista de Pompéia. Posto em liberdade, asilou-se no Chile, passando a trabalhar no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Em agosto de 1979, beneficiado pela Lei da Anistia, teve seus direitos políticos restabelecidos. Com a extinção do bipartidarismo em novembro seguinte e a consequente reformulação partidária, filiou-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro¹⁴ e, em 1983, assumiu a Secretaria da Educação de São Paulo.

Paulo Renato de Souza, economista, que assume em 1984, havia sido reitor da Unicamp (Universidade de Campinas) e presidente da Fundação Pedroso Horta do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) de São Paulo¹⁵.

Já José Aristodemo Pinotti, formado em medicina pela USP com especialidade em ginecologia e obstetrícia, que assume a Secretaria Estadual de Educação em 1986, havia sido até então professor e chefe do Departamento de Ginecologia e Obstetrícia da Unicamp, e reitor nesta mesma universidade¹⁶.

No primeiro ano do governo, 1983, coloca-se em pauta a municipalização da pré-escola, a partir de convênios especiais que transfeririam matrículas e, supostamente, recursos financeiros da rede estadual para a municipal. Tal ação foi colocada em prática por meio do Decreto nº 21.810 de 26/12/83 (ARELARO, 1999). De acordo com Lopes (2006), apesar de tímido, pois os convênios inicialmente foram assinados por vinte e dois municípios,

esse processo gerou a responsabilidade exclusiva dos Municípios na criação de novas classes de pré-escola.[...]. À medida que os municípios iam assumindo a gestão de classes de pré-escolas, as classes estaduais correspondentes eram desativadas pela Secretaria da Educação (LOPES, 2006, p.71-72).

¹⁴ Informações sobre Paulo de Tarso disponíveis em: www.cpdoc.fgv.br. Acesso em janeiro/2009

¹⁵ Informações sobre Paulo Renato de Souza disponíveis em: www.paulorenatosouza.com.br. Acesso em janeiro/2009.

¹⁶ Informações sobre José Aristodemo Pinotti disponíveis em: www.unicamp.br/unicamp/a-unicamp/historia/ex-reitores. Acesso em janeiro/2009.

Outro programa de descentralização referia-se à merenda escolar. Segundo Rus Perez (1994) a descentralização da merenda escolar iniciou-se, em caráter experimental, a partir do quarto trimestre de 1983, em 118 municípios. Em 1984, inicia-se o Projeto de Municipalização da Merenda Escolar, por meio da Lei nº 4.021 de 11/05/1984, que através de um *per capita*, repassava os recursos gastos pelo município na compra da merenda. O governo estadual comprometia-se a repassar aos Municípios recursos financeiros, alegando que a merenda sob responsabilidade dos municípios poderia ser mais saudável e mais nutritiva do que os produtos industrializados mandados pelo Estado. Em 1986, 95% dos municípios possuíam a merenda descentralizada. Também nesse período inicia-se um processo “forçado” de municipalização das escolas rurais em várias regiões do Estado, pelo qual a prefeitura mantinha salas de aulas em ambientes rurais ou assumia o transporte escolar das crianças para as mesmas (ARELARO, 1999).

Em 1985, pela Lei 4.717 de 26/09/1985, visando à descentralização das construções escolares no Estado, o Poder Executivo ficava autorizado a celebrar convênios entre Estado e prefeituras municipais, para proceder às reformas necessárias ou edificar novas unidades escolares. Inicialmente, “as despesas com construções e ampliação de escolas passaram a ser descentralizadas de forma muito incipiente voltada para pequenos projetos, como por exemplo, a construção de embriões, escolas de apenas quatro a seis salas de aula” (RUS PEREZ, 1994, p. 85).

A municipalização da educação básica inicia-se no governo Montoro mediante a transferência de responsabilidades, principalmente pela pré-escola e escolas rurais para a esfera municipal. No entanto, sem a devida transferência de recursos financeiros, visto que os municípios deveriam complementar os recursos financeiros (ARELARO, 1999, BORGES, 2002).

Segundo Adrião (2006b), há de se considerar também que o processo de municipalização articulava-se à descentralização das funções do aparato administrativo à pauta política desse governo. Como se tratava do primeiro governo eleito, os partidos de oposição ao regime militar, especialmente o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), reivindicavam a descentralização do aparato estatal sob o argumento de que conduziria a uma maior participação popular e à descentralização do poder.

O governo de Orestes Quércia (1987-1991)

Em 1987, Orestes Quércia (PMDB) assume o Governo Estadual e nomeia Chopin Tavares de Lima como Secretário de Educação, que fica nessa pasta até 1989 quando assume

como Secretário, Wagner Gonçalves Rossi, logo substituído pelo físico e ex-reitor da USP, Professor José Goldemberg, cuja gestão dura um mês¹⁷. Em seguida, assume o cientista político e Professor da USP, Carlos Estevão Martins.

Orestes Quércia, jornalista e também advogado formado pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Campinas iniciou sua carreira política como vereador naquela cidade. Mais tarde, em 1967, foi deputado estadual pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), prefeito de Campinas (1969) e senador da República (1974), além de ser um dos fundadores do PMDB, presidindo-o entre 1991 e 1993.

O secretário nomeado Chopin Tavares de Lima fora deputado estadual por duas legislaturas, sendo que a segunda foi interrompida por cassação do AI-5 de 1969¹⁸ e Secretário do Interior no Governo de André Franco Montoro¹⁹. Wagner Gonçalves Rossi, formado em Direito e Administração de Empresas com mestrado em educação pela Unicamp, ao assumir a pasta havia sido deputado estadual por duas legislaturas e ex-secretário dos Esportes e Turismo deste mesmo governo (1987-1988)²⁰.

Entre as diretrizes lançadas pela Secretaria de Estado da Educação (SEE) do início de 1987, estava a valorização do magistério; a revitalização da formação de professores; o desenvolvimento de ações administrativas e educacionais integradas com os Municípios e outras instituições; a regionalização das ações educacionais e administrativas; a integração da dimensão comunitária na utilização dos recursos materiais do Estado e dos recursos institucionais da sociedade abrangente; o redimensionamento do trabalho educacional e de produção das escolas técnicas agrícolas e industriais; a informatização da Secretaria da Educação em todos os níveis com vista à desburocratização e o estabelecimento de comunicação ágil entre os órgãos da Secretaria da Educação e a rede escolar (RUS PEREZ, 1994).

No entanto, após seis meses de gestão, a SEE apresenta oficialmente as diretrizes básicas do Programa Educacional de Governo cuja ênfase recai sobre a democratização e a descentralização (RUS PEREZ, 1994).

Quércia mantém alguns projetos de municipalização como o Projeto de Municipalização da Merenda Escolar e cria outros como o Programa de Municipalização e Descentralização do Pessoal de Apoio Administrativo das Escolas da Rede Pública Estadual

¹⁷ Quando é nomeado ministro da educação no controverso governo Collor.

¹⁸ Com a edição do AI-5, a ditadura militar se institucionalizou. O AI-5 foi o instrumento jurídico que suspendeu todas as liberdades democráticas e direitos constitucionais, permitindo que a polícia efetuasse investigações, perseguições e prisões de cidadãos sem necessidade de mandato judicial.

¹⁹ Informações disponíveis em: www.revsitapublicidad.com. Acesso em Janeiro/2009.

²⁰ Informações disponíveis em: www.conab.gov.br/conabweb/curriculo/rossi.html. Acesso em Janeiro/2009.

(Promdepar) por meio do Decreto nº 27.265 de 05/08/1987. Segundo Arelaro (1999) por este projeto:

Iniciava-se, historicamente, pela via do Município, ou pela via da iniciativa da escola por meio da [Associação de Pais e Mestres] APM, a transferência de responsabilidades administrativo-financeiras em relação ao pessoal de apoio escolar. Era o embrião do processo de “terceirização” de serviços e “congelamento” do Estado em termos de número de funcionários. (ARELARO, 1999, p. 76)

Para Rus Perez (1994), o Promdepar foi criado sob o discurso da garantia de pessoal de apoio para as unidades escolares com a agilidade necessária. No entanto, o valor das remunerações era muito baixo e as escolas tiveram dificuldade em manter os funcionários.

De acordo com Barretto (1992b), em 1988 foram celebrados 331 convênios envolvendo prefeituras municipais e entidades de pais e mestres para fins de contratação de pessoal.

Sendo Secretário da Educação Wagner Gonçalves Rossi, institui-se o Programa de Municipalização do Ensino Oficial no Estado de São Paulo por meio do Decreto nº 30.175 de 13/10/1989. O documento trazia uma série de motivos ressaltando a importância da municipalização do ensino, no entanto, segundo Arelaro (1999) o programa não aconteceu por falta de empenho do “Governador municipalista”.

Borges (2002) e Cortina (2000) completam afirmando que o programa sofreu forte pressão contrária pelo magistério público estadual, dada as garantias desiguais oferecidas às prefeituras municipais pelo Governo do Estado relativas às questões financeiras. A maioria dos municípios paulistas possuía uma receita própria muito baixa o que tornava inviável a aceitação da responsabilidade pelas matrículas sem o necessário repasse financeiro de outras instâncias governamentais.

A Apeoesp desenvolveu uma campanha com o slogan “Diga NÃO à municipalização” propondo uma discussão mais aprofundada sobre as consequências desse processo para a educação pública, que, segundo a entidade, significaria uma desqualificação ainda maior do ensino público, dada a criação de diversas redes de ensino e o esfacelamento do movimento unificado dos professores, que estariam divididos em diversas regiões e municípios, comprometendo o processo pedagógico e a gestão democrática (CORTINA, 2000).

Já a União de Diretores de Escola do Magistério Oficial (Udemo) alertava para as “ingerências políticas nas escolas, os empreguimos e a troca de favores” que provavelmente seriam decorrentes do início do processo de municipalização, pois com a municipalização do

ensino, a educação seria relegada a interesses políticos partidários e pessoais dos prefeitos (CORTINA, 2000, p. 215).

A municipalização das escolas rurais e do transporte desses alunos, assim como convênios com as prefeituras para construir escolas foi ampliada, em relação à gestão anterior (ARELARO, 1999).

O governo de Antonio Fleury Filho (1991-1994)

Em 1991, assume o Governo Estadual Antonio Fleury Filho (PMDB) e Fernando de Moraes é nomeado Secretário da Educação. Fleury havia sido aluno da Academia da Polícia Militar de São Paulo e se formado em Direito pelas Faculdades Metropolitanas Unidas, exerceu atividades no Ministério Público até 1987 e a partir de então passou a ocupar o cargo de Secretário de Segurança Pública no governo Orestes Quércia, até 1990, quando foi eleito governador. Fernando de Moraes, jornalista e escritor, fora deputado estadual durante oito anos pelo MDB-SP e depois pelo PMDB-SP e vinha de uma experiência na Secretaria da Cultura (1988-1991)²¹.

A medida mais polêmica desta gestão foi a implantação do projeto “escola-padrão”. De acordo com Cortina (2000), Fernando de Moraes nomeou o Núcleo de Gestão Estratégica composto por especialistas e educadores, para elaborar estudos que envolvessem uma proposta para a política educacional e estes estudos resultaram no Projeto Escola-Padrão, lançado como projeto piloto para um conjunto de escolas “como exemplo a ser seguido e a ser disseminado a toda a rede, até o final da gestão” (CORTINA, 2000, p. 161).

Segundo Arelaro (1999), tal projeto foi bastante polêmico, pois, ao valorizar algumas escolas consideradas “padrão”:

Foram escolhidas cerca de 900 escolas - das 6000 existentes – a partir de critérios particulares – para receberem algumas condições especiais de funcionamento: coordenador pedagógico, horas para trabalho pedagógico na jornada (HTP) realizado nas escolas, possibilidade de projetos especiais a serem realizados pelos professores, etc (ARELARO, 1999, p. 78).

Para Adrião (2006b) o projeto “Escola-padrão” também implicou na descentralização de atribuições para as Unidades Escolares.

Sob a pressão de pais e educadores, que reclamavam minimamente condições iguais de funcionamento para todas as escolas, o Governo promete que, gradativamente transformaria todas as escolas em “Escolas-padrão”. No entanto, o projeto Escola-Padrão é

²¹ Informações disponíveis em: www.infoescoa.com/biografias/fernando-morais. Acesso em janeiro/2009.

praticamente abandonado enquanto alternativa para a melhoria da qualidade de ensino público paulista (ARELARO, 1999).

Nessa época, segundo Arelaro (1999):

A perspectiva não só de municipalização, mas de privatização por dentro da escola, vai ganhando corpo e o Governo consegue aprovar uma Lei criando as Caixas de Custeio Escolar, pelas quais se pretende não só que as escolas recebam recursos públicos “descentralizados”, mas por onde legalmente faça a captação de recursos privados para a manutenção da escola. Começa a tornar-se mais evidente que os projetos de “descentralização” de recursos e de fortalecimento da “decisão” das comunidades eram argumentos utilizados pelo Governo junto à rede de ensino, para início do processo legal de privatização da escola (ARELARO, 1999, p. 79).

Adrião (2006b) apresenta que neste governo a rede estadual paulista experimentou diversos mecanismos que caracterizariam os chamados “novos padrões de gestão” propostos pela gestão que a sucedeu: ênfase na autonomia da escola (financeira, administrativa e pedagógica), introdução de mecanismos competitivos entre as escolas, mecanismos de “convênios” e “parcerias” e a introdução, no final do governo, da avaliação externa do desempenho dos alunos como instrumento para construir indicadores de eficiência do trabalho escolar (ADRIÃO, 2006b, p. 89). Por “novos padrões de gestão”, a autora designa

o conjunto de fatores composto tanto pelos procedimentos e mecanismos administrativos e pedagógicos, formalmente instituídos, quanto aqueles resultantes das interações e práticas cotidianas dos diferentes agentes que compõem a comunidade escolar (ADRIÃO, 2006b, p. 24).

A Secretaria Estadual de Educação volta a ser assumida pelo Professor Carlos Estevão Martins, secretário da gestão anterior que propõe a revogação do Decreto do Programa de Municipalização (Decreto nº 30.175 de 13/10/1989) e cria o Programa de Ação Cooperativa Estado-Município (PAC) pelo qual os Municípios receberiam verbas estaduais para a construção, reformas e ampliações das unidades escolares (ARELARO, 1999).

Em relação à política salarial, os aumentos salariais eram feitos por meio de abonos e não incorporados ao salário base. Segundo Arelaro (1999) o governo estadual acreditava que essa medida o auxiliaria no caso das prefeituras quererem municipalizar os docentes da rede estadual e equiparar seus salários, visto que, historicamente, o salário estadual era mais alto que os oferecidos pela maioria dos municípios paulistas.

No último ano do governo, o Secretário em exercício, por meio de Resolução proíbe as escolas estaduais de instalarem ou ampliarem classes de pré-escola, pois considera que o ciclo

de municipalização desse nível já estava completado, ou seja, a educação pré-escolar fora totalmente municipalizada.

No entanto, no ensino fundamental a municipalização encontrava-se “congelada” visto que desde 1984 o percentual de matrículas na rede municipal continuava praticamente o mesmo, como se pode verificar na Tabela 01. Essa situação se altera a partir de 1995 com a reforma proposta pela nova gestão governamental e com a instituição do Fundef como veremos adiante.

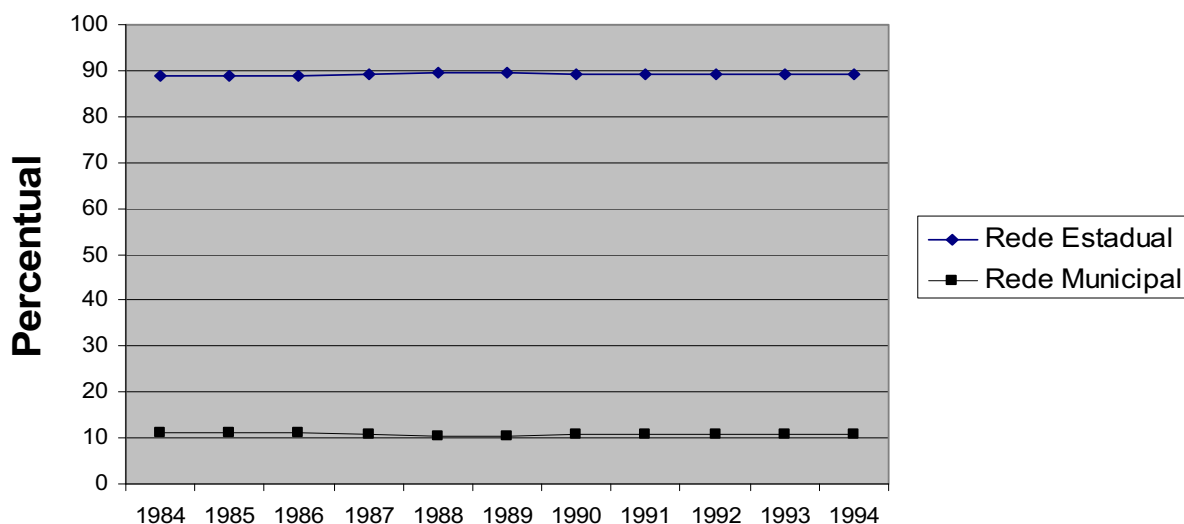
Em dez anos, a variação do percentual de matrículas na rede municipal foi pouca. Em 1984 esse percentual era de 11% e em 1994 10,9% uma diferença de apenas 0,1%, conforme apresentam a Tabela 01 e o Gráfico 01:

Tabela 01 – Matrículas do ensino fundamental na rede pública: 1984-1994

Ano	Rede Estadual	Rede Municipal	Total	% Rede Estadual	% Rede Municipal
1984	3.890.022	481.751	4.371.773	89,0	11,0
1985	3.978.507	506.684	4.485.191	88,7	11,3
1986	4.098.570	512.941	4.611.511	88,9	11,1
1987	4.148.44	503.612	4.652.456	89,2	10,8
1988	4.367.283	511.102	4.878.385	89,5	10,5
1989	4.575.788	536.942	5.112.730	89,5	10,5
1990	4.711.559	557.676	5.269.235	89,4	10,6
1991	4.917.735	587.196	5.504.931	89,3	10,7
1992	5.126.570	625.706	5.752.276	89,1	10,9
1993	5.248.114	638.936	5.887.050	89,1	10,9
1994	5.280.200	646.230	5.926.450	89,1	10,9

Fonte: Arelaro (1999, p. 63).

Gráfico 01 – Percentual de matrículas no ensino fundamental nas redes estaduais e municipais na série 1984-1994



Fonte: A autora com base nos dados

O governo de Mário Covas Júnior: primeira gestão (1995-1998) e a reforma da educação paulista

Para Martins (2001), no final dos anos de 1980, aliadas ao movimento de reforma do Estado brasileiro que nascia nesse mesmo período, iniciaram-se as críticas feitas ao Estado que ressaltavam a centralização do poder e de recursos e apontavam para a complexidade das relações entre Estado e sociedade civil. E a partir dos anos de 1990 passou-se:

[...] a expressar o consenso em torno do ideário de um novo liberalismo, no qual a descentralização da ação estatal e a privatização de seus serviços destacavam-se como medidas principais para a conquista da eficácia e da eficiência do Estado (MARTINS, 2001, p.211).

Vale ressaltar que tal ideário expressava o consenso apenas na perspectivas dos propositores da reforma estatal, ou seja, não poderia ser considerado consenso.

Segundo a mesma autora, esse período foi também marcado pela “resignificação” do conceito de democracia, pois partindo de princípios [liberais] universais que respondessem aos parâmetros estabelecidos e aceitos universalmente para a ação estatal, tais como: equidade, prioridades governamentais, princípios de justiça distributiva, entre outros, se justificam medidas que tinham como prioridade a descentralização de responsabilidades, a eficácia e a eficiência da ação estatal.

Com outra perspectiva, Adrião (2006b) também indica resignificação de conceitos ocorrida à época. Segundo ela, as bandeiras de luta dos educadores na década de 1980 - autonomia, gestão democrática e descentralização do poder - são resignificadas na década de 1990 e se operacionalizam no contexto de reformas neoconservadoras de descentralização de responsabilidades do Estado para a sociedade civil ou para a esfera privada (COSTA, 1995). Mesmo que no plano do discurso tais medidas fossem realizadas em nome da autonomia escolar e da democratização da gestão.

Isto porque para a autora, na década de 1980, reivindicava-se maior autonomia para a escola na utilização de recursos descentralizados e consequentemente descentralização do poder de decisão (lutava-se por uma gestão democrática). Para tanto, pressupunham-se três mecanismos básicos: medidas voltadas para a descentralização político-administrativa das estruturas governamentais; aumento da autonomia pedagógica e aumento da autonomia de gasto para as unidades escolares (ADRIÃO, 2006b).

Um dos resultados dessa luta foi a inscrição do princípio da gestão democrática na Constituição Federal de 1988²², no artigo 206. Segundo Nalú Farenzena (2005) a Constituição Federal de 1988 foi marco de um avanço na democracia:

A Assembléia Nacional Constituinte de 1987-1988 condensou as aspirações democráticas às quais amplos segmentos sociais conferiam relevância, não somente por soterrar parte do arcabouço legal do Estado autoritário, mas também pela possibilidade de legitimar uma ordem política, econômica e social substantivamente democrática, não apenas poliárquica (FARENZENA, 2006, p. 172).

Na mesma direção, Adrião e Camargo (2002) indicam que o ineditismo da gestão democrática como princípio da educação nacional no texto constitucional brasileiro parece relacionar-se à existência, à época, de importantes movimentos nacionais voltados para a redemocratização do país e que este indicou a incorporação de experiências já existentes de democratização e “favoreceu a generalização de políticas voltadas para o aumento da participação de educadores e usuários na gestão escolar, nas redes públicas onde não ocorriam” (ADRIÃO e CAMARGO, 2002, p. 78).

No entanto, a partir da década de 1990, recebendo uma “nova roupagem”, os discursos da democratização foram articulados aos interesses de Reforma do Estado. Há, neste período,

²² É interessante observar, no entanto, que a década de 1980, que os progressistas viam como década democrática, os liberais chamam de “década perdida”, declarando solenemente que se trata de uma década perdida devido ao aumento dos gastos públicos (Cf. FARENZENA, 2006).

alterações no conteúdo e gestão das políticas educacionais e o debate em torno da gestão da educação e da escola pública adquire conteúdos gerenciais (ADRIÃO (coord.), 2007).

A forma como se conduziu a (antes almejada) descentralização político-administrativa das estruturas governamentais em educação na década de 1990, também descaracterizou a luta pela democracia e maior autonomia pretendida pelos educadores na década de 1980, gerando inclusive algumas relações conflituosas entre os diferentes entes federados²³.

Foi nesse contexto que se deu a eleição do governador Mário Covas, com uma plataforma centrada na modernização da gestão do Estado e consolidando uma agenda na implementação das políticas públicas na área da educação eivada de conceitos políticos e normas jurídicas (re) significadas para atender às urgências postas pela dinâmica de redefinição das funções do Estado (MARTINS, 2001, p. 213).

De acordo com Arelaro (1999) ao assumir o Governo Estadual em 1995, Mário Covas e ser nomeada Secretária da Educação Tereza Roserley Neubauer da Silva, houve uma grande expectativa em relação à educação. Os que confiavam no discurso ideológico do PSDB depositavam grandes esperanças sobre o governo recém-eleito. De Mário Covas, químico industrial e engenheiro civil formado pela USP, ex-PMDB e fundador do PSDB, político que já havia sido Prefeito eleito da cidade de Santos e Deputado Federal – cassado pelo governo Militar de 1964 – e nomeado prefeito da cidade de São Paulo na época de “transição democrática”, esperava-se o restabelecimento da democracia no Governo (ARELARO, 1999).

Da secretária estadual de educação, professora da Faculdade de Educação da USP e primeira mulher, depois de 20 anos de gestão masculina, esperava-se a priorização da educação levando em conta sua grande experiência educacional, incluindo a secretaria municipal de Educação de São Paulo (1983-1985) e a Coordenadoria de Ensino e Normas Pedagógicas (Cenp) na gestão do governo Quéricia. O magistério paulista esperava um “novo e alentado tempo de priorização da educação” visto que estava descontente e fazia inúmeras críticas ao Governo Fleury, pelo seu estilo truculento de governar (ARELARO, 1999).

No entanto, os ideais econômicos e gerenciais parecem ter sido mais predominantes do que qualquer outra coisa no governo de ambos, frustrando a expectativa acima citada.

²³ Essa questão será melhor abordada mais a frente neste trabalho quando se apresentar as conseqüências do Fundef.

O Programa de Educação do candidato Covas para o Estado de São Paulo

Em 1994, por ocasião da candidatura de Mário Covas, o PSDB divulga o “Programa de Educação para o Estado de São Paulo” parte integrante de um documento intitulado “Um governo para São Paulo: diretrizes políticas de uma candidatura”. Nesses documentos, é possível observar as diretrizes que embasariam o governo estadual caso seu candidato fosse eleito, deixando claro seu maior objetivo: superar a ineficiência e a ineficácia da rede pública (ADRIÃO, 2001, 2006b).

O programa geral criticava os governos paulistas anteriores, pois estes se limitaram a combinar um falso discurso renovador com uma prática conservadora: “mesmo falando de parcerias e contratos de gestão, mantiveram tudo como estava”. Tal prática, segundo o documento, gerava problemas de ordem estruturais para o Estado que se encontrava sobrecarregado. O documento também afirmava que estes problemas estruturais (re) produziam as grandes questões da crise brasileira e demonstravam uma clara tendência de esgotamento de sua capacidade de induzir o crescimento econômico. Defendia-se a alteração do modelo de gestão do Estado por meio da delegação da produção de serviços públicos a diferentes setores da sociedade como condição para a superação da ineficiência e da ineficácia da rede pública, tendendo a desresponsabilizar o Estado pela prescrição direta desses serviços (ADRIÃO, 2006b).

De forma semelhante ao programa geral, no Programa de Educação para o Estado de São Paulo (1995), a crítica concentra-se no gigantismo do sistema de ensino estadual responsável em 1993, por aproximadamente 80% das vagas de toda a população escolarizável do Estado. O Estado era responsável pelo atendimento do ensino fundamental e médio, enquanto que os municípios só responsabilizavam-se pela educação infantil. Tal gigantismo era identificado como grande responsável pela má-qualidade da escola pública (ADRIÃO, 2001).

Ainda segundo a autora, Mário Covas mantinha o discurso descentralizador que havia perpassado as administrações anteriores, mas expressava uma alteração na lógica de gestão ao enfatizar a melhoria da eficácia da Secretaria Estadual de Educação. Ao contrário das administrações anteriores, o tom democrático do discurso deu lugar aos de natureza “gerencial”: era abandonado o binômio descentralização e participação e substituído por descentralização e produtividade.

Frisava-se também a necessidade de economia de recursos, visto a diminuição de arrecadação de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviço (ICMS) e o aumento de professores, que seria realizada por meio da racionalização de recursos físicos e

humanos. Para alcançar os objetivos colocados, o governo propunha duas diretrizes complementares: *reforma e racionalização da rede administrativa e mudanças no padrão de gestão*, que proporcionariam uma “revolução na produtividade”.

Pelas diretrizes previa-se: implantar um sistema eficaz de informação por meio da informatização dos dados educacionais; rever a forma de ocupação dos prédios; medidas de descentralização tais como: extinção de vários órgãos intermediários da secretaria, incentivo a municipalização e propostas de parceria com o setor privado; organização das séries em ciclos, visando a diminuição da repetência e consequente racionalização de recursos (ADRIÃO, 2006b).

Segundo o programa de educação a “revolução” anunciada pressupunha a mudança no papel do Estado, de prestador do serviço educacional para o de articulador dos diferentes prestadores desses serviços. É importante observar a semelhança de conteúdo, tanto do programa geral do candidato como do programa de educação, com o contido no Plano Diretor da Reforma do Aparelho Estatal brasileiro (PDRAE), documento elaborado durante o primeiro mandato presidencial de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998) pelo então ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, que indicava a necessidade de Reforma do Estado Brasileiro (ADRIÃO, 2001).

A Reforma do Estado Brasileiro, proposta por Bresser Pereira, previa a divisão das atividades do Estado moderno, pois o mesmo encontrava-se em crise e deveria limitar suas funções. Assim, o Estado seria responsável direto por algumas atividades e em outras seria apenas regulador. A tabela apresentada no Plano diretor da reforma do aparelho de Estado mostra claramente essa divisão:

Tabela 02 – Divisão de atividades do Estado Moderno

Setores do Estado	Forma de Propriedade			Forma de Administração	
	Estatal	Pública não-estatal	Privada	Burocrática	Gerencial
NÚCLEO ESTRATÉGICO Legislativo, Judiciário, Presidência, Cúpula dos ministérios, Ministério Público.					
ATIVIDADES EXCLUSIVAS Regulamentação, segurança pública, fomento, seguridade social básica, fiscalização.					
SERVIÇOS NÃO-EXCLUSIVOS Universidades, hospitais, centros de pesquisa, museus.					
PRODUÇÃO PARA O MERCADO Empresas estatais					

Fonte: BRASIL, 1995, p.46.

A Reforma do Estado brasileiro parece ser decorrente de uma tendência observada em vários países do mundo que segundo Barroso (2005), afetou a administração pública em geral e também a educação:

A problemática da reforma e reestruturação do Estado constitui, principalmente a partir dos anos 80 do século XX, um tema central do debate político, num conjunto alargado de países, em todos os continentes, e está na origem de medidas políticas e legislativas, muito diversas, que afetaram a administração pública em geral, e conseqüentemente, a educação. É o caso, por exemplo: da descentralização; da autonomia das escolas, da livre escolha de cada escola pelos pais; do reforço de procedimentos de avaliação e prestação de contas; da diversificação da oferta escolar (cada “público” sua escola); da contratualização da gestão escolar e da prestação de determinados serviços; etc. (BARROSO, 2005, p. 726).

Para Peroni (2003), a política educacional não apenas é determinada pelas mudanças que ocorrem como redefinição do papel do Estado, como também é parte constitutiva dessas mudanças e, portanto, a materialização da reforma estatal no Brasil se concretizou nas políticas educacionais, principalmente no processo de centralização/descentralização dos projetos de política educacional.

No caso das medidas observadas em São Paulo:

A Secretaria de Educação talvez tenha sido a esfera da administração estadual que, no período analisado²⁴, mais radicalmente levou adiante a pretensão de reforma do aparelho do Estado defendida por setores afinados com os remédios neoliberais apregoados pelos organismos de fomento internacional (...) (ADRIÃO, 2006b, p. 166).

Assumindo o governo, a Secretaria Estadual de Educação, por meio do Comunicado SE de 22.03.95, estabelece as Diretrizes Educacionais para o Estado de São Paulo no período de janeiro de 1995 a 31 de dezembro de 1995, possibilitando uma visão geral dos pressupostos e prioridades da primeira gestão Covas para a área educacional. Apesar do período anunciado no comunicado compreender apenas o primeiro ano de governo, pode-se perceber, ao analisar a política implantada pela SEE, que ele perpassará um período maior, que corresponde aproximadamente ao primeiro mandato do governo Mário Covas (1995-1998) (ADRIÃO, 2006b).

O documento apresenta-se dividido em duas partes: Na primeira, fez-se um diagnóstico da rede estadual e, na segunda, foram apresentadas as diretrizes que norteariam a educação pública paulista. Na primeira parte, várias críticas foram feitas à forma como as gestões anteriores conduziram à educação pública, apontou-se, por exemplo: a despreocupação com a qualidade do ensino, desvalorização dos professores, grande índice de evasão e repetência, o que causava alto custo educacional, e também a sobrecarga atribuída à rede estadual para a oferta do ensino fundamental em relação aos municípios²⁵. Segundo o documento, tais condições evidenciavam a ineficácia e a ineficiência do sistema. Na segunda parte, diante dos problemas detectados, o documento estabeleceu as principais diretrizes que norteariam o sistema educacional no primeiro ano do governo recém-eleito. A grande diretriz no campo da gestão educacional foi denominada “revolução na produtividade” dos recursos públicos, pré-condição para a melhoria da qualidade de ensino (ADRIÃO, 2006b).

O comunicado também estabelece três diretrizes complementares que visam o atendimento desta grande diretriz: 1. A primeira consistia na **reforma e racionalização da rede administrativa**; 2. A segunda previa a **desconcentração e descentralização de recursos e competências**; 3. A terceira propunha **mudanças no padrão de gestão**.

Entre as estratégias para a reforma, a municipalização do ensino fundamental

²⁴ A autora analisou as políticas implementadas pela Secretaria Estadual de Educação no período de 1995 a 1998.

²⁵ No decorrer do governo Covas, ocorreu o processo de municipalização de parte do Ensino Fundamental.

No final do primeiro ano de governo de Covas já se pode observar algumas medidas com vistas à municipalização do ensino fundamental. O Decreto nº 40.473 de 21 de novembro de 1995 reorganizava as escolas dividindo-as em quatro modelos: o primeiro composto apenas pelas quatro primeiras séries do ensino fundamental, o segundo por escolas de 5ª a 8ª série, o terceiro por estas séries e pelo 2º grau e o último apenas pelas escolas com classes de 2º grau. De acordo com Arelaro (1999), tal medida foi tomada de maneira autoritária, sem ouvir os profissionais da rede de ensino, os pais ou os alunos ou mesmo entidades científicas e educacionais e o Governo alegava querer garantir um trabalho pedagógico que levasse em conta as diferenças entre infância e adolescência.

Os motivos apresentados pela SEE para justificar esta reorganização eram incoerentes, pois se afirmava que tal proposta havia sido debatida com os eleitores durante a campanha de 1994 tendo sido recomendada pelos professores, o que na realidade não havia acontecido, se afirmava também que consulta realizada junto aos educadores em 1983²⁶, indicava que dentre as medidas propostas para melhorar a qualidade de ensino estava reorganizar o ensino fundamental em dois ciclos; e ainda que as escolas construídas há pouco tempo eram menores, com menos salas de aula e com essa diminuição seria melhor separar os dois ciclos, pois as escolas de 1ª a 4ª séries teriam mobiliário adequado, brinquedos, materiais estimulantes, enquanto as escolas de 5ª a 8ª séries teriam mais laboratórios, computadores e salas ambientes. (ADRIÃO, 2001, 2006b, ARELARO, 1999).

Para Arelaro (1999), o custo pedagógico dessa implantação foi alto e não se pautou em nenhum estudo preliminar, desconsiderando todas as escolas que vinham desenvolvendo projetos pedagógicos interessantes e consistentes na direção de garantir um processo contínuo de ensino-aprendizagem:

[...] nenhuma relevância foi dada a essa situação, separando-se física e socialmente, de forma abrupta, irmãos, colegas, grupos de amigos, famílias, projetos e identidades pessoais e pedagógicos. Nenhum respeito à história pessoal e social dos sujeitos educacionais. Nenhuma consideração pelos projetos pedagógicos-educacionais em execução em cada uma das escolas envolvidas. Nenhuma autorização de dilatação do “tempo” para discutir, propor ou mesmo “se acostumar” com a idéia-proposta. Só a aceitação e a discussão de como executar melhor “o” programa proposto (ARELARO, 1999, p. 86).

A reorganização envolveu cerca de 70% da rede estadual e gerou, segundo Arelaro (1999):

- a) a diminuição de períodos de funcionamento das escolas: em 1995, 1.293 escolas funcionavam com mais de dois turnos diurnos, esse número caiu para 343 em 1998.

²⁶ Ou seja, 12 anos antes da implantação da reorganização, o que parece incoerente.

- b) redução do número de escolas estaduais: de 1995 a 1998 houve a redução de 864 escolas.
- c) aumento do número médio de alunos por sala: aumentou de 24/25 para 32/35, encontram-se salas com até 45 alunos, atitude condenável visto que a variável quantidade de aluno-classe é, sem dúvida, condição importante para a melhoria da qualidade de ensino.
- d) Conseqüente diminuição de professores na rede estadual.

Assim,

antes que uma medida de caráter pedagógico, como foi veiculado pela SEE, a reorganização das escolas visava à diminuição de gastos e de desperdícios do sistema, expressos em um hipoteticamente excessivo número de professores e salas” (ADRIÃO, 2006b, p. 117).

A reorganização das escolas estaduais respondia à pré-condição para a municipalização do ensino fundamental, mas se fazia sempre em nome da melhoria da qualidade de ensino (ADRIÃO, 2001, 2006, ARELARO, 1999, MARTINS, 2003).

De acordo com a Secretaria de Estado da Educação (SEE), o processo de Municipalização [da oferta de vagas no ensino fundamental] em São Paulo teve início já em 1995 “com um amplo levantamento junto às prefeituras municipais sobre o trabalho educacional que vinham realizando na educação infantil e abrindo o debate para iniciarmos a Municipalização do Ensino fundamental” (SEE, 2008). Segundo ela, neste processo caberia ao Estado de São Paulo o papel de articulador e integrador do projeto educacional e a Secretaria de Educação a liderança desse processo (SEE, 2008).

Há de se considerar, no entanto, que embora o discurso da Secretaria Estadual de Educação afirme que o processo de municipalização tenha se iniciado por meio de debates junto aos municípios, “não se pode ignorar a capacidade de indução à municipalização levada adiante pelo governo estadual, desde a sua posse” (ADRIÃO, 2006a, p. 271).

Cabe lembrar que no final da década de 1980 e início da década de 1990, o tema da municipalização do ensino fundamental vinha à tona também impulsionado pelos instrumentos legais, pois tanto a Constituição Federal de 1988 como a Constituição do Estado de São Paulo de 1989, previam a co-responsabilidade municipal no oferecimento do ensino fundamental. Acrescenta-se a isso “o aumento dos recursos tributários pós-Constituição de 1988 para a esfera governamental municipal e a correspondente não ampliação no atendimento à demanda do ensino fundamental” (Adrião, 2006b, p. 110).

Segundo Vicente Rodriguez (2001), em 1997 a esfera municipal recebia 10 pontos percentuais a mais do total da receita do Estado brasileiro do que nas décadas do regime de

exceção militar, conforme podemos observar na Tabela 03, mas o aumento da oferta educacional por parte destas instâncias governamentais foi modesto e totalmente focalizado no ensino pré-escolar.

Tabela 03: Distribuição da Receita de Impostos 1960-1997: Recursos disponíveis por nível de governo (%)

Anos	Federal	Estadual	Municipal
1960	59,44	34,01	6,55
1980	69,17	22,18	8,64
1988	62,32	26,92	10,77
1997	56,4	27,5	16,1

Fonte: Rodriguez (2001)

O regime de colaboração, presente na Constituição Federal de 1988, também serviu como um dos argumentos para a municipalização do ensino fundamental em São Paulo::

[...] era preciso assegurar os preceitos constitucionais definidos na Constituição Federal de 1988 que no seu artigo 211 define a obrigatoriedade dos Municípios atuarem prioritariamente no Ensino Fundamental e na Educação Infantil (artigo 211 parágrafo 2º), situação essa que no Estado de São Paulo deveria desconcentrar a SEE/SP que respondia por 87, 5% do Ensino Fundamental, sendo que em 1994 dos 645²⁷ municípios apenas 64 atendiam a uma pequena parcela do Ensino Fundamental, mesmo municípios ricos com muitos recursos não cumpriam o dever constitucional (SEE, 2008).

A Constituição Federal de 1988 apresenta a co-responsabilidade municipal sobre o ensino fundamental em seus artigos 211 e 212:

Art. 211 – A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

(...)

§ 2º - Os municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e pré-escolar.

Art. 212 – A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino. (BRASIL, 1988)

No início de 1996, por meio do Decreto nº 40.673 de 16 de Fevereiro de 1996, é instituído o “Programa de Ação de Parceria Educacional Estado-Município para atendimento ao ensino fundamental”, que reflete a convicção de intensificar o processo de descentralização do ensino, principalmente de 1ª a 4ª série (séries iniciais).

De acordo com Adrião (2006b), o programa era justificado pela necessidade de fortalecer a autonomia do poder municipal local; de promover a descentralização e atender ao artigo 240

²⁷ Embora se saiba que em 1994 o Estado de São Paulo ainda não possuía 645 municípios o site oficial da Secretaria Estadual de Educação traz essa informação. De acordo com as Leis Estaduais nº 9330/95 e nº 9821/97 foram criados novos municípios paulistas (passaram de distritos para municípios).

e artigo 249, parágrafos 1º e 2º, da Constituição do Estado, que previam tanto a prioridade do município em atender o ensino fundamental quanto à colaboração entre esferas governamentais para oferecimento da educação básica.

Neste programa estava previsto o convênio entre rede estadual e municipal de ensino mediante a transferência de matrículas do ensino fundamental da rede estadual para a rede municipal, juntamente com os recursos humanos necessários: funcionários técnicos, administrativos e docentes. A SEE comprometia-se a dar assistência técnica necessária aos municípios. Quanto ao repasse de recursos estes “seriam repassados em função do plano de trabalho baseado no Decreto nº 40.722, de 20 de março de 1996, que dispunha sobre a prévia autorização do governador para a celebração de convênios no âmbito da administração centralizada e autárquica” (ADRIÃO, 2006b, p. 160) e a vigência do convênio prevista para cinco anos.

No ano de instituição do Programa a municipalização era ainda bastante tímida: somente 46 municípios iniciaram a sua rede parcial de ensino fundamental. Segundo a SEE, esse baixo número de adesões deve-se aos cuidados da Secretaria e dos Prefeitos Municipais, pois não contavam com recursos para tal missão.

O movimento de reforma e municipalização paulista alia-se ao Fundef: uma pausa para entendê-lo

No segundo semestre de 1996, foi aprovado no Congresso Federal a Emenda Constitucional nº 14 (EC 14/96) que cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) e a Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9394/96. Segundo Adrião (2001), tais documentos legais asseguraram os recursos necessários para cumprir com as metas de municipalização do ensino fundamental no Estado de São Paulo.

De acordo com Marcos Bassi e Juca Gil (1999), havia um contexto municipalizante no Estado de São Paulo, no período iniciado em 1995, “decorrente da ação combinada de medidas locais e nacionais em prol da municipalização do ensino fundamental regular” (BASSI e GIL, 1999). Nesse sentido, Romualdo Portela de Oliveira (2004) também afirma que a municipalização do ensino fundamental no Estado de São Paulo teve dois importantes estímulos:

[...] a decidida posição municipalista da Secretaria Estadual de Educação e o FUNDEF, em vigor a partir de 1998, mas já em discussão desde meados de 1995 e

aprovado desde setembro de 1996, e de certa forma, estimulador de ações municipalizadoras desde então (OLIVEIRA, 2004, p. 9).

Para Romualdo Oliveira (2007) o Fundef, instituído em nível nacional pela EC 14/96, foi uma subvinculação dos recursos constitucionalmente vinculados à educação e regulamentado pela Lei nº 9424/96. Por meio da EC 14/96 alterou-se o Art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, explicitando a prioridade do ensino fundamental na educação brasileira e buscando livrar o referido artigo de interpretações errôneas que ocorriam até o momento por parte da União. Consistia em um fundo de natureza contábil de âmbito estadual, ou seja, não havia transferência de recursos de um Estado para outro. Teve a duração de dez anos, perdurando até 31 de dezembro de 2006²⁸.

O Fundo estabelecia que pelo menos 60% dos recursos destinados à educação fossem empregados no ensino fundamental, e era distribuído para Estados, distrito federal e municípios na proporção das matrículas de 1ª a 8ª séries do ensino fundamental regular (o que desestimulou os investimentos em outros níveis de educação). Previa um valor mínimo anual por aluno estabelecido nacionalmente e os municípios que não o atingissem teriam uma complementação realizada pela União. Explicitava ainda que 60% dos recursos de cada Fundo deveriam ser destinados ao pagamento dos professores e os outros 40% poderiam ser gastos em itens admissíveis como MDE (Manutenção e Desenvolvimento do Ensino).

No entanto, a União desrespeitou sistematicamente a prescrição legal que previa a necessidade de sua complementação e “seu débito para com os Estado e Municípios, acumulados de 1998 a 2005, supera os 20 bilhões de reais, o que se configura como um dos “maiores calotes” ao ensino fundamental da história do Brasil” (PINTO e ADRIÃO, 2006, p. 37).

Em decorrência dele, criou-se Conselhos de Acompanhamento e Controle Social (CACs) com as atribuições de acompanhar e controlar a repartição, a transferência e a aplicação desse fundo.

De acordo com Paulo de Sena Martins (2005):

A experiência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – Fundef, representou um avanço em termos de mecanismo operacional de financiamento da educação, fato assinalado pelo Plano Nacional de Educação – PNE e reconhecido mesmo por seus críticos [...] (MARTINS, 2005, p. 4)

²⁸ A partir de 2007 o Fundef foi substituído pelo Fundeb (Ver EC 53/06 e Lei nº 11.494 de 20/06/2007).

A forma de redistribuir os recursos do Fundef, isto é, o repasse do montante recebido por Estados e municípios em função do número de alunos matriculados nas respectivas redes de ensino, desencadeou um processo de municipalização, principalmente em Estados onde a participação dos municípios na manutenção do ensino fundamental era pequena antes da criação do Fundo (BORGHI, 2000, CRUZ, 2006, PINTO, 2007).

A Tabela 04 apresenta as matrículas no ensino fundamental na série histórica 1997-2006 no Brasil, na qual é possível observar o crescimento das matrículas na esfera municipal e a queda na esfera estadual.

Tabela 04: Quadro de matrícula bruta total no Ensino Fundamental para o BRASIL por esfera administrativa (1997 – 2006)

Dep. Admin/ano	Federal	Estadual	Municipal	Privada	BRASIL
1997	30.569	18.098.544	12.436.528	3.663.747	34.229.388
1998	29.181	17.266.355	15.113.669	3.383.349	35.792.554
1999	28.571	16.589.455	16.164.369	3.277.347	36.059.742
2000	27.810	15.806.726	16.694.171	3.189.241	35.717.948
2001	27.416	14.917.534	17.144.853	3.208.286	35.298.089
2002	26.422	14.236.020	17.653.143	3.234.777	35.150.362
2003	25.997	13.272.739	17.863.888	3.276.125	34.438.749
2004	24.633	12.695.895	17.960.426	3.331.480	34.012.434
2005	25.728	12.145.494	17.986.570	3.376.769	33.534.561
2006	25.031	11.825.112	17.964.543	3.467.977	33.282.663

Fonte: Adrião e Borghi (2007).

No Estado de São Paulo, o aumento da municipalização do ensino se deu principalmente nas séries iniciais do ensino fundamental (1ª a 4ª série). As séries finais mantiveram-se, em sua maioria, a cargo do governo do Estado, embora alguns municípios tenham optado por municipalizá-las. Tal situação, segundo José Marcelino de Rezende Pinto (2007), dificulta a conclusão do ensino fundamental com êxito, visto que o aluno deve passar por duas redes de ensino diferentes e estas, geralmente, possuem grandes diferenças na qualidade e nos padrões de avaliação.

A Tabela 05 apresenta o repasse das matrículas do ensino fundamental da rede estadual para a municipal em São Paulo na série histórica 1996-2006, na qual é possível verificar que o repasse maior se deu nas séries iniciais do ensino fundamental:

Tabela 05: Matrículas no ensino fundamental no Estado de São Paulo (1996-2006)

Ano	Anos Iniciais - 1ª a 4ª séries				Anos Finais - 5ª a 8ª séries			
	Rede Estadual	%	Rede Municipal	%	Rede Estadual	%	Rede Municipal	%
1996	2.627.948	86,2	421.917	13,8	2.450.591	88,9	304.787	11,1
1997	2.180.098	74,4	749.941	25,6	2.454.462	88,3	325.909	11,7
1998	1.946.850	69,4	858.087	30,6	2.489.557	88,1	336.732	11,9
1999	1.570.059	58,6	1.109.225	41,4	2.482.913	86,1	401.959	13,9
2000	1.430.797	54,7	1.184.431	45,3	2.434.523	85,5	411.450	14,5
2001	1.330.036	50,3	1.314.169	49,7	2.220.757	82,9	457.598	17,1
2002	1.229.390	46,1	1.437.119	53,9	2.056.028	80,5	497.982	19,5
2003	1.166.431	44,0	1.485.700	56,0	1.940.381	78,7	526.043	21,3
2004	1.104.762	42,3	1.504.448	57,7	1.896.751	78,0	534.976	22,0
2005	1.045.904	41,2	1.491.176	58,8	1.908.522	78,5	522.414	21,5
2006	1.023.731	37,8	1.681.503	62,2	1.922.254	77,2	567.759	22,8

Fonte: A autora com nos dados de matrícula do INEP.

Para alguns autores (BASSI, 1999, CRUZ, 2006, MARTINS, 2005, OLIVEIRA, 2004, PINTO, 2007, RODRIGUEZ, 2001), o Fundef causou impactos negativos sobre a oferta da Educação Infantil e Educação de Jovens, visto que os municípios que tradicionalmente os priorizavam passaram a enfatizar o ensino fundamental em detrimento destes outros. Um relatório de pesquisa coordenada por Bassi (1999), sobre os impactos do Fundef no atendimento Municipal, revelou que, em relação à evolução das matrículas em pré-escola, houve uma tendência ascendente regular até 1997, fortemente desacelerada em 1998. Enquanto no primeiro período havia um aumento de aproximadamente 60 mil matrículas ao ano (uma taxa de 7% ao ano), a elevação de 1998 foi de apenas 15 mil vagas (menos de 1,5% em relação ao ano anterior). Para os pesquisadores, a forte desaceleração do crescimento de matrículas pré-escolares, justamente no primeiro ano de funcionamento do Fundef, é indício de um dos impactos negativos desse Fundo.

O Fundef também causou impactos negativos ao ensino médio, pois embora tenha aumentado a oferta por parte dos Estados²⁹, não se supriu toda a demanda dado que esse aumento foi conduzido em bases muito precárias, havendo várias ocorrências de superlotação de salas (CRUZ, 2006, OLIVEIRA, 2004).

Outra consequência encontra-se no fato que o custo-aluno estimado para o Fundo foi baixo e não assegurou um ensino de qualidade (CALLEGARI e CALLEGARI, 1997, MARTINS, 2005 OLIVEIRA, 2004, PINTO e ADRIÃO, 2006, PINTO, 2007). Mesmo porque não houve aumento de recursos para a educação com a implementação do Fundef,

²⁹ Visto que com a priorização do ensino fundamental houve mais concluintes que procuraram por este nível de ensino.

apenas uma melhor divisão destes (PINTO, 1999). Segundo Oliveira (2004), o custo-aluno foi equivalente ao gasto possível por aluno de acordo com os recursos já disponíveis. Esse gasto representou o que está posto para a realidade brasileira “a definição do minimamente possível e não o minimamente necessário” (CALLEGARI e CALLEGARI, 1997, p. 34).

O Fundef também rompeu o equilíbrio entre os alunos atendidos e a capacidade financeira dos municípios, gerando fragilidade no sistema de financiamento. Fragilidade esta que se mantém mesmo após a extinção do Fundef e sua substituição pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério (Fundeb) visto que “embora os municípios já possuam uma matrícula na educação básica maior que aquela apresentada pelos Estados, sua receita líquida de impostos é bem inferior àquela obtida pelos Estados (cerca de três quartos) [...]” (PINTO, 2007, p. 881).

Cabe lembrar que alguns autores apresentam o fato de que um eventual fim da política de fundos geraria um colapso no financiamento educacional dos municípios, pois os municípios assumiram responsabilidades acima do que poderiam manter sem os recursos repassados (BORGHI, 2000, MARTINS, 2003, RODRIGUEZ, 2001).

Além dessas conseqüências, o Fundef, enquanto política de “forçosa” descentralização, causou conflitos nas relações intergovernamentais no Brasil em diversos aspectos, conforme apresenta Vicente Rodriguez (2001). Segundo esse autor, mesmo após a descentralização fiscal iniciada na década de 1980 que aumentou a disponibilidade de recursos para os municípios, o aumento da oferta educacional por parte destes havia sido bastante modesto. Depois de quase uma década de resistência por parte dos prefeitos municipais e governos estaduais, para conduzir um processo articulado de descentralização da oferta educacional entre as esferas governamentais, o governo federal, por meio da Emenda Constitucional nº 14/1996 e da Lei 9324/1996, resolveu intervir criando um fundo de vinculação de recursos ligado ao número de matrículas no ensino fundamental em cada esfera administrativa (União, Estado e Município): o Fundef.

Usando-se do argumento deste aumento da disponibilidade de recursos para o município sem o esperado aumento no atendimento educacional e criando um fundo de sub-vinculação de recursos, a esfera federal intensificou o processo de descentralização do ensino, que era um de seus objetivos; no entanto, como já mencionado, este processo gerou conflitos no federalismo brasileiro.

Um primeiro conflito entre os entes federativos se deu devido à forma negligente e fragmentada com que as diferentes esferas administrativas enfrentaram o problema da nova distribuição de recursos, isso porque muitos municípios:

já vinham concentrando sua atividade no ensino pré-escolar, em muitos casos instalando sistemas municipais de alta qualidade – com suporte educacional e pedagógico, atendimento em período integral, saúde, alimentação e outros benefícios -, que implicavam um nível de gasto elevado no orçamento das secretarias municipais com objetivo de realizar 25% da receita de impostos (RODRIGUEZ, 2001, p.45)

Outra relação conflituosa entre os entes federados, causada pelo Fundef, se dá pela conquista de recursos, por um lado porque

o fundo representa dinheiro novo nos cofres das prefeituras, muitas delas em situação precária e por outro lado porque a perda de recursos de uma esfera governamental em benefício de outros sem a sua anuência assenta-se em cenários conflituosos e não cooperativos (RODRIGUEZ, 2001).

Um último aspecto que gera um conflito federativo advém da atitude autoritária da União. Primeiramente porque não houve diálogo intergovernamental no interior do processo de descentralização e de criação do Fundef e segundo Rodriguez (2001):

A importância do diálogo intergovernamental revela-se decisiva no planejamento das ações do sistema, na priorização e hierarquização de competências, na integração dos diferentes níveis de governo e na distribuição de recursos. Porém, no cenário criado, pode-se aventar a hipótese de um aprofundamento do estranhamento político dos entes governamentais sub-nacionais com relação à legitimidade política de coordenação federal. (RODRIGUEZ, 2001, p. 47).

E também ao fato de a União se desvincular de sua parcela de responsabilidade com o ensino fundamental: diminuindo o percentual dos seus recursos vinculados que deveriam ser aplicados no ensino fundamental (de 50% para 30%), desrespeitando o gasto mínimo por aluno previsto na legislação, e permitindo aplicações de sanções somente aos municípios que não cumprirem as determinações legais, não promovendo nenhum mecanismo de controle e penalidade para a própria União, o que gera, sem dúvida alguma um “clima de desconforto entre as esferas governamentais e compromete a legitimidade e a aceitação da política federal por parte de outros níveis de governo” (RODRIGUEZ, 2001).

Portanto, pode-se dizer que o Fundef, enquanto medida de descentralização, minimamente causou desequilíbrios entre os entes federativos, isso porque

A falta de canais institucionalizados e de um processo de discussão ordenado sobre a distribuição e a descentralização de competências favorece a competição desordenada entre os diferentes níveis de governo, ameaçando o equilíbrio e a *ratione* das relações administrativas federais. (RODRIGUEZ, 1994, p. 347).

Nessas condições, as possibilidades de estruturar um verdadeiro sistema descentralizado ficam comprometidas e ao contrário, surgirá uma multiplicidade de sistemas educacionais descoordenados e principalmente desiguais (RODRIGUEZ, 2001).

O Fundef em São Paulo

A partir de 1997, segundo a Secretaria Estadual de Educação, intensifica-se a procura dos Municípios para iniciar o processo de municipalização da educação, impulsionados principalmente pelo Fundef. No entanto, a municipalização do ensino fundamental no Estado de São Paulo não foi só decorrente do Fundef, visto que a posição política da Secretaria Estadual de Educação também impulsionava a municipalização antes mesmo da vigência do mesmo (ADRIÃO, 2001).

No âmbito do Estado de São Paulo, o Fundef foi regulamentado em 31 de dezembro de 1997 por meio do Decreto nº 42.778. Tal decreto regulamentou o processo de transferência de dinheiro para as contas dos municípios, prescreveu o critério de cálculo para transferência de recursos em função do número de alunos matriculados no ensino fundamental que o Município viesse a assumir e estabeleceu normas sobre a composição do Conselho Estadual de Acompanhamento e Controle Social sobre os Recursos do Fundo (SEE, 2008).

Nesse contexto de municipalização, a Secretaria de Estado da Educação elaborou alguns documentos legais sobre o “Programa de Ação de Parceria Educacional Estado-Município para atendimento ao ensino fundamental”, normalizando a transferência de prédios escolares, bens móveis e recursos humanos estaduais para as prefeituras que fizessem a opção pela municipalização do ensino fundamental.

A Resolução SE nº 139, de 19 de setembro de 1997, apresentou providências a serem adotadas pelas Delegacias de Ensino no sentido de negociação com os municípios quanto à utilização de bens móveis, como aparelhos e linhas telefônicas, bem como assinatura de termo de compromisso quanto à conservação e manutenção dos prédios escolares estaduais que seriam utilizados pelos municípios que aderissem à municipalização.

Por meio do Decreto nº 43.072, de 04 de maio de 1998, disciplinou-se a celebração de convênios, objetivando a continuidade da implantação do programa e por meio dele transferiu-se alunos, recursos humanos, materiais e também recursos provenientes do Fundef para os municípios. O artigo 3º do Decreto afirmava que poderiam ser afastados pessoal docente, técnico e administrativo, junto ao Município conveniado. Porém, os municípios seriam responsáveis pelo reembolso despendido com o pagamento da remuneração e dos

encargos com pessoal afastado, haja vista que os recursos financeiros recebidos do Fundef eram calculados pelo número de alunos matriculados no ensino fundamental.

Cabe lembrar, que, antes da promulgação do Decreto nº 43.072/98, a municipalização do ensino fundamental era estimulada também “financeiramente” pela SEE, visto que no início da municipalização em São Paulo,

a Secretaria transferia aos municípios, juntamente com as escolas, os professores efetivos da rede estadual de ensino, mantendo-se sua remuneração a cargo do Estado, apenas nos anos seguintes e para os que aderiram posteriormente à municipalização é que se iniciou um processo de “devolução contábil” desses valores ao Estado.(OLIVEIRA, 2004, p. 10).

No entanto, o processo de municipalização do ensino fundamental não se deu de forma tão harmônica como a Secretaria Estadual de Educação descreve, visto a constatação da pressão exercida por esta aos prefeitos para que municipalizassem o ensino fundamental.

Adriana Aparecida Dragone da Silveira (2006), que analisou a atuação das promotorias de justiça da infância e da juventude no que tange o direito à educação em dois municípios paulistas, constatou, por exemplo, que o município de Rio Claro foi forçado pelo Ministério Público, em 1997, a expandir seu atendimento ao ensino fundamental, tendo em vista o resultado de uma Ação Civil Pública movida por aquela instituição a partir da solicitação da Secretaria Estadual de Educação, dada a resistência do então governo municipal em aderir ao formato de municipalização proposto³⁰ (SILVEIRA, 2006).

No caso de Rio Claro, mesmo tendo o então prefeito da cidade argumentado que “não dispunha de estrutura física e orgânica e nem de recursos financeiros” para assumir o ensino fundamental, este foi obrigado a expandir sua rede de ensino, inicialmente para atender os alunos do ensino fundamental excedentes da rede estadual (SILVEIRA, 2006).

Os governos de Mário Covas Junior e Geraldo Alckmin (1999-2002) e Geraldo Alckmin e Cláudio Lembo (2003-2006): uma continuidade partidária e de incentivo à municipalização

A primeira gestão do governador Mário Covas Junior (PSDB) compreendeu o período de 01/01/1995 a 31/12/1998. Vítima de um câncer, não permaneceu até o fim da segunda gestão para qual foi eleito (1999-2002), pois faleceu em 06 de março de 2001. Nessa data, assumiu

³⁰ A autora constatou também que junto ao processo resultante da Ação Civil Pública havia várias notícias de jornais que “denunciavam” a pressão exercida pela Secretaria Estadual de Educação para a municipalização do ensino fundamental (Ver Silveira, 2006, p. 116).

como governador do Estado o médico anesteologista, ex-prefeito de Pindamonhangaba, ex-deputado estadual e federal, um dos fundadores do PSDB e à época vice-governador, Geraldo Alckmin.

Rose Neubauer manteve-se como secretária estadual de educação de 1995 até 06 de abril de 2002, seu longo tempo de permanência à frente da Secretaria Estadual de Educação (sete anos e três meses ininterruptos) representou um recorde na educação paulista “quebrando a tendência de alta rotatividade do cargo, verificada, sobretudo, nas três administrações anteriores e consecutivas do PMDB no governo paulista” (MILITÃO, 2007, p. 62) o que possibilitou o prosseguimento das ações iniciadas na primeira gestão de Covas, inclusive as ações com vistas à municipalização do ensino fundamental.

Findando a segunda gestão consecutiva do PSDB em 2002, Geraldo Alckmin se reelege como governador do Estado, mantendo a continuidade partidária por três gestões³¹ à frente do governo do Estado de São Paulo, até 31 de março de 2006, data em que se afasta para concorrer à Presidência da República e em seu lugar Cláudio Lembo assume o cargo até o final do mesmo ano.

Em 09 de abril de 2002, Gabriel Chalita é indicado como secretário de Educação do Estado de São Paulo e permanece por quatro anos a frente da Pasta da Educação. O novo secretário da educação possui uma vasta formação acadêmica obtida junto à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) que inclui duas graduações (Filosofia e Direito), dois mestrados (em Ciências Sociais e em Direito) e dois doutorados (em Comunicação e Semiótica e em Direito), além de ser escritor e ter sido ex-vereador do município de Cachoeira Paulista e ex-secretário de Estado da Secretaria da Juventude, Esporte e Lazer (2001).

No início do ano de 2006, Gabriel Chalita deixa a pasta para coordenar a campanha presidencial de Geraldo Alckmin e em 03 de abril de 2006 assume a pasta a professora Maria Lúcia Marcondes Carvalho, ex-reitora da Faculdade de Filosofia, Letras e Educação Mackenzie. Também (ex)Pró-Reitora Acadêmica da Universidade Anhembi-Morumbi, a primeira universidade do país com capital majoritário estrangeiro vendida ao grupo norte-americano *Laureate Education Inc.* tendo sido Maria Lúcia uma das negociadoras da venda dos 51% das ações da referida universidade³².

³¹ Ao final da terceira gestão do PSDB o partido continua no poder, dessa vez representado pelo governador José Serra eleito em 2006.

³² Dados sobre a venda da Universidade Anhembi-Morumbi conseguidas no site: http://carosamigos.terra.com.br/da_revista/edicoes/ed106/republica_materia.asp

Nas duas gestões apresentadas acima, a continuidade da reforma educacional iniciada na primeira gestão de Mário Covas (1995-1998) pode ser observada. No que diz respeito à municipalização do ensino, continua a ser estimulada, sobretudo enquanto Rose Neubauer permanece à frente da Secretaria Estadual de Educação (até 2002), mas também quando Gabriel Chalita está à frente. Em documento intitulado “Política Educacional da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo (2002)”, documento que expressa as prioridades na política educacional do Governo de Geraldo Alckmin (2002-2006), observa-se a manutenção das propostas apresentadas em 1995, exemplo disso encontra-se no trecho abaixo:

A SEE vem se equipando com os mais novos artefatos tecnológicos para aprimorar a qualidade de suas ações, seja em sala de aula, na administração escolar, na gestão educacional ou na educação continuada de seus educadores. Tem desenvolvido, e desenvolverá ainda mais, sistemas de racionalização administrativa, pautados nos mais modernos processos de gestão (SEE, 2002).

Em outro trecho do documento o estímulo à municipalização do ensino fundamental também é apresentado:

Em relação ao ensino fundamental, desde 1995, de acordo com as diretrizes educacionais do Governo do Estado, vem sendo implementado o Programa de Parceria Educacional Estado-Município com o propósito de resgatar a competência, a responsabilidade dos municípios paulistas no atendimento ao ensino fundamental; permitir às comunidades a participação na vida escolar de seus filhos e na definição das prioridades educacionais de suas regiões e, com isso, elevar a qualidade dos serviços prestados pela rede pública de ensino. [...] A SEE cabe, na continuidade do processo, exercer seu papel de liderança na formulação e articulação dessa política educacional, em regime de colaboração com os municípios, de modo a oferecer o suporte pedagógico e atender às exigências relativas a recursos humanos, físicos e materiais, sempre que necessário (SEE, 2002).

Portanto, após 1998, o estímulo à municipalização do ensino fundamental continua por pelo menos duas gestões, verificado pela tendência de aumento da municipalização do ensino fundamental tanto por meio da celebração de convênios com a rede estadual³³, como da transferência gradativa de alunos que ingressam no ensino fundamental na rede municipal.

A Tabela 06 apresenta, na série histórica 1995-2006, o crescimento gradativo das matrículas nas redes municipais bem como o conseqüente declínio das mesmas na rede estadual; consequência, conforme já apresentado, da posição municipalista da Secretaria Estadual de Educação aliada ao Fundef:

³³ De acordo com a SEE em 2004 havia 499 com Convênios firmados.

Tabela 06: Matrículas no Ensino Fundamental por Dependência Administrativa no Estado de São Paulo

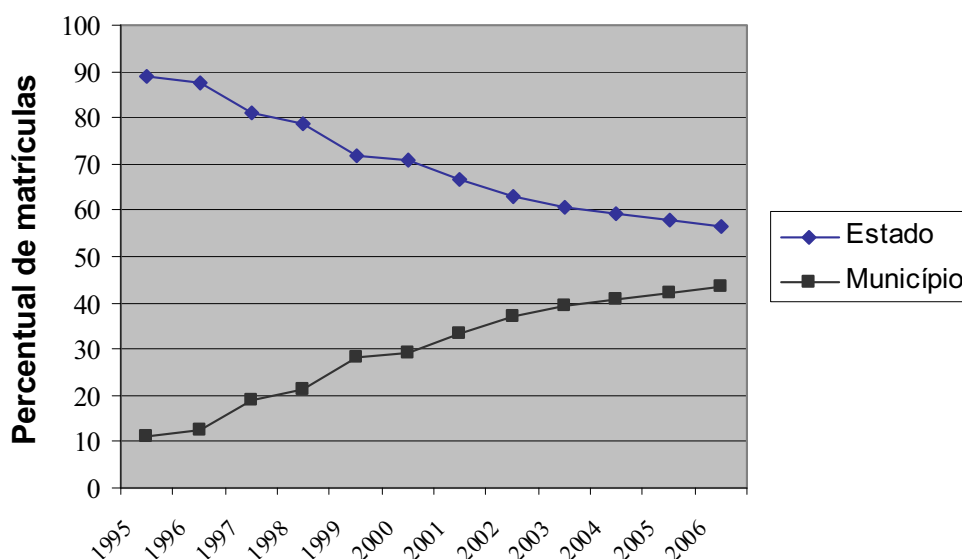
	Estado	%	Município	%	Total
1995	5.263.112	89,1	646.500	10,9	5.909.612
1996	5.078.538	87,5	726.704	12,5	5.805.242
1997	4.634.560	81,2	1.075.850	18,8	5.710.410
1998	4.436.407	78,8	1.194.819	21,2	5.631.226
1999	3.864.835	71,9	1.511.184	28,1	5.376.019
2000	3.865.320	70,8	1.595.881	29,2	5.461.201
2001	3.550.793	66,7	1.771.767	33,3	5.322.560
2002	3.285.418	62,9	1.935.101	37,1	5.220.519
2003	3.106.812	60,7	2.011.743	39,3	5.118.555
2004	3.001.513	59,1	2.075.869	40,9	5.077.382
2005	2.954.426	58,1	2.127.994	41,9	5.082.420
2006	2.945.985	56,7	2.249.262	43,3	5.195.247

Fonte: A autora com base no INEP 1995-2006

De acordo com o número de matrículas no ensino fundamental percebe-se que, com o processo de municipalização do ensino fundamental, as matrículas na rede municipal cresceram e as da rede estadual caíram gradativamente. No ano de 1995, a rede estadual era responsável por 89,1% das matrículas no ensino fundamental e os municípios por 10,9%. Em 2006, o percentual de matrículas era de 56,7% e 43,3% nas redes estaduais e municipais, respectivamente, um crescimento de 32,4% pontos percentuais de matrículas em redes municipais.

Cabe lembrar que, embora o Fundef tenha colaborado para o aumento do processo de municipalização do ensino fundamental no Estado de São Paulo, este processo antecipa-se à própria vigência do Fundef no Estado, visto que de 1995 a 1997 há um aumento significativo nas matrículas da rede municipal e foi somente em 31 de dezembro de 1997 que o Fundef foi regulamentado no Estado de São Paulo (Adrião, 2001). O Gráfico 02 possibilita uma melhor visualização desse processo:

Gráfico 02 – Processo de municipalização das matrículas no ensino fundamental na série 1995 – 2006:



Fonte: A autora com base nos dados do INEP 1995-2006

Segundo Romualdo Oliveira (2004), o Estado de São Paulo assiste a um dos mais radicais (senão o mais!) e abruptos processos de municipalização já vivenciados no Brasil.

Algumas conseqüências do processo de municipalização no Estado de São Paulo

Sem dúvida alguma o processo de municipalização do ensino fundamental em São Paulo causou grandes mudanças na rede estadual de ensino e na organização do ensino fundamental no Estado (ADRIÃO, 2001, 2006b, MARTINS, 2003, RODRIGUEZ, 2001, OLIVEIRA, 2004, SOUZA e FARIA, 2004).

De acordo com Oliveira (2004), o processo de municipalização em São Paulo atrelou-se ao Fundef, embora tenha se iniciado antes da vigência deste.

Como observado em outras regiões do Brasil foi possível perceber a diminuição ou estagnação das matrículas na educação infantil em diversos municípios do Estado de São Paulo. Exemplos deste fato foram apresentados por Bassi e Gil (1999) e por Silveira (2006) em municípios paulistas acompanhados pelos autores: Aguaí, Diadema e Rio Claro.

Outra conseqüência trazida pelo Fundef e pela municipalização do ensino fundamental refere-se a esta última ter se dado predominantemente nas séries iniciais do Ensino Fundamental, 1ª a 4ª série, o que divide o ensino fundamental em duas diferentes redes de ensino e que pode dificultar a sua conclusão com êxito (PINTO, 2007).

A fragilidade do sistema de financiamento educacional reflete-se também no Estado de São Paulo, visto que sem os recursos dos Fundos (Fundef ou Fundeb), muitos municípios não teriam receita própria para financiar as matrículas por eles assumidas.

Há outras conseqüências da municipalização, como por exemplo, questões relativas à valorização do magistério, objeto de estudo de Raquel Borghi (2005), que indicou o repasse pelo Estado de encargos, desgastes e problemas com o ensino fundamental e seus profissionais para o município, instância mais frágil. Tal situação significou em alguns municípios, perda de direitos pelos profissionais da educação, enfraquecimento de sindicatos e individualização de responsabilidades.

Outros resultados são, ainda, apresentados por Ângela Maria Martins (2003) a partir de pesquisa sobre a municipalização do ensino fundamental no Estado de São Paulo:

a) a possível ligação de assinaturas de convênios municipalistas com o período de eleições, visto que, segundo a autora

O desenvolvimento de estratégias e mecanismos governamentais de indução para que os municípios adiram aos programas de descentralização do governo federal – e o Fundef é um dos principais deles -, não exclui o complexo processo de negociação entre as esferas federal, estadual e municipal, visto que os arranjos políticos-partidários originam as mais diferentes barganhas (MARTINS, 2003, p.233).

b) os diferentes comportamentos desencadeados pelo movimento de transferência de professores, alunos, prédios escolares e funcionários: resistências, omissões, dissimulações e/ou simplesmente de adesões às orientações oficiais por meio de cumprimento ritual das ordens emanadas;

c) O vácuo no conjunto normativo-legal, em alguns casos, gerado pelo processo de transição dos municípios para se adaptarem às novas responsabilidades de atendimento às matrículas do ensino fundamental, pois

A necessidade de forjar novas formas de desempenho das políticas educacionais exige que as instituições envolvidas em sua implementação adquiram um corpo de informações e de conhecimentos burocrático-administrativos para assumir suas novas funções, o que, sem dúvida, gera um período de tensão política e de vácuo no conjunto normativo-legal, pois sua racionalidade não responde mais às necessidades do cotidiano (MARTINS, 2003, p. 232).

Outra conseqüência importante, trazida pela municipalização do ensino fundamental, foi a introdução da previsão da educação municipal no conjunto legal do município: na formulação de suas Leis Orgânicas; na elaboração dos Planos Municipais de Educação e Constituição de seus Conselhos de Educação e de Acompanhamento e Controle Social (SOUZA e FARIA, 2004).

Destaca-se também a atuação dos Conselhos de Acompanhamento e Controle Social (CACs) criados pela Lei nº 9.424/96 para o controle e fiscalização do uso dos recursos do Fundef, mas que segundo autores como Rodriguez (2001) e Souza e Faria (2004), em algumas cidades não têm funcionado como deveriam visto a sua ligação direta com o executivo municipal que pode manipulá-lo. Rodriguez (2001) apresenta que em municípios maiores os CACs parecem cumprir melhor sua função. Por outro lado, em cidades pequenas é mais acentuada a manipulação pelo executivo municipal.

Em suma, o processo de municipalização do ensino fundamental, ainda em 2009 em vigor, trouxe muitas mudanças e novas responsabilidades para a esfera municipal, que na maioria dos casos não se encontra aparelhada nem administrativamente nem pedagogicamente (RODRIGUEZ, 2001) e que também não pôde contar com a assistência por parte do governo estadual, prevista legalmente por meio do regime de colaboração, ou seja, não representou uma descentralização bem sucedida:

Na história da política educacional paulista mais recente, modificou-se radicalmente a natureza das relações entre a esfera executiva estadual e os municípios, porém, numa conjuntura, nem sempre favorável para que a efetiva descentralização seja bem-sucedida (MARTINS, 2003, p. 237).

Por essa razão, os governos municipais têm procurado responder às novas demandas e responsabilidades por meio de diferentes estratégias que variam de acordo com as características históricas, políticas, econômicas e culturais dos municípios envolvidos. Dentre essas estratégias está a adoção de parcerias por meio de contratos entre o poder público e a esfera privada para aquisição de material ou sistemas de ensino apostilados, que serão objeto de análise nos capítulos seguintes.

CAPÍTULO 2 – O PÚBLICO, O PRIVADO E AS PARCERIAS ENTRE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E O SETOR PRIVADO

O objetivo deste capítulo é reapresentar o debate sobre o público e o privado na educação brasileira contemporânea.

O debate sobre o público e o privado na educação brasileira

Até a Constituição Federal de 1988, as escolas eram divididas em escolas estatais e privadas e, dada a natureza dos serviços que ofereciam – educação – as escolas não poderiam “ter lucro”, mesmo as privadas. No entanto, segundo Romualdo de Oliveira (2005) havia uma contradição entre o texto legal e o real, visto o grande número de instituições de ensino regidas pelo lucro.

A legislação estabelecia que, “pela natureza”, as instituições de ensino não poderiam “dar lucro”. Por conta dessa “restrição”, as escolas privadas gozavam de subsídios e isenções de impostos que lhes permitiam condições muito favoráveis de funcionamento. Entretanto, tal dispositivo encontrava grande dificuldade para se sustentar ante os fatos. De um lado, pela evidente contradição entre o prescrito e a grande proliferação de instituições de ensino regidas pela lógica do lucro, ou seja, no âmbito do mercado, em processo de franca expansão durante o período da ditadura militar; de outro, pelas inúmeras tentativas de instituições confessionais de distinguirem-se daquelas e se arvorarem em instituições que, apesar de privadas, não se moviam pelo lucro (OLIVEIRA, 2005, p.155-156).

Na Constituinte de 1987/1988 os conflitos que se davam pela disputa de subsídios públicos dividiam o setor educacional em três grupos de interesses distintos: os defensores da escola pública estatal, os setores confessionais e o setor privado-empresarial, cada qual defendendo uma forma de destinação de recursos diferentes:

- 1 - Os defensores da escola pública estatal, que propunham a aplicação exclusiva de verbas públicas nas escolas públicas;
- 2 - Os setores confessionais, notadamente católicos, mas também metodistas e presbiterianos, que defendiam uma diferenciação entre as escolas públicas,

classificando-as entre estatais e não-estatais e se autoclassificando nestas últimas. Para estes setores, a aceitação da tese da exclusividade estaria condicionada à alteração do conceito de público, passando este a abraçar as escolas estatais e não-estatais;

3 – O setor privado-empresarial que, apesar de não de opor ao repasse de verbas públicas (muito pelo contrário!) centrava suas demandas na não-ingerência do Poder Público na regulação das anuidades escolares (Oliveira, 2005, p.156).

Como resultado, a Constituição acabou por contemplar o segundo grupo, pois “apesar de manter a identidade entre estatal e público, admitiu uma diferenciação, no âmbito das instituições privadas, entre as com fins lucrativos e as sem fins lucrativos, estas com direito a receber subsídios do Poder Público” (Oliveira, 2005, p. 156).

Segundo Cury (1992):

Articulando os artigos 205, 209 e 213 entre si entendo que a Nova Constituição estabelece dois gêneros de escolas: as públicas e as privadas. Já estas últimas se subdividem em duas espécies: as lucrativas e as não-lucrativas. Finalmente, as escolas privadas não-lucrativas se diferenciam em comunitárias, filantrópicas e confessionais (CURY, 1992, p. 35)

Vale lembrar, no entanto, que mesmo antes da promulgação da Constituição Federal de 1988, já havia instituições de caráter privado que recebiam recursos financeiros públicos, especialmente as de caráter assistencial, visto que na falta de iniciativa do Poder Público para garantir tal atendimento, essa nasce de iniciativas pessoais e privadas.

Um exemplo desse fato encontra-se nas Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaes), fundadas em 1954, na cidade do Rio de Janeiro, que se apresentaram como instituições privadas que buscavam atender às necessidades da educação especial pública, pois este atendimento se dava de modo insatisfatório na rede de ensino público (BUENO e KASSAR, 2005).

Segundo as mesmas autoras

na educação especial, a concomitância de serviços oferecidos pelo Poder Público estatal e os oferecidos por instituições privadas assistenciais estabeleceram-se de forma pouco nítida. Ao longo da História, o Estado brasileiro “preencheu” suas lacunas no campo da educação especial regulamentando a proibição de cobrança de impostos às instituições de educação ou assistência social, estabelecendo formas de auxílio ou incentivos [...] (BUENO e KASSAR, 2005, p. 127).

Assim, a educação especial, de certa forma, apresenta-se como antecipadora do processo de publicização³⁴ proposto pelo governo federal a partir da reforma do Estado (BUENO e KASSAR, 2005).

De acordo com Romualdo Oliveira (2005) podemos dizer que na atual Constituição Brasileira de 1988, encontram-se três formas de distinguir o público e o privado: 1.o público como estatal; 2. entre o público e o privado: o terceiro setor; 3. o público nem estatal nem privado. São elas:

1. O público como estatal

Também chamada de conceituação clássica, a primeira forma associa público a estatal e privado a não-estatal. Esteve presente nos textos constitucionais anteriores à Constituição Federal de 1988 e na atual Constituição está presente em toda a parte do texto constitucional relativa à ordem econômica. Baseado na propriedade, classifica as empresas como sendo públicas ou privadas não admitindo diferenciações, é com esse sentido que a legislação brasileira sempre tratou o tema (OLIVEIRA, 2005).

2. Entre o público e o privado: o terceiro setor

A segunda conceituação de público e privado aparece na parte constitucional relativa à educação, na qual entre o público e o privado, aparece o **terceiro setor**. De acordo com Oliveira (2005), embora o resultado da constituinte de 1987/1988 não tenha atendido por completo a reivindicação das entidades filantrópicas e confessionais que solicitavam a inclusão das mesmas na esfera pública não-estatal, elas receberam alguns benefícios, visto que mesmo permanecendo na esfera privada foram classificadas como privadas sem fins lucrativos e poderiam receber subsídios financeiros da esfera pública. Conforme artigo 213 da Constituição Federal de 1988 (CF 88):

Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos às escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas definidas em lei que:

I – comprovem finalidade não-lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação;

II – assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades. (BRASIL, 1988).

Sobre essa diferenciação entre as instituições de ensino privadas com e sem fins lucrativos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/96 (LDB) apresenta de forma mais clara:

³⁴ O conceito de publicização será mais bem explorado mais à frente, neste trabalho.

Art. 20 – As instituições privadas de ensino se enquadrarão nas seguintes categorias:
 I – particulares em sentido estrito, assim entendidas as que são instituídas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas de direito privado que não apresentem as características dos incisos abaixo;
 II – comunitárias, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas de professores e alunos que incluam na sua entidade mantenedora representantes da comunidade;
 III – confessionais, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendam a orientação confessional e ideologia específica disposto no inciso anterior;
 IV – filantrópicas na forma da lei. (BRASIL, 1996).

Para Oliveira (2005), de acordo com a LDB, por exclusão, são particulares *strictu sensu* aquelas que não são comunitárias, confessionais e nem filantrópicas e como tal não podem pleitear recursos públicos.

A grande novidade introduzida pela Constituição de 1988, segundo o mesmo autor, é que se passa a reconhecer formalmente a existência de instituições de ensino regidas pela lei de mercado o que abre a possibilidade, para se “restringir as descabidas isenções de impostos a que estas empresas ainda têm direito!” (Oliveira, 2005, p. 160).

Na Constituição de 1988, além do reconhecimento das instituições de ensino privado, diferenciou-se instituições tipicamente capitalistas (privadas com fins lucrativos) e aquelas de caráter privado, mas sem fins lucrativos:

[...] é só na Constituição de 1988 [...] que se fez uma diferenciação explícita, no setor privado, entre aquela educação que seria privada enquanto produto das relações capitalistas de produção e aquela que seria privada enquanto produto de relações “pré-capitalistas” – quase que corporativas – por não visarem uma diferença significativa entre o custo da educação e sua absorção pelos interessados (CURY, 1992, p. 40).

Nesse sentido, para Cury (1992) o setor privado com fins lucrativos é a escola tipicamente capitalista e é regulada “por acordos bilaterais baseados no sistema contratual de mercado, desde que respeite as normas gerais da Constituição e as específicas na educação nacional” (CURY, 1992, p. 40).

Já nas escolas do setor privado sem fins lucrativos, especialmente naquelas de caráter comunitário e confessional, o privado funda-se ora na família, ora na relação desassistido/opção. Na primeira vertente:

[...] o Estado continua sendo visto como extensão do homem social, cuja base é a família, considerada como lugar da identificação entre o natural e o social; toma-se o Estado como subsidiário do poder familiar. Logo, as opções familiares, por serem hierarquicamente fundantes, devem ser respeitadas pelo Estado. E, como as famílias seriam o lugar da não-exploração e as escolas a mediação entre o Estado e as próprias famílias, as escolas não podem ser lugar do lucro, mas da realização da

opção diferencial dos pais. Daí a rejeição a, ou a desconfiança para com expressões como “escola única” ou mesmo “escola unificada”. (CURY, 1992, p. 41).

Na segunda:

A escola privada confessional, sobretudo aquela voltada para a “opção preferencial dos pobres”, visaria as parcelas do povo marginalizado pelo Estado (isto é, “os pobres” no sentido bíblico); nelas confluem o direito à diferença (já que a escola oficial não a oportunizaria, e pela qual teriam então que pagar) e a impossibilidade de pagar e, com isso, ter acesso àquela diferença. (CURY, 1992, p. 41).

Para Adrião e Peroni (2005), o Terceiro Setor refere-se às esferas da sociedade que não se encontram no mercado e tão pouco no Estado e sua generalização é decorrente de uma orientação política que se desenvolveu paralelamente ao neoliberalismo e, assim como este, diagnosticou e apontou soluções para a crise do Estado: a Terceira Via.

3. O público nem estatal nem privado

De acordo com Oliveira (2005), o terceiro conceito de público presente na Constituição de 1988 aparece na parte referente às telecomunicações: “Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar a concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.” (BRASIL, 1988). Aqui a Constituição distingue público, de privado e de estatal, ou seja, o que é público não é estatal e também não é privado.

A existência desses vários “significados” para o público e privado pode gerar ambigüidades. Segundo Dourado e Bueno (2001) entre público e privado na educação brasileira as demarcações teórico-conceituais, embora existam, são precárias:

(...) os debates sobre a educação brasileira têm sido permeados pelos confrontos entre os defensores do ensino público e os defensores do ensino privado, cujas demarcações teórico-conceituais sofrem alterações substantivas ao longo da história, apesar de resultarem da precária delimitação entre as esferas pública e privada da sociedade. Essa indefinição fronteiriça acarreta, particularmente, a ambigüidade do Estado enquanto expressão de poder público (DOURADO e BUENO, 2001, p. 92).

Neste trabalho, tal qual o Projeto ao qual se vincula, usa-se a definição clássica na qual o conceito de público será sinônimo de estatal, ou seja, a definição de público e privado se baseará na perspectiva jurídico-administrativa, na qual “o público identifica-se pela manutenção/gestão do poder governamental ou de entidades de direito público e o privado pela gerência e propriedade de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado (DOURADO e BUENO, 2001)”.

Parcerias entre a administração pública e a esfera privada

Para Adrião (2007), o aumento do número de parcerias entre setor público e a esfera privada é decorrente das mudanças no papel do Estado que se configuraram nas décadas de 1990 com a introdução dos referenciais neoliberais na administração estatal (ADRIÃO e PERONI, 2005, 2007, KRAWCZYK, 2005).

Tendo surgido a partir da crítica ao Estado de Bem-Estar Social, o neoliberalismo consiste em uma corrente que propõe o redirecionamento do sistema de políticas de proteção social. Entre outras coisas, a teoria neoliberal traz orientações voltadas à privatização e desregulamentação, permitindo a entrada de empresas privadas em setores antes monopolizados pelo governo (JACOBI, 1996).

O Estado de Bem-Estar Social, objeto de crítica dos neoliberais, consiste “na forma moderna mais avançada de exercício público da proteção social” (FIORI, 1998, p. 1). Também conhecido como *Welfare State* surgiu em decorrência principalmente da Revolução Industrial, da urbanização e das conseqüências sociais e econômicas de depressões econômicas e guerras. Mas, embora haja motivos semelhantes que levaram ao seu surgimento em diferentes países, o *Welfare State* não seguiu uma progressão linear em todos os países, conforme apresenta Fiori (1998):

[...] não existe nem uma progressão linear nem uma convergência inevitável entre os seus vários tipos nacionais, ou mesmo entre os seus vários padrões de construção de organização do Estado de Bem-Estar Social. O interessante de notar, entretanto, é que respeitadas as individualidades, quase todos os países, tipos e padrões seguiram uma evolução cujos grandes momentos e períodos são análogos porque são determinados pela trajetória crítica do contexto mais amplo econômico e político ideológico [...] em que ambientou o *welfare*. Mas mesmo quando esta evolução obedece a uma cronologia análoga, suas características e conseqüências têm sido diferentes em cada país, dependendo é óbvio das regras e formas que se consolidam previamente. (FIORI, 1998, p. 10).

Segundo Anderson (1995), os ideais neoliberais foram colocados em prática a partir da década de 1970 e início da década de 1980. Chegaram à América Latina ainda na década de 1970 tendo no Chile com o General Pinochet o seu maior representante. Na Inglaterra, teve seu pioneirismo no governo de Margareth Thatcher em 1979, dentre as medidas neoliberais levadas a cabo nesse governo, estavam: corte de gastos sociais, imposição de uma legislação anti-sindical e lançamento de um amplo programa de privatização. Nos Estados Unidos, a

prática neoliberal foi iniciada a partir da vitória de Ronald Reagan e foi erigida em doutrina oficial da política econômica do governo durante toda a década de 1980.

Paralelamente ao neoliberalismo, surge também outra tentativa de responder à crise do capitalismo: a Terceira Via. Trata-se de orientação política batizada e preconizada pelo inglês Anthony Giddens que, assim como a corrente neoliberal, identificava o Estado de Bem-Estar como responsável pela crise fiscal do Estado e propunha a sua reforma.

Embora com muitos pontos semelhantes ao pensamento neoliberal, tais como: a defesa da redução de gastos governamentais com políticas sociais, a retirada da intervenção estatal na condução do mercado e a defesa da transferência de tarefas tradicionalmente atribuídas ao Estado para setores da sociedade civil, a Terceira Via considera-se transcendente ao neoliberalismo, pois ao contrário deste, preocupa-se com a exclusão social dando um enfoque democrático à reforma proposta (DRIVER e MARTELL, 2007).

Segundo Theresa Adrião e Vera Peroni (2005), na tentativa de transcender tanto a social-democracia do velho estilo [Estado de bem-estar social], quanto o neoliberalismo a Terceira Via propôs reformas no padrão de organização e gestão do Estado pelas quais o governo poderia agir em parceria com instituições da sociedade civil, defendendo “a transferência da responsabilidade sobre a oferta de políticas sociais da esfera estatal para instâncias de natureza privada dos mais diversos formatos: empresas, sociedades sem fins lucrativos, fundações, etc” (ADRIÃO e PERONI, 2007, p.46).

Nesse sentido, juntamente com a transferência de responsabilidades para o trato da questão social, há a transferência de fundos públicos para o setor privado. Esse processo é chamado ideologicamente de “parceria” entre o Estado e a Sociedade Civil (MONTAÑO, 2002).

No Brasil, é em 1995, com o Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE)³⁵ que as reformas propostas por ambas as vertentes (neoliberalismo e Terceira Via) se materializam. Nesse sentido, as principais medidas no referido Plano previam e aconselhavam a privatização, a terceirização e a publicização, cada qual para serviços específicos, sendo que esta última, a publicização, teria por objetivo transformar uma organização estatal em uma organização de direito privado, pública, não-estatal, bem “ao gosto” das propostas da Terceira Via (ADRIÃO e PERONI, 2005, 2007).

³⁵Já apresentado no capítulo um deste trabalho.

No entanto, é importante ressaltar que o conceito de publicização presente no PDRAE é bastante restrito, representa apenas uma definição para o conceito, o qual recebe diferentes conotações haja vista o momento histórico.

Segundo Raquel Raichelis (2000):

O conceito de publicização [...] funda-se numa visão ampliada de democracia, tanto do Estado quanto da sociedade civil, e pela incorporação de novos mecanismos e formas de atuação, dentro e fora do Estado, que dinamizem a participação social de modo que ela seja cada vez mais representativa dos segmentos organizados da sociedade, especialmente das classes dominadas (RAICHELIS, 2000, p. 7, grifo meu)

A concepção de publicização expressa por Tiago Martinelli aproxima-se da definição de Raichelis (2002):

As possibilidades de relações entre os âmbitos das sociedades sempre são democraticamente aceitas, desde que não descartem a centralidade e a importância do Estado. Nesse sentido, cabe o conceito de publicização, fundamentada na democracia, para a implementação, tanto pelo Estado, quando pela sociedade civil, de novos mecanismos e formas de atuação na busca da universalização dos direitos (MARTINELLI, 2007, p. 1, grifo meu).

Já Francisco de Oliveira (1994), com outra perspectiva, apresenta a publicização como um processo no qual o conflito de classes toma formas públicas, ou seja, extravasa os limites de cada corporação/instituição para constituir-se “no esteio da formação de uma sociedade universalizante” (OLIVEIRA, 1994, p. 13).

Percebe-se, que o conceito de publicização, assim como o conceito de público tem sido objeto de debate e vem despertando polêmica na relação entre o Estado e a sociedade na construção da chamada esfera pública. No caso do PDRAE, o conceito é utilizado como estratégia reformista.

Tais estratégias reformistas parecem mudar o rumo das políticas sociais e educacionais que indicavam o início de um processo de conquista democrática, visto que a década de 1980, no Brasil, foi marcada pela luta pela democracia, que parecia se consolidar com a promulgação da Constituição Federal de 1988 (ADRIÃO, 2001, DRAIBE, 2003).

Segundo Draibe (2003), após um período marcado pelo autoritarismo do regime militar “o acerto de contas com o autoritarismo supunha um dado reordenamento das políticas sociais, o qual respondesse às demandas da sociedade por maior equidade e pelo alargamento da democracia social” (DRAIBE, 2003, p. 69). Nesse sentido, mediante a pressão popular

exercida junto aos governantes, Nalú Fazenrena (2006) afirma que a Constituição Federal de 1988 foi marco de avanço na democracia.

Vale lembrar que embora a década de 1980 tenha dado novo ânimo às conquistas democráticas, o Brasil estava longe de ser considerado um Estado de Bem-Estar Social, visto que a efetividade dos direitos sociais continuava “residual” (PERONI, 2003).

No plano do discurso, mesmo não abandonando a questão da democracia no Estado, ela foi ressignificada para atender aos interesses de Reforma do Estado brasileiro, e é nesse contexto que se abrem caminhos para as novas conexões entre a esfera pública e a esfera privada.

Instrumentos legais da parceria entre administração pública e setor privado

Em decorrência do PDRAE, vários documentos legais contribuíram e impulsionaram “parcerias” entre o setor público o setor privado, entre elas a Emenda Constitucional 19/1998 (EC-19/98) e a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei complementar nº101/2000), pois estas (re) conceituaram a noção de “público” desvinculando-o de estatal e usando-o como sinônimo de “interesse de todos”. Tal (re) conceituação parece ter contribuído para a transferência ao setor privado da gerência de equipamentos e serviços tradicionalmente sob responsabilidade exclusiva do Estado (ADRIÃO e BORGHI, 2007). As restrições orçamentárias trazidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal também impulsionaram a adoção de parcerias entre a esfera pública e privada.

Dentre esses dispositivos, o mais significativo, segundo Egle Bezerra (2008), foi a EC-19/98, pois a mesma:

- a) instituiu o princípio da eficiência na administração pública que segundo a autora “foi definido constitucionalmente com a finalidade de assegurar à administração pública um serviço de qualidade e com critérios na utilização dos recursos financeiros frente à ineficiência do funcionamento da administração pública brasileira” (BEZERRA, 2008, p. 32);
- b) determinou que o Poder Público, por meio de lei, autorizasse a criação de entidades de direito privado (empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia ou fundação), retirando a sua iniciativa para a criação direta dessas entidades, que até então havia vigorado na legislação e;

c) por fim também alterou o texto constitucional introduzindo o parágrafo 8º do Art. 37 que trata sobre o contrato de gestão, dispositivo que passou a indicar a possibilidade de ampliação da autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta. Sobre este último aspecto é interessante observar o que diz o novo parágrafo constitucional:

Art. 37. ...

§ 8º - A autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta poderá ser ampliada mediante contrato, a ser firmado entre seus administradores e o poder público, que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho para o órgão ou entidade, cabendo à lei dispor sobre:

I – o prazo de duração do contrato;

II – os controles e critérios de avaliação de desempenho, direitos, obrigações e responsabilidade dos dirigentes;

III – a remuneração do pessoal.(BRASIL, 1998)

Bezerra (2008) sistematizou as modalidades de parceria entre o setor público e privado previstas em diferentes documentos legais e constatou que a ‘parceria’ pode servir a variados objetivos e formalizar-se por diferentes instrumentos jurídicos. Pode ser utilizada como forma de delegação, fomento, cooperação ou desburocratização. Como se apresenta abaixo:

A delegação, que tem como instrumento a concessão, divide-se em cinco modalidades: a) concessão e permissão de serviço público ordinária, comum ou tradicional; b) concessão de obra pública; c) concessão patrocinada (uma das modalidades da parceria público-privada); d) concessão administrativa (outra modalidade da parceria pública-privada) e e) concessão de uso de bem público. O fomento tem como instrumento e modalidade: o convênio, o contrato de gestão ou ainda o termo de parceria. A cooperação tem como instrumento a terceirização e divide-se em três modalidades: a) terceirização do trabalho pela empresa privada; b) terceirização da prestação de serviços e c) terceirização dos serviços públicos. Já a desburocratização tem como instrumento e modalidade o contrato de gestão (BEZERRA, 2008).

Todas essas formas são regulamentadas por legislação específica, mas decorrentes ou ampliadas/estimuladas pela EC-19/98 e prevêm a necessidade de parceiros: a administração pública de um lado e o parceiro privado e/ou entidades privadas de outro lado (BEZERRA, 2008).

De acordo com Maria Sylvia Zanella Di Pietro (2006) o termo “parceria” é novo para o Direito Público e o termo traz uma idéia de lucro o que tem gerado uma resistência na sua

utilização no âmbito do Direito Público. Já outros autores reconhecem o uso do termo “parceria” na esfera pública:

Para Moreira Neto, o termo rebatiza a colaboração econômica entre o setor público e o setor privado “hipótese em que entidades não estatais participam de atividades estatais de índole econômica, com o objetivo de lucro” como ocorre com a concessão e a permissão de serviço público (DI PIETRO, 2006, p.40). Segundo Wald e outros (1996), o vocábulo parceria “é utilizado para designar todas as formas de sociedade que, sem formar uma nova pessoa jurídica, são organizadas entre os setores público e privado, para a consecução de fins de interesse público” (DI PIETRO, 2006 apud BEZERRA, 2008, p.41).

Neste trabalho, o uso do termo **parceria** é justificado por representar uma relação entre administração pública e setor privado que vai além de um simples **contrato** de compra e venda, visto que se trata da transferência para a esfera privada da função de elaboração e operacionalização de política pública até então oferecida pelo Estado, com vistas à concretização de objetivos de interesse público. Também pelo conjunto de ações oferecidas pelo setor privado que passa a manter uma relação constante com a administração pública parceira (BEZERRA, 2008).

As parcerias que serão objeto de estudo neste trabalho a compra de sistemas de ensino apostilados de empresas privadas pela administração de municípios paulistas apresentam características de uma parceria na modalidade **Terceirização de Prestação de Serviços**, regido pelo Art. 37, inciso IX da Constituição federal, ao incluir estes serviços nos **contratos** dependentes de licitação, e também pela Lei 8.666/93, especialmente no que diz respeito aos serviços técnico-profissionais especializados, os quais, segundo a lei, alcançam assessorias ou consultorias técnicas e de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal (BEZERRA, 2008).

A escolha das modalidades de licitação (concorrência, tomada de preços ou convite) é determinada em função dos limites estimados do valor da obra, do serviço ou do bem a ser licitado, mediante prévia pesquisa de mercado. A tabela abaixo, elaborada por Adriana Silveira (2008) com base na Lei nº 8666/93, art. 23 e alterações feitas pela Lei nº 9.648/98, apresenta as modalidades de licitação que devem ser feitas de acordo com o valor do contrato a ser firmado:

Tabela 07: Modalidades de licitação

Modalidades	Obras e serviços de engenharia	Compras e serviços
Dispensa de licitação	Até R\$ 15.000,00	Até R\$ 8.000,00
Convite	Até R\$ 150.000,00	Até R\$ 80.000,00
Tomada de preços	Até R\$ 1.500.000,00	Até R\$ 650.000,00
Concorrência	Acima de R\$ 1.500.000,00	Acima de R\$ 650.000,00

Fonte: Silveira (2008)

Além de observar o valor, na licitação se deve levar em conta os critérios. São considerados critérios de licitação: menor preço, melhor técnica e melhor técnica e preço, sendo que os tipos de licitação “melhor técnica” ou melhor “técnica e preço” deverão ser utilizados para serviços de natureza predominantemente intelectual (Art. 45 da Lei nº 8.666/93).

De acordo com Silveira (2008), o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE/SP) para resolver o impasse de em alguns momentos a administração pública realizar o devido processo de licitação para a compra de sistema de ensino e em outro se apoiar na inexigibilidade ou dispensa de licitação, editou em 22 de agosto de 2007, a Deliberação TC-A-2117/026/06. Por meio dela deliberou-se que a contratação de sistemas de ensino deverá ser precedida do correspondente processo licitatório, preferencialmente do tipo “técnica e preço”. Esta Deliberação pode, em parte, contribuir para a aquisição de melhores materiais, tendo em vista erros apresentados por materiais adquiridos por vários municípios (SILVEIRA, 2008).

Alguns limites e consequências das parcerias entre a administração municipal e o setor privado na educação

Recentemente um estudo realizado pela Fundação Leman (*Leman foundation*) apresentou pontos positivos da adoção de sistemas de ensino apostilados pelos municípios paulistas. A Fundação entrevistou profissionais da educação que utilizam sistemas de ensino apostilados em diferentes municípios paulistas e como resultado apresentou que 84% dos entrevistados acreditam que o desempenho dos alunos melhorou a partir do convênio com os sistemas de ensino.

Dentre os pontos positivos destacados pelos usuários estiveram presentes: maior uniformização dos conteúdos, maior controle sobre o trabalho docente e maior satisfação dos pais. Os professores destacaram que a uniformização dos conteúdos os auxiliou na preparação das aulas. Já entre os diretores a ênfase se deu no controle sobre o trabalho docente e na satisfação dos pais. Eles destacaram que com a adoção das apostilas fica mais fácil controlar o andamento do trabalho do professor e que os pais estão mais satisfeitos, visto que as apostilas dão um status de escola particular à escola pública “os pais querem a apostila pelo status. Alguns tiram o filho do Objetivo e do Anglo porque a escola pública tem apostila” (Diretor – entrevista concedida a Fundação Leman, 2009).

Diferente dos resultados apresentados pela Fundação Leman outros autores que também pesquisam as parcerias com sistemas de ensino no Estado de São Paulo apresentam algumas consequências desastrosas trazidas por estas parcerias às escolas públicas.

Adrião e Borghi (2007), que analisam a adoção de parcerias no âmbito educacional por prefeituras do Estado de São Paulo, apresentam os limites e as consequências decorrentes da adoção de parcerias entre o setor público e o privado.

Segundo as autoras, a tendência de consolidação de parcerias entre municípios paulistas e a iniciativa privada para a oferta educacional parece ter sido induzida pelo processo de municipalização do ensino fundamental introduzida no Estado de São Paulo mais enfaticamente a partir de 1996, visto que o aumento da responsabilidade municipal em relação ao atendimento no ensino fundamental resultou em inúmeros arranjos político-institucionais forjados pelas administrações municipais paulistas para responderem às demandas educativas assumidas (ADRIÃO e BORGHI, 2007, p.1).

O aumento da adoção de parcerias público-privadas parece ainda, segundo as autoras, trazer pelo menos duas consequências desastrosas para a educação pública: a primeira refere-se ao fato de que a busca da esfera pública municipal por apoio na esfera privada tem levado à omissão do governo estadual em relação ao ilusório Regime de Colaboração³⁶; a segunda ao fato de que a ampliação dessa simbiose entre setores público e privado tem consolidado uma tendência de privatização da educação pública, situação que pouco colaboraria para a diminuição das desigualdades existentes no campo educacional, visto que não se articula a políticas mais universais (ADRIÃO e BORGHI, 2007).

Complementando os apontamentos de Adrião e Borghi (2007), Arelaro (2007) acredita que, no caso da educação, o aumento das parcerias entre a esfera pública e a privada se deve também à inserção da prática produtivista na educação, pois esta exerce uma pressão pela “qualidade” aferida mediante testes padronizados³⁷ de escala nacional como por exemplo: Prova Brasil, Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) e Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) o que exige respostas imediatas do poder público que deve apresentar

³⁶ De acordo com o Art. 211 da Constituição Federal de 1988 e Art. 8º da Lei nº 9394/96 (LDB) a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino (BRASIL, 1988), cabendo aos Estados e Municípios definir formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório, ou seja, do ensino fundamental (Art. 211 da CF 88, parágrafo 4º, incluído pela Emenda Constitucional nº 14 de 1996).

³⁷ Os testes padronizados utilizados para aferir a “qualidade” do ensino “contrariam convicções pedagógicas, defendida por parte significativa dos educadores, durante muitos anos. No caso, a de que a avaliação é processual, diversificada, devendo ser realizada durante todo ano letivo, priorizando aspectos qualitativos, conforme a própria LDB estabelece” (ARELARO, 2007, p. 911).

bons resultados. Nesse sentido, a busca pelas parcerias com a esfera privada tem sido uma das estratégias, pois é a esfera privada educacional que apresenta os melhores índices em avaliações externas (ARELARO, 2007). Uma das hipóteses levantada pela autora é que a municipalização “desqualifica” a gestão pública e esta procura a parceria privada para atender às exigências colocadas pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) quanto ao cumprimento de índices educacionais.

Nesse sentido, segundo informações recolhidas por Santos (2008), um dos incentivos ao uso do material apostilado da empresa Curso Osvaldo Cruz (COC) é o bom desempenho dos municípios que utilizam o COC no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). A empresa declara que 92% dos municípios parceiros estão acima da Média Nacional do Ideb. No Ideb de 2005 entre os dez municípios mais bem colocados do Brasil, cinco eram parceiros do COC e no Ideb de 2007 dos 58 municípios que atingiram a média 6,0 (esperada dos países desenvolvidos) dez eram também parceiros do COC (SANTOS, 2008).

Arelaro (2007) lembra ainda, que a adoção de parcerias que delegam a gestão das escolas públicas às empresas privadas causa o desfacelamento do princípio da gestão democrática, resultado da luta de muitos educadores, e que se encontra presente nos diversos documentos que tratam da educação no Brasil: Constituição Federal de 1988, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), visto que ao se delegar a gestão ao setor privado delega-se a este também a concepção de educação que será a base naquele sistema de ensino, não discutindo com pais, alunos, professores e comunidade escolar que tipo de formação se pretende oferecer. Complementando essa idéia, Adrião, Borghi e Garcia (2008) afirmam que a padronização do sistema de ensino “retira” das unidades a autonomia para a organização do trabalho pedagógico, a partir de demandas locais ou iniciativas próprias (ADRIÃO, BORGHI e GARCIA, 2008).

No caso específico de parcerias com empresas de apostilas ou sistemas de ensino apostilados Theresa Adrião, Raquel Borghi e Teise Garcia (2008) apresentam outros problemas. O primeiro é que, levando em conta que todas as escolas públicas recebem livros didáticos gratuitamente, através do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD), e que estes já são pagos com recursos de impostos, ao comprar um novo material didático, as apostilas, o dinheiro público está sendo gasto para pagar duas vezes a mesma coisa.

Outra questão é que os livros didáticos passam por análise de uma comissão de avaliação do MEC. Já as apostilas não necessitam de aprovação do MEC e portanto, podem não ser de boa qualidade. Nesse sentido, já se tem conhecimento de denúncias sobre a má

qualidade das apostilas compradas por municípios de Vinhedo, São Bernardo do Campo e Limeira, objeto em alguns casos de Comissão Parlamentares de Inquéritos nas respectivas Câmara de Vereadores (ADRIÃO, BORGHI e GARCIA, 2008).

Outra hipótese levantada pelas autoras, e que este trabalho parece confirmar, é a hipótese de os municípios menores tenderem a ser mais permeáveis à pressão das empresas privadas, visto que estes possuem “condições mais adversas, do ponto de vista operacional, para a oferta educacional”. Além disso, a adoção de sistema de ensino apostilado apresenta-se como mecanismo de certa visibilidade nas disputas eleitorais pelos prefeitos (ADRIÃO, BORGHI e GARCIA, 2008, p.33).

A mídia também tem alimentado o mercado do sistema de ensino apostilado. Recentemente, em novela do horário nobre de uma das emissoras mais assistidas, o prefeito recebe aprovação do público por ter optado por utilizar sistema de ensino em sua rede de ensino e, segundo ele, investido em qualidade educacional. Já a revista *Veja on line*, em matéria intitulada “Escola pública, gestão particular” chama essa simbiose entre público e privado de “novo modelo” de administração escolar e o vê como suposto ganho para a escola pública (ADRIÃO, BORGHI e GARCIA, 2008).

De acordo com estudos já realizados, que compõem o projeto “Estratégias Municipais para a oferta da Educação Básica: Uma Análise de Parcerias Público-Privado no Estado de São Paulo”, tudo indica que a impressão que se quer transmitir ao público usuário da escola que adota o sistema de ensino é que essa adoção dá um “status” de escola particular à rede pública. Em entrevista concedida à Fernanda O. Andrade, uma das pesquisadoras do projeto, o coordenador do COC/Ribeirão Preto deixa claro essa visão:

o pobre sabe que se tivesse dinheiro mesmo não sabendo bem o que é o COC colocaria seu filho no COC, e quando a escola pública gruda o nosso nome ali, há um salto de qualidade, há um novo olhar da comunidade, dos pais, dos próprios alunos”.(Coordenador do NAME. Entrevista concedida em 22 de agosto de 2007 à Fernanda O. Andrade)

Karine dos Santos (2008) que realizou sua pesquisa no município de Votuporanga, que utiliza material apostilado da empresa COC, também apresenta argumento semelhante presente na fala do Secretário de Educação do Município:

[...] a grande vantagem é que o pai começou a valorizar um pouco mais a necessidade de o filho estudar. O pai viu que esse material é de escola particular e perante a população a escola particular tem melhor qualidade, eu discuto isso, mas perante a população, até por conta da imprensa, do trabalho

que a imprensa tem feito no qual eles colocam a escola como melhor qualidade que a escola pública, então com isso o pai começou a se conscientizar que também tinha que participar o processo de aprendizagem, de ensino (Secretário de Educação, 2008).

Um outro aspecto apresentado por Adrião, Borghi e Garcia (2008) é que em alguns casos, a opção pela utilização de material apostilado decorre da iniciativa do prefeito e é vista como solução rápida para melhorar a “qualidade de ensino”³⁸ ou ainda para solucionar problemas na rede, como por exemplo, a padronização, usada como justificativa pelos governos para conseguir certa identidade à rede municipal ou como possibilidade mais eficiente de controle sobre o trabalho docente.

³⁸ Nesse caso, qualidade de ensino é entendida como melhor desempenho em avaliações externas.

CAPÍTULO 3 – PARCERIA PARA COMPRA DE MATERIAL OU SISTEMA DE ENSINO APOSTILADO: ANÁLISE DA TENDÊNCIA NOS MUNICÍPIOS PAULISTAS COM ATÉ 10.000 HABITANTES

O Estado de São Paulo é uma das 27 unidades federativas do Brasil. Está localizado no sul da região Sudeste e tem como limites os Estados de Minas Gerais (N e NE), Rio de Janeiro (NE), Paraná (S) e Mato Grosso do Sul (O), além do limite com o Oceano Atlântico (L).³⁹

É dividido em 645 municípios, dos quais 295 têm até 10.000 habitantes (muito pequenos); 234 têm de 10.001 a 50.000 (pequenos); 54 de 50.001 a 100.000 (médios); 54 de 100.001 a 500.000 (grandes); 6 de 500.001 a 1 milhão (muito grandes) e apenas 2 municípios mais de 1 milhão (metropolitanos)⁴⁰.

Ocupa uma área de 248.808,8 quilômetros quadrados, sua capital é a cidade de São Paulo e seu atual governador é José Serra do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

Com mais de quarenta milhões de habitantes (estimativa da Fundação Seade em 2009), São Paulo é o estado mais populoso do Brasil e a terceira unidade administrativa mais populosa da América do Sul, sendo superada apenas pelo próprio país e ligeiramente pela Colômbia. Encontra-se à frente da Argentina e de todos os outros países sul-americanos.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) o Estado de São Paulo, em 2007, tinha uma população total estimada em 39.827.570 habitantes, sendo uma população residente de 37.035.455 habitantes (contagem 2007 - IBGE). De acordo com a faixa etária, a população residente do estado assim se divide:

³⁹ A maior parte das informações utilizadas neste item do trabalho foram retiradas do site oficial do estado de São Paulo: Fonte: <http://www.saopaulo.sp.gov.br/saopaulo/> acesso em : 18/07/2008.

⁴⁰ Classificação realizada pela equipe do Grupo de Estudos e Pesquisa em Política Educacional (Greppe) de acordo com o último censo demográfico realizado em 2000 pelo IBGE.

TABELA 08: Percentual da população residente do Estado de São Paulo de acordo com a faixa etária

Faixa Etária (em anos de idade)	Percentual (%)
0 a 4 anos	6,28
5 a 9 anos	7,8
10 a 14 anos	8,48
15 a 19 anos	8,37
20 a 24 anos	8,57
25 a 29 anos	8,56
30 a 34 anos	8,12
35 a 39 anos	7,67
40 a 44 anos	7,68
45 a 49 anos	6,7
50 a 54 anos	6,06
55 a 59 anos	4,52
60 a 64 anos	3,42
65 a 69 anos	2,78
70 anos ou mais	4,99

Fonte: A autora com base em dados do IBGE (2007). Acesso em 11/06/2009.

Considerado o "motor econômico" do Brasil, São Paulo é responsável por mais de 31% do PIB do país. Em 2005⁴¹, o Estado de São Paulo tinha um PIB *per capita* de R\$ 17.977,00 (Fundação Seade⁴²), acima do Rio de Janeiro, com R\$ 16.052,00 - mas bem abaixo do Distrito Federal, cujo PIB *per capita* era de R\$ 34.510,00. Figura entre os estados com alto Índice de Desenvolvimento Humano, em 2000⁴³, esse índice era de 0,814 (Fundação Seade).

Apesar do bom desenvolvimento econômico e social, a educação da população paulista apresenta algumas lacunas. Soma mais de 1 milhão as pessoas com dez anos ou mais que não tem nenhuma ou menos de um ano de instrução (5,88%), conforme apresenta a Tabela 09:

⁴¹ Foi utilizado o PIB per capita do ano de 2005, pois este será comparado aos "PIBs" do mesmo ano dos municípios que compõem a pesquisa, e por este ser o PIB mais recente disponível para os municípios paulistas.

⁴² Em reais de 2008.

⁴³ Foi utilizado o IDH do ano de 2000, pois este será comparado aos "IDHs" do mesmo ano dos municípios que compõem a pesquisa, e por este ser o IDH mais recente disponível para os municípios paulistas.

Tabela 09: População de 10 anos ou mais segundo grupos de anos de Estudo – Estado de São Paulo – 2007

Anos de estudo	Percentual de habitantes (%)
Sem instrução ou com menos de 1 ano	5,88
1 a 3	9,50
4 a 7	27,84
8 a 10	17,76
10 a 14	29,97
15 ou mais	8,82

Fonte: A autora com base nos dados do IBGE (2007). Acesso em 11/06/2009.

Quanto às taxas de abandono e reprovação no ensino fundamental, pode-se dizer que o Estado de São Paulo, com uma política educacional baseada na progressão continuada (Deliberação CEE nº 9/97) e em ciclos de aprendizagem (Resolução SE nº 04 de 15/01/1998), possui um alto índice de aprovação, embora a distorção idade-série ainda seja significativa:

Tabela 10: Taxas de abandono, reprovação e aprovação do ensino fundamental, segundo dependência administrativa -2005.

Depend. Administ.	Ensino Fundamental - %			
	Abandono	Reprovação	Aprovação	Distorção Série-Idade
Total (1)	1,8	6	92,2	10,4
Estadual	2,7	6,4	90,9	11,9
Municipal	1	6,8	92,2	10,9
Particular	0,2	2,1	97,7	3,1

Fonte: INEP/Edudata (2005). Acesso em 11/06/2009

Presença de parcerias nos municípios paulistas

De acordo com pesquisa realizada pelo Grupo de Estudos e Pesquisa em Política Educacional (Greppe), ao qual se vincula esta investigação, foram encontradas no período de análise considerado neste trabalho (1996-2006), e contabilizadas segundo os tamanhos dos municípios, as seguintes parcerias nos municípios do Estado de São Paulo (Tabela 11):

Tabela 11: Municípios paulistas com parceria para compra de material ou sistema de ensino apostilado.

Nº de habitantes	Até 10.000	De 10.001 a 50.000	De 50.001 a 100.000	De 100.001 a 500.000	De 500.001 a 1 milhão	Mais de 1 milhão
Total de Municípios no Estado	295	234	54	54	6	2
Parceria na modalidade compra de material ou sistema apostilado	59	59	3	2	-	-

Fonte: A autora com base no Banco de Dados da pesquisa “Estratégias municipais para a oferta da educação básica: análise de parcerias público-privado no estado de São Paulo”.

OBS: Não foram computadas as parcerias cuja data de início não foi informada.

Esta pesquisa se centra na caracterização de dezesseis municípios muito pequenos (até 10.000 habitantes) que declararam possuir parceria na modalidade compra de material ou sistema de ensino apostilado para atender exclusivamente o ensino fundamental. Antes, porém, se fará uma breve caracterização do universo no qual se insere os municípios em questão.

Caracterização dos municípios muito pequenos

Dos 645 municípios paulistas, 46% são considerados municípios muito pequenos e têm até 10.000 habitantes. Municípios com este porte possuem uma arrecadação de impostos própria pequena e uma estrutura político-administrativa modesta visto as suas necessidades.

Comparando-se o PIB *per capita* no ano de 2005 do Estado de São Paulo, que era de R\$ 17.977,00, com o PIB desses municípios constatou-se que dos 295, 269 o tem abaixo do PIB *per capita* do estado e apenas 26 ultrapassam-no. O IDH da maioria destes municípios também se encontra abaixo do IDH do estado. O IDH do estado de São Paulo em 2000 era de 0,814. Dentre os municípios muito pequenos, 287 têm IDH abaixo do IDH estadual, e oito municípios IDH acima. A tabela abaixo apresenta esses dados:

Tabela 12: PIB e IDH dos municípios com até 10.000 habitantes em relação aos do Estado de São Paulo

	PIB per capita 2005	IDHM 2000
Municípios com valores abaixo do valor do estado	269	287
Municípios com valores acima ao do estadual	26	8

Fonte: A autora com base nos dados. PIB e IDH dos municípios paulistas disponíveis em: www.seade.gov.br (Valores em reais de 2008). Acesso em: 07 de setembro de 2008.

Alguns autores (Rodriguez, 2001, Borghi, 2000, Borghi, 2005, Adrião 2006a, Adrião e Borghi, 2007) acreditam que o processo de municipalização do ensino fundamental, intensificado no estado de São Paulo a partir do ano de 1996⁴⁴, tem causado impactos variados nos diferentes municípios, principalmente nos municípios que não estando técnica e pedagogicamente preparados para assumir a responsabilidade de oferta do ensino fundamental, buscam alternativas no setor privado para atendimento da demanda sob sua responsabilidade.

No período de 1996 a 2006, período analisado neste trabalho, dos 295 municípios muito pequenos, cinquenta e nove declararam possuir parceria com a esfera privada para compra de material ou sistema de ensino apostilado. Embora o número de municípios que possuem parceria seja 59, o número de parcerias soma 61, pois 2 municípios possuem 2 parcerias distintas: uma parceria para a educação infantil e outra para ensino fundamental.

O PIB *per capita* e o IDHM desses 59 municípios seguiram a tendência observada no total de municípios muito pequenos: a maioria tem ambos os dados abaixo dos dados do estado de São Paulo:

TABELA 13: PIB e IDH dos Municípios que declararam ter parceria com sistema apostilado em relação ao PIB do estado de São Paulo

	PIB 2005	IDH 2000
Municípios com valores abaixo do valor do estado	53	56
Municípios com valores acima ao do estadual	6	3

Fonte: A autora com base no Banco de Dados da pesquisa “Estratégias municipais para a oferta da educação básica: análise de parcerias público-privado no estado de São Paulo”.

Nas sessenta e uma parcerias existentes nos cinquenta e nove municípios que adotam material apostilado em suas escolas, apareceram treze diferentes empresas, conforme apresentado na tabela 14:

⁴⁴ Assunto tratado no capítulo um deste trabalho.

Tabela 14: Relação de empresas de material apostilado e sua presença nos municípios selecionados (1996-2006)

EMPRESAS DE APOSTILAS OU SISTEMA APOSTILADO (Continua)	Quantidade de parcerias	%
COC/NAME	33	54
POSITIVO	10	16
OBJETIVO	5	8
OPET	2	3
SETA	2	3
ANGLO	2	3
GENESIS	1	2
ÁTICA	1	2
MARCHA CRIANÇA	1	2
EDITORA MODERNA	1	2
PASSO LIVRE	1	2
CCAA	1	2
TELAAQUARELA	1	2

Fonte: A autora com base no Banco de Dados da pesquisa “Estratégias municipais para a oferta da educação básica: análise de parcerias público-privado no estado de São Paulo”.

Os anos de início das parcerias nesses municípios se mostraram variados, mas observou-se que grande parte delas iniciou-se após o ano de 2005. Ainda que se registre com um salto também no ano de 2003, conforme mostra a tabela 15:

Tabela 15: Quantidade de parcerias por ano de início

Ano de início	Quantidade de parcerias
Gestão 2001-2004 (indeterminada)	3
1999	1
2001	3
2002	6
2003	11
2004	3
2005	22
2006	12

Fonte: A autora com base no Banco de Dados da pesquisa “Estratégias municipais para a oferta da educação básica: análise de parcerias público-privado no estado de São Paulo”.
OBS: Soma-se 62 parcerias por 2 municípios possuem 2 parcerias.

Quanto ao ano de término da parceria apenas três delas foram encerradas até o ano de 2006: uma em 2001, uma em 2004 e uma em 2006, 58 parcerias vigoravam no ano de 2006. A Tabela 16 apresenta esse movimento:

Tabela 16: Distribuição das parcerias por ano

Ano de início	Iniciadas	Encerradas	Somatória
1999	1	0	1
Gestão 2000-2004 ⁴⁵	3	0	4
2001	3	1	6
2002	6	0	12
2003	11	0	23
2004	3	1	25
2005	22	0	47
2006	12	1	58

Fonte: A autora com base no Banco de Dados da pesquisa “Estratégias municipais para a oferta da educação básica: análise de parcerias público-privado no estado de São Paulo”.

Todas as instituições “parceiras” são empresas privadas.

O partido político ao qual se vincula o prefeito no ano de início dos contratos indica uma concentração do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) que estavam à frente das prefeituras em dezenove e doze municípios, respectivamente. No entanto, embora em menor quantidade, há presença de diferentes partidos no conjunto dos municípios.

Tabela 17: Partido Político do Prefeito no ano de início da parceria

Partido Político do Prefeito	Quantidade
PSDB	19
PMDB	12
PTB	6
PFL	4
PT	4
PL	3
PP	3
PPS	3
DEM	2
PDT	2
PV	1

Fonte: A autora com base no Banco de Dados da pesquisa “Estratégias municipais para a oferta da educação básica: análise de parcerias público-privado no estado de São Paulo”.

Quanto à etapa de ensino atendida pelas parcerias nos municípios em questão, encontrou-se o seguinte resultado:

⁴⁵ Os municípios que não souberam informar exatamente o ano de início da parceria foram classificados como ano de início indeterminado, os que não souberam informar o ano de início, mas pelo menos souberam que o início da parceria se deu na gestão 2001-2004, foram classificados como ano de início “gestão 2001-2004”.

Tabela 18: Etapa de ensino atendida pela parceria

Etapa de Ensino Atendida pela Parceria	Quantidade
Somente Educação Infantil	3
Somente Ensino Fundamental	16
Tanto Educação Infantil quanto Fundamental	40

Fonte: A autora com base no Banco de Dados da pesquisa “Estratégias municipais para a oferta da educação básica: análise de parcerias público-privado no estado de São Paulo”.

Tendo em vista que o objetivo deste trabalho é caracterizar os municípios paulistas que declararam parceria para aquisição de apostilas ou sistema de ensino apostilado exclusivamente para o ensino fundamental, o trabalho focalizará agora na caracterização dos **dezesesseis municípios** que aí se enquadram, visando observar se há regularidades nas condições vigentes quando do estabelecimento de parceria e no atendimento da oferta educacional.

O PIB e o IDH nesses municípios seguem a tendência já apresentada, ou seja, a maioria deles possui tais índices abaixo do índice estadual. Conforme Tabela 19:

TABELA 19: PIB e IDH dos dezesseis municípios em relação ao do estado

	PIB 2005	IDH 2000
Municípios com valores abaixo do valor do estado	13	15
Municípios com valores acima do estadual	3	1

Fonte: A autora com base no Banco de Dados da pesquisa “Estratégias municipais para a oferta da educação básica: análise de parcerias público-privado no estado de São Paulo”.

O ano de início das parcerias nos dezesseis municípios variou, embora haja um aumento após 2001:

Tabela 20: Distribuição dos municípios por ano de início das parcerias

Ano de início	nº de parcerias
1999	1
2001	3
2002	2
2003	4
2005	3
2006	3

Fonte: A autora com base no Banco de Dados da pesquisa “Estratégias municipais para a oferta da educação básica: análise de parcerias público-privado no estado de São Paulo”.

Dos dezesseis contratos, apenas um havia se encerrado no ano de 2001, todos os outros vigoravam no ano de 2006, conforme apresentado na tabela abaixo:

Tabela 21: Distribuição das parcerias por ano

Ano de início	Iniciadas	Encerradas	Total
1999	1	0	1
2001	3	1	3
2002	2	0	5
2003	4	0	9
2005	3	0	12
2006	3	0	15

Fonte: A autora com base no Banco de Dados da pesquisa “Estratégias municipais para a oferta da educação básica: análise de parcerias público-privado no estado de São Paulo”.

O município que encerrou a parceria em 2001 foi o município de Santo Antônio da Alegria. O ano em que se encerrou a parceria coincide com o ano de troca de gestão, o que pode ter influenciado neste fato.

Os partidos políticos dos prefeitos no ano de início da parceria que tiveram maior incidência foram o PMDB, o PSDB presentes em quatro municípios, seguidos pelo Partido da Frente Liberal (PFL) e pelo e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), presente em três municípios.

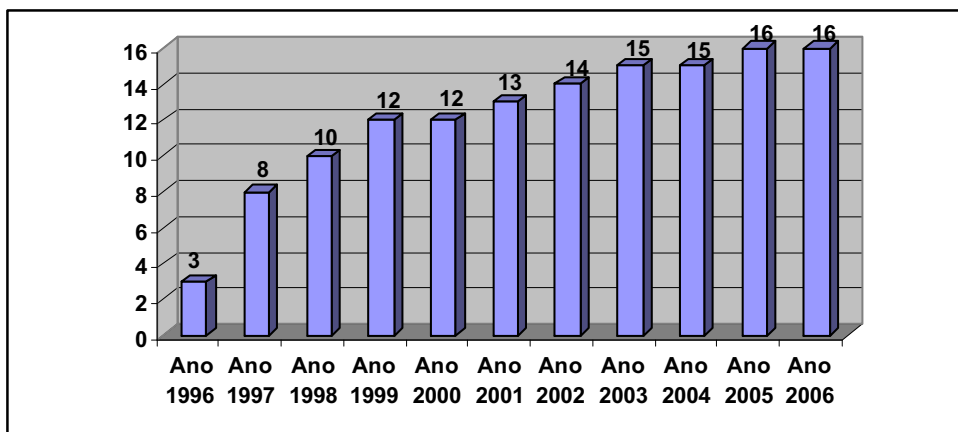
Tabela 22: Partido Político do Prefeito no ano de início da parceria

Partido Político do Prefeito	Quantidade
PMDB	4
PSDB	4
PTB	3
PFL	3
PP	1
PT	1

Fonte: A autora com base no Banco de Dados da pesquisa “Estratégias municipais para a oferta da educação básica: análise de parcerias público-privado no estado de São Paulo”.

Dentre os dezesseis municípios, verificou-se o crescimento gradativo do atendimento das matrículas no ensino fundamental em rede de ensino própria. Em 1996 apenas três municípios possuíam matrículas no ensino fundamental em sua rede e em 2006 todos os 16 o faziam. Tal crescimento está apresentado no Gráfico 04:

Gráfico 04: Número de municípios com matrículas no ensino fundamental na rede municipal de ensino na série histórica 1996-2006



Fonte: A autora com base no Banco de Dados da pesquisa “Estratégias municipais para a oferta da educação básica: análise de parcerias público-privado no estado de São Paulo”.

Os dados apresentados no gráfico apresentam um salto do ano de 1996 para 1997. Tal salto segue a tendência já apresentada para todo o Estado no Capítulo um deste trabalho, o qual apresentou que no neste mesmo período (de 1996 para 1997) houve o maior índice de transferência de matrículas da rede estadual para a rede municipal nas séries iniciais do ensino fundamental. O crescimento gradativo de municípios com oferta de ensino fundamental em rede própria também segue a tendência apresentada para todo o Estado de São Paulo⁴⁶.

Embora os contratos tenham sido estabelecidos entre os governos municipais e seis diferentes empresas, o COC esteve presente em 69% destes municípios. Conforme apresenta a Tabela 23:

Tabela 23: Empresas de sistemas de ensino apostilado e presença nos municípios

EMPRESAS DE SISTEMA APOSTILADO	Presença nos municípios	%
COC/NAME	11	69
POSITIVO	1	6
OBJETIVO	1	6
SETA	1	6
MARCHA CRIANÇA	1	6
CCAA	1	6

Fonte: A autora com base no Banco de Dados da pesquisa “Estratégias municipais para a oferta da educação básica: análise de parcerias público-privado no estado de São Paulo”.

As empresas disponibilizam diversos recursos complementares às apostilas adquiridas por estes municípios. Das seis empresas que aparecem nos dezesseis municípios que compõem esta pesquisa, três delas (COC, Positivo e Objetivo) chegaram a criar um sistema paralelo à sua rede de ensino para atender somente aos sistemas municipais.

⁴⁶ Ver tabela cinco do capítulo um, p. 30.

O COC criou o NAME (Núcleo de Apoio à Municipalização do Ensino). Segundo a empresa, a própria editora analisou o ensino público e “constatou que este ansiava por grandes modificações” (COC, 2008). Por este motivo e “partindo do princípio de que a educação de qualidade é direito de toda criança e adolescente, elaborou um sistema de ensino para ser parceira nessas transformações”. Foi criado há 10 anos, aproximadamente em 1998 (COC, 2008).

A prefeitura municipal que opta por utilizar o Sistema COC em sua rede de ensino recebe: material didático e livros complementares; acompanhamento do corpo docente com programas e oficinas de treinamento; acesso ao portal educacional onde encontrará atividades extracurriculares e de apoio; apoio no planejamento e implantação do sistema de ensino e controle de qualidade e acompanhamento (COC, 2008).

A empresa Positivo criou o Sistema de Ensino Aprende Brasil. Segundo ela, o Sistema de Ensino Aprende Brasil, lançado em 2004, “foi criado a partir da metodologia própria desenvolvida pelos professores fundadores do Grupo Positivo, para atender as escolas da rede pública da Educação Infantil ao Ensino Médio” (POSITIVO, 2008). Os recursos recebidos por municípios que adotam esse sistema de ensino compõem-se de: coleção de livros didáticos integrados entre si; acesso a um portal educacional que oferece projetos colaborativos e conteúdo complementar e capacitação de professores por meio de cursos sistemáticos intermediados pela Secretaria de Educação (POSITIVO, 2008).

A empresa Objetivo criou o SOME (Sistema Objetivo Municipal de Ensino). Com argumento semelhante ao usado pelas outras empresas, o Objetivo afirma que tal sistema foi desenvolvido para atender às necessidades da educação pública, com o objetivo de levar para a escola pública a mesma qualidade de educação oferecida pelas escolas particulares. O sistema SOME é composto por: material didático constantemente atualizado; capacitação e atualização das equipes de coordenadores, professores e orientadores para uso do material didático; formação continuada dos professores; encontros pedagógicos regionais; atendimento local através de equipe própria de docentes; atualização e capacitação pedagógica (OBJETIVO, 2008).

Segundo Alessandra Cain (2008), em Ipeúna, município que adota Sistema de Ensino Objetivo em sua rede ensino, no contrato entre a prefeitura e a empresa está previsto um conjunto de apostilas para os alunos que devem estar de acordo com os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) e material de apoio para o professor⁴⁷.

⁴⁷ O material de apoio contém: caderno de programação anual, CD-ROM referentes às disciplinas do caderno, CD-ROM de músicas, encarte de mapas para as quartas séries, pasta com jogos de matemática (1ª a 4ª série),

Nas demais empresas: Seta, Marcha Criança e CCAA não se localizou a criação de um sistema paralelo para o atendimento das escolas municipais e os complementos ao material apostilado parecem ser menores, embora sejam oferecidos.

A empresa Seta, que nasce de uma rede de escolas particulares, se caracteriza como uma empresa que oferece aos seus alunos e das escolas parceiras que se integram à Seta – Sistema de Ensino uma “proposta pedagógica própria e moderna e um sistema de gerenciamento e marketing de comprovada eficiência” (SETA, 2008).

O sistema apostilado Marcha Criança da editora Scipione, segundo informações da empresa, consiste em um material que apresenta “uma maneira diferenciada de ensinar, auxiliando o professor na sala de aula e familiarizando a criança com os desafios da vida escolar” (SCIPIONE, 2008). Além do material didático, a empresa oferece pacote de serviços que envolve um portal eletrônico onde estão disponíveis: manual pedagógico, planejamento de aulas, kit pedagógico, avaliações bimestrais, projetos interdisciplinares, assessoria pedagógica, entre outros materiais.

Ao consultar os produtos oferecidos pela CCAA, que é uma empresa tradicional no setor de ensino de língua estrangeira (principalmente inglês e espanhol), verificou-se que esta oferece apostilas **complementares** ao currículo básico que abrangem as áreas de português, inglês e espanhol. Segundo a empresa, são oferecidos “programas de ensino completos, cuidadosamente desenvolvidos e qualificados nas suas mais de vinte obras elaboradas para o ensino do inglês, espanhol e português da Educação Infantil ao Ensino Médio” (CCAA, 2008). Além das apostilas, acompanham os programas: manual do professor, cartazes, sugestões para avaliações orais e CD de áudio.

Sobre os municípios selecionados

A partir de agora será apresentado o perfil dos dezesseis municípios selecionados para este trabalho.

Município de Adolfo

O município de Adolfo pertence à região administrativa de São José do Rio Preto e possui 3.678 habitantes. Seu PIB *per capita* é 32,7% menor que o do Estado e seu IDH 2,3%

abaixo do estadual. A principal atividade econômica do município é o cultivo de frutas cítricas.

De 1996 a 2006 o município apresentou matrículas em todas as etapas de escolaridade: o município atendia a pré-escola em rede municipal e de 2004 a 2006 também em rede particular, o atendimento de 0 a 3 anos (creche) aparece somente na esfera particular a partir de 2004. O atendimento em Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Educação Especial (EE) foi pequeno aparecendo somente em alguns anos. As matrículas no ensino médio encontraram-se sob a responsabilidade do Estado enquanto que as matrículas no ensino fundamental, que em 1996 era de responsabilidade estadual, foram municipalizadas a partir de 1997. A Tabela 24 seguir apresenta o universo das matrículas no município de Adolfo:

Tabela 24: Matrícula na educação básica no município de Adolfo (1996-2006)

Ano	Creche			Pré-Escola			EF			EM	EJA			EE		
	RM	RE	RP	RM	RE	RP	RM	RE	RP	RE	RM	RE	RP	RM	RE	RP
1996	-	-	-	96	0	0	0	656	0	-	-	-	-	-	-	-
1997	-	-	-	100	0	0	36	656	0	-	-	-	-	-	-	-
1998	-	-	-	93	0	0	644	0	0	-	-	-	-	-	-	-
1999	0	0	0	104	0	0	608	0	0	181	0	0	0	10	0	0
2000	0	0	0	115	0	0	613	0	0	181	0	0	0	0	0	0
2001	0	0	0	109	0	0	585	0	0	177	0	0	0	0	0	0
2002	0	0	0	103	0	0	539	0	0	188	51	0	0	0	0	0
2003	0	0	0	105	0	0	521	0	0	215	43	0	0	0	0	0
2004	0	0	105	99	0	38	511	0	0	219	0	0	0	0	0	0
2005*	0	0	103	105	0	27	481	0	0	205	0	0	0	0	0	0
2006	0	0	67	105	0	26	464	0	0	192	0	0	0	0	0	0

Fonte: A autora com base no Banco de Dados da pesquisa “Estratégias municipais para a oferta da educação básica: análise de parcerias público-privado no estado de São Paulo” (INEP/EDUDATA).

EF: Ensino fundamental, EM: Ensino Médio, EJA: Educação de Jovens e Adultos e EE: Educação Especial
Traço (-): Dado de matrícula não disponível.

Legenda: RM (Rede Municipal); RE (Rede Estadual); RP: Rede Privada.

* Ano de início da parceria. **Em destaque:** Ano em que o município absorveu maior número de matrículas no ensino fundamental.

Não há registros sobre a existência de escolas rurais na série histórica 1999-2006. O número de estabelecimentos escolares no município é bastante reduzido, conforme está apresentado na Tabela 25:

Tabela 25: Número de estabelecimentos escolares em Adolfo (1996-2006)

	Creche		Pré-Escola		EF			EM	
	RM	RP	RM	RP	RM	RE	RP	RE	RP
1999	-	-	1	-	1	-	-	1	-
2000	-	-	1	-	1	-	-	1	-
2001	-	-	1	-	1	-	-	1	-
2002	-	-	1	-	1	-	-	1	-
2003	-	-	1	-	1	-	-	1	-
2004	-	1	1	1	2	-	-	1	-
2005*	-	1	1	1	2	-	-	1	-
2006	-	1	1	1	2	-	-	1	-

Fonte: INEP – EDUDATA

Não estão disponíveis dados de 1996-1998

RM: Rede Municipal, RP: Rede privada, RE: Rede Estadual

* Ano de início da parceria.

Houve um aumento no número de professores de 1996 a 2006, visto que em 1996 atuavam no município 41 professores, dos quais 34 (83%) tinham ensino superior e em 2006 havia 53 professores, sendo 47 (89%) com ensino superior. Os dados sobre os docentes do município de Adolfo estão apresentados na Tabela 26:

Tabela 26: Formação dos professores da educação básica em Adolfo (1996-2006)⁴⁸

Professores com Ensino Médio (continua)									
	Creche	Pré-escola		EF - SI	EF-SF	EM	EE	EJA	Total
	RP	RM	RP	RM	RM	RE	RM	RM	
1999	-	4	-	2	-	-	1	-	7
2000	-	4	-	6	-	-	-	-	10
2001	-	3	-	3	-	-	-	-	6
2002	-	4	-	10	-	-	-	-	14
2003	-	4	-	11	-	-	-	-	15
2004	-	3	2	3	-	-	-	-	8
2005	-	3	2	5	-	-	1	-	11
2006	2	3	1	-	-	-	-	-	6

⁴⁸ Observou-se que no conjunto de municípios nem sempre o número de professores são condizentes com o número de matrículas, ou seja, há professores (ou muitos) para aquela etapa e não há matrículas (ou poucas) ou vice-versa. Isso acontece em três etapas do ensino: Creche, EJA e Educação Especial.

**Professores com Ensino Superior
(conclusão)**

	Creche	Pré-escola		EF - SI	EF-SF	EM	EE	EJA	Total
	<i>RP</i>	<i>RM</i>	<i>RP</i>	<i>RM</i>	<i>RM</i>	<i>RE</i>	<i>RM</i>	<i>RM</i>	
1999	-	-	-	7	15	12	-	-	34
2000	-	1	-	3	13	12	-	-	29
2001	-	1	-	6	14	15	-	-	36
2002	-	-	-	-	14	13	-	8	35
2003	-	-	-	1	13	12	-	6	32
2004	-	1	-	10	11	15	-	-	37
2005	1	1	-	10	13	15	-	-	40
2006	-	1	1	15	15	15	-	-	47

Fonte: INEP/EDUDATA. Não disponíveis dados de 1996 a 1998. Traço (-): Não existe professor nesta etapa/esfera. RM: Rede municipal/RE: Rede estadual/RP: Rede Privada. O mesmo docente que atua em 2 ou mais etapas foi contado em cada uma das etapas.

* Ano de início da parceria.

Neste município, o contrato para compra de sistema de ensino apostilado iniciou em 2005, sete anos depois de o município ter municipalizado totalmente sua rede de ensino fundamental. É interessante notar que, ao contrário da maioria dos municípios paulistas, que municipalizou somente as séries iniciais, Adolfo municipalizou integralmente a oferta do ensino fundamental, conforme mostra a Tabela 27:

Tabela 27: Matrícula no ensino fundamental no município de Adolfo (1996-2006):

Ano	Total				Séries Iniciais				Séries Finais			
	RM	RM (%)	RE	RE (%)	RM	RM (%)	RE	RE (%)	RM	RM (%)	RE	RE (%)
1996	0	0	656	100	0	0	331	100	0	0	325	100
1997	36	5	656	95	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	644	100	0	0	-	-	-	-	-	-	-	-
1999	608	100	0	0	-	-	-	-	-	-	-	-
2000	613	100	0	0	269	100	0	0	344	100	0	0
2001	585	100	0	0	263	100	0	0	322	100	0	0
2002	539	100	0	0	259	100	0	0	280	100	0	0
2003	521	100	0	0	253	100	0	0	268	100	0	0
2004	511	100	0	0	267	100	0	0	244	100	0	0
2005*	481	100	0	0	243	100	0	0	238	100	0	0
2006	464	100	0	0	239	100	0	0	225	100	0	0

Fonte: A autora com base no Banco de Dados da pesquisa “Estratégias municipais para a oferta da educação básica: análise de parcerias público-privado no estado de São Paulo”.

Dados de matrícula não disponíveis de 1997-1999 para as séries iniciais e finais do ensino fundamental.

Legenda: RM (Rede Municipal); RE (Rede Estadual); RM (%): Percentual de matrículas na rede municipal; RE (%): Percentual de matrículas na rede estadual.

* Ano de início da parceria. **Em destaque:** Ano em que o município absorveu maior número de matrículas no ensino fundamental.

Os gráficos abaixo apresentam, de forma mais clara, o processo abrupto de municipalização ocorrida em Adolfo no ano de 1998:

Gráfico 05: Matrícula no ensino fundamental no município de Adolfo (1996-2006):

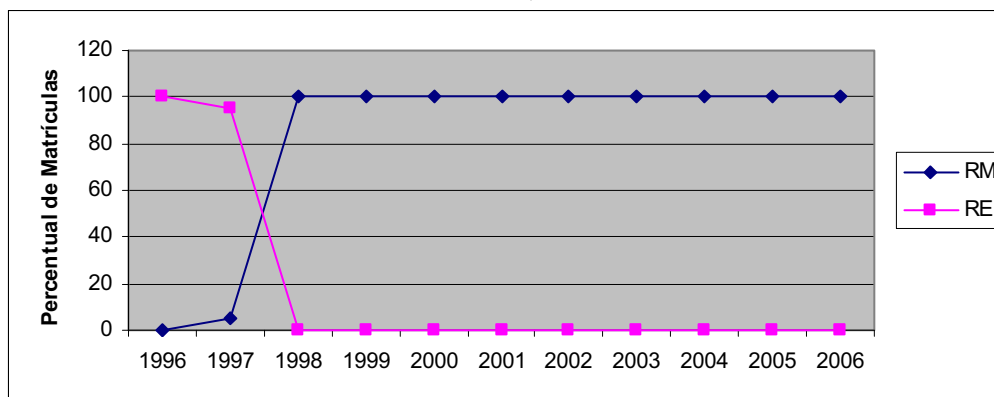


Gráfico 06: Matrícula nas séries iniciais do ensino fundamental no município de Adolfo (1996-2006):

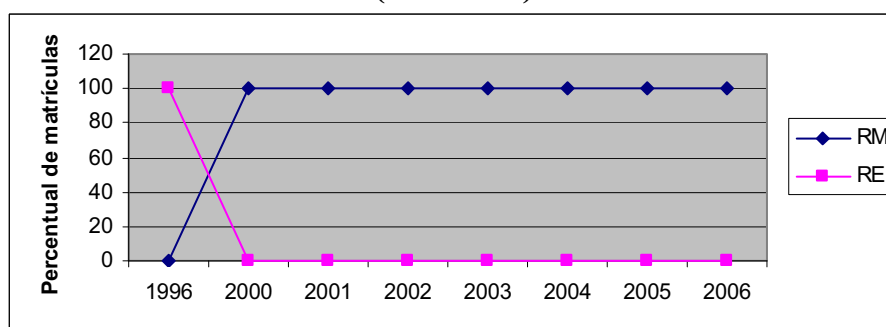
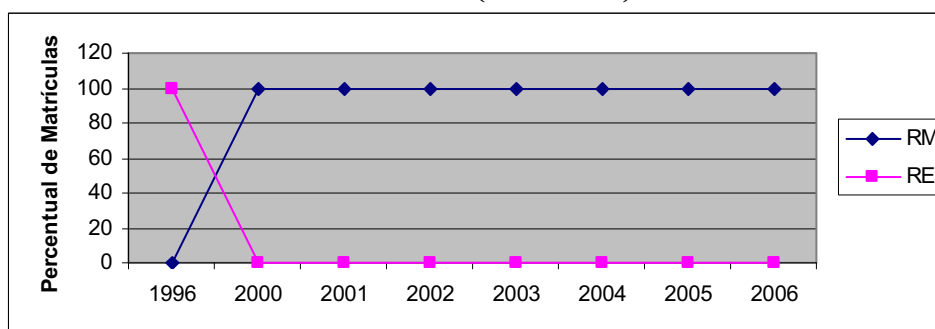


Gráfico 07: Matrícula nas séries finais do ensino fundamental no município de Adolfo (1996-2006):



Fonte dos gráficos: A autora com base no Banco de Dados da pesquisa “Estratégias municipais para a oferta da educação básica: análise de parcerias público-privado no estado de São Paulo”. Dados de matrícula não disponíveis de 1997-1999 para as séries iniciais e finais do ensino fundamental. Legenda: RM (Rede Municipal); RE (Rede Estadual).

O município contratou em 2005 a empresa COC, tal contrato vigorava em 2006 e atendia a todo o ensino fundamental de 1ª a 8ª série (duas escolas). No ano de início da parceria a gestão do município estava a cargo do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

Os dados financeiros do município de Adolfo demonstraram a fragilidade financeira do município, pois, nos anos analisados, a receita municipal própria correspondeu a valores entre 3,7% e 4,1% da receita total de impostos. A maior parte da receita de impostos do município provém de transferências do Estado e da União (entre 95,9% e 96,3%). O valor das receitas próprias foi inferior às despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE).

TABELA 28: Município de Adolfo – Receitas de impostos e recursos aplicados em educação (2004 e 2006)

	2004	2006
Receita Total Resultante de Impostos	6.594.832,26	6.663.543,59
Receita Total de Impostos Próprios	270.532,81	245.774,77
Transferências de Impostos (Estado)	3.023.022,83	3.020.448,14
Transferências de Impostos (União)	3.301.276,62	3.397.320,68
Receita Total recebida por Transferências	6.324.299,45	6.417.768,82
Total de Aplicação em MDE	1.749.113,21	1.853.166,16
% de Aplicação em MDE	26,52%	27,81%
Total de Recursos aplicados no EF	1.379.514,77	1.188.208,52
% de Aplicação em EF	21,25%	17,83%
Total de Recursos aplicados no EI	369.598,43	664.957,63
% de Aplicação em EI	5,69%	9,98%

* Ano de início da parceria. Não disponíveis dados do ano de 2005 para Adolfo.

Fonte: Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Sistema de Informação da Administração Pública. Disponível em: <http://siapnet.tce.sp.gov.br>. Acesso em 23/06/2009. Valores atualizados pelo índice INPC até dezembro de 2008.

MDE: Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

Município de Alvinlândia

O município de Alvinlândia possui 2.841 habitantes, seu PIB *per capita* é 64,5% menor que o estado e seu IDH 9,0% abaixo do estadual. Pertence à região administrativa de Marília e sua principal atividade econômica é a produção mista: lavoura e pecuária.

Quanto às etapas da educação básica presentes no município, observa-se a responsabilidade municipal pela creche e pela pré-escola em todo o período analisado. As matrículas no EJA e na Educação Especial estão presentes apenas em alguns anos. O ensino médio era atendido exclusivamente pela rede estadual e o ensino fundamental foi municipalizado parcialmente em 2002. Não há matrículas em rede privada no município. A Tabela 29 apresenta as matrículas no município de Alvinlândia:

Tabela 29: Matrícula na educação básica no município de Alvinlândia

Ano	Creche			Pré-Escola			EF			EM	EJA			EE		
	RM	RE	RP	RM	RE	RP	RM	RE	RP	RE	RM	RE	RP	RM	RE	RP
1996	-	-	-	62	0	0	0	690	0	-	-	-	-	-	-	-
1997	-	-	-	96	0	0	0	691	0	-	-	-	-	-	-	-
1998	-	-	-	56	0	0	0	671	0	-	-	-	-	-	-	-
1999	112	0	0	58	0	0	0	609	0	131	0	0	0	0	8	0
2000	104	0	0	57	0	0	0	635	0	149	0	0	0	0	8	0
2001	100	0	0	59	0	0	0	555	0	132	0	175	0	0	5	0
2002	109	0	0	112	0	0	258	240	0	120	0	0	0	0	0	0
2003	100	0	0	115	0	0	260	219	0	122	26	0	0	0	0	0
2004	102	0	0	109	0	0	266	238	0	105	24	0	0	0	0	0
2005	114	0	0	124	0	0	263	228	0	119	25	0	0	0	0	0
2006*	68	0	0	148	0	0	278	227	0	108	15	0	0	0	0	0

Fonte: A autora com base no Banco de Dados da pesquisa “Estratégias municipais para a oferta da educação básica: análise de parcerias público-privado no estado de São Paulo” (INEP/EDUDATA).

Traço (-): Dado de matrícula não disponível.

Legenda: RM (Rede Municipal); RE (Rede Estadual); RP: Rede Privada.

* Ano de início da parceria. **Em destaque:** Ano em que o município absorveu maior número de matrículas no ensino fundamental.

Quanto aos estabelecimentos de ensino, verificou-se que havia uma escola rural de ensino fundamental pertencente à rede estadual nos anos de 1999 a 2002, mas que foi extinta após a municipalização parcial do ensino fundamental em 2002. Nesse mesmo ano há a criação de uma escola de ensino fundamental urbana. No município, estavam presentes também uma creche, uma pré-escola municipal e uma escola estadual que atende tanto as séries finais do ensino fundamental (5ª a 8ª série) quanto o ensino médio, conforme dados da Tabela 30:

Tabela 30: Número de estabelecimentos escolares em Alvinlândia (1996-2006)

	Creche		Pré-Escola		EF-TOTAL			EF/RURAL	EM	
	RM	RP	RM	RP	RM	RE	RP	RE	RE	RP
1999	1	-	1	-	-	2	-	1	1	-
2000	1	-	1	-	-	2	-	1	1	-
2001	1	-	1	-	-	2	-	1	1	-
2002	1	-	1	-	1	1	-	-	1	-
2003	1	-	1	-	1	1	-	-	1	-
2004	1	-	1	-	1	1	-	-	1	-
2005	1	-	1	-	1	1	-	-	1	-
2006*	1	-	1	-	1	1	-	-	1	-

Fonte: INEP – EDUDATA

Não estão disponíveis dados de 1996-1998

RM: Rede Municipal, RP: Rede privada, RE: Rede Estadual

* Ano de início da parceria. **Em destaque:** Ano em que o município absorveu maior número de matrículas do ensino fundamental.

A maioria dos professores que atuam no município de Alvinlândia possui formação superior. Em 2006, 64 dos 66 professores que atuavam no município eram graduados. No entanto, houve docentes atuando na educação infantil com formação fundamental⁴⁹.

Tabela 31: Formação dos professores da educação básica em Alvinlândia (1996-2006)

Professores com Ensino Médio											
	Creche	Pré-escola	EF - SI		EF-SF	EM	EE		EJA		Total
	<i>RM</i>	<i>RM</i>	<i>RM</i>	<i>RE</i>	<i>RE</i>	<i>RE</i>	<i>RM</i>	<i>RE</i>	<i>RM</i>	<i>RE</i>	
1999	2	-	-	5	-	-	-	-	-	-	7
2000	-	-	-	5	-	-	-	-	-	-	5
2001	2	2	-	-	-	-	-	-	-	-	4
2002	-	4	8	-	-	1	1	-	-	-	14
2003	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	2
2004	-	1	4	-	-	-	-	-	-	-	5
2005	4	1	2	-	-	-	-	-	-	-	7
2006	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	2

Professores com Ensino Superior											
1999	-	-	-	7	12	14	-	1	-	-	34
2000	-	-	-	5	13	14	-	1	-	-	33
2001	-	-	-	9	20	12	-	1	-	-	42
2002	-	-	-	-	15	13	-	-	-	3	31
2003	-	3	12	-	17	15	-	-	1	2	50
2004	-	3	8	-	17	15	-	-	1	2	46
2005	-	4	10	-	15	16	-	-	2	4	51
2006	1	5	13	-	22	19	-	-	2	2	64

Fonte: INEP/EDUDATA. Não disponíveis dados de 1996 a 1998. Traço (-): Não existe professor nesta etapa/esfera. RM: Rede municipal/RE: Rede estadual/RP: Rede Privada O mesmo docente que atua em 2 ou mais etapas foi contado em cada uma das etapas.*Ano de início da parceria. **Em destaque:** Ano em que o município absorveu maior número de matrículas no ensino fundamental.

No município de Alvinlândia a parceria para contratação de sistema apostilado da empresa Seta iniciou-se em 2006, quatro anos depois da municipalização das séries iniciais (1ª a 4ª séries), ocorrida em 2002. Neste município, a municipalização do ensino fundamental se deu nas séries iniciais, ficando as matrículas nas séries finais (5ª a 8ª série) a cargo da esfera estadual, conforme apresenta a Tabela 32:

⁴⁹ Além dos professores com ensino médio e superior, há registros de docentes com ensino fundamental: dois docentes em creche municipal em 1999 e um em 2004 e dois docentes em pré-escola em 1999 e 2000.

Tabela 32: Município de Alvinlândia – Matrícula no Ensino Fundamental (1996-2006):

Ano	Total				Séries Iniciais				Séries Finais			
	RM	RM (%)	RE	RE (%)	RM	RM (%)	RE	RE (%)	RM	RM (%)	RE	RE (%)
1996	0	0	690	100	0	0	359	100	0	0	331	100
1997	0	0	691	100	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	0	0	671	100	-	-	-	-	-	-	-	-
1999	0	0	609	100	-	-	-	-	-	-	-	-
2000	0	0	635	100	0	0	297	100	0	0	338	100
2001	0	0	555	100	0	0	295	100	0	0	260	100
2002	258	52	240	48	258	100	0	0	0	0	240	100
2003	260	54	219	46	260	100	0	0	0	0	219	100
2004	266	53	238	47	266	100	0	0	0	0	238	100
2005	263	54	228	46	263	100	0	0	0	0	228	100
2006*	278	55	227	45	278	100	0	0	0	0	227	100

Fonte: A autora com base no Banco de Dados da pesquisa “Estratégias municipais para a oferta da educação básica: análise de parcerias público-privado no estado de São Paulo”.

Dados de matrícula não disponíveis de 1997-1999 para as séries iniciais e finais do ensino fundamental.

Legenda: RM (Rede Municipal); RE (Rede Estadual); RM (%): Percentual de matrículas na rede municipal; RE (%): Percentual de matrículas na rede estadual.

* Ano de início da parceria. **Em destaque:** Ano em que o município absorveu maior número de matrículas no ensino fundamental.

Os gráficos a seguir mostram a mudança nas matrículas em Alvinlândia.

Gráfico 08: Matrículas no ensino fundamental no município de Alvinlândia (1996-2006):

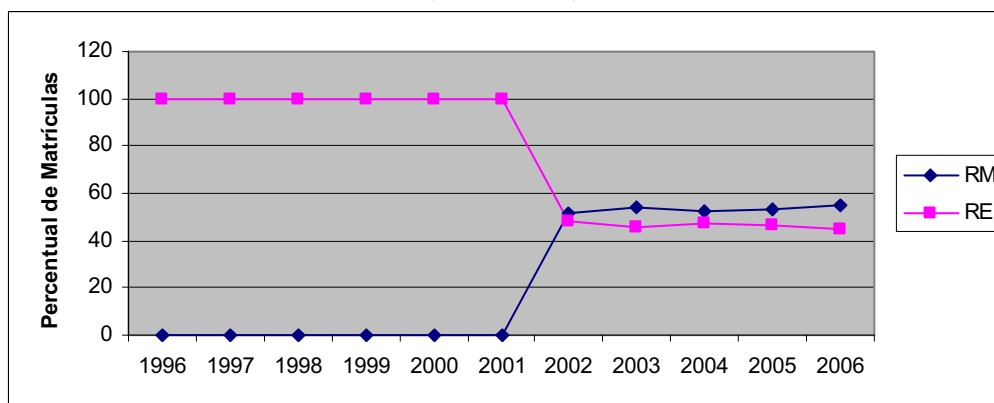


Gráfico 09: Matrícula nas séries iniciais do ensino fundamental no município de Alvinlândia (1996-2006):

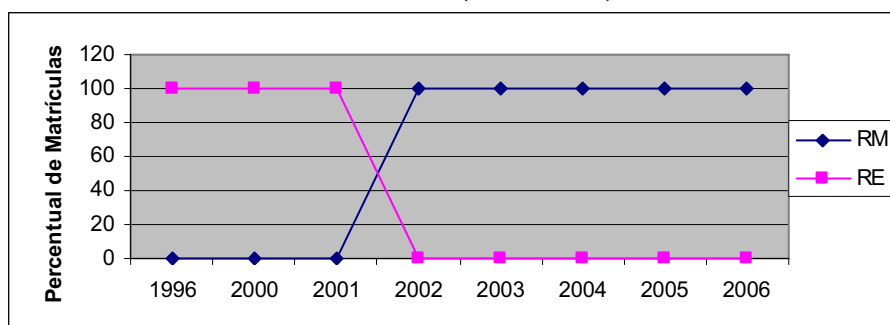
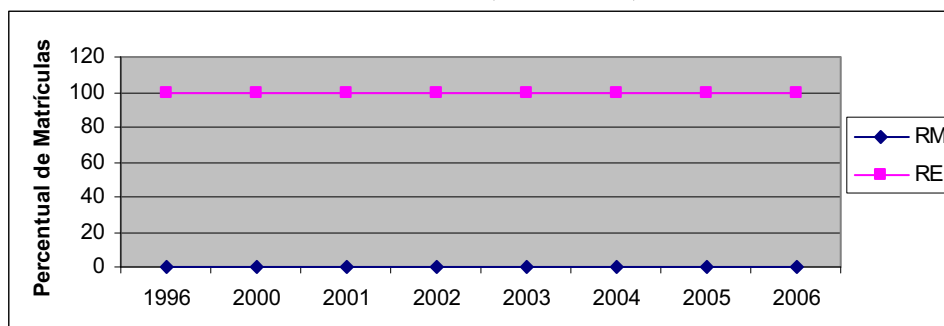


Gráfico 10: Matrícula nas séries finais do ensino fundamental no município de Alvinlândia (1996-2006):



Fonte dos gráficos: A autora com base no Banco de Dados da pesquisa “Estratégias municipais para a oferta da educação básica: análise de parcerias público-privado no estado de São Paulo”.

Dados de matrícula não disponíveis de 1997-1999 para as séries iniciais e finais do ensino fundamental.

Legenda: RM (Rede Municipal); RE (Rede Estadual).

Há uma concentração maior (de 2 a 5%) de matrículas nas quatro primeiras séries do ensino fundamental e, portanto, o município passou a atender mais alunos que o Estado a partir de 2002. No ano de início do contrato o município estava sob a gestão do Partido Progressista (PP).

A receita própria do município ficou entre 2,4% e 3,5% do total da receita resultante de impostos. A maior parte da receita do município foi decorrente de transferências do Estado e da União: entre 96,5% e 97,6%. Os valores aplicados em educação são bem maiores que as receitas próprias do município. Nos anos analisados houve uma diminuição do percentual de recursos aplicados no ensino fundamental⁵⁰.

⁵⁰ Embora pareça haver um erro nos valores aplicados em educação no ano de 2007, visto que a soma dos percentuais aplicados no EF e no EI não correspondem ao total gasto em MDE.

TABELA 33: Município de Alvinlândia – Receitas de impostos e recursos aplicados em educação (2005-2007)

	2005	2006*	2007
Receita Total Resultante de Impostos	4.282.964,23	4.666.891,39	5.145.301,24
Receita Total de Impostos Próprios	104.665,20	118.891,42	180.066,67
Transferências de Impostos (Estado)	1.037.046,77	1.220.296,84	1.208.596,24
Transferências de Impostos (União)	3.141.252,26	3.327.703,14	3.756.638,33
Receita Total recebida por Transferências	4.178.299,03	4.547.999,97	4.965.234,57
Total de Aplicação em MDE	1.200.296,25	1.258.638,35	1.350.476,33
% de Aplicação em MDE	28,02%	26,97%	26,24%
Total de Recursos aplicados no EF	863.094,90	864.466,10	783.015,08
% de Aplicação em EF	20,15%	18,52%	15,21%
Total de Recursos aplicados no EI	337.201,35	394.172,25	316.923,45
% de Aplicação em EI	7,87%	8,45%	6,16%

Fonte: Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Sistema de Informação da Administração Pública. Disponível em: <http://siapnet.tce.sp.gov.br>. Acesso em 23/06/2009. Valores atualizados pelo índice INPC até dezembro de 2008.

*Ano de início da parceria.

MDE: Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

Município de Borá

Localizado na região administrativa de Marília, o município de Borá possui 795 habitantes, seu PIB *per capita* está 14,7% acima do estadual e seu IDH 2,5% abaixo. A principal atividade econômica do município é a produção mista: Lavoura e Pecuária.

A educação infantil é de responsabilidade municipal neste município: a pré-escola de 1996 a 2006 e as matrículas em creche aparecem somente no ano de 2004 e 2005. Não há registros de alunos no EJA e na EE. O ensino fundamental é parcialmente municipalizado a partir de 1997 e o ensino médio chega ao município somente em 2003, sob responsabilidade da rede estadual. Não há matrículas na rede privada. Os dados de matrícula no município de Borá estão expressos na Tabela 34:

Tabela 34: Matrícula na educação básica no município de Borá (1996-2006)

Ano	Creche			Pré-Escola			EF			EM	EE
	RM	RE	RP	RM	RE	RP	RM	RE	RP	RE	RM
1996	-	-	-	19	0	0	0	208	0	-	-
1997	-	-	-	16	0	0	20	169	0	-	-
1998	-	-	-	25	0	0	35	138	0	-	-
1999	-	-	-	21	0	0	66	105	0	0	0
2000	-	-	-	21	0	0	85	88	0	0	0
2001	0	0	0	30	0	0	82	85	0	0	0
2002	0	0	0	25	0	0	89	79	0	0	0
2003	0	0	0	28	0	0	73	74	0	24	0
2004	8	0	0	36	0	0	74	77	0	37	0
2005	6	0	0	45	0	0	55	77	0	50	0
2006	0	0	0	14	0	0	90	65	0	47	22

Fonte: A autora com base no Banco de Dados da pesquisa “Estratégias municipais para a oferta da educação básica: análise de parcerias público-privado no estado de São Paulo”

Traço (-): Dado de matrícula não disponível. RM (Rede Municipal); RE (Rede Estadual);

RP: Rede Privada. * Ano de início da parceria. **Em destaque:** Ano em que o município absorveu maior número de matrículas no ensino fundamental.

Neste município, são atendidas em um único prédio a creche, a pré-escola e o ensino fundamental (séries iniciais) que estão sob a responsabilidade municipal, e em outro prédio o ensino fundamental (séries finais) juntamente com o ensino médio de responsabilidade estadual. Ao serem municipalizadas o total de matrículas das séries iniciais do ensino fundamental, estas passaram a ser atendidas no mesmo prédio em que funcionava a pré-escola. A Tabela 35 apresenta o número de estabelecimentos escolares nas diferentes etapas da educação básica em Borá:

Tabela 35: Número de estabelecimentos escolares em Borá (1996-2006)

	Creche		Pré-Escola		EF			EM	
	RM	RP	RM	RP	RM	RE	RP	RE	RP
1999	-	-	1	-	1	1	-	-	-
2000	-	-	1	-	1	1	-	-	-
2001	-	-	1	-	1	1	-	-	-
2002	-	-	1	-	1	1	-	-	-
2003*	-	-	1	-	1	1	-	1	-
2004	1	-	1	-	1	1	-	1	-
2005	1	-	1	-	1	1	-	1	-
2006	-	-	1	-	1	1	-	1	-

Fonte: INEP – EDUDATA. Não estão disponíveis dados de 1996-1998

RM: Rede Municipal, RP: Rede privada, RE: Rede Estadual

* Ano de início da parceria. **Em destaque:** Ano em que o município absorveu maior número de matrículas no ensino fundamental.

O número de professores do município de Borá com formação superior cresceu gradativamente, sendo que em 2006, 34 dos 35 professores atuando no município possuíam formação superior. Conforme apresenta a Tabela 36:

Tabela 36: Formação dos professores da educação básica em Borá (1996-2006)

Professores com Ensino Médio								
	Creche		Pré-escola	EF - SI		EF-SF	EM	Total
	<i>RM</i>	<i>RP</i>	<i>RM</i>	<i>RM</i>	<i>RE</i>	<i>RE</i>	<i>RE</i>	
1999	-	-	-	3	1	1	-	5
2000	-	-	1	2	-	-	-	3
2001	-	-	1	2	-	-	-	3
2002	-	-	2	3	-	-	-	5
2003	-	-	2	2	-	-	-	4
2004	-	-	1	-	-	-	-	1
2005	1	-	1	-	-	-	-	2
2006	-	-	1	-	-	-	-	1

Professores com Ensino Superior								
1999	-	-	1	-	-	6	-	7
2000	-	-	-	2	-	8	-	10
2001	-	-	1	2	-	9	-	12
2002	-	-	-	2	-	11	-	13
2003	-	-	-	2	-	15	10	27
2004	1	-	1	4	-	11	10	27
2005	-	1	1	4	-	11	13	30
2006	-	-	-	5	-	15	14	34

Fonte: INEP/EDUDATA. Não disponíveis dados de 1996 a 1998. Traço (-): Não existe professor nesta etapa/esfera. RM: Rede municipal/RE: Rede estadual/RP: Rede Privada O mesmo docente que atua em 2 ou mais etapas foi contado em cada uma das etapas.

* Ano de início da parceria. **Em destaque:** Ano em que o município absorveu maior número de matrículas no ensino fundamental.

O município de Borá, no ano de 2003, sob a gestão do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), iniciou o contrato de parceria com sistema apostilado COC para atender as séries iniciais do ensino fundamental. Tal fato se deu seis anos após o início do processo de municipalização das séries iniciais e aproximadamente três anos após ter municipalizado totalmente as matrículas nas séries iniciais. As séries finais continuaram sob tutela do Governo do Estado, conforme apresenta a Tabela 37:

Tabela 37: Matrículas no ensino fundamental no município de Borá (1996-2006):

Ano	Total				Séries Iniciais				Séries Finais			
	RM	RM (%)	RE	RE (%)	RM	RM (%)	RE	RE (%)	RM	RM (%)	RE	RE (%)
1996	0	0	208	100	0	0	101	100	0	0	107	100
1997	20	11	169	89	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	35	20	138	80	-	-	-	-	-	-	-	-
1999	66	39	105	61	-	-	-	-	-	-	-	-
2000	85	49	88	51	85	100	0	0	0	0	88	100
2001	82	49	85	51	82	100	0	0	0	0	85	100
2002	89	53	79	47	89	100	0	0	0	0	79	100
2003*	73	50	74	50	73	100	0	0	0	0	74	100
2004	74	49	77	51	74	100	0	0	0	0	77	100
2005	55	42	77	58	55	100	0	0	0	0	77	100
2006	90	58	65	42	90	100	0	0	0	0	65	100

Fonte: A autora com base no Banco de Dados da pesquisa “Estratégias municipais para a oferta da educação básica: análise de parcerias público-privado no estado de São Paulo”.

No período de 2000 a 2006 o município era responsável por aproximadamente 50% da oferta de vagas no ensino fundamental, como apresenta os gráficos abaixo:

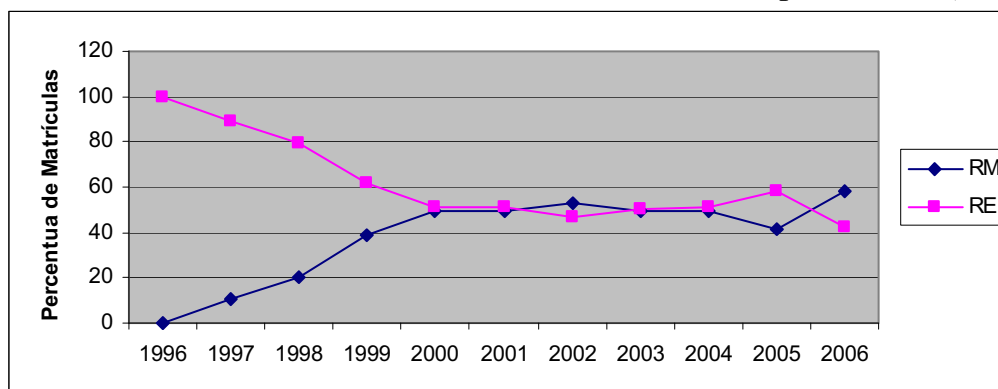
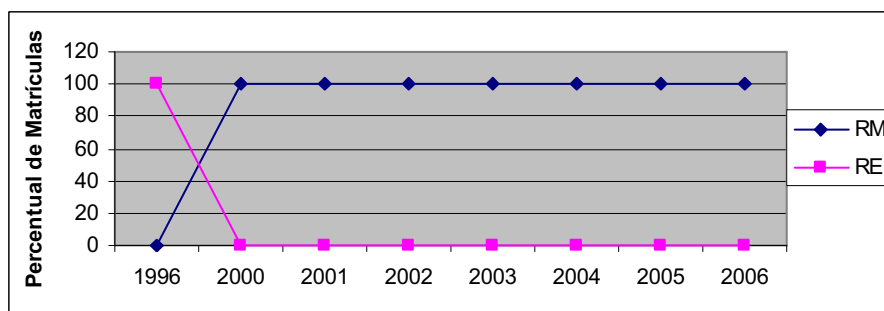
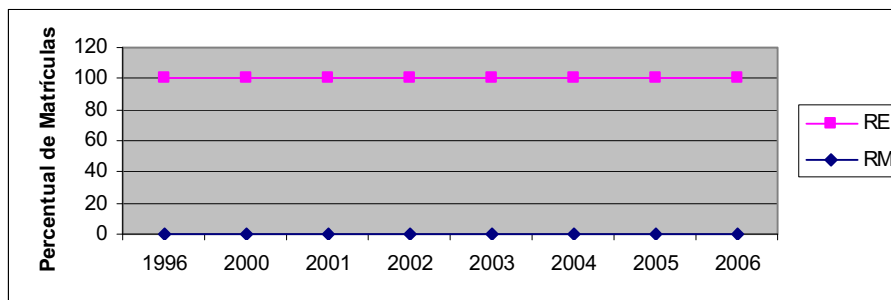
Gráfico 11: Matrículas no ensino fundamental no município de Borá (1996-2006):**Gráfico 12: Matrículas nas séries iniciais do ensino fundamental no município de Borá (1996-2006):**

Gráfico 13: Matrículas nas séries finais do ensino fundamental no município de Borá (1996-2006):



Fonte dos gráficos: A autora com base no Banco de Dados da pesquisa “Estratégias municipais para a oferta da educação básica: análise de parcerias público-privado no estado de São Paulo”. Dados de matrícula não disponíveis de 1997-1999 para as séries iniciais e finais do ensino fundamental.

Legenda: RM (Rede Municipal); RE (Rede Estadual).

Nos anos analisados, a maior parte das receitas totais resultantes de impostos no município foi proveniente de transferências governamentais: entre 94,2% e 98,3%. As receitas próprias equivaleram a valores entre 1,7% e 5,8% do total de receitas. Os valores aplicados em educação ultrapassaram o legalmente exigido (25% do total de impostos) e foram maiores que as receitas próprias do município em todos os anos analisados.

TABELA 38: Município de Borá – Receitas de impostos e recursos aplicados em educação (2002-2006)

	2002	2003*	2004	2005	2006
Receita Total Resultante de Impostos	3.194.574,29	3.542.729,71	3.797.811,45	4.428.742,57	4.771.945,46
Receita Total de Impostos Próprios	83.481,39	61.010,66	125.770,69	254.651,70	274.811,30
Transferências de Impostos (Estado)	723.695,59	895.717,46	992.593,20	1.030.658,64	1.137.375,63
Transferências de Impostos (União)	2.387.397,31	2.586.001,60	2.679.447,55	3.143.432,23	3.359.758,53
Receita Total recebida por Transferências	3.111.092,90	3.481.719,06	3.672.040,76	4.174.090,87	4.497.134,17
Total de Aplicação em MDE	1.075.274,08	1.019.018,26	1.084.230,54	1.149.768,08	1.363.198,35
% de Aplicação em MDE	33,66%	28,76%	28,55%	25,96%	28,57%
Total de Recursos aplicados no EF	1.012.899,30	929.731,36	991.047,57	1.034.769,17	1.223.706,57
% de Aplicação em EF	31,71%	26,24%	26,10%	23,34%	25,62%
Total de Recursos aplicados no EI	62.374,78	89.286,90	93.182,98	114.998,91	139.491,77
% de Aplicação em EI	1,95%	2,52%	2,45%	2,59%	2,92%

Fonte: Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Sistema de Informação da Administração Pública. Disponível em: <http://siapnet.tce.sp.gov.br>. Acesso em 23/06/2009. Valores atualizados pelo índice INPC até dezembro de 2008. *Ano de início da parceria. MDE: Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

Município de Cedral

O município de Cedral, localizado na região administrativa de São José do Rio Preto, possui 6.690 habitantes, seu PIB *per capita* é 46,8% menor do que o estadual e seu IDH 1,4% abaixo do estadual. Sua principal atividade econômica está representada pelo cultivo de cana-de-açúcar.

Nos anos analisados, o atendimento ao ensino infantil manteve-se sob responsabilidade municipal: pré-escola de 1997 a 2006 e creche de 2000 a 2006. O município também atendia EJA e Educação Especial de 1999 a 2006 em rede municipal. O ensino fundamental pertencia à rede estadual até 2002, mas em 2003 ocorreu a municipalização de todo o ensino fundamental do município. O ensino médio pertenceu à rede estadual em todo o período. Não há matrículas em rede privada. A Tabela 39 apresenta os dados de matrícula em Cedral:

Tabela 39: Matrícula na educação básica no município de Cedral (1996-2006)

Ano	Creche			Pré-Escola			EF			EM	EJA			EE		
	RM	RE	RP	RM	RE	RP	RM	RE	RP	RE	RM	RE	RP	RM	RE	RP
1996	-	-	-	0	0	0	0	864	0	-	-	-	-	-	-	-
1997	-	-	-	140	0	0	458	456	0	-	-	-	-	-	-	-
1998	-	-	-	188	0	0	424	527	0	-	-	-	-	-	-	-
1999	61	0	0	158	0	0	395	507	0	254	31	0	0	13	0	0
2000	76	0	0	191	0	0	406	517	0	300	24	0	0	17	0	0
2001	87	0	0	203	0	0	403	483	0	322	0	0	0	13	0	0
2002	87	0	0	218	0	0	407	447	0	300	16	0	0	13	0	0
2003*	172	0	0	212	0	0	804	0	0	327	0	0	0	10	0	0
2004	104	0	0	215	0	0	821	0	0	311	56	0	0	15	0	0
2005	184	0	0	232	0	0	794	0	0	334	72	0	0	15	0	0
2006	214	0	0	227	0	0	827	0	0	320	45	0	0	15	0	0

Fonte: A autora com base no Banco de Dados da pesquisa “Estratégias municipais para a oferta da educação básica: análise de parcerias público-privado no estado de São Paulo” (INEP/EDUDATA).

Traço (-): Dado de matrícula não disponível.

RM (Rede Municipal); RE (Rede Estadual); RP: Rede Privada.

* Ano de início da parceria. **Em destaque:** Ano em que o município absorveu maior número de matrículas no ensino fundamental.

No período analisado não há escolas rurais no município. O município contava uma escola que atendia à creche e à pré-escola municipal, uma escola de ensino fundamental municipal e outra estadual que atendia as séries finais do ensino fundamental e médio até 2002, mas a partir de 2003, passou a atender somente o ensino médio, devido à municipalização integral do ensino fundamental.

Tabela 40: Número de estabelecimentos escolares em Cedral (1996-2006)

	Creche		Pré-Escola		EF			EM	
	RM	RP	RM	RP	RM	RE	RP	RE	RP
1999	1	-	1	-	1	1	-	1	-
2000	1	-	1	-	1	1	-	1	-
2001	1	-	1	-	1	1	-	1	-
2002	1	-	1	-	1	1	-	1	-
2003*	1	-	1	-	1	-	-	1	-
2004	1	-	1	-	1	-	-	1	-
2005	1	-	1	-	1	-	-	1	-
2006	1	-	1	-	1	-	-	1	-

Fonte: INEP – EDUDATA.

Não estão disponíveis dados de 1996-1998.

RM: Rede Municipal, RP: Rede privada, RE: Rede Estadual

* Ano de início da parceria. **Em destaque:** Ano em que o município absorveu maior número de matrículas no ensino fundamental.

Também neste município a maior parte dos professores possui graduação. Dos 82 professores que lecionavam em 2006 no município, 70 eram graduados, enquanto que os professores com ensino médio concentravam-se na educação infantil. Além destes, em 2002, três docentes com formação fundamental atuavam nas creches municipais.

Tabela 41: Formação dos professores da educação básica em Cedral (1996-2006)

Professores com Ensino Médio (continua)										
	Creche	Pré-escola	EF - SI	EF-SF		EM	EE		EJA	Total
	RM	RM	RM	RM	RE	RE	RM	RE	RM	
1999	5	3	4	-	-	-	-	-	-	12
2000	4	5	8	-	-	-	-	-	-	17
2001	5	3	4	-	-	-	-	-	-	12
2002	-	-	18	-	-	-	-	1	1	20
2003*	2	1	2	-	-	-	-	-	-	5
2004	6	1	1	-	-	-	-	-	-	8
2005	1	1	-	-	-	-	-	-	-	2
2006	3	9	-	-	-	-	-	-	-	12

Professores com Ensino Superior (conclusão)

Processores com Ensino Superior (conclusão)										
	Creche	Pré-escola	EF - SI	EF-SF		EM	EE		EJA	Total
	<i>RM</i>	<i>RM</i>	<i>RM</i>	<i>RM</i>	<i>RE</i>	<i>RE</i>	<i>RM</i>	<i>RE</i>	<i>RM</i>	
1999	2	3	10	-	21	20	1	-	2	59
2000	4	3	8	-	25	23	1	-	2	66
2001	1	5	13	-	23	19	1	-	-	62
2002	-	9	-	-	27	26	-	-	-	62
2003*	-	8	17	20	-	22	1	-	-	68
2004	-	9	20	19	-	28	1	-	8	85
2005	6	9	17	16	-	24	1	-	8	81
2006	3	1	17	16	-	23	1	-	9	70

Fonte: INEP/EDUDATA. Não disponíveis dados de 1996 a 1998. Traço (-): Não existe professor nesta etapa/esfera. RM: Rede municipal/RE: Rede estadual/RP: Rede Privada O mesmo docente que atua em 2 ou mais etapas foi contado em cada uma das etapas.

* Ano de início da parceria. **Em destaque:** Ano em que o município absorveu maior número de matrículas no ensino fundamental.

O município assumiu, no ano de 1997, somente as matrículas nas séries iniciais do ensino fundamental. Mas, no ano de 2003, as matrículas das séries finais do ensino fundamental também foram municipalizadas, conforme apresenta a Tabela 42:

Tabela 42: Matrículas no ensino fundamental no município de Cedral (1996-2006):

Ano	Total				Séries Iniciais				Séries Finais			
	RM	RM (%)	RE	RE (%)	RM	RM (%)	RE	RE (%)	RM	RM (%)	RE	RE (%)
1996	0	0	864	100	0	0	461	100	0	0	403	100
1997	458	50	456	50	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	424	45	527	55	-	-	-	-	-	-	-	-
1999	395	44	507	56	-	-	-	-	-	-	-	-
2000	406	44	517	56	406	100	0	0	0	0	517	100
2001	403	45	483	55	403	100	0	0	0	0	483	100
2002	407	48	447	52	407	100	0	0	0	0	447	100
2003*	804	100	0	0	405	100	0	0	399	100	0	0
2004	821	100	0	0	408	100	0	0	413	100	0	0
2005	794	100	0	0	439	100	0	0	355	100	0	0
2006	827	100	0	0	429	100	0	0	398	100	0	0

Fonte: A autora com base no Banco de Dados da pesquisa “Estratégias municipais para a oferta da educação básica: análise de parcerias público-privado no estado de São Paulo”.

Dados de matrícula não disponíveis de 1997-1999 para as séries iniciais e finais do ensino fundamental.

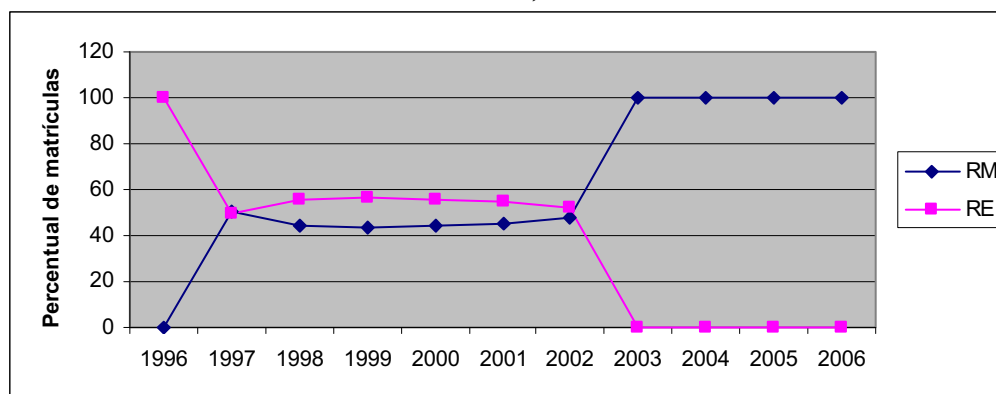
Legenda: RM (Rede Municipal); RE (Rede Estadual); RM (%): Percentual de matrículas na rede municipal; RE (%): Percentual de matrículas na rede estadual.

* Ano de início da parceria. **Em destaque:** Ano em que o município absorveu maior número de matrículas no ensino fundamental.

O município declarou que, sob a gestão do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), desde 2003 a rede municipal de ensino utiliza-se de sistema apostilado COC para as séries finais do ensino fundamental.

Os gráficos a seguir apresentam o movimento de municipalização das matrículas no ensino fundamental em Cedral, pelo qual se observa as mudanças ocorridas nos anos de 1997 e 2003:

Gráfico 14: Matrículas no ensino fundamental no município de Cedral (1996-2006):



Fonte dos gráficos: A autora com base no Banco de Dados da pesquisa “Estratégias municipais para a oferta da educação básica: análise de parcerias público-privado no estado de São Paulo”. Dados de matrícula não disponíveis de 1997-1999 para as séries iniciais e finais do ensino fundamental. Legenda: RM (Rede Municipal); RE (Rede Estadual).

Gráfico 15: Matrículas nas séries iniciais do ensino fundamental no município de Cedral (1996-2006):

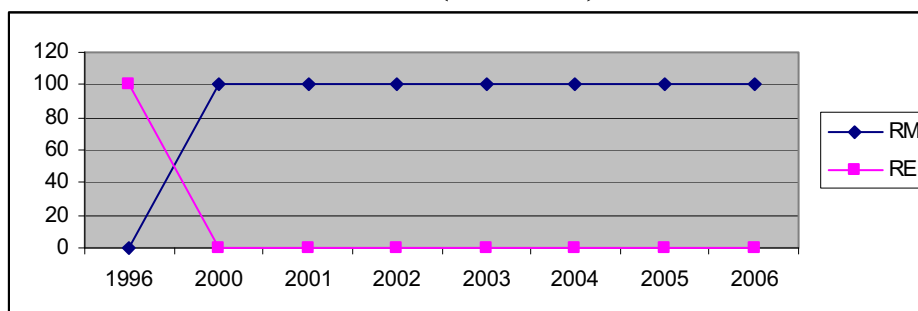
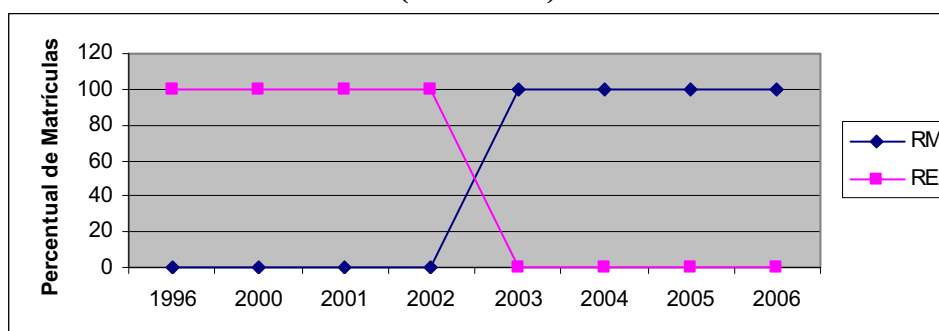


Gráfico 16: Matrículas nas séries finais do ensino fundamental no município de Cedral (1996-2006):



No município de Cedral, a maior parte do total da receita de impostos também foi decorrente de transferências do Estado e da União: entre 76,8% e 86,2%. No entanto, em relação aos municípios já apresentados, as receitas próprias representaram um percentual maior, pois corresponderam a valores que ficaram entre 13,8% e 23,2% do total de receitas de

impostos. Os percentuais aplicados em MDE superaram o exigido legalmente em todo período analisado e foram superiores à receita própria do município em todos os anos analisados.

TABELA 43: Município de Cedral – Receitas de impostos e recursos aplicados em educação (2002-2004)

	2002	2003*	2004	2005	2006
Receita Total Resultante de Impostos	6.253.877,90	5.869.661,49	6.752.588,45	6.896.733,90	7.567.242,80
Receita Total de Impostos Próprios	1.130.255,28	1.069.107,07	1.566.444,98	1.022.959,58	1.046.378,36
Transferências de Impostos (Estado)	2.328.006,33	2.200.177,61	2.472.579,29	2.701.407,30	3.136.541,04
Transferências de Impostos (União)	2.795.616,28	2.600.376,81	2.713.564,18	3.172.367,03	3.384.323,40
Receita Total recebida por Transferências	5.123.622,62	4.800.554,42	5.186.143,47	5.873.774,32	6.520.864,43
Total de Aplicação em MDE	1.804.875,25	1.731.846,02	1.798.837,10	1.917.352,06	2.095.319,63
% de Aplicação em MDE	28,86%	29,51%	26,64%	27,80%	27,69%
Total de Recursos aplicados no EF	1.239.440,10	1.224.427,90	1.286.440,74	1.326.683,07	1.465.088,91
% de Aplicação em EF	19,82%	20,86%	19,05%	19,24%	19,36%
Total de Recursos aplicados no EI	565.435,15	542.898,59	542.898,59	590.668,99	630.230,72
% de Aplicação em EI	9,04%	8,64%	8,04%	8,56%	8,33%

Fonte: Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Sistema de Informação da Administração Pública. Disponível em: <http://siapnet.tce.sp.gov.br>. Acesso em 23/06/2009. Valores atualizados pelo índice INPC até dezembro de 2008.

*Ano de início da parceria.

Município de Estrela do Oeste

O município de Estrela do Oeste pertence à região de São José do Rio Preto. Possui 8.260 habitantes, seu PIB *per capita* é 94,6%⁵¹ e seu IDH 2,7% abaixo do estadual. Sua principal atividade econômica é a produção mista: lavoura e pecuária.

Neste município, nos anos analisados, o atendimento da educação infantil (creches e pré-escolas) era feito tanto pela rede municipal quanto pela rede privada. O ensino fundamental, pertencente à rede estadual até 1997, aparece também nas redes municipal e privada a partir de 1998. O ensino médio aparece nas redes estadual e privada. Já o EJA esteve sob responsabilidade das redes municipal e estadual, e a educação especial presente nas redes municipal, estadual e privada.

⁵¹ Embora possa parecer incoerente, os dados disponíveis apresentam que este município possui um PIB *per capita* extremamente alto. O valor do PIB *per capita* desse município foi conferido junto a Fundação Seade e realmente ele apresenta PIB *per capita* alto em todos os anos disponíveis.

Tabela 44: Matrícula na educação básica no município de Estrela do Oeste (1996-2006)

Ano	Creche			Pré-Escola			EF			EM		EJA			EE		
	RM	RE	RP	RM	RE	RP	RM	RE	RP	RE	RP	RM	RE	RP	RM	RE	RP
1996	-	-	-	117	0	0	0	1436	0	-	-	-	-	-	-	-	-
1997	-	-	-	190	0	0	0	1337	0	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	-	-	-	237	0	39	0	1190	81	-	-	-	-	-	-	-	-
1999	0	0	119	209	0	32	70	1123	89	362	10	0	0	0	0	9	18
2000	0	0	47	248	0	106	103	1137	78	379	21	0	0	0	0	6	19
2001	0	0	109	262	0	19	138	980	95	351	55	36	114	0	0	9	21
2002*	0	0	107	258	0	22	503	544	95	314	68	60	117	0	12	0	23
2003	0	0	114	270	0	16	475	531	113	352	61	36	73	0	12	0	30
2004	0	0	99	342	0	14	478	524	98	419	50	44	39	0	9	0	30
2005	0	0	99	325	0	14	475	482	89	416	33	40	0	0	8	0	30
2006	0	0	98	279	0	21	479	477	79	342	41	46	0	0	41	0	28

Fonte: A autora com base no Banco de Dados da pesquisa “Estratégias municipais para a oferta da educação básica: análise de parcerias público-privado no estado de São Paulo” (INEP/EDUDATA).

Traço (-): Dado de matrícula não disponível.

RM (Rede Municipal); RE (Rede Estadual); RP: Rede Privada.

* Ano de início da parceria. **Em destaque:** Ano em que o município absorveu maior número de matrículas no ensino fundamental.

No período analisado, há no município: duas creches privadas e duas pré-escolas (sendo uma municipal e uma privada); quatro escolas de ensino fundamental até 2002, sendo uma municipal, duas estaduais (uma delas atende também ao ensino médio) e uma privada; além de duas escolas que atendem ao ensino médio, sendo uma estadual e uma privada. Após a municipalização das séries iniciais do ensino fundamental ocorrida em 2002, as escolas estaduais foram reduzidas a uma, a qual passou a atender as séries finais no ensino fundamental e o ensino médio. Não há registros de escolas rurais.

Tabela 45: Número de estabelecimentos escolares em Estrela do Oeste (1996-2006)

	Creche		Pré-Escola		EF			EM	
	RM	RP	RM	RP	RM	RE	RP	RE	RP
1999	-	2	1	1	1	2	1	1	1
2000	-	2	1	2	1	2	1	1	1
2001	-	2	1	1	1	2	1	1	1
2002*	-	2	1	1	1	2	1	1	1
2003	-	2	1	1	1	1	1	1	1
2004	-	2	1	1	1	1	1	1	1
2005	-	2	1	1	1	1	1	1	1
2006	-	2	1	1	1	1	1	1	1

Fonte: INEP – EDUDATA. Não estão disponíveis dados de 1996-1998

RM: Rede Municipal, RP: Rede privada, RE: Rede Estadual

* Ano de início da parceria. **Em destaque:** Ano em que o município absorveu maior número de matrículas no ensino fundamental.

Também no município de Estrela d'Oeste grande parte dos professores possui formação superior: dos 144 professores atuantes no ano de 2006, 109 possuíam graduação, sendo que os que possuíam formação média concentravam-se nas creches, pré-escolas e séries iniciais do ensino fundamental (etapas atendidas pelo município).

Tabela 46: Nível de formação dos professores da educação básica em Estrela do Oeste (1996-2006)

Professores com Ensino Médio																
	Creche	Pré-escola		EF - SI			EF-SF		EM		EE			EJA		Total
	RP	RM	RP	RM	RE	RP	RE	RP	RE	RP	RM	RE	RP	RM	RE	
1999	1	4	-	1	8	2	-	2	-	2	-	-	3	-	-	23
2000	2	3	-	2	6	-	-	1	-	2	-	-	-	-	-	16
2001	1	2	-	3	2	-	-	1	-	1	-	-	1	-	-	11
2002*	2	4	-	14	1	-	-	1	-	1	-	-	3	2	-	28
2003	4	6	-	11	-	2	-	-	-	1	-	-	1	1	-	26
2004	2	10	-	11	-	-	-	-	-	1	-	-	1	2	-	27
2005	4	7	-	11	-	-	-	-	-	-	1	-	1	2	-	26
2006	3	7	-	23	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	35

Professores com Ensino Superior																
1999	2	3	3	2	9	7	29	10	25	13	-	1	-	-	-	104
2000	2	5	8	2	9	4	30	15	24	19	-	1	4	-	-	123
2001	1	7	4	3	12	6	31	12	25	15	-	1	4	1	19	141
2002*	-	6	4	6	-	6	23	13	24	13	-	1	2	-	17	115
2003	-	5	3	13	-	6	24	15	27	16	-	1	2	1	11	124
2004	-	5	2	13	-	7	29	13	27	14	-	-	2	-	8	120
2005	1	8	3	13	-	8	23	12	27	15	-	-	2	-	1	113
2006	2	8	3	1	-	8	25	16	24	16	-	1	2	2	1	109

Fonte: INEP/EDUDATA. Não disponíveis dados de 1996 a 1998. Traço (-): Não existe professor nesta etapa/esfera. RM: Rede municipal/RE: Rede estadual/RP: Rede Privada O mesmo docente que atua em 2 ou mais etapas foi contado em cada uma das etapas.

* Ano de início da parceria. **Em destaque:** Ano em que o município absorveu maior número de matrículas no ensino fundamental.

Este município declarou usar apostilas da Editora Scipione cujo título é “Marcha Criança”. Neste caso não se trata de um sistema de ensino apostilado, mas sim de um conjunto de apostilas adotadas pela rede municipal de ensino. Começaram a ser utilizadas no ano 2002, quando houve a completa municipalização do ensino fundamental. Nesse ano o município estava sob a gestão do PTB. As matrículas nas séries finais no ensino fundamental continuaram sob responsabilidade do Estado em toda a série histórica, conforme mostra a Tabela 47 e os Gráficos 17,18 e19:

Tabela 47: Matrículas no ensino fundamental no município de Estrela do Oeste (1996-2006):

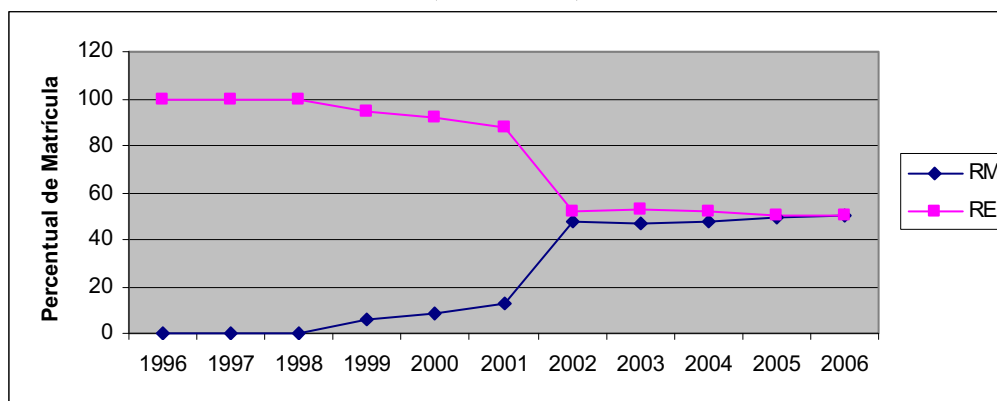
Ano	Total				Séries Iniciais				Séries Finais			
	RM	RM (%)	RE	RE (%)	RM	RM (%)	RE	RE (%)	RM	RM (%)	RE	RE (%)
1996	0	0	1436	100	0	0	690	100	0	0	746	100
1997	0	0	1337	100	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	0	0	1190	100	-	-	-	-	-	-	-	-
1999	70	6	1123	94	-	-	-	-	-	-	-	-
2000	103	8	1137	92	103	20	414	80	0	0	723	100
2001	138	12	980	88	138	28	359	72	0	0	621	100
2002*	503	48	544	52	503	100	0	0	0	0	544	100
2003	475	47	531	53	475	100	0	0	0	0	531	100
2004	478	48	524	52	478	100	0	0	0	0	524	100
2005	475	50	482	50	475	100	0	0	0	0	482	100
2006	479	50	477	50	479	100	0	0	0	0	477	100

Fonte: A autora com base no Banco de Dados da pesquisa “Estratégias municipais para a oferta da educação básica: análise de parcerias público-privado no estado de São Paulo”.

Dados de matrícula não disponíveis de 1997-1999 para as séries iniciais e finais do ensino fundamental.

Legenda: RM (Rede Municipal); RE (Rede Estadual); RM (%): Percentual de matrículas na rede municipal; RE (%): Percentual de matrículas na rede estadual.* Ano de início da parceria. **Em destaque:** Ano em que o município absorveu maior número de matrículas no ensino fundamental.

Gráfico 17: Matrículas no ensino fundamental no município de Estrela do Oeste (1996-2006):



Fonte dos gráficos: A autora com base no Banco de Dados da pesquisa “Estratégias municipais para a oferta da educação básica: análise de parcerias público-privado no estado de São Paulo”.

Dados de matrícula não disponíveis de 1997-1999 para as séries iniciais e finais do ensino fundamental.

Legenda: RM (Rede Municipal); RE (Rede Estadual).

Gráfico 18: Matrículas nas séries iniciais do ensino fundamental no município de Estrela do Oeste (1996-2006):

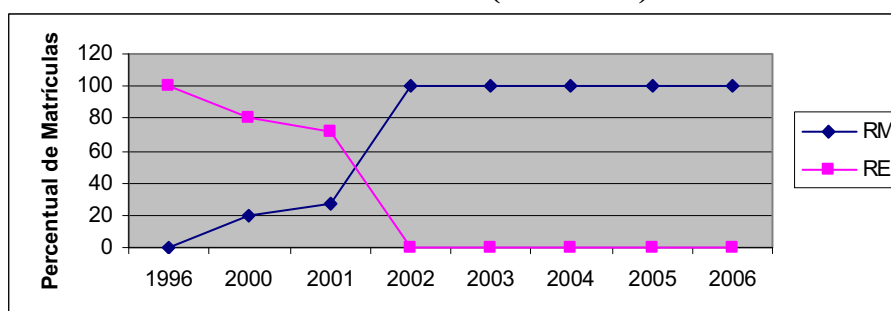
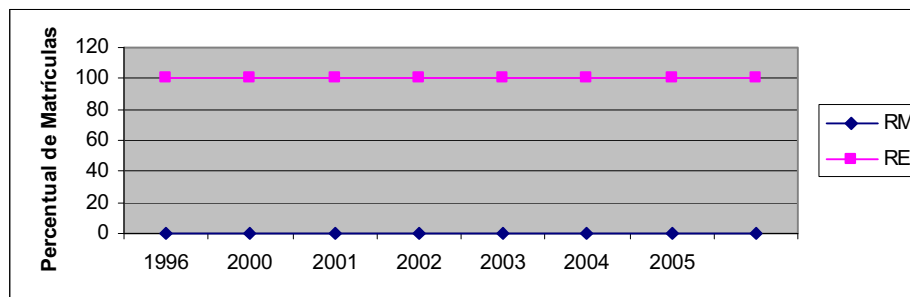


Gráfico 19: Matrículas nas séries finais do ensino fundamental no município de Estrela do Oeste (1996-2006):



No município de Estrela do Oeste a receita proveniente de transferências do Estado e da União correspondeu a valores que ficaram entre 89,2% e 92,6% do total de receitas de impostos. As receitas próprias ficaram entre 7,4% e 10,8% do total de impostos. Os valores aplicados em educação superaram o legalmente exigido (25%) e foram superiores à receita própria do município.

TABELA 48: Município de Estrela do Oeste – Receitas de impostos e recursos aplicados em educação (1998-2006)

	2002*	2003	2004	2005	2006
Receita Total Resultante de Impostos	6.952.161,04	6.339.149,62	7.042.808,75	8.176.584,88	9.306.086,39
Receita Total de Impostos Próprios	630.347,25	527.852,44	757.230,84	673.701,37	798.984,85
Transferências de Impostos (Estado)	2.903.958,75	2.782.288,64	3.250.316,14	4.050.773,26	4.931.045,77
Transferências de Impostos (União)	3.417.855,04	3.029.008,54	3.035.261,77	3.452.110,25	3.576.055,77
Receita Total recebida por Transferências	6.321.813,79	5.811.297,18	6.285.577,91	7.502.883,51	8.507.101,54
Total de Aplicação em MDE	1.834.615,06	1.673.599,38	1.944.099,18	2.503.108,71	2.653.175,22
% de Aplicação em MDE	26,39%	26,40%	27,60%	30,61%	28,51%
Total de Recursos aplicados no EF	1.509.368,66	1.254.689,75	1.544.891,62	1.929.835,80	1.967.555,23
% de Aplicação em EF	21,70%	19,79%	21,70%	23,24%	21,14%
Total de Recursos aplicados no EI	325.246,40	418.909,64	399.207,57	573.272,91	685.619,99
% de Aplicação em EI	4,68%	3,45%	5,61%	6,90%	7,37%

Fonte: Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Sistema de Informação da Administração Pública. Disponível em: <http://siapnet.tce.sp.gov.br>. Acesso em 23/06/2009. Valores atualizados pelo índice INPC até dezembro de 2008. Não disponíveis informações para o ano de 2001.*Ano de início da parceria.

Município de Guaraci

Na região administrativa de Barretos, localiza-se o município de Guaraci, que possui 8.815 habitantes, PIB *per capita* 55,9% menor que o estadual e IDH 6,9% abaixo do estadual. O município tem como principal atividade econômica o cultivo de cana-de-açúcar.

Quanto ao atendimento educacional, o município apresentou matrículas na pré-escola na rede municipal e privada em toda a série-histórica (1996-2006), já as matrículas em creches estavam presentes somente na rede privada (1999-2005) iniciando-se no ano de 2006 na rede municipal. O ensino fundamental, de exclusividade estadual até 1996, foi municipalizado parcialmente a partir de 1997. O ensino médio esteve sob responsabilidade da rede estadual. Já a educação de Jovens e Adultos era oferecida pela rede municipal e estadual, enquanto a educação especial de 1999 a 2002 pertencia à rede municipal e de 2003 a 2006 as matrículas apareceram apenas na rede privada.

Tabela 49: Matrícula na educação básica no município de Guaraci (1996-2006)

Ano	Creche			Pré-Escola			EF			EM	EJA			EE		
	RM	RE	RP	RM	RE	RP	RM	RE	RP	RE	RM	RE	RP	RM	RE	RP
1996	-	-	-	191	0	0	0	1645	0	-	-	-	-	-	-	-
1997	-	-	-	243	0	0	849	835	0	-	-	-	-	-	-	-
1998	-	-	-	286	0	0	801	842	0	-	-	-	-	-	-	-
1999	0	0	41	234	0	35	719	899	18	403	0	0	0	26	0	0
2000	0	0	60	255	0	35	673	870	38	461	60	0	0	28	0	0
2001*	0	0	62	273	0	28	639	835	52	470	65	78	0	25	0	0
2002	0	0	59	278	0	26	623	789	52	503	75	0	0	30	0	0
2003	0	0	74	286	0	22	665	719	41	507	66	0	0	0	0	33
2004	0	0	73	328	0	49	656	677	24	523	65	41	0	0	0	46
2005	0	0	81	334	0	0	672	647	0	545	65	110	0	0	0	48
2006	45	0	81	412	0	0	663	666	0	557	56	151	0	0	0	51

Fonte: A autora com base no Banco de Dados da pesquisa “Estratégias municipais para a oferta da educação básica: análise de parcerias público-privado no estado de São Paulo” (INEP/EDUDATA). * Ano de início da parceria. **Em destaque:** Ano em que o município absorveu maior número de matrículas no ensino fundamental.

No município de Guaraci constatou-se a presença de escolas rurais: uma pré-escola municipal e uma escola de ensino fundamental também municipal. Além de duas creches particulares, duas pré-escolas urbanas, sendo uma municipal e uma particular, três escolas de ensino fundamental urbanas, sendo uma municipal, uma estadual e uma privada. A escola estadual que atende as séries finais do ensino fundamental atende também o ensino médio.

Professores com Ensino Superior (continua)

	Creche		Pré-escola		EF - SI		EF-SF	EM	EE			EJA		Total
1999	-	-	5	-	19	3	29	20	-	2	-	-	-	78
2000	-	-	5	-	19	-	36	24	2	-	-	1	-	87
2001*	-	-	12	-	18	-	30	30	2	-	-	1	1	94
2002	-	-	11	1	20	2	30	29	2	-	-	2	1	98
2003	-	-	13	-	23	2	27	25	1	-	3	1	2	97
2004	-	-	14	-	26	5	20	14	-	-	4	2	8	93
2005	-	1	15	-	24	-	39	33	-	-	6	1	9	128
2006	3	-	16	-	25	-	42	35	-	-	6	1	19	147

Fonte: INEP/EDUDATA. Não disponíveis dados de 1996 a 1998. Traço (-): Não existe professor nesta etapa/esfera. RM: Rede municipal/RE: Rede estadual/RP: Rede Privada O mesmo docente que atua em 2 ou mais etapas foi contado em cada uma das etapas.

* Ano de início da parceria

Neste município o contrato com o Sistema de Ensino apostilado COC iniciou-se em 2001, cinco anos após a municipalização das séries iniciais no ensino fundamental que se deu no ano de 1997. Nesse ano o município estava sob a gestão do Partido da Frente Liberal (PFL). As matrículas nas séries iniciais foram transferidas totalmente para o município no ano de 1997 conforme apresenta a tabela e gráficos a seguir:

Tabela 52: Matrículas no ensino fundamental no município de Guaraci (1996-2006):

Ano	Total				Séries Iniciais				Séries Finais			
	RM	RM (%)	RE	RE (%)	RM	RM (%)	RE	RE (%)	RM	RM (%)	RE	RE (%)
1996	0	0	1645	100	0	0	889	100	0	0	756	100
1997	849	50	835	50	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	801	49	842	51	-	-	-	-	-	-	-	-
1999	719	44	899	56	-	-	-	-	-	-	-	-
2000	673	44	870	56	673	100	0	0	0	0	870	100
2001*	639	43	835	57	639	100	0	0	0	0	835	100
2002	623	44	789	56	623	100	0	0	0	0	789	100
2003	665	48	719	52	665	100	0	0	0	0	719	100
2004	656	49	677	51	656	100	0	0	0	0	677	100
2005	672	51	647	49	672	100	0	0	0	0	647	100
2006	663	50	666	50	663	100	0	0	0	0	666	100

Fonte: A autora com base no Banco de Dados da pesquisa “Estratégias municipais para a oferta da educação básica: análise de parcerias público-privado no estado de São Paulo”.

Dados de matrícula não disponíveis de 1997-1999 para as séries iniciais e finais do ensino fundamental.

Legenda: RM (Rede Municipal); RE (Rede Estadual); RM (%): Percentual de matrículas na rede municipal; RE (%): Percentual de matrículas na rede estadual.

* Ano de início da parceria. **Em destaque:** Ano em que o município absorveu maior número de matrículas no ensino fundamental.

Gráfico 20: Matrícula no ensino fundamental no município de Guaraci (1996-2006):

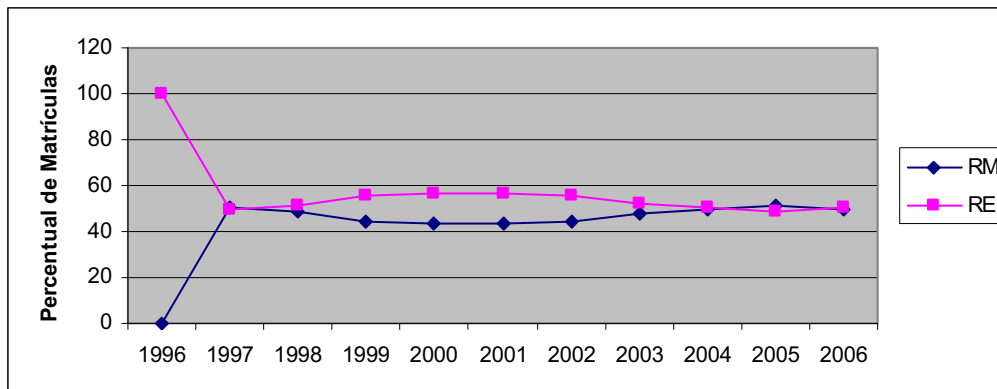


Gráfico 21: Matrícula nas séries iniciais do ensino fundamental no município de Guaraci (1996-2006):

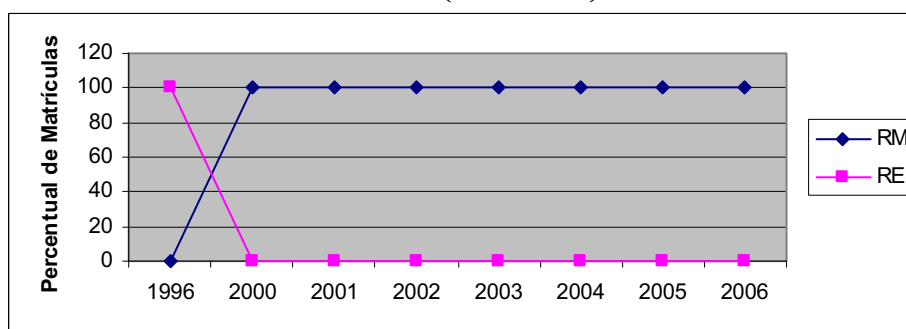
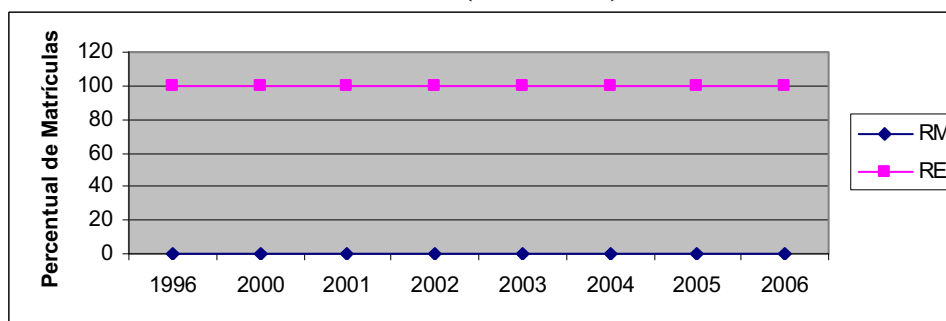


Gráfico 22: Matrícula nas séries finais do ensino fundamental no município de Guaraci (1996-2006):



Fonte dos gráficos: A autora com base no Banco de Dados da pesquisa “Estratégias municipais para a oferta da educação básica: análise de parcerias público-privado no estado de São Paulo”. Dados de matrícula não disponíveis de 1997-1999 para as séries iniciais e finais do ensino fundamental. Legenda: RM (Rede Municipal); RE (Rede Estadual).

Também no município de Guaraci a maior parte das receitas totais resultantes de impostos foi proveniente de transferências do Estado e da União: entre 80% e 96,4%. A receita própria do município correspondeu a valores que ficaram entre 3,6% e 20% do total das receitas. Os recursos aplicados em MDE no município foram superiores a receita de impostos próprios nos anos analisados. Tais dados estão apresentados na Tabela 53:

TABELA 53: Município de Guaraci – Receitas de impostos e recursos aplicados em educação (2000-2006)

(continua)	2000	2001*	2002	2003
Receita Total Resultante de Impostos	9.976.946,68	8.936.355,22	8.111.322,50	9.276.272,69
Receita Total de Impostos Próprios	362.834,73	521.766,87	468.758,22	1.858.093,45
Transferências de Impostos (Estado)	6.653.091,19	5.369.928,48	4.659.051,53	5.061.324,34
Transferências de Impostos (União)	2.961.020,76	3.044.659,87	2.983.512,75	2.356.854,90
Receita Total recebida por Transferências	9.614.111,95	8.414.588,35	7.642.564,28	7.418.179,24
Total de Aplicação em MDE	2.861.248,10	2.639.341,68	2.181.283,06	2.607.989,27
% de Aplicação em MDE	28,68%	29,53%	26,89%	28,11%
Total de Recursos aplicados no EF	2.696.879,71	2.319.616,79	1.901.361,24	1.926.825,40
% de Aplicação em EF	27,04%	25,95%	23,44%	20,77%
Total de Recursos aplicados no EI	164.368,39	319.724,89	279.921,83	681.163,87
% de Aplicação em EI	1,64%	4,20%	3,45%	7,34%

(conclusão)	2004	2005	2006
Receita Total Resultante de Impostos	8.995.265,71	10.034.193,84	12.547.688,34
Receita Total de Impostos Próprios	747.361,94	793.360,52	1.678.035,93
Transferências de Impostos (Estado)	5.404.686,75	5.932.272,64	7.224.054,04
Transferências de Impostos (União)	2.843.217,03	3.308.560,69	3.645.598,37
Receita Total recebida por Transferências	8.247.903,77	9.240.833,32	10.869.652,41
Total de Aplicação em MDE	2.566.084,66	2.926.636,68	3.479.806,61
% de Aplicação em MDE	28,53%	29,17%	27,73%
Total de Recursos aplicados no EF	2.062.495,89	2.495.623,67	2.394.827,17
% de Aplicação em EF	22,93%	23,47%	19,09%
Total de Recursos aplicados no EI	503.588,76	571.731,63	1.084.979,44
% de Aplicação em EI	5,60%	5,70%	8,65%

Fonte: Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Sistema de Informação da Administração Pública. Disponível em: <http://siapnet.tce.sp.gov.br>. Acesso em 23/06/2009. Valores atualizados pelo índice INPC até dezembro de 2008.

*Ano de início da parceria.

MDE: Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Município de Ilha Comprida

O município de Ilha Comprida possui 6.608 habitantes, seu PIB *per capita* é 58,6% menor que o do estado e seu IDH 1,4% abaixo do estadual. Localiza-se na região administrativa de Registro e sua principal atividade econômica é o Turismo.

No período analisado, o atendimento educacional no município incluía o atendimento em rede própria da pré-escola em todo o período e em creche a partir de 2002. O ensino fundamental era de responsabilidade municipal e estadual até 1998, no entanto, a partir de 1999 torna-se responsabilidade exclusiva do município. O ensino médio permaneceu sob responsabilidade da rede estadual. O atendimento da Educação de Jovens e Adultos era dividido entre rede estadual e municipal. Já a Educação Especial aparece somente na rede privada.

Tabela 54: Matrícula na educação básica no município de Ilha Comprida (1996-2006)

Ano	Creche			Pré-Escola			EF			EM	EJA			EE		
	RM	RE	RP	RM	RE	RP	RM	RE	RP	RE	RM	RE	RP	RM	RE	RP
1996	-	-	-	150	0	0	436	432	0	-	-	-	-	-	-	-
1997	-	-	-	226	0	0	503	509	0	-	-	-	-	-	-	-
1998	-	-	-	166	0	0	508	535	0	-	-	-	-	-	-	-
1999	0	0	0	253	0	0	1093	0	0	263	43	0	0	0	0	31
2000	0	0	0	284	0	0	970	0	0	312	0	0	0	0	0	35
2001	0	0	0	379	0	0	1003	0	0	378	265	0	0	0	0	37
2002*	35	0	0	324	0	0	1058	0	0	298	212	112	0	0	0	39
2003	35	0	0	408	0	0	1259	0	0	302	196	150	0	0	0	50
2004	64	0	0	370	0	0	1229	0	0	356	200	143	0	0	0	46
2005	65	0	0	232	0	0	1419	0	0	351	183	154	0	0	0	46
2006	66	0	0	234	0	0	1374	0	0	323	179	106	0	0	0	45

Fonte: A autora com base no Banco de Dados da pesquisa “Estratégias municipais para a oferta da educação básica: análise de parcerias público-privado no estado de São Paulo” (INEP/EDUDATA).

Traço (-): Dado de matrícula não disponível.

RM (Rede Municipal); RE (Rede Estadual); RP: Rede Privada.

* Ano de início da parceria. **Em destaque:** Ano em que o município absorveu maior número de matrículas no ensino fundamental.

Não há registros de escolas rurais no município. O município contava com uma creche, pré-escolas (duas em 1999, três em 2000 e quatro de 2001 a 2006) e escolas de ensino fundamental municipais (quatro em 1999 e a cinco a partir desse ano). Somente o estabelecimento de ensino médio pertencia à rede estadual nos anos analisados.

Tabela 55: Número de estabelecimentos escolares em Ilha Comprida (1996-2006)

	Creche		Pré-Escola		EF			EM	
	RM	RP	RM	RP	RM	RE	RP	RE	RP
1999	-	-	2	-	4	-	-	1	-
2000	-	-	3	-	5	-	-	1	-
2001	-	-	4	-	5	-	-	1	-
2002*	1	-	4	-	5	-	-	1	-
2003	1	-	4	-	5	-	-	1	-
2004	1	-	4	-	5	-	-	1	-
2005	1	-	4	-	5	-	-	1	-
2006	1	-	4	-	5	-	-	1	-

Fonte: INEP – EDUDATA. Não estão disponíveis dados de 1996-1998. RM: Rede Municipal, RP: Rede privada, RE: Rede Estadual. *Ano de início da parceria. **Em destaque:** Ano em que o município absorveu maior número de matrículas no ensino fundamental.

A maioria dos professores em exercício no município possui nível superior. Além dos professores constantes na Tabela 56, há registros de docentes que atuaram em duas etapas da educação básica com nível de formação fundamental: um docente na educação especial privada no ano de 2001, um docente em creche municipal em 2002 e três em 2003.

Tabela 56: Nível de formação dos professores da educação básica em Ilha Comprida (1996-2006):

	Creche	Pré-escola	EF - SI	EF-SF	EM	EE	EJA		Total
	RM	RM	RM	RM	RE	RP	RM	RE	
1999	-	11	20	-	-	4	2	-	37
2000	-	9	17	-	-	5	-	-	31
2001	-	13	18	-	-	4	2	-	37
2002*	5	14	19	-	-	5	-	-	43
2003	3	12	20	-	-	6	-	-	41
2004	6	9	17	-	-	6	-	-	38
2005	9	6	16	-	-	-	-	-	31
2006	10	3	4	-	-	-	-	-	17

Professores com Ensino Superior

1999	-	-	5	28	18	-	-	-	51
2000	-	4	9	14	19	-	-	-	46
2001	-	10	10	25	22	-	14	-	81
2002*	-	9	16	22	13	-	10	11	81
2003	-	13	13	29	21	-	7	13	96
2004	-	13	23	30	24	-	9	17	116
2005	1	13	39	28	14	7	11	10	123
2006	-	14	34	28	28	7	12	15	138

Fonte: INEP/EDUDATA. Não disponíveis dados de 1996 a 1998. Traço (-): Não existe professor nesta etapa/esfera. RM: Rede municipal/RE: Rede estadual/RP: Rede Privada O mesmo docente que atua em 2 ou mais etapas foi contado em cada uma das etapas. * Ano de início da parceria. **Em destaque:** Ano em que o município absorveu maior número de matrículas no ensino fundamental.

Neste município, no ano de 1996 todas as matrículas nas séries iniciais do ensino fundamental eram municipais. Já as matrículas nas séries finais foram transferidas para o município no ano de 1999. A adoção de sistema de ensino apostilado Positivo iniciou-se em 2002, três anos depois do município assumir todas as matrículas do ensino fundamental. Nesse ano, o município estava sob a gestão do PFL. A Tabela 57 apresenta as matrículas no ensino fundamental neste município:

Tabela 57: Matrículas no ensino fundamental no município de Ilha Comprida (1996-2006):

Ano	Total				Séries Iniciais				Séries Finais			
	RM	RM (%)	RE	RE (%)	RM	RM (%)	RE	RE (%)	RM	RM (%)	RE	RE (%)
1996	436	50	432	50	436	100	0	0	0	0	432	100
1997	503	50	509	50	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	508	49	535	51	-	-	-	-	-	-	-	-
1999	1093	100	0	0	-	-	-	-	-	-	-	-
2000	970	100	0	0	487	100	0	0	483	100	0	0
2001	1003	100	0	0	519	100	0	0	484	100	0	0
2002*	1058	100	0	0	573	100	0	0	485	100	0	0
2003	1259	100	0	0	632	100	0	0	627	100	0	0
2004	1229	100	0	0	665	100	0	0	564	100	0	0
2005	1419	100	0	0	828	100	0	0	591	100	0	0
2006	1374	100	0	0	814	100	0	0	560	100	0	0

Fonte: A autora com base no Banco de Dados da pesquisa “Estratégias municipais para a oferta da educação básica: análise de parcerias público-privado no estado de São Paulo”.

Dados de matrícula não disponíveis de 1997-1999 para as séries iniciais e finais do ensino fundamental.

Legenda: RM (Rede Municipal); RE (Rede Estadual); RM (%): Percentual de matrículas na rede municipal; RE (%): Percentual de matrículas na rede estadual.

* Ano de início da parceria. **Em destaque:** Ano em que o município absorveu maior número de matrículas no ensino fundamental.

Os gráficos abaixo apresentam as matrículas totais no ensino fundamental no município, que no ano de 1996 já possuía matrículas na rede municipal, e que em 1999 municipalizou as demais matrículas dessa etapa de ensino:

Gráfico 23: Matrícula no ensino fundamental no município de Ilha Comprida (1996-2006):

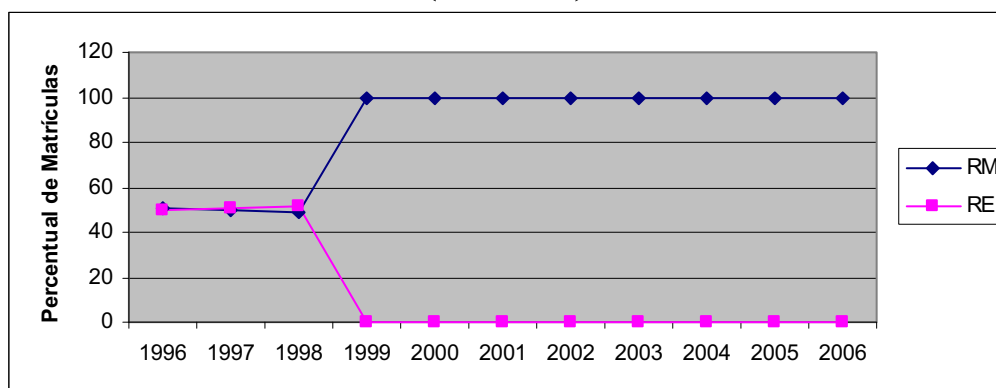


Gráfico 24: Matrícula nas séries iniciais do ensino fundamental no município de Ilha Comprida (1996-2006):

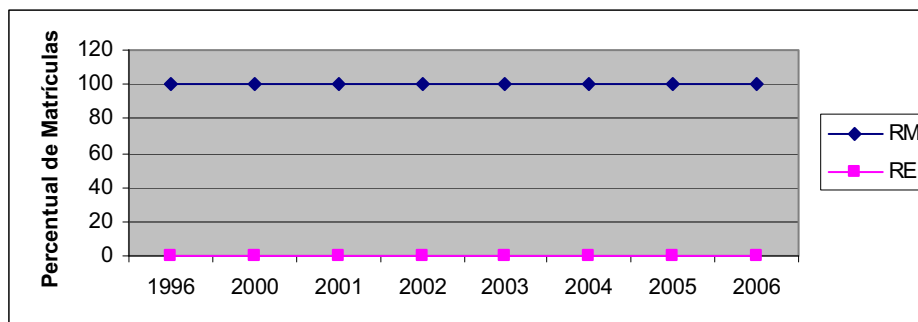
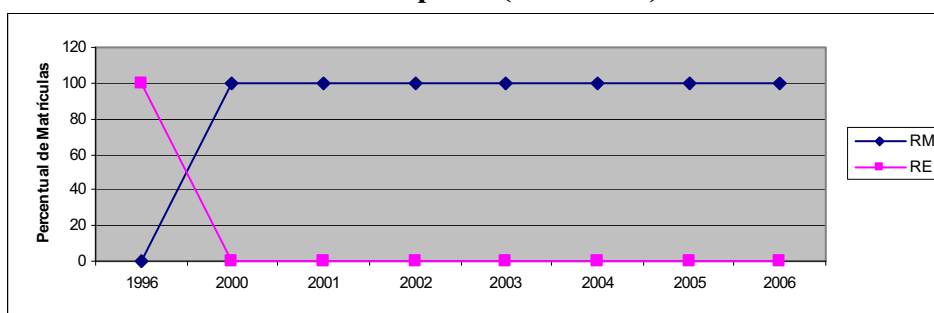


Gráfico 25: Matrícula nas séries finais do ensino fundamental no município de Ilha Comprida (1996-2006):



Fonte dos gráficos: A autora com base no Banco de Dados da pesquisa “Estratégias municipais para a oferta da educação básica: análise de parcerias público-privado no estado de São Paulo”.
 Dados de matrícula não disponíveis de 1997-1999 para as séries iniciais e finais do ensino fundamental.
 Legenda: RM (Rede Municipal); RE (Rede Estadual).

O município de Ilha Comprida apresentou um quadro financeiro diferente dos demais municípios descritos até agora. A maior parte das receitas de impostos provém de receitas próprias: entre 71% e 95,2% do total. As receitas provenientes de transferências ficaram entre 4,8% e 29% do total de receitas resultante de impostos. O valor aplicado em educação variou entre 27,6% e 38,7% do total de impostos recebidos, acima dos 25% exigidos legalmente. Neste município o valor aplicado em educação é menor que o valor das receitas próprias.

TABELA 58: Município de Ilha Comprida – Receitas de impostos e recursos aplicados em educação (2001-2006)

(Continua)	2001	2002*	2003
Receita Total Resultante de Impostos	16.899.798,89	18.357.182,74	21.157.114,69
Receita Total de Impostos Próprios	11.144.991,43	13.027.197,43	13.027.197,43
Transferências de Impostos (Estado)	2.722.033,86	2.430.956,01	2.430.956,01
Transferências de Impostos (União)	3.032.773,59	2.899.029,30	2.546.843,11
Receita Total recebida por Transferências	5.754.807,46	5.329.985,32	4.977.799,12
Total de Aplicação em MDE	5.346.471,65	7.112.760,50	6.626.408,32
% de Aplicação em MDE	31,64%	38,75%	31,32%
Total de Recursos aplicados no EF	4.600.833,31	5.754.600,93	5.540.927,21
% de Aplicação em EF	27,22%	31,34%	26,19%
Total de Recursos aplicados no EI	746.353,08	1.358.159,57	1.084.441,24
% de Aplicação em EI	4,42%	7,39%	5,13%

(Conclusão)	2004	2005	2006
Receita Total Resultante de Impostos	24.366.368,95	18.240.255,02	23.347.658,89
Receita Total de Impostos Próprios	18.990.214,09	17.372.387,47	16.698.919,71
Transferências de Impostos (Estado)	2.729.354,64	389.821,37	3.174.760,58
Transferências de Impostos (União)	2.646.800,22	478.046,18	3.473.978,59
Receita Total recebida por Transferências	5.376.154,86	867.867,55	6.648.739,18
Total de Aplicação em MDE	9.415.495,35	6.338.228,52	6.458.890,98
% de Aplicação em MDE	38,64%	34,75%	27,66%
Total de Recursos aplicados no EF	5.128.107,58	5.306.965,40	5.264.200,69
% de Aplicação em EF	59,42%	22,76%	22,54%
Total de Recursos aplicados no EI	1.213.940,58	1.031.263,13	682.461,55
% de Aplicação em EI	14,07%	4,42%	2,92%

Fonte: Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Sistema de Informação da Administração Pública. Disponível em: <http://siapnet.tce.sp.gov.br>. Acesso em 23/06/2009. Valores atualizados pelo índice INPC até dezembro de 2008.

*Ano de início da parceria.

MDE: Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

Município de Palmares Paulista

O município de Palmares Paulista pertence à região administrativa de São José do Rio Preto, sua principal atividade econômica é o cultivo de cana-de-açúcar. Possui 8.437 habitantes, seu PIB *per capita* é 72,6% menor que o estadual e seu IDH 6,0% abaixo do estadual.

O município atendia a pré-escola em rede própria em todo período de análise, mas a creche começou a ser oferecida somente no ano de 2006. O ensino fundamental era oferecido tanto pela rede municipal quanto pela rede estadual, no entanto as matrículas municipais foram aumentando enquanto as estaduais diminuía. O ensino médio manteve-se sob

responsabilidade estadual. Já a Educação de Jovens e Adultos juntamente com a Educação Especial era atendida pelo município. Não houve matrículas na rede privada no período analisado.

Tabela 59: Matrícula na educação básica no município de Palmares Paulista (1996-2006)

Ano	Creche			Pré-Escola			EF			EM	EJA			EE		
	RM	RE	RP	RM	RE	RP	RM	RE	RP	RE	RM	RE	RP	RM	RE	RP
1996	-	-	-	160	0	0	376	1209	0	-	-	-	-	-	-	-
1997	-	-	-	165	0	0	425	1253	0	-	-	-	-	-	-	-
1998	-	-	-	205	0	0	363	1316	0	-	-	-	-	-	-	-
1999	0	0	0	199	0	0	833	805	0	399	103	0	0	0	0	0
2000	0	0	0	188	0	0	818	809	0	416	218	0	0	0	0	0
2001	0	0	0	263	0	0	822	828	0	442	308	0	0	0	0	0
2002	0	0	0	254	0	0	871	711	0	481	265	0	0	19	0	0
2003*	0	0	0	318	0	0	902	691	0	554	282	0	0	10	0	0
2004	0	0	0	187	0	0	929	656	0	641	266	0	0	17	0	0
2005	0	0	0	261	0	0	871	627	0	613	213	0	0	11	0	0
2006	48	0	0	309	0	0	911	655	0	508	178	43	0	17	0	0

Fonte: A autora com base no Banco de Dados da pesquisa “Estratégias municipais para a oferta da educação básica: análise de parcerias público-privado no estado de São Paulo” (INEP/EDUDATA). Traço (-): Dado de matrícula não disponível. RM (Rede Municipal); RE (Rede Estadual); RP: Rede Privada.* Ano de início da parceria. **Em destaque:** Ano em que o município absorveu maior número de matrículas no ensino fundamental.

Palmares Paulista apresentou um número restrito de estabelecimentos escolares: uma pré-escola municipal até 2005 e duas a partir de 2006 (em uma delas funcionando também uma creche municipal), duas escolas municipais de ensino fundamental (séries iniciais), uma escola estadual que atende o ensino fundamental (séries finais) e o ensino médio.

Tabela 60: Número de estabelecimentos escolares em Palmares Paulista (1996-2006)

	Creche		Pré-Escola		EF			EM	
	RM	RP	RM	RP	RM	RE	RP	RE	RP
1999	-	-	1	-	2	1	-	1	-
2000	-	-	1	-	2	1	-	1	-
2001	-	-	1	-	2	1	-	1	-
2002	-	-	1	-	2	1	-	1	-
2003*	-	-	1	-	2	1	-	1	-
2004	-	-	1	-	2	1	-	1	-
2005	-	-	1	-	2	1	-	1	-
2006	1	-	2	-	2	1	-	1	-

Fonte: INEP – EDUDATA. Não estão disponíveis dados de 1996-1998

RM: Rede Municipal, RP: Rede privada, RE: Rede Estadual.*Ano de início da parceria.

Em destaque: Ano em que o município absorveu maior número de matrículas no ensino fundamental.

Observa-se um aumento do número dos professores com formação superior, sendo que em 2006, 99,3% dos professores eram graduados (apenas um docente possuía formação em nível médio).

Tabela 61: Nível de formação dos professores da educação básica em Palmares Paulista (1996-2006)

Professores com Ensino Médio								
	Pré-escola	EF - SI	EF-SF	EM	EE	EJA		Total
	<i>RM</i>	<i>RM</i>	<i>RM</i>	<i>RE</i>	<i>RM</i>	<i>RM</i>	<i>RE</i>	
1999	4	13	-	-	-	1	-	18
2000	3	21	-	-	-	1	-	25
2001	5	16	-	-	-	1	-	22
2002	7	10	-	-	-	1	-	18
2003*	11	11	-	-	-	-	-	22
2004	-	9	-	-	-	-	-	9
2005	-	5	-	-	-	-	-	5
2006	-	1	-	-	-	-	-	1
Professores com Ensino Superior								
1999	5	18	31	23	-	1	-	78
2000	6	14	35	29	-	7	-	91
2001	5	26	35	29	-	7	-	102
2002	5	29	30	27	3	6	1	101
2003*	4	30	33	31	3	8	2	111
2004	8	30	29	23	3	7	2	102
2005	10	38	41	23	3	10	2	127
2006	16	42	41	23	3	9	12	146

Fonte: INEP/EDUDATA. Não disponíveis dados de 1996 a 1998. Traço (-): Não existe professor nesta etapa/esfera. RM: Rede municipal/RE: Rede estadual/RP: Rede Privada O mesmo docente que atua em 2 ou mais etapas foi contado em cada uma das etapas.

*Ano de início da parceria. **Em destaque:** Ano em que o município absorveu maior número de matrículas no ensino fundamental.

No ano de 1996, 42% das matrículas nas séries iniciais do ensino fundamental encontravam-se nas escolas municipais e sua totalidade foi repassada para o município em 1998. Conforme apresenta a Tabela 62:

Tabela 62: Matrículas no ensino fundamental no município de Palmares Paulista (1996-2006):

Ano	Total				Séries Iniciais				Séries Finais			
	RM	RM (%)	RE	RE (%)	RM	RM (%)	RE	RE (%)	RM	RM (%)	RE	RE (%)
1996	376	24	1209	76	376	42	519	58	0	0	690	100
1997	425	25	1253	75	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	363	22	1316	78	-	-	-	-	-	-	-	-
1999	833	51	805	49	-	-	-	-	-	-	-	-
2000	818	50	809	50	818	100	0	0	0	0	809	100
2001	822	50	828	50	822	100	0	0	0	0	828	100
2002	871	55	711	45	871	100	0	0	0	0	711	100
2003*	902	57	691	43	902	100	0	0	0	0	691	100
2004	929	59	656	41	929	100	0	0	0	0	656	100
2005	871	58	627	42	871	100	0	0	0	0	627	100
2006	911	58	655	42	911	100	0	0	0	0	655	100

Fonte: A autora com base no Banco de Dados da pesquisa “Estratégias municipais para a oferta da educação básica: análise de parcerias público-privado no estado de São Paulo”.

As matrículas das séries finais mantiveram-se na rede estadual até 2006. Os gráficos a seguir apresentam as matrículas no ensino fundamental neste município no período de análise:

Gráfico 26: Matrícula no ensino fundamental no município de Palmares Paulista (1996-2006):

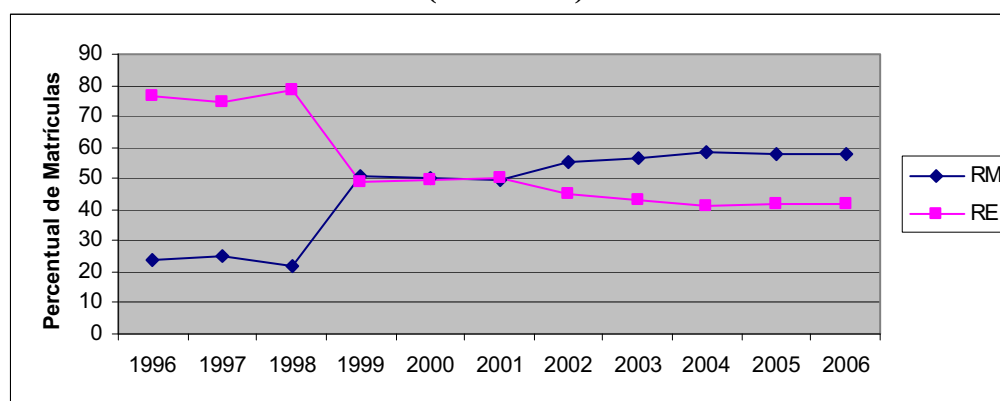


Gráfico 27: Matrícula nas séries iniciais do ensino fundamental no município de Palmares Paulista (1996-2006):

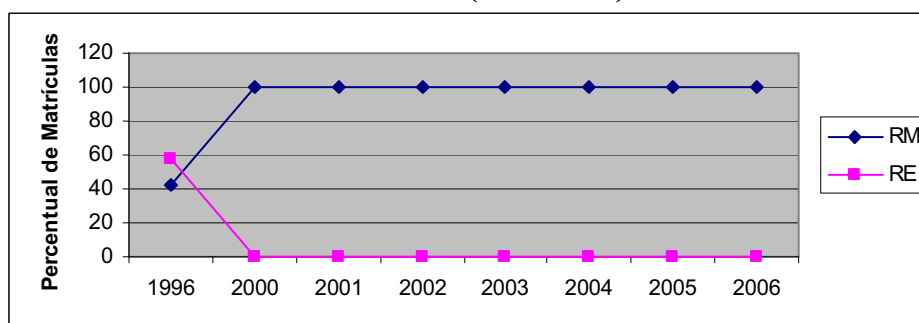
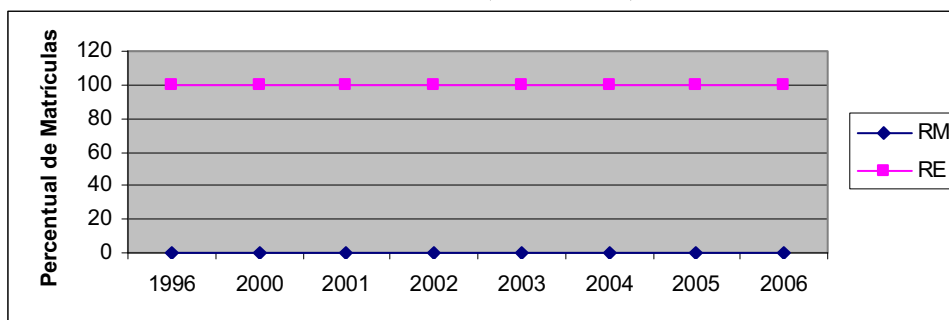


Gráfico 28: Matrícula nas séries finais do ensino fundamental no município de Palmares Paulista (1996-2006):



Fonte dos gráficos: A autora com base no Banco de Dados da pesquisa “Estratégias municipais para a oferta da educação básica: análise de parcerias público-privado no estado de São Paulo”. Dados de matrícula não disponíveis de 1997-1999 para as séries iniciais e finais do ensino fundamental.

Legenda: RM (Rede Municipal); RE (Rede Estadual).

A adoção de sistema de ensino apostilado COC por este município iniciou-se no ano de 2003, quatro anos depois de o município ter municipalizado o conjunto das matrículas dos anos iniciais do ensino fundamental. Nesse ano o município estava sob a gestão do PTB.

No município de Palmares Paulista a maior parte das receitas decorreu de transferências do Estado e da União: entre 91,4% e 95% do total de receitas resultantes de impostos. As receitas próprias corresponderam a valores entre 5% e 8,6% do total dessas receitas. Os valores aplicados em educação ultrapassaram os percentuais exigidos legalmente e ultrapassaram as receitas próprias do município em todos os anos analisados.

TABELA 63: Município de Palmares Paulista – Receitas totais, impostos e aplicação em educação (2002-2006)

	2002	2003*	2004	2005	2006
Receita Total Resultante de Impostos	4.252.733,63	4.617.151,60	4.809.304,38	5.465.423,36	6.021.888,32
Receita Total de Impostos Próprios	363.933,44	228.903,03	269.893,60	289.383,17	346.762,81
Transferências de Impostos (Estado)	1.469.806,85	1.766.780,81	1.834.871,66	2.014.429,30	2.282.327,45
Transferências de Impostos (União)	2.418.993,34	2.621.467,77	2.704.539,12	3.161.610,89	3.392.798,06
Receita Total recebida por Transferências	3.888.800,19	4.388.248,58	4.539.410,77	5.176.040,19	5.675.125,51
Total de Aplicação em MDE	1.503.970,70	1.325.909,95	1.295.626,60	1.526.484,93	1.725.844,19
% de Aplicação em MDE	35,36%	28,72%	26,94%	27,93%	28,66%
Total de Recursos aplicados no EF	1.129.988,35	984.104,99	982.384,54	1.070.838,81	1.230.116,77
% de Aplicação em EF	27,72%	21,31%	20,43%	19,55%	20,43%
Total de Recursos aplicados no EI	373.982,36	341.804,96	313.226,35	455.646,12	495.727,42
% de Aplicação em EI	9,17%	7,40%	6,51%	8,32%	8,23%

Fonte: Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Sistema de Informação da Administração Pública. Disponível em: <http://siapnet.tce.sp.gov.br>. Acesso em 23/06/2009. Valores atualizados pelo índice INPC até dezembro de 2008.

*Ano de início da parceria.

MDE: Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

Município de Quintana

Pertencente à região administrativa de Marília, o município de Quintana possui 5.445 habitantes, seu PIB *per capita* é 62,4% menor que o estadual e seu IDH 9,0% menor. Sua principal atividade econômica corresponde à produção mista: lavoura e pecuária.

No município de Quintana a pré-escola era de responsabilidade municipal em todo o período de análise, já a matrícula em creche aparece somente no ano de 2006 em rede privada. O ensino fundamental é parcialmente municipalizado a partir de 2005. O ensino médio se mantém sob a responsabilidade da rede estadual. Não há matrículas no EJA. A Educação Especial, de responsabilidade estadual até 2004, foi transferida para a rede municipal em 2005. A rede privada inexistia no município no período analisado. A tabela a seguir apresenta esses dados:

Tabela 64: Matrícula na educação básica no município de Quintana (1996-2006)

Ano	Creche			Pré-Escola			EF			EM	EJA			EE		
	RM	RE	RP	RM	RE	RP	RM	RE	RP	RE	RM	RE	RP	RM	RE	RP
1996	-	-	-	72	0	0	0	1002	0	-	-	-	-	-	-	-
1997	-	-	-	104	0	0	0	982	0	-	-	-	-	-	-	-
1998	-	-	-	128	0	0	0	961	0	-	-	-	-	-	-	-
1999	-	-	-	155	0	0	0	984	0	241	0	0	0	0	23	0
2000	-	-	-	184	0	0	0	955	0	256	0	0	0	0	26	0
2001	0	0	0	218	0	0	0	882	0	247	0	0	0	0	27	0
2002	0	0	0	231	0	0	0	832	0	264	0	0	0	0	26	0
2003	0	0	0	245	0	0	0	760	0	281	0	0	0	0	26	0
2004	0	0	0	277	0	0	0	749	0	297	0	0	0	0	14	0
2005	0	0	0	241	0	0	397	352	0	270	0	0	0	12	0	0
2006*	0	0	48	206	0	0	418	367	0	221	0	0	0	0	0	0

Fonte: A autora com base no Banco de Dados da pesquisa “Estratégias municipais para a oferta da educação básica: análise de parcerias público-privado no estado de São Paulo” (INEP/EDUDATA).

Traço (-): Dado de matrícula não disponível.

RM (Rede Municipal); RE (Rede Estadual); RP: Rede Privada.

* Ano de início da parceria. **Em destaque:** Ano em que o município absorveu maior número de matrículas no ensino fundamental.

Há um número reduzido de estabelecimentos escolares no município. Uma creche e uma pré-escola municipal que funcionam no mesmo prédio. Duas escolas estaduais até 2004, uma atendendo as séries iniciais do ensino fundamental e a outra as séries finais e o ensino médio. A partir de 2005 a escola estadual que atendia as séries iniciais é municipalizada.

Tabela 65: Número de estabelecimentos escolares em Quintana (1996-2006)

	Creche		Pré-Escola		EF			EM	
	RM	RP	RM	RP	RM	RE	RP	RE	RP
1999	-	-	1	-	-	2	-	1	-
2000	-	-	1	-	-	2	-	1	-
2001	-	-	1	-	-	2	-	1	-
2002	-	-	1	-	-	2	-	1	-
2003	-	-	1	-	-	2	-	1	-
2004	-	-	1	-	-	2	-	1	-
2005	-	-	1	-	1	1	-	1	-
2006*	1	-	1	-	1	1	-	1	-

Fonte: INEP – EDUDATA

Não estão disponíveis dados de 1996-1998

RM: Rede Municipal, RP: Rede privada, RE: Rede Estadual

*Ano de início da parceria. **Em destaque:** Ano em que o município absorveu maior número de matrículas no ensino fundamental.

O número de professores em exercício no município aumentou no período de análise, mas, apesar de 76% dos professores possuírem formação superior em 2006, esse percentual caiu em relação a 1999, ano em que 82% eram graduados.

Tabela 66: Formação dos professores da educação básica em Quintana (1996-2006)

Professores com Ensino Médio											
	Creche	Pré-escola		EF - SI		EF-SF	EM	EE		EJA	Total
	<i>RP</i>	<i>RM</i>	<i>RP</i>	<i>RM</i>	<i>RE</i>	<i>RE</i>	<i>RE</i>	<i>RM</i>	<i>RE</i>	<i>RE</i>	
1999	-	5	-	-	4	-	-	-	-	-	9
2000	-	6	-	-	5	-	-	-	-	-	11
2001	-	7	-	-	3	-	-	-	-	-	10
2002	-	6	-	-	-	-	-	-	-	-	6
2003	-	5	-	-	5	-	-	-	-	-	10
2004	-	2	2	-	1	-	-	-	-	-	5
2005	-	13	2	1	-	-	-	-	-	-	16
2006*	1	12	1	8	-	-	-	-	-	-	22
Professores com Ensino Superior											
1999	-	2	-	-	8	17	12	-	2	-	41
2000	-	3	-	-	8	27	21	-	2	-	61
2001	-	3	-	-	11	25	22	-	2	-	63
2002	-	4	-	-	12	23	20	-	2	-	61
2003	-	6	-	-	15	18	16	-	2	2	59
2004	-	9	-	-	16	22	25	-	2	2	76
2005	-	-	-	15	-	28	26	2	-	2	73
2006*	-	-	-	6	-	28	23	-	-	2	59

Fonte: INEP/EDUDATA. Não disponíveis dados de 1996 a 1998. Traço (-): Não existe professor nesta etapa/esfera. RM: Rede municipal/RE: Rede estadual/RP: Rede Privada O mesmo docente que atua em 2 ou mais etapas foi contado em cada uma das etapas.* Ano de início da parceria.

Em destaque: Ano em que o município absorveu maior número de matrículas no ensino fundamental.

A municipalização das séries iniciais do ensino fundamental ocorreu em 2005. As séries finais mantiveram-se sob responsabilidade da rede estadual em todo o período.

Tabela 67: Matrículas no ensino fundamental no município de Quintana (1996-2006):

Ano	Total				Séries Iniciais				Séries Finais			
	RM	RM (%)	RE	RE (%)	RM	RM (%)	RE	RE (%)	RM	RM (%)	RE	RE (%)
1996	0	0	1002	100	0	0	522	100	0	0	480	100
1997	0	0	982	100	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	0	0	961	100	-	-	-	-	-	-	-	-
1999	0	0	984	100	-	-	-	-	-	-	-	-
2000	0	0	955	100	0	0	398	100	0	0	557	100
2001	0	0	882	100	0	0	408	100	0	0	474	100
2002	0	0	832	100	0	0	427	100	0	0	405	100
2003	0	0	760	100	0	0	400	100	0	0	360	100
2004	0	0	749	100	0	0	399	100	0	0	350	100
2005	397	53	352	47	397	100	0	0	0	0	352	100
2006*	418	53	367	47	418	100	0	0	0	0	367	100

Fonte: A autora com base no Banco de Dados da pesquisa “Estratégias municipais para a oferta da educação básica: análise de parcerias público-privado no estado de São Paulo”.

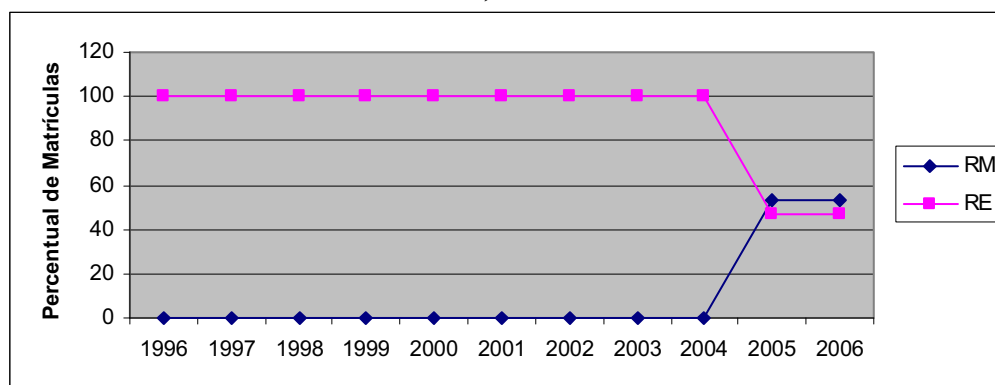
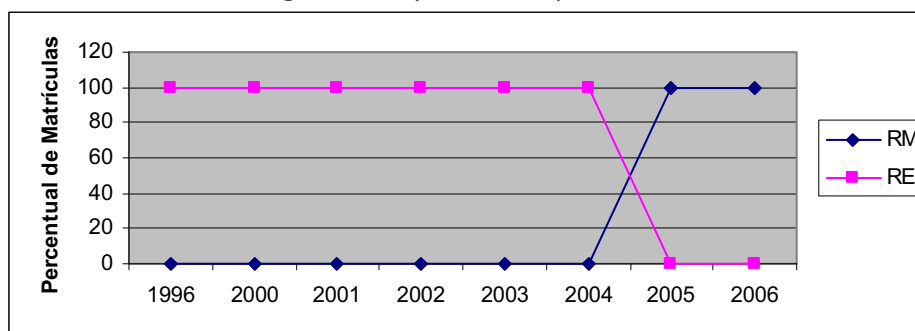
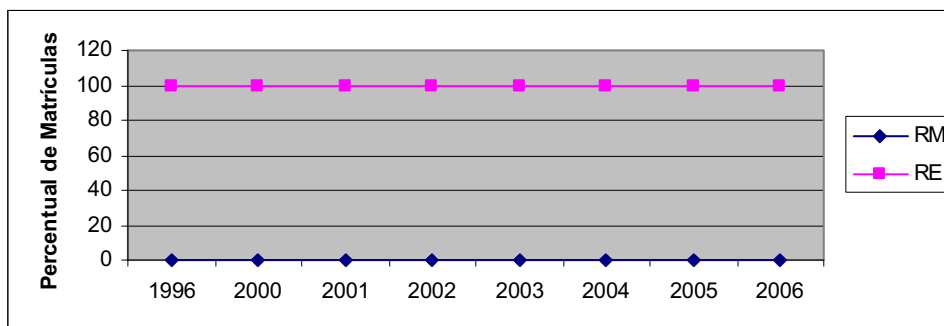
Gráfico 29: Matrícula no ensino fundamental no município de Quintana (1996-2006):**Gráfico 30: Matrícula nas séries iniciais do ensino fundamental no município de Quintana (1996-2006):**

Gráfico 31: Matrícula nas séries finais do ensino fundamental no município de Quintana (1996-2006):



Fonte dos gráficos: A autora com base no Banco de Dados da pesquisa “Estratégias municipais para a oferta da educação básica: análise de parcerias público-privado no estado de São Paulo”.
 Dados de matrícula não disponíveis de 1997-1999 para as séries iniciais e finais do ensino fundamental.
 Legenda: RM (Rede Municipal); RE (Rede Estadual).

Dois anos após a municipalização das séries iniciais, em 2006, sob a gestão do PMDB, o município passou a adotar sistema de ensino apostilado COC.

No município de Quintana os valores provenientes de transferências do Estado e da União corresponderam a valores entre 89% e 93,5% da receita total de impostos. Já as receitas municipais próprias ficaram entre 6,5% e 11% desse valor. Os recursos aplicados em educação foram superiores às receitas próprias do município nos anos analisados.

TABELA 68: Município de Quintana – Receitas de impostos e recursos aplicados em educação (2005-2007)

	2005	2006*	2007
Receita Total Resultante de Impostos	5.992.085,17	7.552.765,58	7.271.647,05
Receita Total de Impostos Próprios	659.462,04	497.591,11	471.317,26
Transferências de Impostos (Estado)	2.114.863,91	3.008.664,01	3.023.705,34
Transferências de Impostos (União)	3.217.759,21	4.046.510,46	3.776.624,44
Receita Total recebida por Transferências	5.332.623,12	7.055.174,48	6.800.329,79
Total de Aplicação em MDE	1.670.159,84	2.131.180,35	2.042.729,08
% de Aplicação em MDE	27,87%	28,22%	28,09%
Total de Recursos aplicados no EF	1.253.169,31	714.835,55	695.342,89
% de Aplicação em EF	19,56%	9,46%	22,15%
Total de Recursos aplicados no EI	497.835,58	492.545,11	431.892,40
% de Aplicação em EI	8,31%	6,52%	5,94%

Parece haver um erro nos valores aplicados em EF no ano de 2006

Fonte: Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Sistema de Informação da Administração Pública. Disponível em: <http://siapnet.tce.sp.gov.br>. Acesso em 23/06/2009. Valores atualizados pelo índice INPC até dezembro de 2008.

*Ano de início da parceria.

MDE: Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

Município de Ribeirão Corrente

Localizado na região administrativa de Franca, o município de Ribeirão Corrente possui 3.882 habitantes, seu PIB *per capita* é 25,4% menor que o estadual e seu IDH 7,7% abaixo do estadual. Sua principal atividade econômica é o cultivo de café.

No período analisado, observa-se o atendimento municipal em pré-escola a partir de 1999 e em creche a partir de 2000. O ensino fundamental é municipalizado parcialmente em 1998 e totalmente em 2002. O ensino médio permanece sob responsabilidade estadual em todo o período. Já a Educação de Jovens e Adultos e a Educação Especial aparecem na maior parte da série histórica sob responsabilidade municipal. Não há matrículas na rede privada.

Tabela 69: Matrícula na educação básica no município de Ribeirão Corrente (1996-2006)

Ano	Creche			Pré-Escola			EF			EM	EJA			EE		
	RM	RE	RP	RM	RE	RP	RM	RE	RP	RE	RM	RE	RP	RM	RE	RP
1996	-	-	-	0	0	0	0	741	0	-	-	-	-	-	-	-
1997	-	-	-	0	0	0	0	787	0	-	-	-	-	-	-	-
1998	-	-	-	0	0	0	410	355	0	-	-	-	-	-	-	-
1999	100	0	0	101	0	0	343	395	0	152	56	0	0	0	0	0
2000	122	0	0	150	0	0	311	393	0	198	64	75	0	0	0	0
2001*	126	0	0	156	0	0	350	347	0	223	32	124	0	0	0	0
2002	208	0	0	139	0	0	668	0	0	221	70	0	0	0	0	0
2003	245	0	0	145	0	0	696	0	0	243	48	0	0	4	0	0
2004	240	0	0	188	0	0	662	0	0	191	36	0	0	8	0	0
2005	226	0	0	203	0	0	642	0	0	186	32	0	0	11	0	0
2006	253	0	0	172	0	0	699	0	0	168	36	0	0	15	0	0

Fonte: A autora com base no Banco de Dados da pesquisa “Estratégias municipais para a oferta da educação básica: análise de parcerias público-privado no estado de São Paulo” (INEP/EDUDATA).

Traço (-): Dado de matrícula não disponível.

RM (Rede Municipal); RE (Rede Estadual); RP: Rede Privada.

* Ano de início da parceria. **Em destaque:** Ano em que o município absorveu maior número de matrículas no ensino fundamental.

No município havia uma creche e uma pré-escola municipal, sendo que em 1999 a creche localizava-se na zona rural. Até 2001, havia duas escolas de ensino fundamental: uma municipal que atendia as séries iniciais e outra estadual que atendia as séries finais e o ensino médio. A partir de 2002, ano da municipalização total do ensino fundamental, a escola estadual passa a atender somente o ensino médio.

Tabela 70: Número de estabelecimentos escolares em Ribeirão Corrente (1996-2006):

	Creche- Total		Rural	Pré- Escola		EF			EM	
	RM	RP		RM	RM	RP	RM	RE	RP	RE
1999	1	-	1	1	-	1	1	-	1	-
2000	1	-	-	1	-	1	1	-	1	-
2001*	1	-	-	1	-	1	1	-	1	-
2002	1	-	-	1	-	1	-	-	1	-
2003	1	-	-	1	-	1	-	-	1	-
2004	1	-	-	1	-	1	-	-	1	-
2005	1	-	-	1	-	1	-	-	1	-
2006	1	-	-	1	-	1	-	-	1	-

Fonte: INEP – EDUDATA

Não estão disponíveis dados de 1996-1998

RM: Rede Municipal, RP: Rede privada, RE: Rede Estadual

* Ano de início da parceria. **Em destaque:** Ano em que o município absorveu maior número de matrículas no ensino fundamental.

O número de professores com formação superior em exercício no município aumentou no período de análise, sendo que no ano de 2006, 100% dos professores do município possuíam formação superior. Além do número de docentes presentes na tabela abaixo há registros que em 1999 atuavam seis docentes com formação fundamental na creche rural do município.

Tabela 71: Formação dos professores da educação básica em Ribeirão Corrente (1996-2006)

[illegible]

Professores com Ensino Superior (conclusão)

	Creche	Pré-escola	EF - SI	EF-SF	EM	EE	EJA	Total
	<i>RM</i>	<i>RM</i>	<i>RM</i>	<i>RM</i> <i>RE</i>	<i>RE</i>	<i>RM</i>	<i>RM</i> <i>RE</i>	
1999	-	-	9	- 13	11	-	1 -	34
2000	-	-	5	- 15	11	-	1 1	33
2001*	-	1	13	- 14	12	-	- 2	42
2002	-	5	6	14 -	18	-	1 2	46
2003	-	3	8	13 -	16	1	1 2	44
2004	-	6	17	15 -	14	1	1 2	56
2005	-	9	14	17 -	17	1	1 2	61
2006	-	8	15	19 -	14	1	2 3	62

Fonte: INEP/EDUDATA. Não disponíveis dados de 1996 a 1998. Traço (-): Não existe professor nesta etapa/esfera. RM: Rede municipal/RE: Rede estadual/RP: Rede Privada O mesmo docente que atua em 2 ou mais etapas foi contado em cada uma das etapas.

* Ano de início da parceria. **Em destaque:** Ano em que o município absorveu maior número de matrículas no ensino fundamental.

A municipalização das séries iniciais do ensino fundamental ocorreu no ano de 1998 e no ano de 2002 as séries finais também foram municipalizadas, portanto, a partir desse ano, o município passou a se responsabilizar por 100% das matrículas do ensino fundamental, conforme apresentado na tabela e gráficos a seguir:

Tabela 72: Matrículas no ensino fundamental no município de Ribeirão Corrente (1996-2006):

Ano	Total				Séries Iniciais				Séries Finais			
	RM	RM (%)	RE	RE (%)	RM	RM (%)	RE	RE (%)	RM	RM (%)	RE	RE (%)
1996	0	0	741	100	0	0	416	100	0	0	325	100
1997	0	0	787	100	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	410	54	355	46	-	-	-	-	-	-	-	-
1999	343	46	395	54	-	-	-	-	-	-	-	-
2000	311	44	393	56	311	100	0	0	0	0	393	100
2001*	350	50	347	50	350	100	0	0	0	0	347	100
2002	668	100	0	0	357	100	0	0	311	100	0	0
2003	696	100	0	0	391	100	0	0	305	100	0	0
2004	662	100	0	0	371	100	0	0	291	100	0	0
2005	642	100	0	0	348	100	0	0	294	100	0	0
2006	699	100	0	0	390	100	0	0	309	100	0	0

Fonte: A autora com base no Banco de Dados da pesquisa “Estratégias municipais para a oferta da educação básica: análise de parcerias público-privado no estado de São Paulo”.

Dados de matrícula não disponíveis de 1997-1999 para as séries iniciais e finais do ensino fundamental.

Legenda: RM (Rede Municipal); RE (Rede Estadual); RM (%): Percentual de matrículas na rede municipal; RE (%): Percentual de matrículas na rede estadual.

* Ano de início da parceria. **Em destaque:** Ano em que o município absorveu maior número de matrículas no ensino fundamental.

Gráfico 32: Matrícula nas séries iniciais do ensino fundamental no município de Ribeirão Corrente (1996-2006):

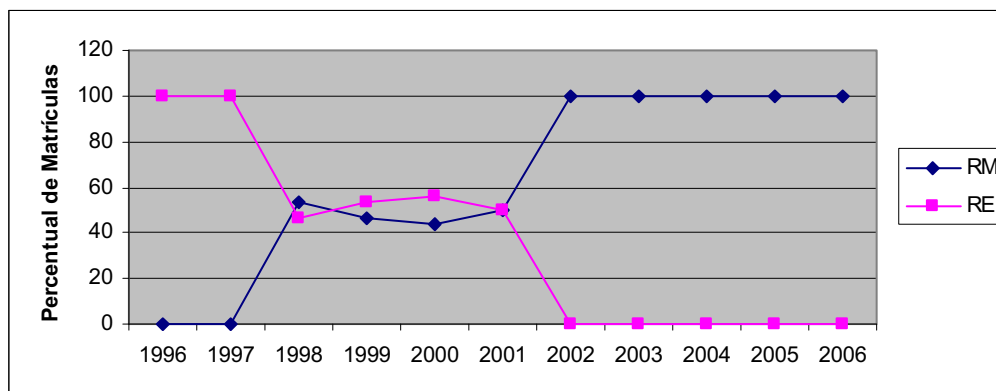


Gráfico 33: Matrícula nas séries iniciais do ensino fundamental no município de Ribeirão Corrente (1996-2006):

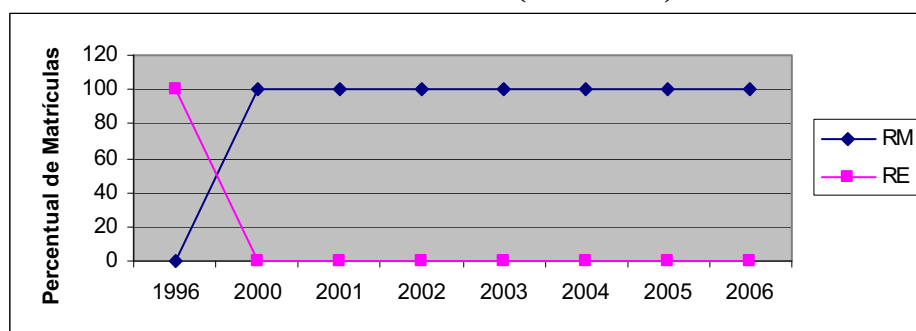
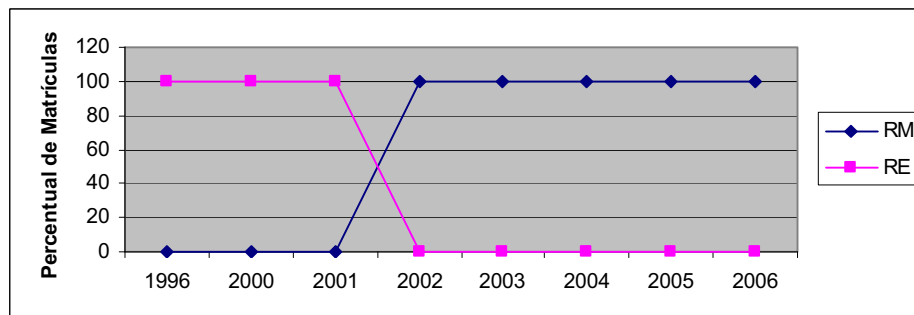


Gráfico 34: Matrícula nas séries finais do ensino fundamental no município de Ribeirão Corrente (1996-2006):



Fonte dos gráficos: A autora com base no Banco de Dados da pesquisa “Estratégias municipais para a oferta da educação básica: análise de parcerias público-privado no estado de São Paulo”. Dados de matrícula não disponíveis de 1997-1999 para as séries iniciais e finais do ensino fundamental. Legenda: RM (Rede Municipal); RE (Rede Estadual).

O sistema de ensino apostilado COC começa a ser utilizado neste município a partir do ano de 2001, quando o município estava sob a gestão do Partido dos Trabalhadores (PT).

A receita total de impostos no município de Ribeirão Corrente compôs-se em maior parte pelas receitas recebidas de transferências do Estado e da União: entre 94,7% e 97,3% do total. As receitas municipais próprias corresponderam a valores entre 2,7% e 5,3% desse total. Os recursos aplicados em educação foram superiores aos exigidos legalmente ficando, nos

anos de análise, entre 28,8% e 30,3%. A receita municipal própria foi bastante inferior aos recursos aplicados em educação em todos os anos analisados.

TABELA 73: Município de Ribeirão Corrente – Receitas de impostos e recursos aplicados em educação (2000-2006)

(Continua)	2000	2001*	2002	2003
Receita Total Resultante de Impostos	4.040.366,27	4.475.513,70	4.595.500,24	4.172.502,39
Receita Total de Impostos Próprios	200.863,77	120.977,37	197.990,22	184.769,25
Transferências de Impostos (Estado)	1.546.959,25	1.770.572,93	1.589.515,04	1.388.820,73
Transferências de Impostos (União)	2.292.543,25	2.583.963,39	2.807.994,98	2.598.912,41
Receita Total recebida por Transferências	3.839.502,50	4.354.536,33	4.397.510,03	3.987.733,14
Total de Aplicação em MDE	1.227.961,40	1.336.069,15	1.357.288,50	1.202.199,40
% de Aplicação em MDE	30,39%	29,85%	29,54%	28,81%
Total de Recursos aplicados no EF	1.123.716,92	1.198.007,81	1.133.396,67	920.595,05
% de Aplicação em EF	27,81%	26,57%	24,66%	22,06%
Total de Recursos aplicados no EI	104.244,48	138.062,98	223.891,83	281.604,35
% de Aplicação em EI	2,58%	3,06%	4,87%	6,75%

(Conclusão)	2004	2005	2006
Receita Total Resultante de Impostos	4.480.969,62	5.135.025,59	5.605.963,70
Receita Total de Impostos Próprios	205.373,43	274.217,07	190.390,90
Transferências de Impostos (Estado)	1.584.491,18	1.692.297,97	2.045.917,69
Transferências de Impostos (União)	2.691.105,01	3.168.510,55	3.369.655,10
Receita Total recebida por Transferências	4.275.596,19	4.860.808,52	5.415.572,80
Total de Aplicação em MDE	1.326.682,24	1.505.101,92	1.664.580,10
% de Aplicação em MDE	29,61%	29,31%	29,69%
Total de Recursos aplicados no EF	104.332.719,74	1.180.091,20	1.331.691,02
% de Aplicação em EF	23,28%	22,98%	23,75%
Total de Recursos aplicados no EI	283.355,04	325.010,73	332.889,08
% de Aplicação em EI	6,32%	6,33%	5,94%

Fonte: Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Sistema de Informação da Administração Pública. Disponível em: <http://siapnet.tce.sp.gov.br>. Acesso em 23/06/2009. Valores atualizados pelo índice INPC até dezembro de 2008. *Ano de início da parceria. MDE: Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

Município de Santa Rita d'Oeste

O município de Santa Rita d'Oeste pertence à região administrativa de São José do Rio Preto, possui 2.693 habitantes, seu PIB *per capita* é 29,6% menor em relação ao do estado e seu IDH 7,6 % abaixo do estadual. A principal atividade econômica do município é a produção mista: lavoura e pecuária.

No município, a pré-escola pertenceu à rede municipal em todo período de análise. O atendimento em creche apareceu na rede privada nos anos de 2000 e 2001 e a partir de 2002 somente na rede municipal. As séries iniciais do ensino fundamental foram municipalizadas em 1997, enquanto que as séries finais continuaram sob a responsabilidade do Estado. As matrículas na Educação de Jovens e Adultos concentraram-se na rede municipal e a Educação Especial praticamente inexistiu, aparecendo somente no ano 2000. A tabela abaixo apresenta os dados de matrícula em Santa Rita d'Oeste:

Tabela 74: Matrícula na educação básica no município de Santa Rita d'Oeste (1996-2006)

Ano	Creche			Pré-Escola			EF			EM	EJA			EE		
	RM	RE	RP	RM	RE	RP	RM	RE	RP	RE	RM	RE	RP	RM	RE	RP
1996	-	-	-	88	0	0	46	432	0	-	-	-	-	-	-	-
1997	-	-	-	45	0	0	235	223	0	-	-	-	-	-	-	-
1998	-	-	-	29	0	0	225	219	0	-	-	-	-	-	-	-
1999	0	0	0	46	0	0	174	244	0	151	47	0	0	0	0	0
2000	0	0	18	51	0	0	172	198	0	135	14	0	0	13	0	0
2001	0	0	56	70	0	0	174	186	0	135	41	49	0	0	0	0
2002	19	0	0	74	0	0	176	186	0	134	13	0	0	0	0	0
2003	25	0	0	82	0	0	165	156	0	128	9	0	0	0	0	0
2004	20	0	0	75	0	0	155	151	0	125	12	0	0	0	0	0
2005	27	0	0	75	0	0	145	152	0	122	13	0	0	0	0	0
2006*	17	0	0	89	0	0	119	145	0	100	15	0	0	0	0	0

Fonte: A autora com base no Banco de Dados da pesquisa "Estratégias municipais para a oferta da educação básica: análise de parcerias público-privado no estado de São Paulo" (INEP/EDUDATA). Traço (-): Dado de matrícula não disponível. RM (Rede Municipal); RE (Rede Estadual); RP: Rede Privada.* Ano de início da parceria. **Em destaque:** Ano em que o município absorveu maior número de matrículas no ensino fundamental.

O número de estabelecimentos escolares existentes no município compreende uma creche e uma pré-escola que funcionam no mesmo prédio e duas escolas de ensino fundamental: uma municipal e uma estadual, sendo que esta última atende às séries finais do ensino fundamental e o ensino médio.

Tabela 75: Número de estabelecimentos escolares em Santa Rita d'Oeste

	Creche		Pré-Escola		EF			EM	
	RM	RP	RM	RP	RM	RE	RP	RE	RP
1999	-	-	1	-	1	1	-	1	-
2000	-	1	1	-	1	1	-	1	-
2001	-	1	1	-	1	1	-	1	-
2002	1	-	1	-	1	1	-	1	-
2003	1	-	1	-	1	1	-	1	-
2004	1	-	1	-	1	1	-	1	-
2005	1	-	1	-	1	1	-	1	-
2006*	1	-	1	-	1	1	-	1	-

Fonte: INEP – EDUDATA. Não estão disponíveis dados de 1996-1998.

RM: Rede Municipal, RP: Rede privada, RE: Rede Estadual.* Ano de início da parceria

O número de docentes em exercício aumentou no decorrer do período de análise e 98% deles no ano de 2006 possuíam formação superior. Apenas um docente que atuava na creche possuía formação em nível médio.

Tabela 76: Formação dos professores da educação básica em Santa Rita d'Oeste

Professores com Ensino Médio										
	Creche		Pré-escola		EF - SI	EF-SF	EM	EJA		Total
	RM	RP	RM	RP	RM	RE	RE	RM	RE	
1999	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1
2000	-	1	2	-	1	-	-	-	-	4
2001	-	2	2	-	2	-	-	-	1	7
2002	-	-	3	-	3	-	-	-	-	6
2003	-	-	3	-	3	-	-	-	-	6
2004	1	-	4	-	2	-	-	-	1	8
2005	-	-	5	-	1	-	-	-	-	6
2006*	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Professores com Ensino Superior										
1999	-	-	2	-	9	11	12	2	-	36
2000	-	-	-	-	9	11	13	1	-	34
2001	-	-	1	-	6	15	15	1	1	39
2002	1	-	1	-	5	12	13	1	1	34
2003	1	-	1	-	5	12	15	1	2	37
2004	-	-	1	-	8	17	18	-	2	46
2005	1	-	1	-	7	13	10	1	4	37
2006*	1	-	5	1	7	16	15	1	5	51

Fonte: INEP/EDUDATA. Não disponíveis dados de 1996 a 1998. Traço (-): Não existe professor nesta etapa/esfera. RM: Rede municipal/RE: Rede estadual/RP: Rede Privada O mesmo docente que atua em 2 ou mais etapas foi contado em cada uma das etapas.* Ano de início da parceria

No ano de 1996 já havia matrículas na rede municipal de ensino neste município, no entanto, tais matrículas representam somente 10% das matrículas totais e concentravam-se nas séries iniciais. No ano de 1997 as séries iniciais foram totalmente municipalizadas, enquanto as séries finais permaneceram em toda a série histórica sob responsabilidade do estado, conforme apresenta a tabela e gráficos a seguir:

Tabela 77: Matrículas no ensino fundamental no município de Santa Rita d'Oeste (1996-2006):

Ano	Total				Séries Iniciais				Séries Finais			
	RM	RM (%)	RE	RE (%)	RM	RM (%)	RE	RE (%)	RM	RM (%)	RE	RE (%)
1996	46	10	432	90	46	20	187	80	0	0	245	100
1997	235	51	223	49	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	225	51	219	49	-	-	-	-	-	-	-	-
1999	174	42	244	58	-	-	-	-	-	-	-	-
2000	172	46	198	54	172	100	0	0	0	0	198	100
2001	174	48	186	52	174	100	0	0	0	0	186	100
2002	176	49	186	51	176	100	0	0	0	0	186	100
2003	165	51	156	49	165	100	0	0	0	0	156	100
2004	155	51	151	49	155	100	0	0	0	0	151	100
2005	145	49	152	51	145	100	0	0	0	0	152	100
2006*	119	45	145	55	119	100	0	0	0	0	145	100

Fonte dos gráficos: Fonte: A autora com base no Banco de Dados da pesquisa “Estratégias municipais para a oferta da educação básica: análise de parcerias público-privado no estado de São Paulo”.

Dados de matrícula não disponíveis de 1997-1999 para as séries iniciais e finais do ensino fundamental.

Legenda: RM (Rede Municipal); RE (Rede Estadual); RM (%): Percentual de matrículas na rede municipal; RE (%): Percentual de matrículas na rede estadual.

* Ano de início da parceria. **Em destaque:** Ano em que o município absorveu maior número de matrículas no ensino fundamental.

Gráfico 35: Matrícula no ensino fundamental no município de Santa Rita d'Oeste (1996-2006):

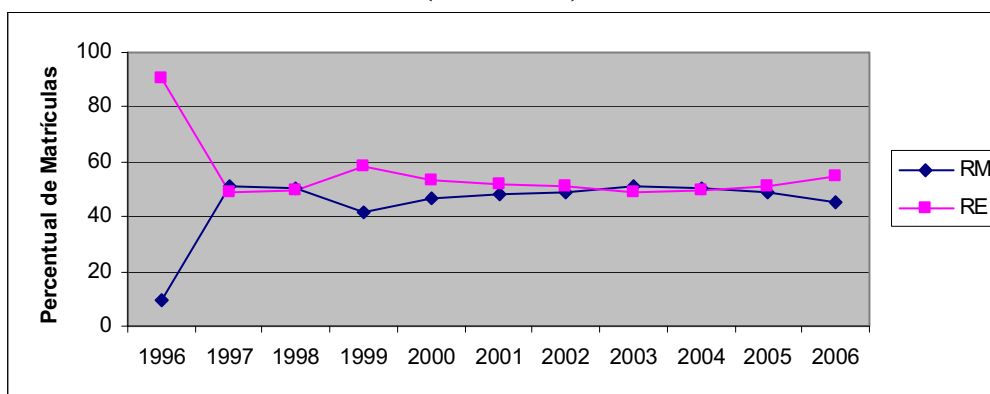


Gráfico 36: Matrícula nas séries iniciais do ensino fundamental no município de Santa Rita d'Oeste (1996-2006):

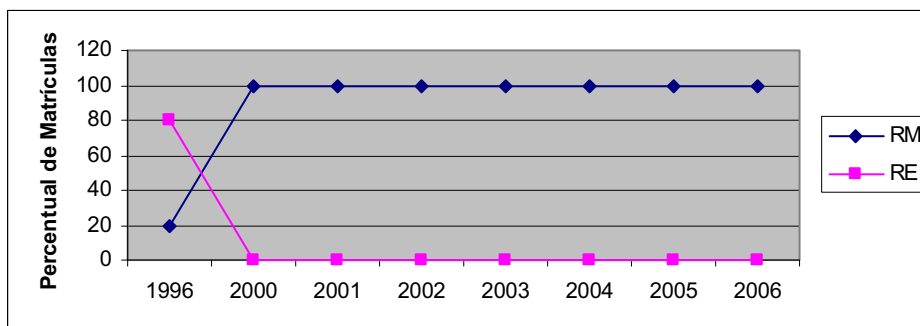
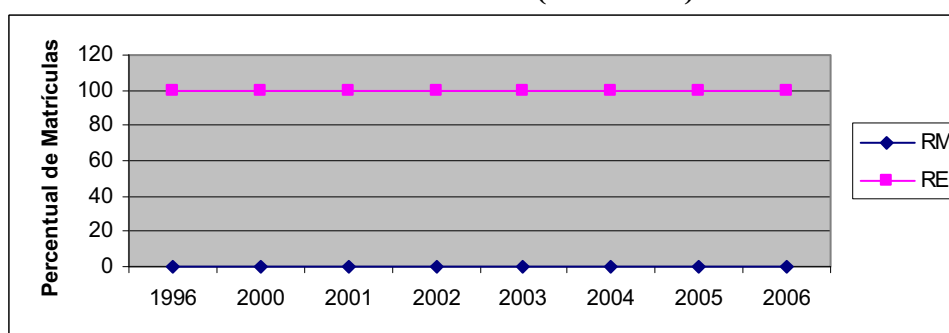


Gráfico 37: Matrícula nas séries finais do ensino fundamental no município de Santa Rita d'Oeste (1996-2006):



Fonte dos gráficos: A autora com base no Banco de Dados da pesquisa “Estratégias municipais para a oferta da educação básica: análise de parcerias público-privado no estado de São Paulo”.

Dados de matrícula não disponíveis de 1997-1999 para as séries iniciais e finais do ensino fundamental.

Legenda: RM (Rede Municipal); RE (Rede Estadual).

O município declarou que iniciou no ano de 2006 o contrato com a empresa CCAA. Neste ano o município estava sob a gestão do PSDB. A empresa CCAA não oferece sistema de ensino e sim material apostilado **complementar** ao currículo básico como: português, inglês e espanhol.

No município de Santa Rita d'Oeste as receitas municipais próprias representaram um valor pequeno em relação ao total de receitas resultante de impostos. Esses valores ficaram entre: 2,6% e 3,1%. A maior parte da receita total de impostos do município foi decorrente de transferências do Estado e da União, o que representou valores entre 96,9% e 97,4% desse total. Os percentuais de recursos aplicados em educação cresceram nos anos analisados, saltando de 26,3% em 2005 para 31,3% em 2007. As receitas próprias do município foram inferiores aos recursos aplicados em educação em todos os anos analisados.

TABELA 78: Município de Santa Rita d'Oeste – Receitas de impostos e recursos aplicados em educação (2005-2007)

	2005	2006*	2007
Receita Total Resultante de Impostos	5.042.155,45	5.434.658,69	6.146.706,64
Receita Total de Impostos Próprios	132.468,56	156.847,08	192.274,52
Transferências de Impostos (Estado)	1.821.944,40	1.889.056,60	2.297.131,49
Transferências de Impostos (União)	3.087.742,49	3.388.755,02	3.657.300,63
Receita Total recebida por Transferências	4.909.686,89	5.277.811,62	5.954.432,12
Total de Aplicação em MDE	1.329.643,32	1.565.406,53	1.924.838,44
% de Aplicação em MDE	26,37%	28,80%	31,31%
Total de Recursos aplicados no EF	1.023.248,57	1.254.519,20	605.005,05
% de Aplicação em EF	20,29%	23,08%	9,84%
Total de Recursos aplicados no EI	306.394,75	310.887,33	349.785,53
% de Aplicação em EI	6,08%	5,72%	5,69%

Parece haver um erro no valor aplicado no EF no ano de 2007.

Fonte: Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Sistema de Informação da Administração Pública. Disponível em: <http://siapnet.tce.sp.gov.br>. Acesso em 23/06/2009. Valores atualizados pelo índice INPC até dezembro de 2008. *Ano de início da parceria. MDE: Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

Município de Santo Antônio da Alegria

O município de Santo Antônio da Alegria, com 5.758 habitantes, localiza-se na região administrativa de Ribeirão Preto. Seu PIB *per capita* é 56,9% menor que o estadual e seu IDH 5,4% abaixo do estadual. A principal atividade econômica do município é a produção mista: lavoura e pecuária.

Nesse município, a pré-escola foi atendida pela rede municipal em todo o período analisado. Há registros de matrículas em creche somente no ano de 1999. O ensino fundamental fora atendido pela rede estadual até 1997, mas em 1999 ocorre a municipalização das séries iniciais. O ensino médio permanece como responsabilidade da rede estadual. Já a Educação de Jovens e Adultos aparece tanto na rede municipal quanto na estadual enquanto que a Educação Especial é praticamente inexistente no município. Não há registros de matrículas em rede privada. Os dados de matrícula de Santo Antônio da Alegria estão apresentados na Tabela 79:

Tabela 79: Matrícula na educação básica no município de Santo Antonio da Alegria (1996-2006)

Ano (Continua)	Creche			Pré-Escola			EF			EM	EJA			EE		
	RM	RE	RP	RM	RE	RP	RM	RE	RP	RE	RM	RE	RP	RM	RE	RP
1996	-	-	-	0	0	0	0	1280	0	-	-	-	-	-	-	-
1997	-	-	-	81	0	0	0	1228	0	-	-	-	-	-	-	-
1998	-	-	-	77	0	0	29	1239	0	-	-	-	-	-	-	-
1999*	160	0	0	102	0	0	544	674	0	297	0	0	0	0	10	0
2000	0	0	0	91	0	0	510	632	0	332	36	0	0	0	0	0
2001	0	0	0	106	0	0	465	575	0	321	42	44	0	15	0	0
2002	0	0	0	109	0	0	470	494	0	325	37	105	0	0	0	0
2003	0	0	0	101	0	0	516	468	0	363	14	68	0	0	0	0
2004	0	0	0	97	0	0	475	457	0	388	20	67	0	0	0	0
2005	0	0	0	90	0	0	465	432	0	367	19	64	0	0	0	0
2006	0	0	0	87	0	0	465	410	0	356	44	67	0	0	0	0

Fonte: A autora com base no Banco de Dados da pesquisa “Estratégias municipais para a oferta da educação básica: análise de parcerias público-privado no estado de São Paulo” (INEP/EDUDATA).

Traço (-): Dado de matrícula não disponível. RM (Rede Municipal); RE (Rede Estadual); RP: Rede Privada.

* Ano de início da parceria. **Em destaque:** Ano em que o município absorveu maior número de matrículas no ensino fundamental.

Nesse município observa-se a existência de um grande número de escolas rurais municipais em 1999: uma pré-escola e seis escolas de ensino fundamental; porém esse número de estabelecimentos rurais vai diminuindo a partir do ano 2000 e se extingue em 2003. A partir de 2003 há no município uma pré-escola e duas escolas de ensino fundamental municipais, além de uma escola estadual atendendo as séries finais do ensino fundamental e o ensino médio.

Tabela 80: Número de estabelecimentos escolares em Santo Antônio da Alegria (1996-2006)

	Creche		Pré-Escola/Total		PE/Rural	EF-TOTAL			EF/RURAL	EM	
	RM	RP	RM	RP	RM	RM	RE	RP	RM	RE	RP
1999*	1	-	1	-	-	8	1	-	6	1	-
2000	-	-	1	-	-	5	1	-	3	1	-
2001	-	-	2	-	1	3	1	-	1	1	-
2002	-	-	2	-	1	3	1	-	1	1	-
2003	-	-	1	-	-	2	1	-	-	1	-
2004	-	-	1	-	-	2	1	-	-	1	-
2005	-	-	1	-	-	2	1	-	-	1	-
2006	-	-	1	-	-	2	1	-	-	1	-

Fonte: INEP – EDUDATA. Não estão disponíveis dados de 1996-1998. RM: Rede Municipal, RP: Rede privada, RE: Rede Estadual. *Ano de início da parceria. **Em destaque:** Ano em que o município absorveu maior número de matrículas no ensino fundamental.

OBS: O ensino fundamental pertence à rede estadual funciona no mesmo prédio que o ensino médio.

A maioria dos professores de Santo Antônio da Alegria possui formação em nível superior. Em 2006, dos 104 docentes em exercício no município apenas um não apresentava formação superior, tal docente atuava nas séries iniciais do ensino fundamental. A tabela abaixo apresenta o número de docentes e a formação dos mesmos na série histórica 1999-2006:

Tabela 81: Formação do professores da educação básica de Santo Antônio da Alegria

Professores com Ensino Médio										
	Creche	Pré-escola	EF - SI	EF-SF	EM	EE		EJA		Total
	<i>RM</i>	<i>RM</i>	<i>RM</i>	<i>RE</i>	<i>RE</i>	<i>RM</i>	<i>RE</i>	<i>RM</i>	<i>RE</i>	
1999*	1	2	2	-	-	-	-	-	-	5
2000	-	3	3	-	-	-	-	2	-	8
2001	-	3	4	-	-	-	-	-	-	7
2002	-	3	1	-	-	-	-	-	-	4
2003	-	2	6	-	-	-	-	-	-	8
2004	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1
2005	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1
2006	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1

Professores com Ensino Superior										
1999*	-	1	22	34	17	-	1	-	-	75
2000	-	-	19	26	24	-	-	-	-	69
2001	-	2	22	25	21	1	-	2	6	79
2002	-	1	23	25	23	-	-	2	12	86
2003	-	1	23	23	24	-	-	1	11	83
2004	-	3	23	28	28	-	-	2	12	96
2005	-	9	31	32	25	-	-	2	12	111
2006	-	9	31	24	29	-	-	2	9	104

Fonte: INEP/EDUDATA. Não disponíveis dados de 1996 a 1998. Traço (-): Não existe professor nesta etapa/esfera. RM: Rede municipal/RE: Rede estadual/RP: Rede Privada O mesmo docente que atua em 2 ou mais etapas foi contado em cada uma das etapas.

*Ano de início da parceria. **Em destaque:** Ano em que o município absorveu maior número de matrículas no ensino fundamental.

Nesse município, até 1997 o ensino fundamental estava sob a responsabilidade estadual. No ano de 1998, 2% das matrículas no ensino fundamental aparecem como pertencentes à rede municipal, precedendo a total municipalização das séries iniciais em 1999. As séries finais continuaram pertencentes à rede estadual por toda a série histórica, conforme apresenta a Tabela 82 e gráficos a seguir:

Tabela 82: Matrículas no ensino fundamental no município de Santo Antonio de Alegria (1996-2006):

Ano	Total				Séries Iniciais				Séries Finais			
	RM	RM (%)	RE	RE (%)	RM	RM (%)	RE	RE (%)	RM	RM (%)	RE	RE (%)
1996	0	0	1280	100	0	0	684	100	0	0	596	100
1997	0	0	1228	100	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	29	2	1239	98	-	-	-	-	-	-	-	-
1999*	544	45	674	55	-	-	-	-	-	-	-	-
2000	510	45	632	55	510	100	0	0	0	0	632	100
2001	465	45	575	55	465	100	0	0	0	0	575	100
2002	470	49	494	51	470	100	0	0	0	0	494	100
2003	516	52	468	48	516	100	0	0	0	0	468	100
2004	475	51	457	49	475	100	0	0	0	0	457	100
2005	465	52	432	48	465	100	0	0	0	0	432	100
2006	465	53	410	47	465	100	0	0	0	0	410	100

Fonte: A autora com base no Banco de Dados da pesquisa “Estratégias municipais para a oferta da educação básica: análise de parcerias público-privado no estado de São Paulo”.

Dados de matrícula não disponíveis de 1997-1999 para as séries iniciais e finais do ensino fundamental.

Legenda: RM (Rede Municipal); RE (Rede Estadual); RM (%): Percentual de matrículas na rede municipal; RE (%): Percentual de matrículas na rede estadual.

*Ano de início da parceria. **Em destaque:** Ano em que o município absorveu maior número de matrículas no ensino fundamental.

Gráfico 38: Matrícula no ensino fundamental no município de Santo Antonio da Alegria (1996-2006):

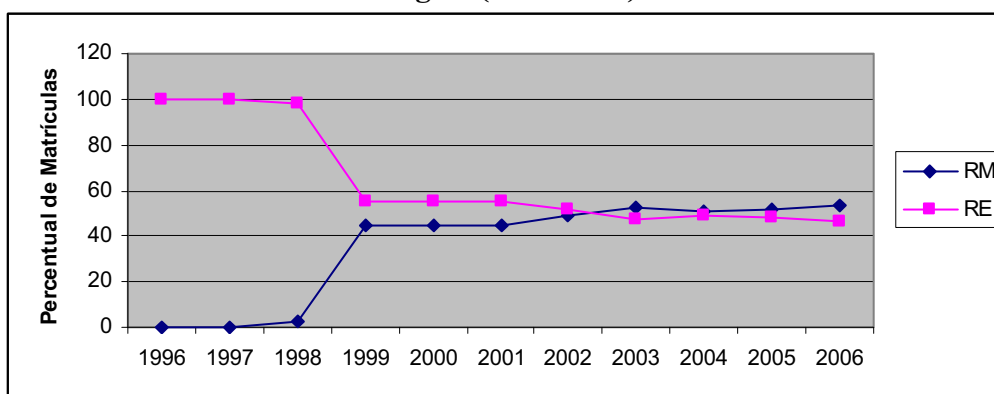


Gráfico 39: Matrícula nas séries iniciais do ensino fundamental no município de Santo Antonio da Alegria (1996-2006):

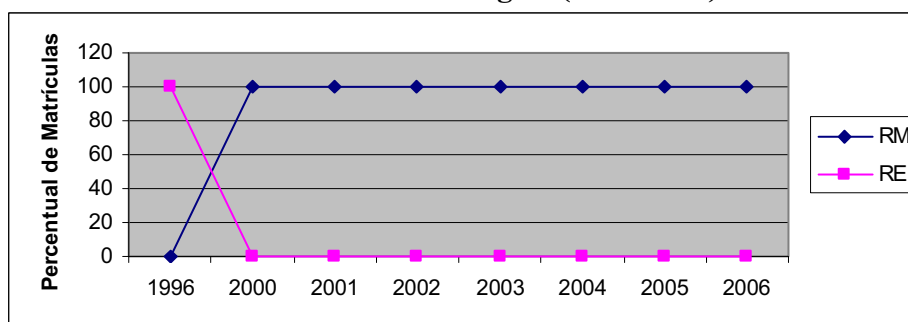
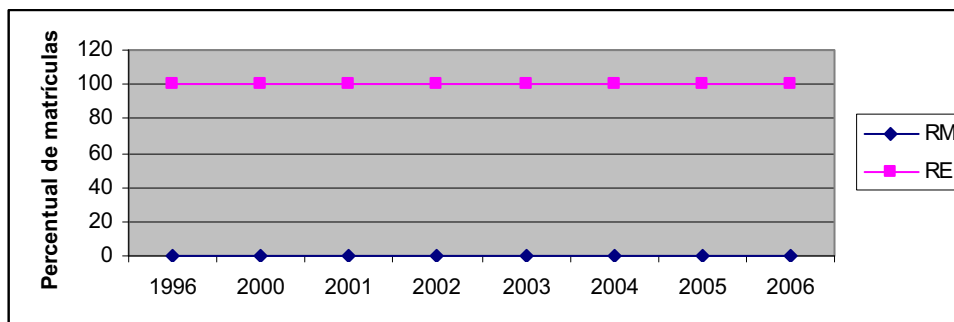


Gráfico 40: Matrícula nas séries finais do ensino fundamental no município de Santo Antonio da Alegria (1996-2006):



Fonte dos gráficos: A autora com base no Banco de Dados da pesquisa “Estratégias municipais para a oferta da educação básica: análise de parcerias público-privado no estado de São Paulo”.
 Dados de matrícula não disponíveis de 1997-1999 para as séries iniciais e finais do ensino fundamental.
 Legenda: RM (Rede Municipal); RE (Rede Estadual).

Neste município, o contrato com a empresa de sistemas de ensino apostilado COC iniciou-se em 1999, ano no qual foram municipalizadas todas as matrículas nas séries iniciais do ensino fundamental. Tal contrato vigorou, segundo declarou o município, até 2001. No ano de início do contrato (1999) o município estava sob a gestão do PMDB.

A maior parte das receitas resultantes de impostos no município de Santo Antônio da Alegria foi proveniente de transferências do Estado e da União, entre 94,4% e 96,1% das receitas totais. As receitas próprias representaram valores entre 3,9% e 5,6% desses totais. No ano de 1999 registra-se que o município aplicou em educação 23,3%, ou seja, um percentual inferior do que exigido legalmente, diferentemente dos anos de 1998 a 2001, nos quais o percentual ultrapassou a exigência legal. Em 2001 os dados um percentual de gasto em MDE bastante alto, 47% do total de impostos. Os recursos aplicados em educação são maiores que as receitas próprias do município em todos os anos analisados.

TABELA 83: Município de Santo Antônio da Alegria – Receitas de impostos e recursos aplicados em educação (1998-2001)

	1998	1999*	2000	2001
Receita Total Resultante de Impostos	4.192.180,21	5.273.286,80	4.632.269,69	4.976.990,44
Receita Total de Impostos Próprios	196.353,28	205.235,25	225.016,81	278.465,56
Transferências de Impostos (Estado)	1.762.549,89	2.526.886,27	2.026.801,96	2.145.442,99
Transferências de Impostos (União)	2.233.277,04	2.541.165,28	2.380.450,92	2.553.081,89
Receita Total recebida por Transferências	3.995.826,93	5.068.051,55	4.407.252,88	4.698.524,88
Total de Aplicação em MDE	1.477.153,60	1.228.676,07	1.276.663,37	1.528.032,73
% de Aplicação em MDE	34,90%	23,30%	27,56%	30,7%
Total de Recursos aplicados no EF	NP	1.040.546,96	1.013.394,63	2.342.525,12
% de Aplicação em EF	NP	19,73%	21,8%	-
Total de Recursos aplicados no EI	NP	188.129,11	263.268,74	333.944,77
% de Aplicação em EI	NP	3,56%	5,7%	6,7%

Fonte: Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Sistema de Informação da Administração Pública. Disponível em: <http://siapnet.tce.sp.gov.br>. Acesso em 23/06/2009. Valores atualizados pelo índice INPC até dezembro de 2008.

*Ano de início da parceria.

MDE: Manutenção e Desenvolvimento do Ensino. NP: Não Disponível

Nota: No ano de 1999 o município informa que os recursos aplicados em MDE correspondiam a 28,04% do total de impostos, no entanto, ao conferir os percentuais de acordo com os valores informados percebe-se um percentual mais baixo: 23,3%. Já no ano de 2001 o valor aplicado na educação fundamental ultrapassa o valor aplicado em MDE. Ou seja, parece haver erros nos dados financeiros nestes anos.

Município de Sebastianópolis do Sul

O município de Sebastianópolis do Sul está localizado na região administrativa de São José do Rio Preto e possui 2.546 habitantes. Seu PIB *per capita* é 32,2% menor que o estadual e seu IDH 5,5% abaixo do estadual. A principal atividade do município é a produção mista: lavoura e pecuária.

O município atendeu em rede própria o ensino infantil (creche e pré-escola) em todo o período de análise. O ensino fundamental, que até 2002 pertencia à rede estadual, foi parcialmente municipalizado em 2003. Já o ensino médio manteve-se sob responsabilidade estadual. Não há registros de Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial no período. Também não houve atendimento em rede privada.

Tabela 84: Matrícula na educação básica em Sebastianópolis do Sul (1996-2006)

Ano	Creche			Pré-Escola			EF			EM
	RM	RE	RP	RM	RE	RP	RM	RE	RP	RE
1996	-	-	-	79	0	0	0	421	0	-
1997	-	-	-	86	0	0	0	395	0	-
1998	-	-	-	68	0	0	0	404	0	-
1999	19	0	0	71	0	0	0	381	0	135
2000	24	0	0	65	0	0	0	368	0	150
2001	20	0	0	65	0	0	0	364	0	127
2002	18	0	0	51	0	0	0	343	0	114
2003	18	0	0	58	0	0	157	185	0	122
2004	21	0	0	65	0	0	171	181	0	132
2005*	27	0	0	78	0	0	165	197	0	139
2006	37	0	0	80	0	0	166	184	0	147

Fonte: A autora com base no Banco de Dados da pesquisa “Estratégias municipais para a oferta da educação básica: análise de parcerias público-privado no estado de São Paulo” (INEP/EDUDATA).

Traço (-): Dado de matrícula não disponível.

RM (Rede Municipal); RE (Rede Estadual); RP: Rede Privada.

*Ano de início da parceria. **Em destaque:** Ano em que o município absorveu maior número de matrículas no ensino fundamental.

Até 2002 havia no município duas pré-escolas municipais, sendo que em uma delas funcionava também a creche e uma escola estadual que atendia todo o ensino fundamental e o ensino médio. Em 2003, é criada uma nova escola municipal para atender as séries iniciais do ensino fundamental, séries estas municipalizadas neste mesmo ano. A escola estadual passa a atender as séries finais do ensino fundamental e o ensino médio.

Tabela 85: Número de estabelecimentos escolares em Sebastianópolis do Sul (1996-2006)

	Creche		Pré-Escola		EF			EM	
	RM	RP	RM	RP	RM	RE	RP	RE	RP
1999	1	-	2	-	-	1	-	1	-
2000	1	-	2	-	-	1	-	1	-
2001	1	-	2	-	-	1	-	1	-
2002	1	-	2	-	-	1	-	1	-
2003	1	-	2	-	1	1	-	1	-
2004	1	-	2	-	1	1	-	1	-
2005*	1	-	2	-	1	1	-	1	-
2006	1	-	2	-	1	1	-	1	-

Fonte: INEP – EDUDATA

Não estão disponíveis dados de 1996-1998

RM: Rede Municipal, RP: Rede privada, RE: Rede Estadual

*Ano de início da parceria. **Em destaque:** Ano em que o município absorveu maior número de matrículas no ensino fundamental.

O município contava com um número pequeno de professores, mas em 2006 os 39 docentes que atuavam em Sebastianópolis do Sul possuíam formação superior. O número de docentes e sua formação na série histórica 1999-2006 podem ser observados na Tabela 86:

Tabela 86: Formação dos professores da educação básica em Sebastianópolis do Sul (1996-2006)

Professores com Ensino Médio							
	Creche	Pré-escola	EF - SI		EF-SF	EM	Total
	<i>RM</i>	<i>RM</i>	<i>RM</i>	<i>RE</i>	<i>RE</i>	<i>RE</i>	
1999	1	2	-	4	-	-	7
2000	1	2	-	3	-	-	6
2001	-	3	-	8	-	-	11
2002	-	3	-	-	-	-	3
2003	-	-	-	-	-	-	0
2004	-	-	3	-	-	-	3
2005*	-	-	4	-	-	-	4
2006	-	-	-	-	-	-	0
Professores com Ensino Superior							
1999	-	1	-	4	13	13	31
2000	-	1	-	4	13	16	34
2001	-	1	-	-	11	13	25
2002	-	1	-	8	11	12	32
2003	-	4	7	-	11	14	36
2004	-	4	5	-	16	15	40
2005*	-	4	4	-	17	15	40
2006	-	1	8	-	13	17	39

Fonte: INEP/EDUDATA. Não disponíveis dados de 1996 a 1998. Traço (-): Não existe professor nesta etapa/esfera. RM: Rede municipal/RE: Rede estadual/RP: Rede Privada. O mesmo docente que atua em 2 ou mais etapas foi contado em cada uma das etapas.

*Ano de início da parceria. **Em destaque:** Ano em que o município absorveu maior número de matrículas no ensino fundamental.

Neste município, até o ano de 2002 todas as matrículas no ensino fundamental concentravam-se na rede estadual de ensino. A partir de 2003, as matrículas nas séries iniciais do ensino fundamental foram municipalizadas, enquanto as séries finais mantiveram-se sob a responsabilidade da rede estadual, conforme apresentam a Tabela 87 e gráficos a seguir:

Tabela 87: Matrículas no ensino fundamental no município de Sebastianópolis do Sul (1996-2006):

Ano	Total				Séries Iniciais				Séries Finais			
	RM	RM (%)	RE	RE (%)	RM	RM (%)	RE	RE (%)	RM	RM (%)	RE	RE (%)
1996	0	0	421	100	0	0	196	100	0	0	225	100
1997	0	0	395	100	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	0	0	404	100	-	-	-	-	-	-	-	-
1999	0	0	381	100	-	-	-	-	-	-	-	-
2000	0	0	368	100	0	0	168	100	0	0	200	100
2001	0	0	364	100	0	0	175	100	0	0	189	100
2002	0	0	343	100	0	0	161	100	0	0	182	100
2003	157	46	185	54	157	100	0	0	0	0	185	100
2004	171	49	181	51	171	100	0	0	0	0	181	100
2005*	165	46	197	54	165	100	0	0	0	0	197	100
2006	166	47	184	53	166	100	0	0	0	0	184	100

Fonte: A autora com base no Banco de Dados da pesquisa “Estratégias municipais para a oferta da educação básica: análise de parcerias público-privado no estado de São Paulo”. Dados de matrícula não disponíveis de 1997-1999 para as séries iniciais e finais do ensino fundamental. Legenda: RM (Rede Municipal); RE (Rede Estadual); RM (%): Percentual de matrículas na rede municipal; RE (%): Percentual de matrículas na rede estadual.*Ano de início da parceria. **Em destaque:** Ano em que o município absorveu maior número de matrículas no ensino fundamental.

Gráfico 41: Matrícula no ensino fundamental no município de Sebastianópolis do Sul (1996-2006):

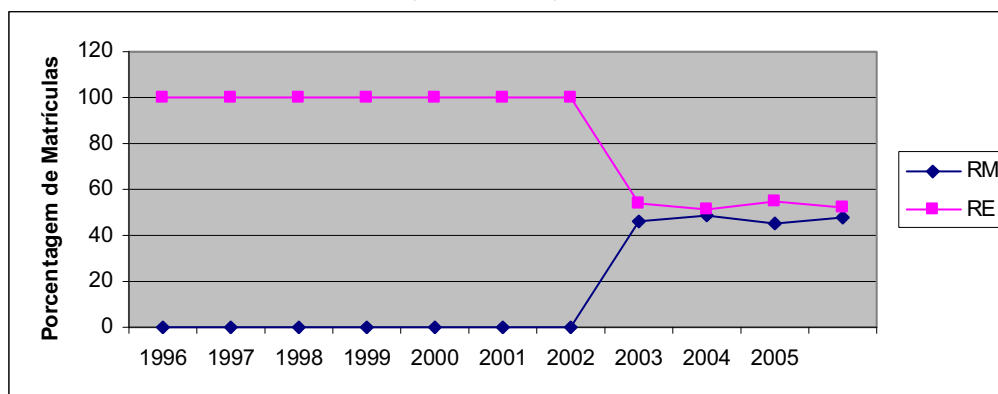


Gráfico 42: Matrícula nas séries iniciais do ensino fundamental no município de Sebastianópolis do Sul (1996-2006):

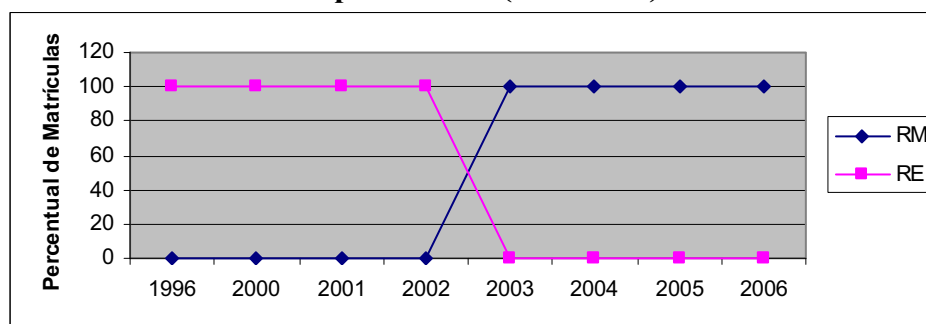
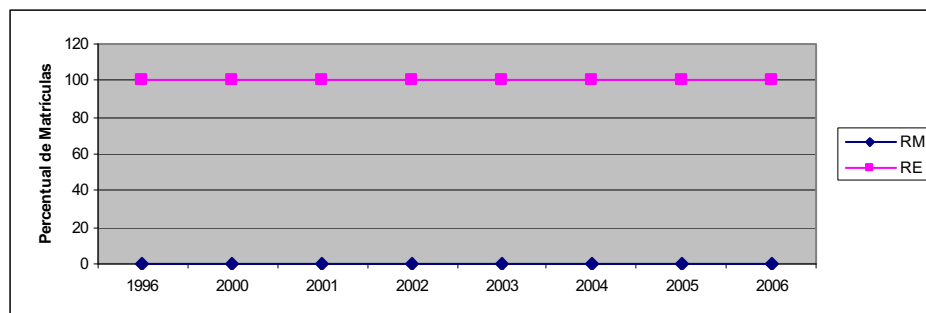


Gráfico 43: Matrícula nas séries finais do ensino fundamental no município de Sebastianópolis do Sul (1996-2006):



Fonte dos gráficos: Fonte: A autora com base no Banco de Dados da pesquisa “Estratégias municipais para a oferta da educação básica: análise de parcerias público-privado no estado de São Paulo”. Dados de matrícula não disponíveis de 1997-1999 para as séries iniciais e finais do ensino fundamental. Legenda: RM (Rede Municipal); RE (Rede Estadual).

Em 2005, sob a gestão do PFL, este município opta por adotar em sua rede de ensino o sistema de ensino apostilado Objetivo.

Nos anos analisados, a maior parte das receitas arrecadadas no município de Sebastianópolis do Sul foi proveniente de transferências do Estado e da União, entre 86,10% e 96,6% do total. Houve uma queda nas receitas próprias: em 2004 representavam 13,9% do total e somente 3,35% em 2006. Houve também uma queda do percentual de recursos aplicados em educação: de 30,22% em 2004 para 26,76% em 2006. As receitas próprias do município foram inferiores aos recursos aplicados em educação nos anos analisados.

TABELA 88: Município de Sebastianópolis do Sul – Receitas de impostos e recursos aplicados em educação (2004-2006)

	2004	2005*	2006
Receita Total Resultante de Impostos	4.681.722,40	5.329.247,71	6.057.261,82
Receita Total de Impostos Próprios	650.909,60	379.357,09	202.901,63
Transferências de Impostos (Estado)	1.342.043,54	1.503.652,88	2.123.760,90
Transferências de Impostos (União)	2.688.769,27	3.446.237,75	3.730.599,29
Receita Total recebida por Transferências	4.030.812,81	4.949.890,62	5.854.360,20
Total de Aplicação em MDE	1.414.814,26	1.496.028,86	1.621.195,12
% de Aplicação em MDE	30,22%	28,07%	26,76%
Total de Recursos aplicados no EF	1.241.415,31	1.279.218,30	1.377.102,02
% de Aplicação em EF	26,51%	24,00%	22,73%
Total de Recursos aplicados no EI	173.398,95	216.810,56	244.093,10
% de Aplicação em EI	3,70%	4,06%	4,03%

Fonte: Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Sistema de Informação da Administração Pública.

Disponível em: <http://siapnet.tce.sp.gov.br>. Acesso em 23/06/2009. Valores atualizados pelo índice INPC até dezembro de 2008. *Ano de início da parceria. MDE: Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

Município de Sud Mennucci⁵²

Sud Mennucci possui 7.363 habitantes e localiza-se na região administrativa de Araçatuba, seu PIB *per capita* é 33,2% menor que o estadual e seu IDH 4,3% abaixo do estadual. A principal atividade do município é o cultivo de cana-de-açúcar.

Neste município, a pré-escola encontra-se sob responsabilidade municipal em todo o período de análise. As matrículas em creche aparecem somente em 2006 pertencendo à rede privada. O ensino fundamental de responsabilidade estadual até 2000 é parcialmente municipalizado a partir de 2001. O ensino médio permanece por todo período na rede estadual. A educação de Jovens e Adultos é de responsabilidade estadual até 2001 e após esta data passa a ser responsabilidade municipal. Já a Educação Especial é transferida da rede estadual para a privada a partir de 2001. A Tabela 89 apresenta essas informações:

Tabela 89: Matrícula na educação básica no município de Sud Mennucci (1996-2006)

Ano	Creche			Pré-Escola			EF			EM	EJA			EE		
	RM	RE	RP	RM	RE	RP	RM	RE	RP	RE	RM	RE	RP	RM	RE	RP
1996	-	-	-	197	0	0	0	1467	0	-	-	-	-	-	-	-
1997	-	-	-	158	0	0	0	1399	0	-	-	-	-	-	-	-
1998	-	-	-	201	0	0	0	1339	0	-	-	-	-	-	-	-
1999	-	-	-	187	0	0	0	1308	0	410	0	224	0	0	16	0
2000	-	-	-	282	0	0	0	1278	0	380	0	230	0	0	17	50
2001	0	0	0	257	0	0	715	492	0	395	0	259	0	0	16	38
2002	0	0	0	289	0	0	769	452	0	390	138	0	0	0	0	49
2003	0	0	0	306	0	0	719	470	0	397	151	0	0	0	0	43
2004	0	0	0	325	0	0	672	491	0	415	76	0	0	0	0	36
2005*	0	0	0	325	0	0	677	492	0	412	81	0	0	0	0	42
2006	0	0	156	308	0	0	666	543	0	363	71	0	0	0	0	45

Fonte: A autora com base no Banco de Dados da pesquisa “Estratégias municipais para a oferta da educação básica: análise de parcerias público-privado no estado de São Paulo” (INEP/EDUDATA).

Traço (-): Dado de matrícula não disponível.

RM (Rede Municipal); RE (Rede Estadual); RP: Rede Privada.

*Ano de início da parceria. **Em destaque:** Ano em que o município absorveu maior número de matrículas no ensino fundamental.

Até 2003 o município possuía três escolas estaduais, sendo que uma delas atendia às séries finais do ensino fundamental e o ensino médio, outra atendia as séries iniciais e finais do ensino fundamental e outra somente as séries iniciais. No entanto, em 2001, ocorre a

⁵² O município de Sud Mennucci destacou-se por ter um bom desempenho no Ideb. Desempenho este, que foi justificado, entre outras coisas, pela parceria realizada com a empresa COC. No entanto, sempre o município sempre apresentou um bom desempenho educacional.

municipalização parcial do ensino fundamental e duas escolas são municipalizadas. A partir de então, o município passa a contar com uma única escola estadual e duas municipais para o atendimento do ensino fundamental, além de duas pré-escolas municipais (sendo uma delas também creche) e duas creches privadas.

Tabela 90: Número de estabelecimentos escolares em Sud Mennucci (1996-2006)

	Creche		Pré-Escola		EF			EM	
	RM	RP	RM	RP	RM	RE	RP	RE	RP
1999	-	-	2	-	-	3	-	1	-
2000	-	-	2	-	-	3	-	1	-
2001	-	-	2	-	2	1	-	1	-
2002	-	-	2	-	2	1	-	1	-
2003	-	-	2	-	2	1	-	1	-
2004	-	-	2	-	2	1	-	1	-
2005*	-	-	2	-	2	1	-	1	-
2006	-	2	2	-	2	1	-	1	-

Fonte: INEP – EDUDATA

Não estão disponíveis dados de 1996-1998. RM: Rede Municipal, RP: Rede privada, RE: Rede Estadual.*Ano de início da parceria. **Em destaque:** Ano em que o município absorveu maior número de matrículas no ensino fundamental.

O número de docentes em exercício no município aumentou no decorrer do período de análise, assim como o número de professores com formação superior que em 2006 era de 90%. Além dos docentes da Tabela 91, nove docentes com formação fundamental atuavam no ensino fundamental (séries iniciais) no ano de 2002, segundo dados do INEP.

Tabela 91: Formação dos professores da educação básica de Sud Mennucci (1966-2006)

Professores com Ensino Médio (continua)												
	Pré-escola		EF - SI		EF-SF		EM	EE		EJA		Total
	RM	RP	RM	RE	RM	RE	RE	RE	RP	RM	RE	
1999	4	-	-	3	-	-	-	-	6	-	-	13
2000	8	-	-	6	-	-	-	-	-	-	-	14
2001	6	-	4	-	-	-	-	-	2	-	-	12
2002	13	-	2	-	-	-	-	-	2	2	1	20
2003	12	-	11	-	-	3	-	-	1	3	-	30
2004	1	-	18	-	-	1	-	-	1	1	-	22
2005*	2	-	9	-	1	-	-	-	-	1	-	13
2006	-	-	9	-	1	-	-	-	-	1	-	11

Professores com Ensino Superior (conclusão)

	Pré-escola		EF - SI		EF-SF		EM	EE		EJA		Total
	RM	RP	RM	RE	RM	RE	RE	RE	RP	RM	RE	
1999	3	-	-	19	-	28	16	1	-	-	3	70
2000	6	-	-	13	-	25	22	1	6	-	3	76
2001	7	-	17	-	6	21	18	1	4	-	4	78
2002	1	-	20	-	6	26	25	-	5	2	5	90
2003	3	-	19	-	9	25	30	-	5	3	5	99
2004	15	-	11	-	9	29	21	-	5	2	8	100
2005*	14	-	20	-	8	34	28	-	6	2	6	118
2006	16	1	19	-	9	38	21	-	6	3	6	119

Fonte: INEP/EDUDATA. Não disponíveis dados de 1996 a 1998. Traço (-): Não existe professor nesta etapa/esfera. RM: Rede municipal/RE: Rede estadual/RP: Rede Privada O mesmo docente que atua em 2 ou mais etapas foi contado em cada uma das etapas.

*Ano de início da parceria. **Em destaque:** Ano em que o município absorveu maior número de matrículas no ensino fundamental.

Em 2001, foram municipalizadas todas as matrículas das séries iniciais e 18% das séries finais do ensino fundamental. A partir de então, esta situação se manteve, ficando o município responsável pelo total de alunos das séries iniciais e por parte dos alunos das séries finais, como podemos verificar na tabela e gráficos abaixo:

Tabela 92: Matrículas no ensino fundamental no município de Sud Mennucci (1996-2006):

Ano	Total				Séries Iniciais				Séries Finais			
	RM	RM (%)	RE	RE (%)	RM	RM (%)	RE	RE (%)	RM	RM (%)	RE	RE (%)
1996	0	0	1467	100	0	0	750	100	0	0	717	100
1997	0	0	1399	100	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	0	0	1339	100	-	-	-	-	-	-	-	-
1999	0	0	1308	100	-	-	-	-	-	-	-	-
2000	0	0	1278	100	0	0	600	100	0	0	678	100
2001	715	59	492	41	605	100	0	0	110	18	492	82
2002	769	63	452	37	664	100	0	0	105	19	452	81
2003	719	60	470	40	611	100	0	0	108	19	470	81
2004	672	58	491	42	572	100	0	0	100	17	491	83
2005*	677	58	492	42	569	100	0	0	98	17	492	83
2006	666	55	543	45	539	100	0	0	127	19	543	81

Fonte: A autora com base no Banco de Dados da pesquisa “Estratégias municipais para a oferta da educação básica: análise de parcerias público-privado no estado de São Paulo”.

Dados de matrícula não disponíveis de 1997-1999 para as séries iniciais e finais do ensino fundamental.

Legenda: RM (Rede Municipal); RE (Rede Estadual); RM (%): Percentual de matrículas na rede municipal; RE (%): Percentual de matrículas na rede estadual.

*Ano de início da parceria. **Em destaque:** Ano em que o município absorveu maior número de matrículas no ensino fundamental.

Gráfico 44: Matrícula no ensino fundamental no município de Sud Mennucci (1996-2006):

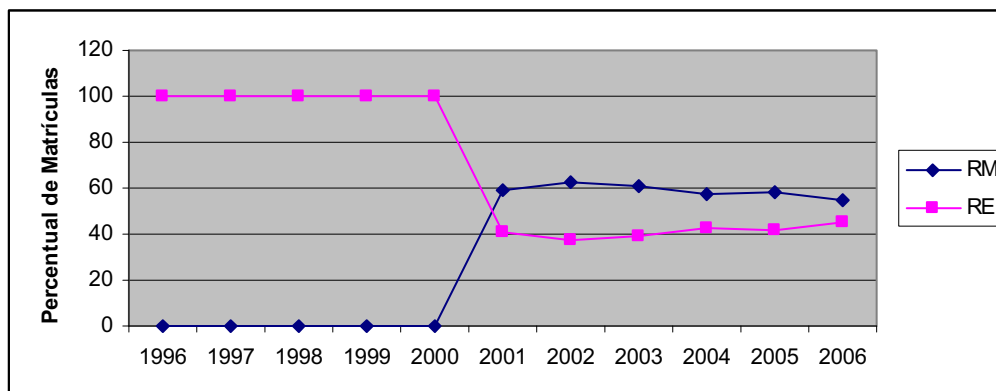


Gráfico 45: Matrícula nas séries iniciais do ensino fundamental no município de Sud Mennucci (1996-2006):

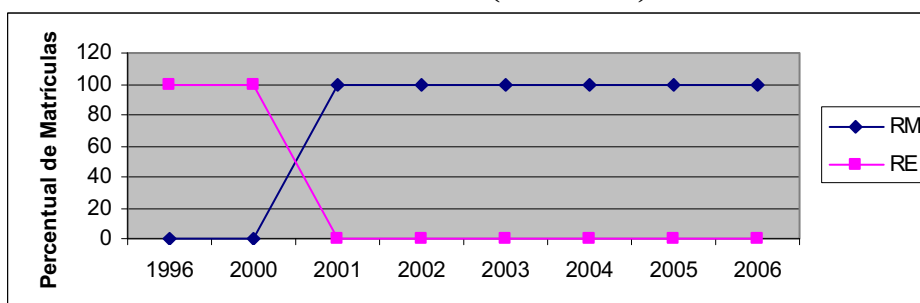
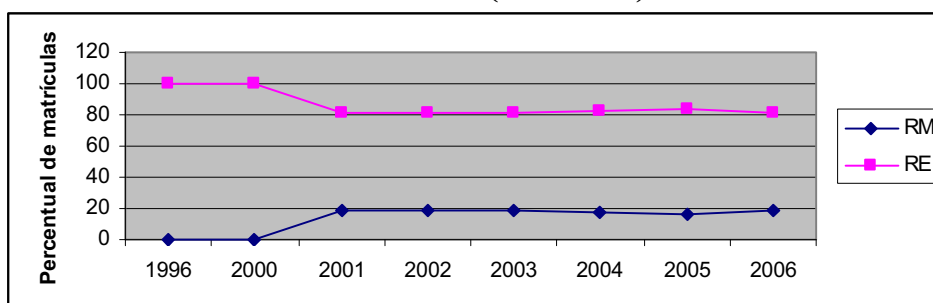


Gráfico 46: Matrícula nas séries finais do ensino fundamental no município de Sud Mennucci (1996-2006):



Fonte dos gráficos: A autora com base no Banco de Dados da pesquisa “Estratégias municipais para a oferta da educação básica: análise de parcerias público-privado no estado de São Paulo”.
 Dados de matrícula não disponíveis de 1997-1999 para as séries iniciais e finais do ensino fundamental.
 Legenda: RM (Rede Municipal); RE (Rede Estadual).

O contrato com o sistema de ensino apostilado COC iniciou-se no ano de 2005, portanto, quatro anos após o início do processo de municipalização. Neste ano o município estava sob a gestão do PSDB.

O percentual de participação dos impostos próprios no total de receitas resultante de impostos no município de Sud Mennucci foi bastante restrito variando entre 4% e 5,6%. As receitas provenientes de transferências do Estado e da União é que representaram o maior montante: entre 94,3% e 95,9% do total. O percentual de impostos aplicados em educação

pouco variou nos anos de análise, entre 29,3% e 30,5%. Os recursos aplicados em educação foram superiores às receitas próprias do município nos anos analisados.

TABELA 93: Município de Sud Menucci – Receitas de impostos e recursos aplicados em educação (2004-2006)

	2004	2005*	2006
Receita Total Resultante de Impostos	9.670.795,26	11.305.250,80	11.711.288,48
Receita Total de Impostos Próprios	395.855,87	606.628,38	657.668,54
Transferências de Impostos (Estado)	6.389.443,15	7.353.022,27	7.533.085,90
Transferências de Impostos (União)	2.885.496,24	3.345.600,16	3.520.534,04
Receita Total recebida por Transferências	9.274.939,39	10.698.622,42	11.053.619,94
Total de Aplicação em MDE	2.950.851,82	3.432.216,43	3.438.671,14
% de Aplicação em MDE	30,51%	30,36%	29,36%
Total de Recursos aplicados no EF	2.255.381,64	2.602.603,60	2.527.299,23
% de Aplicação em EF	23,33%	23,02%	21,58%
Total de Recursos aplicados no EI	695.470,19	829.612,84	911.371,91
% de Aplicação em EI	7,19%	7,34%	7,78%

Fonte: Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Sistema de Informação da Administração Pública. Disponível em: <http://siapnet.tce.sp.gov.br>. Acesso em 23/06/2009. Valores atualizados pelo índice INPC até dezembro de 2008.

*Ano de início da parceria.

MDE: Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

Município de Terra Roxa

O município de Terra Roxa pertence à região administrativa de Barretos, possui 7.753 habitantes e sua principal atividade econômica é o cultivo de cana-de-açúcar. Seu PIB *per capita* é 59,7% menor que o estadual e seu IDH 5,0% abaixo ao do estado.

No município, as matrículas na educação infantil (creche e pré-escola) concentraram-se na rede municipal, existindo apenas algumas matrículas na rede privada nos anos de 2000 e 2001. O ensino fundamental foi municipalizado parcialmente em 1999 e totalmente em 2001. O ensino médio manteve-se sob a responsabilidade estadual em todo o período. As matrículas na Educação de Jovens e Adultos aparecem divididas entre rede municipal e estadual. Já as matrículas na Educação Especial concentram-se na esfera privada.

Tabela 94: Matrícula na educação básica no município de Terra Roxa (1996-2006)

Ano	Creche			Pré-Escola			EF			EM	EJA			EE		
	RM	RE	RP	RM	RE	RP	RM	RE	RP	RE	RM	RE	RP	RM	RE	RP
1996	-	0	-	-	0	-	-	1384	-	-	-	-	0	-	-	-
1997	-	0	-	265	0	-	-	1381	-	-	-	-	0	-	-	-
1998	-	0	-	189	0	-	-	1378	-	-	-	-	0	-	-	-
1999	-	0	-	212	0	0	676	699	0	316	0	60	0	0	9	30
2000	-	0	-	290	0	7	638	732	0	343	0	80	0	0	0	13
2001*	108	0	4	302	0	5	1291	0	6	349	100	160	0	0	0	32
2002	61	0	0	300	0	0	1283	0	0	368	90	0	0	0	0	32
2003	69	0	0	298	0	0	1213	0	0	415	39	0	0	0	0	34
2004	81	0	0	313	0	0	1180	0	0	423	39	0	0	0	0	35
2005	94	0	0	301	0	0	1192	0	0	356	27	148	0	0	0	34
2006	220	0	0	252	0	0	1245	0	0	348	45	157	0	0	0	34

Fonte: A autora com base no Banco de Dados da pesquisa “Estratégias municipais para a oferta da educação básica: análise de parcerias público-privado no estado de São Paulo” (INEP/EDUDATA). Traço (-): Dado de matrícula não disponível. RM (Rede Municipal); RE (Rede Estadual); RP: Rede Privada. *Ano de início da parceria. **Em destaque:** Ano em que o município absorveu maior número de matrículas no ensino fundamental.

Para o atendimento da educação infantil o município contava, na maioria dos anos, com dois estabelecimentos municipais: um atendendo a creche e o outro pré-escola e creche⁵³. O atendimento do ensino fundamental até 1998 fora realizado pela rede estadual. A partir de 1999, com a municipalização das séries iniciais, o município passou a ter uma escola municipal para atender essas séries e uma escola estadual que atendia as séries finais do ensino fundamental e o ensino médio. No entanto, a partir de 2001, ano que ocorre a municipalização completa do ensino fundamental, a escola estadual passa a atender somente o ensino médio e o município passa a se responsabilizar por dois estabelecimentos de ensino fundamental. Este número é expandido para três a partir de 2004.

Tabela 95: Número de estabelecimentos escolares em Terra Roxa (1996-2006)

	Creche		Pré-Escola		EF			EM	
	RM	RP	RM	RP	RM	RE	RP	RE	RP
1999	1	-	1	-	1	1	-	1	-
2000	1	1	1	1	1	1	-	1	-
2001*	2	1	2	1	2	-	1	1	-
2002	1	-	1	-	2	-	-	1	-
2003	1	-	1	-	2	-	-	1	-
2004	1	-	1	-	3	-	-	1	-
2005	1	-	1	-	3	-	-	1	-
2006	1	-	1	-	3	-	-	1	-

Fonte: INEP – EDUDATA.

⁵³ No ano de 2001 apareceram dois estabelecimentos de creche e dois de pré-escola.

No município de Terra Roxa o número de professores com formação superior cresceu no decorrer do período de análise. Em 2006, 90% dos professores possuíam formação em nível superior. Além dos professores constantes na tabela 96, havia no município seis docentes com formação fundamental atuando na creche municipal nos anos de 2000 e 2001.

Tabela 96: Formação dos professores da educação básica de Terra Roxa (1996-2006)

Professores com Ensino Médio														
	Creche		Pré-escola		EF - SI		EF-SF		EM	EE		EJA		Total
	RM	RP	RM	RP	RM	RP	RM	RE	RE	RE	RP	RM	RE	
1999	-	-	6	-	2	-	-	2	-	-	1	-	-	11
2000	2	-	6	-	6	-	-	-	-	-	2	-	-	16
2001*	2	1	6	-	9	-	-	-	-	-	2	1	-	21
2002	2	-	7	-	13	-	1	-	-	-	2	1	-	26
2003	-	-	9	-	12	-	-	-	-	-	3	2	-	26
2004	-	-	9	-	7	-	3	-	-	-	2	1	-	22
2005	-	-	9	-	6	-	3	-	-	-	2	1	-	21
2006	-	-	2	-	5	-	3	-	-	-	-	1	-	11

Professores com Ensino Superior														
1999	1	-	3	-	19	-	-	26	18	1	3	-	1	72
2000	-	1	5	1	17	-	-	38	27	-	2	-	1	92
2001*	-	1	6	1	23	1	29	-	19	-	2	2	2	86
2002	-	-	5	-	23	-	31	-	14	-	2	2	2	79
2003	-	-	5	-	27	-	29	-	25	-	1	-	5	92
2004	-	-	5	-	31	-	37	-	25	-	2	-	3	103
2005	-	-	5	-	28	-	39	-	25	-	2	-	3	102
2006	-	-	15	-	31	-	36	-	16	-	4	1	4	107

Fonte: INEP/EDUDATA. Não disponíveis dados de 1996 a 1998. Traço (-): Não existe professor nesta etapa/esfera. RM: Rede municipal/RE: Rede estadual/RP: Rede Privada O mesmo docente que atua em 2 ou mais etapas foi contado em cada uma das etapas.

*Ano de início da parceria. **Em destaque:** Ano em que o município absorveu maior número de matrículas no ensino fundamental.

Até o ano de 1998 não havia matrículas na rede municipal no município, mas no ano de 1999 foram transferidas as matrículas das séries iniciais para o município e três anos depois se transferiu também as matrículas das séries finais. A partir dessa data, o município passou a ser responsável por 100% das matrículas do ensino fundamental, de acordo com os dados apresentados na Tabela 97 e gráficos a seguir:

Tabela 97: Matrículas no ensino fundamental no município de Terra Roxa (1996-2006):

Ano	Total				Séries Iniciais				Séries Finais			
	RM	RM (%)	RE	RE (%)	RM	RM (%)	RE	RE (%)	RM	RM (%)	RE	RE (%)
1996	0	0	1384	100	0	0	819	100	0	0	565	100
1997	0	0	1381	100	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	0	0	1378	100	-	-	-	-	-	-	-	-
1999	676	49	699	51	-	-	-	-	-	-	-	-
2000	638	47	732	53	638	100	0	0	0	0	732	100
2001*	1291	100	0	0	642	100	0	0	649	100	0	0
2002	1283	100	0	0	611	100	0	0	672	100	0	0
2003	1213	100	0	0	624	100	0	0	589	100	0	0
2004	1180	100	0	0	620	100	0	0	560	100	0	0
2005	1192	100	0	0	596	100	0	0	596	100	0	0
2006	1245	100	0	0	674	100	0	0	571	100	0	0

Fonte: A autora com base no Banco de Dados da pesquisa “Estratégias municipais para a oferta da educação básica: análise de parcerias público-privado no estado de São Paulo”.

Dados de matrícula não disponíveis de 1997-1999 para as séries iniciais e finais do ensino fundamental.

Legenda: RM (Rede Municipal); RE (Rede Estadual); RM (%): Percentual de matrículas na rede municipal; RE (%): Percentual de matrículas na rede estadual.*Ano de início da parceria. **Em destaque:** Ano em que o município absorveu maior número de matrículas no ensino fundamental.

Gráfico 47: Matrícula no ensino fundamental no município de Terra Roxa (1996-2006):

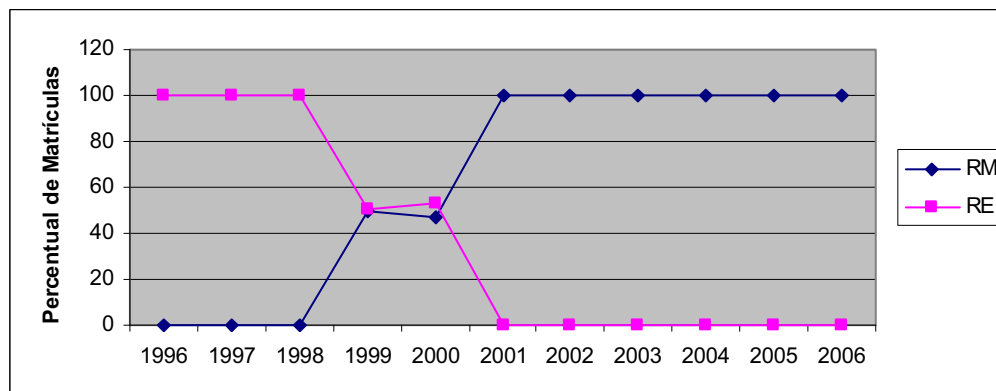


Gráfico 48: Matrícula nas séries iniciais do ensino fundamental no município de Terra Roxa (1996-2006):

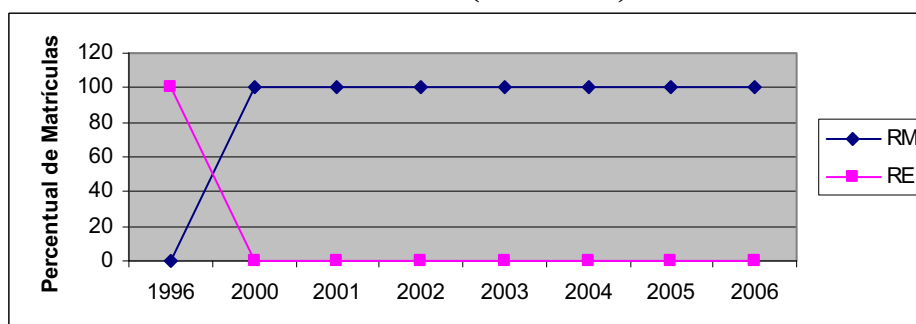
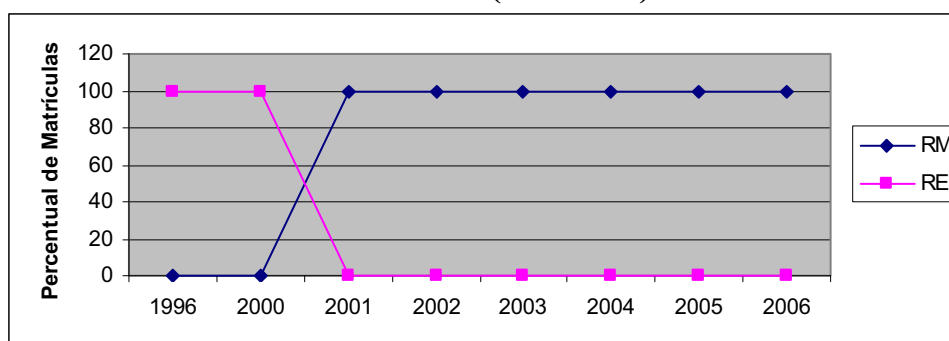


Gráfico 49: Matrícula nas séries finais do ensino fundamental no município de Terra Roxa (1996-2006):



Fonte dos gráficos: A autora com base no Banco de Dados da pesquisa “Estratégias municipais para a oferta da educação básica: análise de parcerias público-privado no estado de São Paulo”.

Dados de matrícula não disponíveis de 1997-1999 para as séries iniciais e finais do ensino fundamental. Legenda: RM (Rede Municipal); RE (Rede Estadual).

Neste município a adoção de sistema de ensino apostilado da empresa COC iniciou-se no ano de 2001, coincidindo com o ano no qual o município passa a ser responsável por 100% das matrículas no ensino fundamental. Estava à frente do município nesta data o PMDB.

A receita total resultante de impostos no município de Terra Roxa, nos anos analisados, compunha-se em maior quantidade pelos recursos provenientes de transferências do Estado e da União, entre 88,1% e 95,6%. Os recursos próprios representaram valores entre 4,4% e 11,9% do total da receita total. O valor aplicado em educação foi sempre superior às receitas municipais próprias.

TABELA 98: Município de Terra Roxa – Receitas de impostos e recursos aplicados em educação (2000-2006)

(Continua)	2000	2001*	2002	2003	2005
Receita Total Resultante de Impostos	6.032.382,65	5.923.425,41	6.577.075,30	6.302.999,77	7.786.795,54
Receita Total de Impostos Próprios	263.195,57	262.301,78	780.959,95	482.789,21	594.436,74
Transferências de Impostos (Estado)	3.302.700,68	3.068.043,94	2.893.262,32	2.681.990,77	3.392.449,36
Transferências de Impostos (União)	2.466.486,40	2.593.079,69	2.902.853,02	3.138.219,79	3.799.909,44
Receita Total recebida por Transferências	5.769.187,08	5.661.123,63	5.796.115,35	5.820.210,57	7.192.358,80
Total de Aplicação em MDE	1.602.776,10	1.768.255,53	1.886.944,73	1.814.644,82	2.099.232,32
% de Aplicação em MDE	26,57%	29,85%	28,69%	28,79%	26,96%
Total de Recursos aplicados no EF	1.378.623,40	1.519.645,83	1.634.939,88	1.584.101,55	2.099.232,32
% de Aplicação em EF	23,00%	25,65%	24,83%	25,29%	32,17%

(Conclusão)	2000	2001*	2002	2003	2005
Total de Recursos aplicados no EI	224.152,70	248.609,70	252.004,85	230.543,26	219.115,28
% de Aplicação em EI	3,57%	4,19%	3,83%	3,68%	2,91%

Fonte: Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Sistema de Informação da Administração Pública. Disponível em: <http://siapnet.tce.sp.gov.br>. Acesso em 23/06/2009. Valores atualizados pelo índice INPC até dezembro de 2008.

*Ano de início da parceria.

MDE: Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

Município de Vista Alegre do Alto

O município de Vista Alegre do Alto pertence à região administrativa de Barretos e possui 4.754 habitantes. Seu PIB *per capita* é 5,5% maior que o estadual e seu IDH 0,2% acima do estadual. A principal atividade econômica do município é o cultivo de frutas cítricas.

Nesse município, a educação infantil concentra-se na rede municipal de ensino; no entanto, no ano de 2006 algumas matrículas na pré-escola e a totalidade de matrículas na creche estavam na rede privada. O ensino fundamental é parcialmente municipalizado a partir de 1997. O ensino médio permanece junto à rede estadual em todo o período de análise. Quanto à Educação de Jovens e Adultos encontrou-se matrículas na rede municipal e na estadual. Não há registros de matrículas na Educação Especial no município.

Tabela 99: Matrícula na educação básica no município de Vista Alegre do Alto (1996-2006)

Ano	Creche			Pré-Escola			EF			EM	EJA		
	RM	RE	RP	RM	RE	RP	RM	RE	RP	RE	RM	RE	RP
1996	-	-	-	123	0	0	0	699	0	-	-	-	-
1997	-	-	-	190	0	0	31	685	0	-	-	-	-
1998	-	-	-	190	0	0	38	667	0	-	-	-	-
1999	0	0	0	131	0	0	337	370	0	174	0	0	0
2000	0	0	0	148	0	0	310	363	0	204	0	48	0
2001	0	0	0	157	0	0	329	355	0	227	0	62	0
2002	131	0	0	166	0	0	372	332	0	253	0	84	0
2003*	135	0	0	169	0	0	357	348	0	267	0	112	0
2004	166	0	0	201	0	0	393	318	0	263	45	115	0
2005	180	0	0	258	0	0	390	341	0	233	71	203	0
2006	0	0	68	215	0	90	410	348	0	226	55	173	0

Fonte: A autora com base no Banco de Dados da pesquisa “Estratégias municipais para a oferta da educação básica: análise de parcerias público-privado no estado de São Paulo” (INEP/EDUDATA). Traço (-): Dado de matrícula não disponível.

RM (Rede Municipal); RE (Rede Estadual); RP: Rede Privada.

*Ano de início da parceria. **Em destaque:** Ano em que o município absorveu maior número de matrículas no ensino fundamental.

A educação infantil no município funcionou em um único prédio que atendia a pré-escola em todo o período de análise e em alguns anos também a creche, somente em 2006 há registros de uma instituição privada atendendo a educação infantil. A partir de 1999 o atendimento do ensino fundamental foi realizado por uma escola municipal (séries iniciais) e outra estadual (séries finais) que atendia também o ensino médio.

Tabela 100: Número de estabelecimentos escolares em Vista Alegre do Alto (1996-2006)

	Creche		Pré-Escola		EF			EM	
	RM	RP	RM	RP	RM	RE	RP	RE	RP
1999	-	-	1	-	1	1	-	1	-
2000	-	-	1	-	1	1	-	1	-
2001	-	-	1	-	1	1	-	1	-
2002	1	-	1	-	1	1	-	1	-
2003*	1	-	1	-	1	1	-	1	-
2004	1	-	1	-	1	1	-	1	-
2005	1	-	1	-	1	1	-	1	-
2006	-	1	1	1	1	1	-	1	-

Fonte: INEP – EDUDATA

Não estão disponíveis dados de 1996-1998

RM: Rede Municipal, RP: Rede privada, RE: Rede Estadual

*Ano de início da parceria. **Em destaque:** Ano em que o município absorveu maior número de matrículas no ensino fundamental.

O número de professores em exercício cresceu 110% de 1999 para 2006 e em 2006 95% dos docentes possuíam formação superior. A tabela abaixo apresenta o número de docentes e a formação dos mesmos no período de análise.

Tabela 101: Formação dos professores da educação básica em Vista Alegre do Alto (1996-2006)

Professores com Ensino Médio (Continua)											
	Creche		Pré-escola		EF - SI	EF-SF	EM	EE	EJA		Total
	RM	RP	RM	RP	RM	RE	RE	RM	RM	RE	
1999	-	-	4	-	1	-	-	-	-	-	5
2000	-	-	4	-	3	-	-	-	-	-	7
2001	-	-	4	-	5	-	-	-	-	8	17
2002	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	2
2003*	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	2
2004	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	3
2005	6	-	1	-	2	-	-	-	1	-	10
2006	-	1	-	5	-	-	-	-	-	-	6

Professores com Ensino Superior (Conclusão)

1999	-	-	2	-	10	18	15	-	-	-	45
2000	-	-	2	-	9	24	23	-	-	6	64
2001	-	-	2	-	7	25	22	-	-	-	56
2002	1	-	7	-	10	19	20	-	-	16	73
2003*	1	-	6	-	11	18	21	-	-	16	73
2004	3	-	9	-	12	21	23	1	2	18	89
2005	2	-	10	-	13	24	24	-	1	28	102
2006	-	1	10	1	17	27	27	1	2	19	105

Fonte: INEP/EDUDATA. Não disponíveis dados de 1996 a 1998. Traço (-): Não existe professor nesta etapa/esfera. RM: Rede municipal/RE: Rede estadual/RP: Rede Privada O mesmo docente que atua em 2 ou mais etapas foi contado em cada uma das etapas.

*Ano de início da parceria. **Em destaque:** Ano em que o município absorveu maior número de matrículas no ensino fundamental.

O processo de municipalização neste município iniciou-se em 1997, porém até final do ano de 1998 o município só responde por aproximadamente 5% das matrículas. Já no ano de 1999 as matrículas das séries iniciais são transferidas para o município. A partir de então o município passa a dividir a responsabilidade pelo ensino fundamental com o estado em aproximadamente 50%, visto que as séries finais continuam a cargo do estado em toda a série histórica, conforme apresentado na tabela e gráficos a seguir:

Tabela 102: Matrículas no ensino fundamental no município de Vista Alegre do Alto (1996-2006):

Ano	Total				Séries Iniciais				Séries Finais			
	RM	RM (%)	RE	RE (%)	RM	RM (%)	RE	RE (%)	RM	RM (%)	RE	RE (%)
1996	0	0	699	100	0	0	366	100	0	0	333	100
1997	31	4	685	96	-	-	-	-	-	-	-	-
1998	38	5	667	95	-	-	-	-	-	-	-	-
1999	337	48	370	52	-	-	-	-	-	-	-	-
2000	310	46	363	54	310	100	0	0	0	0	363	100
2001	329	48	355	52	329	100	0	0	0	0	355	100
2002	372	53	332	47	372	100	0	0	0	0	332	100
2003*	357	51	348	49	357	100	0	0	0	0	348	100
2004	393	55	318	45	393	100	0	0	0	0	318	100
2005	390	53	341	47	390	100	0	0	0	0	341	100
2006	410	54	348	46	410	100	0	0	0	0	348	100

Fonte: A autora com base no Banco de Dados da pesquisa “Estratégias municipais para a oferta da educação básica: análise de parcerias público-privado no estado de São Paulo”.

Dados de matrícula não disponíveis de 1997-1999 para as séries iniciais e finais do ensino fundamental.

Legenda: RM (Rede Municipal); RE (Rede Estadual); RM (%): Percentual de matrículas na rede municipal; RE (%): Percentual de matrículas na rede estadual.

*Ano de início da parceria. **Em destaque:** Ano em que o município absorveu maior número de matrículas no ensino fundamental.

Gráfico 50: Matrícula no ensino fundamental no município de Vista Alegre do Alto (1996-2006)

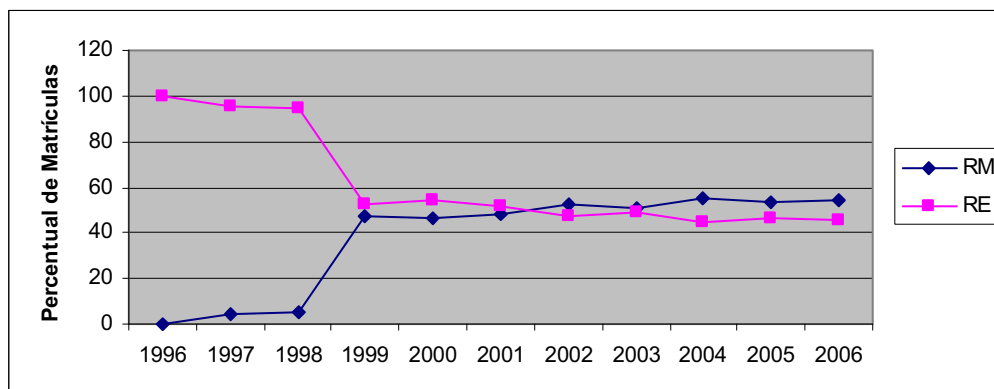


Gráfico 51: Matrícula nas séries iniciais do ensino fundamental no município de Vista Alegre do Alto (1996-2006):

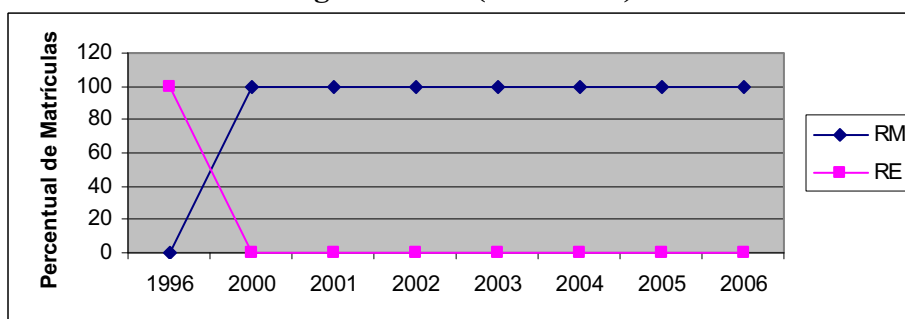
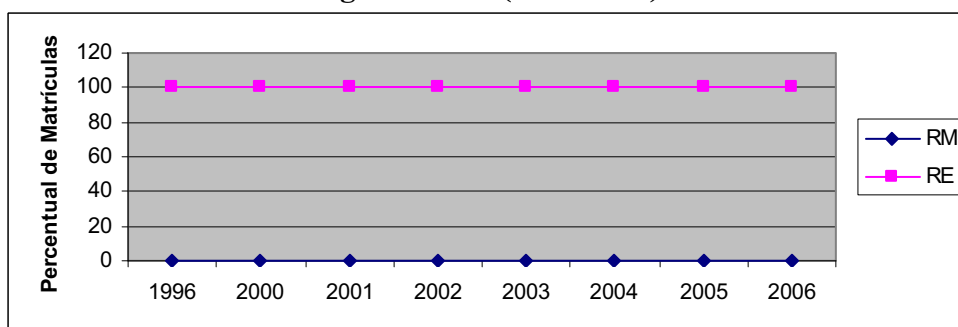


Gráfico 52: Matrícula nas séries finais do ensino fundamental no município de Vista Alegre do Alto (1996-2006):



Fonte dos gráficos: A autora com base no Banco de Dados da pesquisa “Estratégias municipais para a oferta da educação básica: análise de parcerias público-privado no estado de São Paulo”. Dados de matrícula não disponíveis de 1997-1999 para as séries iniciais e finais do ensino fundamental.

Legenda: RM (Rede Municipal); RE (Rede Estadual).

Neste município, a adoção do sistema de ensino apostilado COC se deu no ano de 2003. O município estava sob a gestão do PSDB.

No município de Vista Alegre do Alto a receita proveniente de transferências do Estado e da União correspondeu a valores entre 91,6% e 93,2% da receita total resultante de impostos, ou seja, representou a maior parte da receita do município. A receita municipal própria ficou entre 6,8% e 8,4% do total. Os recursos aplicados em educação foram maiores

que o legalmente exigido em todos os anos analisados e superiores às receitas próprias municipais.

TABELA 103: Município de Vista Alegre do Alto – Receitas de impostos e recursos aplicados em educação (2002-2006)

	2002	2003*	2004	2005	2006
Receita Total Resultante de Impostos	6.224.971,15	6.766.827,43	8.121.195,40	9.141.759,37	9.919.369,86
Receita Total de Impostos Próprios	425.705,70	481.099,09	563.692,19	640.608,24	837.385,37
Transferências de Impostos (Estado)	2.939.561,84	3.580.058,05	4.916.475,12	5.186.251,17	5.699.459,28
Transferências de Impostos (União)	2.859.703,61	2.705.670,29	2.641.028,09	3.314.899,96	3.382.525,21
Receita Total recebida por Transferências	5.799.265,45	6.285.728,34	7.557.503,21	8.501.151,13	9.081.984,49
Total de Aplicação em MDE	1.886.005,04	1.817.117,84	2.647.515,14	2.845.739,88	3.243.348,32
% de Aplicação em MDE	30,30%	26,85%	32,60%	31,13%	32,70%
Total de Recursos aplicados no EF	1.700.555,11	1.593.596,50	1.979.548,91	1.917.316,85	2.303.795,55
% de Aplicação em EF	27,32%	23,55%	24,33%	20,97%	23,23%
Total de Recursos aplicados no EI	185.449,94	223.521,34	667.966,23	928.423,03	939.552,78
% de Aplicação em EI	2,98%	3,30%	8,21%	10,16%	9,47%

Fonte: Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Sistema de Informação da Administração Pública. Disponível em: <http://siapnet.tce.sp.gov.br>. Acesso em 23/06/2009. Valores atualizados pelo índice INPC até dezembro de 2008.

*Ano de início da parceria.

MDE: Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista o que se apresentou nos capítulos anteriores é possível identificar algumas semelhanças entre as condições apresentadas pelo conjunto de municípios analisados.

Tais condições estão apresentadas nos seguintes itens: perfil financeiro; localização geográfica e empresa privada; matrículas no setor privado; aspectos relativos à municipalização do ensino fundamental e partido político do prefeito nos anos analisados.

Perfil financeiro

A municipalização do ensino fundamental ocorrida no Estado de São Paulo, que objetivava, segundo a Secretaria Estadual de Educação, uma melhor distribuição de tarefas entre Estado e município com conseqüente melhoria para a qualidade do ensino, parece, de forma geral, não ter atingido tais objetivos. Mesmo porque o sistema federativo que deveria implicar um regime de colaboração entre Estado e município não aconteceu, gerando até mesmo conflitos entre os entes federativos (RODRIGUEZ, 2001).

No período estudado, o efeito combinado da posição municipalista da Secretaria Estadual de Educação, que exercia pressão para que os municípios aderissem à municipalização e o estímulo financeiro advindo da municipalização das matrículas do ensino fundamental que significava dinheiro “novo” nas prefeituras, resultou em um processo de municipalização em alguns casos abrupto, no qual nem todos os municípios estavam devidamente preparados para assumir a responsabilidade pelo ensino fundamental paralelamente à oferta da educação infantil (ADRIÃO (coord.), 2007).

Nos municípios analisados neste trabalho, um estudo de 16 municípios com até 10.000 habitantes que adotaram parceria para compra de material ou sistema de ensino apostilado, foi possível constatar a fragilidade financeira dos mesmos, ou seja, constatou-se que são municípios pobres, cujas receitas próprias ficam muito aquém dos gastos com educação, confirmando por um lado a relevância do Fundef para a chegada de “dinheiro novo” nas

prefeituras e por outro a falta de condições objetivas para os municípios para assumirem as novas matrículas.

Quanto ao PIB e o IDH dos municípios observa-se que a maioria dos municípios apresentou PIB *per capita* e IDH baixo em relação aos valores estaduais. Treze apresentaram PIB *per capita* abaixo do estadual e quinze deles IDH menor que o estadual. Tais comparações podem ser observadas na Tabela 104:

Tabela 104: PIH e IDH dos municípios analisados

Município	PIB per capita em relação ao do Estado (Estado: R\$ 17.977,00)	IDH (M) em relação ao do Estado (Estado:0,814)
Adolfo	R\$12.090,66 32,7% menor	0,795 2,3% menor
Alvinlandia	R\$6.383,90 64,5% menor	0,741 9,0% menor
Borá	R\$20.623,77 14,7% maior	0,794 2,5% menor
Cedral	R\$ 9.53,85 46,8% menor	0,803 1,4% menor
Estrela D Oeste	R\$34.980,56 94,6% maior	0,792 2,7% menor
Guaraci	R\$7.933,38 55,9% menor	0,758 6,9% menor
Ilha Comprida	R\$7.438,57 58,6% menor	0,803 1,4% menor
Palmares Paulista	R\$4.927,94 72,6% menor	0,765 6,0% menor
Quintana	R\$6.767,31 62,4% menor	0,741 9,0% menor
Ribeirão Corrente	R\$13.415,63 25,4% menor	0,751 7,7% menor
Santa Rita D Oeste	R\$12.651,80 29,6% menor	0,752 7,6% menor
Santo Antonio da Alegria	R\$7.744,60 56,9% menor	0,77 5,4% menor
Sebastianópolis do Sul	R\$12.179,76 32,2% menor	0,769 5,5% menor
Sud Menucci	R\$12.005,35 33,2% menor	0,779 4,3% menor
Terra Roxa	R\$7.251,29 59,7% menor	0,773 5,0% menor
Vista Alegre do Alto	R\$18.962,45 5,5% maior	0,816 0,2% maior

Fonte: A autora com base no Banco de Dados da pesquisa “Estratégias municipais para a oferta da educação básica: análise de parcerias público-privado no estado de São Paulo”.
PIB em Reais de 2008.

Em 44% dos municípios, o valor do PIB *per capita* foi bastante inferior ao valor do PIB estadual, ficando entre 50% e 90% abaixo do mesmo. Em 37% dos municípios o PIB esteve entre 10% e 50% abaixo do estadual enquanto apenas 19% deles ultrapassaram-o, conforme apresenta a Tabela 105:

TABELA 105: PIB *per capita* dos municípios analisados em relação ao PIB *per capita* estadual

PIB em relação ao estadual	Nº. de municípios
Até 10% acima	1
De 10% a 50% acima	1
De 50% a 100% acima	1
Até 10% abaixo	0
De 10% a 50% abaixo	6
De 50% a 90% abaixo	7

Fonte: A autora com base no Banco de Dados da pesquisa “Estratégias municipais para a oferta da educação básica: análise de parcerias público-privado no estado de São Paulo”.

Quanto ao IDH dos municípios analisados, observou-se que 50% deles apresentaram valores de 5% a 10% abaixo do índice estadual, 44% valores entre 1% e 5% menores, e apenas um município (Vista Alegre do Alto) superou o IDH do Estado. A Tabela 106 apresente esses dados:

TABELA 106: IDHM dos municípios analisados em relação ao IDH estadual

IDH (M) em relação ao estadual	Nº. de municípios
Até 1% maior	1
De 1% a 5% menor	7
De 5% a 10% menor	8

Fonte: A autora com base no Banco de Dados da pesquisa “Estratégias municipais para a oferta da educação básica: análise de parcerias público-privado no estado de São Paulo”.

Atividades rurais foram as principais atividades econômicas para a maioria dos municípios, predominando em 93% deles, como apresenta a Tabela 107:

Tabela 107: Principal Atividade Econômica nos municípios analisados

Principal Atividade Econômica	Nº. de municípios
Produção Mista: Lavoura e Pecuária	7
Cultivo da cana-de-açúcar	4
Cultivo de frutas cítricas	3
Cultivo de café	1
Turismo	1

Fonte: A autora com base no Banco de Dados da pesquisa “Estratégias municipais para a oferta da educação básica: análise de parcerias público-privado no estado de São Paulo”.

Apenas o município de Ilha Comprida tem como principal atividade econômica o Turismo.

Em 15 dos 16 municípios o total de receita resultante de impostos compunha-se, em sua maioria, de recursos recebidos por meio de transferências governamentais do Estado e da União. Em geral, a arrecadação própria de cada município representava uma parcela bem pequena do total dessa receita. Apenas no município de Ilha Comprida a arrecadação própria ultrapassou as receitas recebidas por transferências.

Os valores aplicados em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) foram superiores à receita própria municipal em 15 dos 16 municípios. Apenas em Ilha Comprida a receita própria ultrapassou o valor aplicado em MDE. Em todos os municípios os valores aplicados em MDE ultrapassaram o legalmente exigido⁵⁴.

Não houve mudanças significativas nos percentuais aplicados em educação no período selecionado para análise. Também se mantiveram constantes os valores aplicados na etapa da educação atendida pela parceria: ensino fundamental.

Destaca-se que mesmo antes de assumirem as matrículas do ensino fundamental todos os municípios gastaram 25% ou mais de suas receitas em educação.

Os dados financeiros dos municípios demonstraram, com exceção de Ilha Comprida, que a sobrevivência financeira dos municípios depende da transferência de recursos vindos de outras esferas governamentais (Estado e União), o que pode levar a pensar que o fim da política de Fundos ou do repasse de recursos dos governos estaduais e federais para a educação geraria um colapso educacional nesses municípios, visto que com recursos próprios não conseguiriam manter as matrículas assumidas⁵⁵.

Localização geográfica e empresa privada

Os dados demonstraram uma concentração de municípios que adotaram material ou sistema de ensino apostilado na região administrativa de São José do Rio Preto (38% dos municípios), seguidos pela região de Marília e Barretos (19%), conforme apresenta a Tabela 108:

⁵⁴ No ano de 1999 o município de Santo Antonio da Alegria registrou percentual aplicado em MDE abaixo do legalmente exigido, mas parece haver erro nos dados (ver tabela de dados financeiros do município no capítulo 3).

⁵⁵ Tal hipótese foi apresentada pelos autores Borghi (2000), Martins (2003) e Rodriguez (2001) no capítulo um deste trabalho.

TABELA 108: Localização dos municípios de acordo com a região administrativa

Região Administrativa	Nº. de municípios	%
São José do Rio Preto	6	38
Marília	3	19
Barretos	3	19
Registro	1	6
Franca	1	6
Ribeirão Preto	1	6
Araçatuba	1	6

Fonte: A autora com base no Banco de Dados da pesquisa “Estratégias municipais para a oferta da educação básica: análise de parcerias público-privado no estado de São Paulo”.

A empresa COC esteve presente em 69% dos municípios analisados. As cinco demais empresas: Positivo, Objetivo, Seta, Marcha Criança e CCAA estiveram presentes em apenas um município cada uma.

Na região administrativa de São José do Rio Preto, três dos municípios utilizavam sistema apostilado COC, nos demais municípios dessa região os materiais utilizados eram de outras três empresas: “Marcha Criança” da editora Scipione, CCAA e Sistema Objetivo de Ensino. Na região de Marília um dos municípios empregava material da empresa SETA e dois utilizavam o sistema COC. Na região de Barretos a empresa COC estava presente nos três. No município pertencente à região de Registro o material era da empresa Positivo. Já os municípios pertencentes à região de Franca, Ribeirão Preto e Araçatuba utilizavam sistema de ensino COC.

Matrículas no setor privado

Analisando o conjunto de dados educacionais dos municípios verificou-se a presença da rede privada de ensino em dez municípios, no entanto, em sete desses dez, a rede privada atendia somente à Educação Infantil e/ou à Educação Especial, o que parece demonstrar que tais instituições podem ser filantrópicas. Em apenas três municípios havia matrículas no ensino fundamental na rede privada, o que significa que em 81% dos municípios o setor privado só conseguiu adentrar no ensino fundamental por meio da parceria com a administração pública. A Tabela 109 apresenta a presença de matrículas na rede privada de ensino nos municípios analisados.

TABELA 109: Presença de matrícula em rede privada nos municípios analisados

Matrículas na rede privada de ensino	Nº. de municípios	%
Não há matrículas	6	38
Somente em creche	2	13
Somente EI (creche e pré-escola)	2	13
Creche e EE	1	6
Somente EE	2	13
EI, EF e EE	2	13
EI, EF, EM, EJA e EE	1	6

Fonte: A autora com base no Banco de Dados da pesquisa “Estratégias municipais para a oferta da educação básica: análise de parcerias público-privado no estado de São Paulo”.

Legenda: EE – Educação Especial; EF – Ensino Fundamental; EI – Educação Infantil;

EJA – Educação de Jovens e Adultos; EM – Ensino Médio.

Tais dados confirmam que o ensino fundamental continua sendo um dos bens públicos menos privatizados, visto que na maior parte dos municípios analisados, quando há iniciativa privada, ela não se encontra nesta etapa de ensino considerada elementar e obrigatória.

Aspectos relativos à municipalização do ensino fundamental

A municipalização do ensino fundamental se deu de forma variada nos municípios analisados, conforme apresenta a Tabela 110:

Tabela 110: Municipalização do ensino fundamental nos municípios analisados

Município	Dados da Municipalização do ensino fundamental no município		
	Ano de início	Ano da municipalização total (séries iniciais)	Municipalização total (séries finais)
Adolfo	1997	1998	1998
Alvinlandia	2002	2002	-
Borá	1997	2000	-
Cedral	1997	1997	2003
Estrela D Oeste	1999	2002	-
Guaraci	1997	1997	-
Ilha Comprida	1996	1996	1999
Palmares Paulista	1996	2000	-
Quintana	2005	2005	-
Ribeirão Corrente	1998	1998	2002
Santa Rita D Oeste	1996	1997	-
Santo Antonio da Alegria	1998	1999	-
Sebastianópolis do Sul	2003	2003	-
Sud Mennucci	2001	2001	2001 (parcialmente)
Terra Roxa	1999	1999	2001
Vista Alegre do Alto	1997	1999	-

Fonte: A autora com base no Banco de Dados da pesquisa “Estratégias municipais para a oferta da educação básica: análise de parcerias público-privado no estado de São Paulo”.

Observou-se que em 62,5% dos municípios, a municipalização abrangeu somente as séries iniciais do Ensino Fundamental, seguindo a tendência apresentada para todo o Estado de São Paulo no Capítulo um deste trabalho. No entanto, um número considerável de municípios, 31,3%, municipalizou todo o Ensino Fundamental (séries iniciais e séries finais), sendo que em um deles, as séries iniciais e as finais foram municipalizadas no mesmo ano e nos demais em anos diferentes. Em um dos municípios a municipalização abrangeu o total de alunos das séries iniciais e parcialmente as séries finais.

Há uma concentração de municípios que iniciaram o processo de municipalização do ensino fundamental no ano de 1997 (31%), seguindo a tendência apresentada no capítulo um para no total de matrículas no ensino fundamental no Estado de São Paulo.

Quanto aos estabelecimentos de ensino municipalizados observaram-se as seguintes situações: um município municipalizou as matrículas juntamente com dois estabelecimentos de ensino; 25% deles assumiram as matrículas juntamente com um prédio estadual; 38%, a maior parte dos municípios, assumiu somente as matrículas transferindo-as para prédios municipais já existentes, visto que o único prédio estadual continuaria a atender as séries finais e/ou o ensino médio; 19% ao assumirem as matrículas criaram um novo prédio municipal para atendê-las e em 13% (dois municípios) não foi possível identificar o que aconteceu com os estabelecimentos de ensino devido à falta de informações disponíveis. A Tabela 111 apresenta esses dados:

Tabela 111: Situação dos municípios quanto aos prédios escolares municipalizados

Situação do município	Nº. de municípios	%
Assumiu matrículas e dois prédios escolares	1	6
Assumiu matrículas e um prédio escolar	4	25
Assumiu as matrículas que foram transferidas para prédio municipal já existente	6	38
Assumiu as matrículas e criou um novo prédio para atendê-las	3	19
Não foi possível identificar	2	13

Fonte: Fonte: A autora com base no Banco de Dados da pesquisa “Estratégias municipais para a oferta da educação básica: análise de parcerias público-privado no estado de São Paulo”.

Embora os estabelecimentos rurais de ensino estivessem presentes em apenas quatro dos municípios analisados, observou-se o fechamento de algumas dessas escolas após o processo de municipalização do ensino fundamental: em dois municípios as escolas rurais foram fechadas.

Observou-se que todos os municípios atendiam à educação infantil antes da municipalização parcial ou total do ensino fundamental. Entretanto, em apenas 25% dos

municípios houve um aumento no atendimento da educação infantil após a municipalização. Em 75% deles, as matrículas na educação infantil estagnaram-se.

Após a municipalização do ensino fundamental, houve um aumento de professores na rede municipal nas séries que sofreram esse processo, enquanto que na rede estadual houve uma diminuição dos professores nessas mesmas séries. Destaca-se também que mesmo se tratando de municípios muito pequenos, a grande maioria dos professores possui formação em nível superior.

No ano de início da parceria no município todos os municípios atendiam mais de 40% das matrículas do ensino fundamental em rede própria sendo que: 31% deles atendiam de 40% a 50% das matrículas, 44% atendiam de 50% a 90% das matrículas e 25% atendiam todo o ensino fundamental, conforme apresenta a Tabela 112:

Tabela 112: Percentual de atendimento do Ensino Fundamental em rede própria no ano de início da parceria

Atendimento do EF em rede própria	Nº. de municípios	%
Até 40%	0	0
De 40% a 50%	5	31
De 50% a 90%	7	44
100%	4	25

Fonte: A autora com base no Banco de Dados da pesquisa
“Estratégias municipais para a oferta da educação básica: análise
de parcerias público-privado no estado de São Paulo”.

A relação temporal entre o ano em que o município assumiu o maior número de matrículas no ensino fundamental e ano de início da parceria no município está apresentada na Tabela 113:

TABELA 113: Relação temporal entre ano de maior índice de municipalização e ano de início da parceria nos municípios analisados

Município	Ano com maior índice de municipalização de matrículas no EF	Ano de início da parceria	Diferença (em anos)
Adolfo	1998	2005	7
Alvinlandia	2002	2006	4
Borá	2000	2003	3
Cedral	2003	2003	0
Estrela D Oeste	2002	2002	0
Guaraci	1997	2001	4
Ilha Comprida	1999	2002	3
Palmares Paulista	1999	2003	4
Quintana	2005	2006	1
Ribeirão Corrente	2002	2001	Ano anterior*
Santa Rita D Oeste	1997	2006	9
Santo Antonio da Alegria	1999	1999	0
Sebastianópolis do Sul	2003	2005	2
Sud Menucci	2001	2005	4
Terra Roxa	2001	2001	0
Vista Alegre do Alto	1999	2003	4

Fonte: A autora com base no Banco de Dados da pesquisa “Estratégias municipais para a oferta da educação básica: análise de parcerias público-privado no estado de São Paulo”.

*O município de Quintana já utilizava sistema de ensino COC nas séries iniciais desde 1998 quando municipalizou também as séries finais no ensino fundamental em 2002

Observando a Tabela 113 constata-se que a maior parte dos municípios (87%) iniciou a parceria com empresas de material ou sistema de ensino apostilado até quatro anos após terem assumido o maior número de matrículas no ensino fundamental, o que significa que a municipalização parece ter induzido os municípios a procurarem parceria com as empresas de sistema de ensino apostilado.

Outra hipótese a ser levantada quando se observa os dados relativos à municipalização das séries finais do ensino fundamental e a adoção de parceria para compra de material apostilado é a de que a proposta dessas parcerias tenha impulsionado a municipalização dessas séries, visto que em sete de oito municípios que assumiram essas matrículas a parceria se firmou em até três anos posteriores.

Partido político

A Tabela 114 compara dados sobre a municipalização, o partido político do prefeito e o ano de início da parceria:

Tabela 114: Ano de maior índice de municipalização, ano de início da parceria e partido político do prefeito

Município	Ano com maior índice de municipalização de matrículas no EF	Partido Político do Prefeito	Ano de início da parceria	Partido Político do Prefeito
Adolfo	1998	PP	2005	PTB
Alvinlandia	2002	PPB	2006	PP
Bora	2000	PSDB	2003	PSDB
Cedral	2003	PMDB	2003	PMDB
Estrela D Oeste	2002	PTB	2002	PTB
Guaraci	1997	PMDB	2001	PFL
Ilha Comprida	1999	PSDB	2002	PFL
Palmares Paulista	1999	PSDB	2003	PTB
Quintana	2005	PMDB	2006	PMDB
Ribeirão Corrente	2002	PT	2001	PT
Santa Rita D Oeste	1997	PPB	2006	PSDB
Santo Antonio da Alegria	1999	PMDB	1999	PMDB
Sebastianópolis do Sul	2003	PSDB	2005	PFL
Sud Mennucci	2001	PSDB	2005	PSDB
Terra Roxa	2001	PMDB	2001	PMDB
Vista Alegre do Alto	1999	PSDB	2003	PSDB

Fonte: A autora com base no Banco de Dados da pesquisa “Estratégias municipais para a oferta da educação básica: análise de parcerias público-privado no estado de São Paulo”.

Os partidos políticos mais presentes tanto no ano em que os municípios assumiram o maior número de matrículas no ensino fundamental, como no ano de início da parceria foram o PMDB e o PSDB. Entretanto, no conjunto de municípios, aparecem diferentes partidos políticos.

Tabela 115: Partido Político do Prefeito nos municípios e anos analisados

Partido Político do Prefeito	Nº. de municípios - Ano maior índice de municipalização	Nº. de municípios - Ano de início da parceria
PSDB	6	4
PMDB	5	4
PPB	2	0
PP	1	1
PT	1	1
PTB	1	3
PFL	0	3

Fonte: A autora com base no Banco de Dados da pesquisa “Estratégias municipais para a oferta da educação básica: análise de parcerias público-privado no estado de São Paulo”.

Levando-se em consideração as três diferentes gestões municipais que se incluem nos anos de análise neste trabalho (1997-2000, 2001-2004, 2005-2008), pode-se observar que na maior parte dos municípios, a opção pela parceria se concretizou no início das gestões. As parcerias tiveram seu início no primeiro ano de uma das gestões acima mencionadas em 44% dos municípios. Em 31% deles o ano de início foi o segundo ano de gestão. Nenhum município iniciou a parceria no último ano de gestão municipal, conforme apresenta a Tabela 116:

Tabela 116: Ano de gestão de início da parceria nos municípios analisados

	Quantidade de municípios que iniciaram parceria	%
1º ano de gestão	7	44
2º ano de gestão	5	31
3º ano de gestão	4	25
4º ano de gestão	0	0

Fonte: A autora com base no Banco de Dados da pesquisa “Estratégias municipais para a oferta da educação básica: análise de parcerias público-privado no estado de São Paulo”.

Em 56% (nove municípios) o partido político do prefeito no ano de início da parceria foi o mesmo que o daquele responsável pelo maior índice de municipalização do ensino fundamental. Em sete municípios a opção pela parceria se deu na mesma gestão e, em dois, na gestão resultante da reeleição dos prefeitos.

No período de análise, em dez municípios a parceria com as empresas de material ou sistema de ensino apostilado permaneceu na gestão subsequente. Em seis dos dez municípios (60%) houve a permanência do mesmo prefeito da gestão anterior, na qual havia se iniciado a parceria e destes, cinco permaneceram no mesmo partido e um mudou do PTB para o PP (município de Estrela do Oeste). A Tabela 117 apresenta estes dados:

Tabela 117: Partido Político do Prefeito no ano de início da parceria e nas gestões posteriores

Município (Continua)	Ano de início da parceria	Partido Político do Prefeito no ano de início da parceria	P.P.P.nas gestões posteriores (vigorava a parceria)
Adolfo	2005	PTB (2005-2008)	NA
Alvinlândia	2006	PP (2005-2008)	NA
Borá	2003	PSDB (2001-2004)	PSDB (2005-2008)
Cedral	2003	PMDB (2001-2004)	PMDB (2005-2008)
Estrela D Oeste	2002	PTB (2001-2004)	PP (2005-2008)*
Guaraci	2001	PFL (2001-2004)	PFL (2005-2008)
Ilha Comprida	2002	PFL (2001-2004)	PSDB (2005-2008)
Palmares Paulista	2003	PTB (2001-2004)	PPS (2005-2008)
Quintana	2006	PMDB (2005-2008)	NA
Ribeirão Corrente	2001	PT (2001-2004)	PT (2005-2008)
Santa Rita D Oeste	2006	PSDB (2005-2008)	NA
Santo Antonio da Alegria	1999	PMDB (1997-2000)	PPS (2001-2004) Parceria encerrou-se em 2001
Sebastianópolis do Sul	2005	PFL (2005-2008)	NA
Sud Menucci	2005	PSDB (2005-2008)	NA
Terra Roxa	2001	PMDB (2001-2004)	PMDB (2005-2008)
Vista Alegre do Alto	2003	PSDB(2001-2004)	PP (2005-2008)

Fonte: A autora com base no Banco de Dados da pesquisa “Estratégias municipais para a oferta da educação básica: análise de parcerias público-privado no estado de São Paulo”.

Legenda: **Em destaque:** Prefeitos que continuaram na gestão subsequente

P.P.P.: Partido Político do Prefeito; NA: Não se aplica.

* O prefeito mudou de partido

O contágio eleitoral, visto que a adoção de sistemas de ensino privado é vista com “bons olhos” pelos seus usuários (eleitores) pode ter estimulado a adoção de parcerias pelas prefeituras. A maior incidência de dois partidos: PSDB e PMDB na gestão dos municípios que optaram por utilizar material ou sistema de ensino apostilado pode ser um indicativo de que essa opção se vincula ao programa de governo dos partidos.

Acredita-se que o resultado da combinação desses fatores tenha gerado a grande expansão de parcerias entre as prefeituras municipais e a esfera privada apresentada neste trabalho. Dentre estes fatores, destaca-se o processo de municipalização do ensino fundamental, que no caso dos municípios com até 10.000 habitantes, significou um aumento de responsabilidades para com o atendimento educacional para o qual os municípios não foram devidamente preparados, não tinham experiência e não puderam contar com o apoio da rede estadual, além de trazer “dinheiro novo” para as prefeituras, cuja arrecadação própria é

bastante pequena, contribuindo assim para que tais municípios fossem buscar apoio no setor privado comprando material ou sistemas de ensino apostilados.

Destaca-se, no entanto, que as conseqüências trazidas por esse tipo de parceria podem levar a uma descaracterização da educação pública, visto que “a lógica privada mercantil no sistema público de ensino tem influenciado a gestão e o currículo das escolas, assim como a formação de professores” (PERONI, 2006, p. 112) e desvinculando-a de uma educação comprometida com os ideais de emancipação popular e com a transformação social.

Assim, o grande desafio posto aos que ainda não desistiram de ver no Estado um instrumento de democratização educacional consiste em lutar por uma escola pública estatal e de qualidade: uma escola socialmente eficaz e não mercadologicamente eficaz como temos deixado-a ser concebida. Uma educação que não se deve administrar somente com a lógica mercantil privada, mas com a efetiva participação e presença dos envolvidos, ou ainda como diria Arelaro (2007) “com o cheiro, voz e ação das gentes”.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, Theresa. **Autonomia monitorada como eixo de mudança:** Padrões de gestão do ensino público paulista (1995 – 1998). 2001. 202 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

_____. Estratégias político-institucionais para a oferta da educação pelos municípios: algumas conseqüências da descentralização. In: Gouveia, A. B.; Souza, R. ; Tavares, T.. (Org.). **Conversas sobre financiamento da educação no Brasil**. 1 ed. Curitiba: Editora UFPR, 2006a,p. 271-284.

_____. **Educação e produtividade:** a reforma do ensino paulista e a desobrigação do Estado. São Paulo: Xamã, 2006b.

ADRIÃO, Theresa (Coord.) **Estratégias municipais para a oferta da educação pública no Estado de São Paulo**. Projeto de Pesquisa (Fapesp), 2007. Mimeografado

ADRIÃO, Theresa. ; BORGHI, Raquel Fontes . Parcerias entre prefeituras e a esfera privada: estratégias privatizantes para a oferta da educação pública em São Paulo?. In: **XXIII Simpósio Brasileiro, V Congresso Luso-brasileiro e I Colóquio Ibero-americano de Política e Administração da Educação**, 2007, Porto Alegre. Anais: Por uma escola de qualidade para todos: apresentação, programa e resumos. Porto Alegre : ANPAE/UFRGS/FACED/PPGEDU, 2007. p. 179-180.

ADRIÃO, Theresa; BORGHI, Raquel F; GARCIA, Teise. Iniciando o debate sobre compra de sistemas de ensino em municípios paulistas. In: **Relatório técnico parcial**. Projeto de pesquisa: Estratégias municipais para a oferta da educação básica: uma análise de parcerias público-privado no estado de São Paulo. Processo nº 07/54207-4 (FAPESP). 2008. Mimeografado.

ADRIÃO, Theresa; CAMARGO, Rubens Barbosa de. A gestão democrática na Constituição Federal de 1988. In OLIVEIRA, R.P. de; ADRIÃO, T. (Org.). **Gestão financiamento e**

direito à educação: análise da LBD e da Constituição Federal. 2 ed. São Paulo: Xamã, 2002, p. 69-78.

ADRIÃO, Theresa; PERONI, Vera. Público não-estatal: estratégias para o setor educacional brasileiro. In: ADRIÃO, T. e PERONI, V. (Org.). **O público e o privado na educação:** interfaces entre estado e sociedade. São Paulo: Xamã, 2005, p.137-153.

ADRIÃO, Theresa; PERONI, Vera (orgs.). **Programa dinheiro direto na escola:** uma proposta de redefinição do papel do Estado na educação? Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.). **Pós-neoliberalismo:** as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 09-23.

ARAÚJO, Gilda Cardoso. **Município, Federação e Educação:** história das instituições e das idéias políticas no Brasil, 2005, 318 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

ARELARO, Lisete. A municipalização do ensino no Estado de São Paulo: antecedentes históricos e tendências. In OLIVEIRA, C. (Org.). **Municipalização do Ensino no Brasil.**Belo Horizonte: Autêntica, 1999, p.61-89.

ARELARO, Lisete. Formulação e implementação das políticas públicas em educação e as parcerias público-privadas: impasse democrático ou mistificação política. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n.100-Especial, p. 899-919, out. 2007.

ARENDT, Hanna. As esferas pública e privada.In: _____.**A Condição Humana.** Ed. Forense. Universitária. 1991. p. 31-89.

AZANHA, José Mário Pires. Uma idéia sobre a municipalização do ensino. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 5, n. 12, 1991. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>>. Acesso em: 24 Jan 2008.

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. Implicações da nova lógica de ação do Estado para a educação municipal. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 80, 2002 . Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>>. Acesso em: 04 Jan 2008.

BARRETTO, Elba Siqueira de Sá. Onde se quer chegar com a municipalização do ensino fundamental? **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n.80, p. 51-55, fev. 1992a.

_____. Estado e Municípios: a prioridade ao ensino fundamental em São Paulo. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n.83, p. 15-28, nov. 1992b.

_____. Descentralizar e Redistribuir nos Sistemas de Ensino. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n.95, p. 73-78, nov. 1995.

BARROSO, João. O Estado, a educação e a regulação das políticas públicas. **Educação e Sociedade**. Campinas, vol. 26, n.92, p. 725-751, Especial – Out. 2005.

BASSI, Marcos e GIL, Juca. **A municipalização do ensino no Estado de São Paulo**. Relatório Final, 1999. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org>>. Acesso em: 16 Jul 2008.

BEZERRA, Egle P. **A Parceria público-privada nos municípios de Brotas e Pirassununga: estratégias para a oferta de ensino?** 2008. 181 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2008.

BORGES, Zacarias Pereira. **Política e Educação: análise de uma perspectiva partidária**. Campinas, SP: Graf. FE; Hortograph, 2002.

BORGHI, Raquel. **A municipalização do ensino fundamental em processo: um estudo de caso em três municípios do interior paulista**. 2000. 175 f.. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, 2000.

BORGHI, Raquel. **Municipalização do ensino e valorização do magistério no interior paulista: um estudo em dez municípios**. 2005. 206 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, 2005.

BRASIL. Congresso Nacional. **DECRETO-LEI Nº 200, DE 25 DE FEVEREIRO DE 1967**.

_____. **Lei nº. 5692/71. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

_____. Ministério da Administração e Reforma do Estado. **Plano diretor da reforma do aparelho de Estado**. Brasília, 1995.

_____. Lei nº 9.394, de 20/12/1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). In OLIVEIRA, R.P. de; ADRIÃO, T. (Org.). **Gestão financiamento e direito à educação: análise da LDB e da Constituição Federal**. 2 ed. São Paulo: Xamã, 2002.p. 127-151.

_____. Emenda Constitucional nº 14, de 12/09/1996. In OLIVEIRA, R.P. de; ADRIÃO, T. (Org.). **Organização do ensino no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Xamã, 2002.p.147-148.

_____. **Emenda Constitucional nº. 19, de 05/06/1998**.

_____. **Lei Complementar nº. 101/2000**. Lei de Responsabilidade Fiscal de 04/05/2000.

_____. **Lei nº 8666/93 de 31 de junho de 1993**.

_____. **Lei nº 9648/98 de 28/05/1998**.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade**: para uma teoria geral da política. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

BUENO, Carmelita Cristina de Oliveira e KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. Público e Privado: a educação especial na dança das responsabilidades. In: ADRIÃO, T. e PERONI, V. (orgs.). **O público e o privado na educação**: interfaces entre estado e sociedade. São Paulo: Xamã, 2005, p. 119-135

BUENO, Maria Sylvia Simões. Descentralização e municipalização do ensino em São Paulo: conceitos e preconceitos. In: ARTINS, A.M.; OLIVEIRA, C.; e BUENO, M.S.S. (orgs.). **Descentralização do Estado e municipalização do ensino**: problemas e perspectivas. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. p. 177-192.

CAIN, Alessandra Aparecida. **O atendimento ao ensino fundamental: análise de parcerias de dois municípios paulistas e o setor privado na aquisição de “sistemas de ensino”**. 2008 Texto de qualificação de mestrado. Unesp/Rio Claro. Mimeografado. 2008. Mimeografado.

CAFARDO, Renata e IWASSO, Simone. 150 municípios paulistas adotam apostilas em escolas públicas. **O Estado de São Paulo**. 13/04/2008. Disponível em: . Acesso em jan./2009.

CALLEGARI, César; CALLEGARI, Newton. **O ensino fundamental: a municipalização induzida**. São Paulo: SENAC. 1997.

CARNEIRO JUNIOR, Nivaldo. **O setor público não estatal**: as organizações sociais como possibilidades e limites na gestão pública de saúde. 2002. 242 f. Tese (Doutorado em Medicina) – Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma análise conceitual. In **Dados**, Rio de Janeiro, n. 2, v.40, 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>>. Acesso em: 02 Abril de 2008. doi: 10.1590/S0011-52581997000200003.

CORTINA. Roseana Leite. **Política educacional paulista no governo Covas (1995-1998)**: uma avaliação política sob a perspectiva da modernização. 2000. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

COSTA, Márcio da. A educação em tempos de conservadorismo. In Gentili, Pablo (org.). **A Pedagogia da exclusão**: crítica ao neoliberalismo na educação. Petrópolis: Vozes, 1995.

CUNHA, Luiz Antonio. **Educação, Estado e Democracia no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1991.

CURY, Carlos Roberto Jamil. O público e o privado na educação brasileira contemporânea: posições e tendências. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, nº 81, p. 33-44, maio 1992.

CRUZ, Rosana Evangelista da. Relações federativas e o financiamento da educação. **EccoS – Revista Científica**, São Paulo, v.8, n.1, p.47-64, jan.jun.2006.

DAVIES, Nicholas. **O FUNDEF e o orçamento da educação**: desvendando a caixa preta. Campinas: Autores Associados, 1999.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 20ª edição. São Paulo: Atlas, 2007.

DOURADO, Luiz Fernando; BUENO, Maria Sylvia Simões. O público e o privado em educação. In: WITTMANN, L.C. e GRACINDO, R.V. (coords). **O Estado da Arte em Política e Gestão da Educação no Brasil**: 1991 a 1997. Brasília, n.6, 2001, p. 77-91.

DRAIBE, Sonia Miriam. A política social do governo FHC e o sistema de proteção social. **Revista Tempo Social**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 63-101, 2003.

DRIVER, Stephen; MARTELL, Luke. A esquerda, a direita e a terceira via. In: GIDDENS, A. (Org.). **O debate global sobre a terceira via**. São Paulo: Editora Unesp, 2007. p. 65-81.

ESPÍNOLA, Viola. La descentralización del sistema educativo y el problema de la equidade social: antecedentes para evaluar la calidad de la educación básica subvencionada. In FANCO, M.L.; ZIBAS, D. (orgs.). **Final do Século: desafios da educação na América latina**, São Paulo: Cortez, 1990, p. 73-95.

FARENZENA, Nalú. **A política de financiamento da educação básica: rumos da legislação brasileira**. 1 ed. Porto Alegre: UFRGS Editora – Universidade do Rio Grande do Sul, 2006.

FIORI, José Luís. Estado de Bem-Estar Social: Padrões e Crises. **Revista de Saúde Coletiva – PHYSIS**. Rio de Janeiro, v. 7, 1998. Disponível também em: <http://www.iea.usp.br/iea/artigos/fioribemestarsocial.pdf>. Acesso em: 11/08/2008.

GADOTTI, Moacir e ROMÃO, José Eustáquio (org.). **Município e Educação**. São Paulo: Cortez, 1993.

GUIMARÃES, José Luiz. **Desigualdades regionais da educação: a municipalização do ensino em São Paulo**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

JACOBI, Pedro. Transformações do estado contemporâneo e educação. In: BRUNO, L. (org.). **Educação e trabalho no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Atlas, 1996. p. 41-56.

KRAWCZYK, Nora Rut. Políticas de regulação e mercantilização da educação: socialização para uma nova cidadania? **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 26, n. 92 – Especial, p. 799-819, out. 2005.

LAURELL, Ana Cristina. Avançando em direção ao passado: a política social do neoliberalismo. In: _____. (org.) **Estado e políticas sociais no neoliberalismo**. Tradução de Rodrigo León Contrera. São Paulo: Cortez, 1995, p. 151-178.

LEMAN, Foundation. **Sistema Estruturados de Ensino e Redes Municipais do Estado de São Paulo**. 2009. Mimeografado.

LOBO, Thereza. Descentralização: conceitos, princípios, prática governamental. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n.74, p. 5-10, ago. 1990.

LOPES, Antonio. **Gestão escolar e parcerias em educação no município de Votuporanga**, 2006, 205 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2006.

LUGLI, Rosário Silvana Genta; VICENTINI, Paula Perin. Notas de leitura sobre o livro Formação Sindical: história de uma prática cultural. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 9, p. 101-103, 1998.

MARTINELLI, Tiago. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip): Privatização das Políticas Sociais. **Serviço Social em Revista** (Online), v. 9, p. 1/4-12, 2007.

MARTINS, Ângela Maria. **Autonomia e gestão da escola pública**: entre a teoria e a prática. 2001 306 f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 2001.

_____. Uma análise da municipalização do ensino no Estado de São Paulo. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 120, 2003 . Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>>. Acesso em: 24 Jan 2008.

MARTINS, Paulo de Sena. **Três fundos para a educação básica brasileira**. Câmara dos Deputados, Brasília-DF, Estudo – Fevereiro/2005. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/publicacoes/estnottec/tema11>>. Acesso em: 06 Jul 2008.

MELLO, Guiomar Namó de. “O que é possível fazer já: dez opções de políticas e um desafio para os educadores”. In: _____. **Cidadania e Competitividade: Desafios educacionais do terceiro milênio**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

MILITÃO, Silvio César Nunes. **O processo de municipalização do ensino no Estado de São Paulo**: uma análise do seu desenvolvimento na Região de Governo de Marília. 2007. 228f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2007.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e questão social crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2002.

OLIVEIRA, Cleiton de. A municipalização de ensino brasileiro. In: _____ (Org.). **Municipalização do Ensino no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 11-60.

OLIVEIRA, Francisco. A prova dos nove: conflito de classe, publicização e nova contratualidade. In: Diniz; Lopes e Prandi (orgs.), **O Brasil no rastro da crise**. ANPOCS, São Paulo, 1994, p. 9-16;

OLIVEIRA, Gustavo Henrique Justino de. **Parceria Público-Privada e Direito ao Desenvolvimento**: uma Abordagem Necessária. Revista Eletrônica de Direito Administrativo Econômico, Salvador, Instituto de Direito da Bahia, nº 3, ago-set-out, 2005. Disponível em: www.direitodoestado.com.br. Acesso em: julho/2007.

OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari. Público não-estatal: implicações para a escola pública brasileira. In: PERONI, V.M.V., BAZZO, V. L. e PEGORARO, L. (coords). **Dilemas da educação brasileira em tempos de globalização neoliberal**: entre o público e o privado. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p. 141-157.

OLIVEIRA, Romualdo Portela. FUNDEF: uma análise preliminar. In **Educação: Teoria e Prática**. Vol. 12, nº 22, jan.-jun.-2004 e nº 23, p. 5-11, jul.-dez-2004.

_____. Educação pública e privada na Constituição Federal de 1988. In: ADRIÃO, T. e PERONI, V. (Org.). **O público e o privado na educação**: interfaces entre estado e sociedade. São Paulo: Xamã, 2005, p.155-166.

_____. O financiamento da educação. In: OLIVEIRA, R.P. de; ADRIÃO, T. (Org.). **Gestão financiamento e direito à educação**: análise da LBD e da Constituição Federal. 3 ed. São Paulo: Xamã, 2007.p. 83-129.

PERONI, Vera. **Política educacional e papel do Estado**: no Brasil dos anos 1990. São Paulo: Xamã, 2003.

PERONI, Vera. Conexões entre o público e o privado no financiamento e gestão da escola pública. **EccoS – Revista Científica**, v. 8, n.1, p. 111 a 132, jan./jun.2006.

PINTO, José Marcelino de Rezende. Um fundinho chamado “Fundão”. In: DOURADO, L. F. (org.). **Financiamento da educação básica**. Campinas: Autores Associados; Goiânia, Editora da UFG, 1999. p. 85-98.

_____. Algumas ponderações sobre o debate a respeito da municipalização do Ensino Fundamental. In: Myriam Krasilchik. (Org.). **USP fala sobre Educação**. São Paulo: FEUSP, 2000, v. 1, p. 61-79.

_____. A política recente de fundos para o financiamento da educação e seus efeitos no pacto federativo. In **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 28, n. 100 – Especial, p. 877-897, out. 2007.

PINTO, José Marcelino Rezende; ADRIÃO, Theresa. Noções Gerais sobre financiamento da educação no Brasil. **EccoS – Revista Científica**, São Paulo, v.8, n1, p.23-46, jan.jun.2006.

RAICHELIS, Raquel. Democratizar a Gestão das Políticas Sociais - um desafio a ser enfrentado pela sociedade civil. In: MOTA, A. E. et al (Orgs.). **Serviço Social e Saúde - formação e trabalho profissional**. 1ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2006, p. 73-87. Disponível em: www.fnepas.org.br. Acesso em: janeiro de 2009.

RODRIGUEZ, Vicente. Os interesses regionais e a federação brasileira. **Ensaio**, FEE, Porto Alegre, p. 338-352, 1994.

_____. Financiamento da educação e políticas públicas: o Fundef e a política de descentralização. **Cad. CEDES**, Campinas, v. 21, n. 55, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>>. Acesso em: 04 Jan 2008.

ROMÃO, José Eustáquio. **Poder local e educação**. São Paulo: Cortez, 1992.

ROSSI, Lucilene. **Qualidade em educação: o discurso oficial da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo (1997-1998)**. 94 f. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2005.

RUS PEREZ, José Roberto. **A política educacional do Estado de São Paulo**. 1994. 198 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

SANFELICE, José Luís. A problemática do público e do privado na história da educação no Brasil. In: LOMBARDI, J. C., JACOMELI, M. R. M. e SILVA, T. M. T (Orgs.). **O público e o privado na história da educação brasileira: concepções e práticas educativas**. Campinas: Autores associados, 2005, p.177-185.

SÃO PAULO (Estado), Secretaria de Estado de Educação - SEE. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. **Legislação de Ensino Fundamental e médio estadual**. São Paulo: SE/CENP, 1995-1998, 8v. (v. XXXIX – XLVI).

SANTOS, Karine Melo dos. **Um estudo de caso no município de Votuporanga: análise da parceria público-privado para compra de material apostilado**. 45 f. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2008.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO (SEE). **Municipalização do Ensino**. 2008. Disponível em: <<http://www.educacao.sp.gov.br>>. Acesso em: 24 Jan 2008.

_____. **Política Educacional da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo**. [2002?]. Disponível em: <http://cenp.edunet.sp.gov.br/comunicados/PolíticaSEE.pdf>. Acesso em: 23/09/2008.

SERRA, Maria Silvia. Es posible lo público no estatal em educación en la Argentina? In: FELDFEBER, M. (coord.). **Los sentidos de lo público. Reflexiones desde el campo educativo**: Existe um espaço público no estatal?. Buenos Aires, 2003, p. 97-105.

SEVERINO, Antônio Joaquim. O público e o privado como categoria de análise em educação. In: LOMBARDI, J. C. , JACOMELI, M. R. M. e SILVA, T. M. T (Orgs.). **O público e o privado na história da educação brasileira: concepções e práticas educativas**. Campinas: Autores associados, 2005, p. 31-40.

SILVA, Camila Croso et al. **Política Educacional no Brasil: avaliando o primeiro ano de FUNDEF**. Junho de 1999. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org>>. Acesso em: 16 Jul 2008.

SILVA, Rose Neubauer da. A qualidade do sistema de ensino e a autonomia da escola. **Idéias: a autonomia e a qualidade do ensino na escola pública**. Edição Especial. São Paulo: FDE, 1995, p. 19 a 27.

SILVEIRA, Adriana Aparecida Dragone. **Direito à educação e o ministério público: uma análise da atuação de duas promotorias de justiça da infância e juventude do interior paulista**. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2006.

SILVEIRA, Adriana Aparecida Dragone. Algumas considerações sobre as normas do processo de licitação pública, contratos e convênios. In: **Relatório técnico parcial**. Projeto de pesquisa: Estratégias municipais para a oferta da educação básica: uma análise de parcerias público-privado no estado de São Paulo. Processo nº 07/54207-4 (FAPESP). 2008. Mimeografado.

SOUZA, Donaldo Bello de; FARIA, Lia Ciomar Macedo de. Reforma do estado, descentralização e municipalização do ensino no Brasil: a gestão política dos sistemas públicos de ensino pós-LDB 9.394/96. **Ensaio: aval.pol.públ.Educ.**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 45, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>>. Acesso em: 24 Jan 2008. doi: 10.1590/S0104-40362004000400002

VIEIRA, Evaldo. O Estado e a sociedade civil perante o ECA e a Loas. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n.56, p. 9-23, 1998.

Homepages consultadas

ANGLO parceria pedagógica. Disponível em: www.convenio.cursoanglo.com.br. Acesso em 25/07/2008.

CCAA 2008. Disponível em: <http://www.ccaa.com.br/home/escolas.asp>. Acesso em 04/10/08.

COC Name: Núcleo de Apoio à Municipalização do Ensino. Disponível em: www.netname.com.br. Acesso em 25/07/2008.

MAXI sistema de ensino. Disponível em: www.sistemamaxi.com.br. Acesso em 25/07/2008.

NETBIL educacional. Disponível em: www.educacaocomqualidade.com.br. Acesso em 25/07/2008.

OBJETIVO sistema de ensino e SOME: Sistema Objetivo Municipal de Ensino. Disponível em: www.objetivo.br/SOME. Acesso em 25/07/2008.

OPET grupo educacional. Disponível em: www.opet.com.br. Acesso em 25/07/2008.

PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). Disponível em: www.pnud.org.br. Acesso em 04/10/2008.

POSITIVO sistema de ensino e sistema Aprende Brasil. Disponível em: www.editorapositivo.com.br. Acesso em 25/07/2008.

SETA sistema de ensino. Disponível em: www.setanet.com.br. Acesso em 25/07/2008.

Outros sites consultados

<http://www.ibge.gov.br>

<http://www.inep.gov.br>

<http://www.seade.sp.gov.br>

<http://www.saopaulo.sp.gov.br/saopaulo>

<http://www.siapnet.tce.sp.gov.br>